

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FELIPE COTRIM

Jovem Engels
: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844)

São Paulo
2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Versão corrigida

Jovem Engels
: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844)

Felipe Cotrim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo.

Linha de pesquisa: Teoria, Historiografia e Pensamento Econômico.

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C843j

Cotrim, Felipe, 1989-

Jovem Engels: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844) /
Felipe Cotrim; orientador Antonio Carlos Mazzeo. – São Paulo, 2020.
204 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. História. 2. Filosofia. 3. Hegelianismo. 4. Materialismo dialético. 5.
Materialismo histórico. I. Mazzeo, Antonio Carlos, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

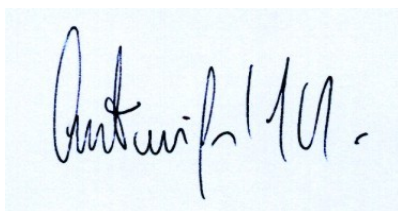
Nome do (a) aluno (a): Felipe Cotrim.

Data da defesa: 16/10/2020.

Nome do Prof. (a) orientador (a): Antonio Carlos Mazzeo.

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16/12/2020.



Antonio Carlos Mazzeo

orientador (a)

(Assinatura do (a)

Nome: Felipe Cotrim.

Título: *Jovem Engels: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844).*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 16 de outubro de 2020.

Banca examinadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo Instituição: Universidade de São Paulo
(orientador). (USP).

Assinatura: _____.

Prof. Dr. Vitor Bartoletti Sartori (titular). Instituição: Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG).

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____.

Prof. Dr. Antonio Rago Filho (titular). Instituição: Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo (PUC-SP).

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____.

Prof. Dr. Luiz Bernardo Murtinho Pericás Instituição: Universidade de São Paulo
(titular). (USP).

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____.

Prof. Dr. Leonardo Gomes de Deus (suplente). Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Julgamento: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. Ricardo Musse (suplente). Instituição: Universidade de São Paulo (USP).

Julgamento: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola (suplente). Instituição: Universidade de São Paulo (USP).

Julgamento: _____ Assinatura: _____.

COTRIM, Felipe. *Jovem Engels: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2020.

Resumo: Nossa dissertação tem por grande tema o nexo histórico entre a dissolução da filosofia clássica alemã e a dissolução da economia política clássica na primeira metade da década de 1840. Estudamos esse tema por meio da investigação historiográfica do acervo de artigos, ensaios, cartas e fragmentos de notas e rascunhos de Friedrich Engels (1820-1895) produzidos entre os anos de 1838 a 1844. A justificativa desse recorte deve-se ao fato de Engels ter sido não somente contemporâneo da dissolução da filosofia clássica alemã e da economia política clássica, como também um sujeito deste processo histórico, atuando por meio de artigos e ensaios na imprensa, assim como por meio de sua militância política. As fontes consultadas encontram-se disponíveis nas edições *Marx-Engels-Werke* (MEW), *Marx & Engels Collected Works* (MECW) e *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA). Por meio do exame histórico-dialético dessas fontes, temos por objetivo reconstituir e examinar a formação e a evolução filosófica de Engels, desde suas primeiras leituras da filosofia hegeliana, até sua proposta de um projeto de crítica da economia política. Assim, visamos contribuir para a ampliação e o aprofundamento da compreensão das sucessivas etapas formativas pelas quais Engels atravessou em sua evolução filosófica e a relação delas na formulação de sua concepção materialista da história, de sua crítica à sociabilidade burguesa e ao capitalismo industrial e de seu método de investigação e exposição da realidade concreta.

Palavras-chave: Economia política – Friedrich Engels – Filosofia – História.

COTRIM, Felipe. *Young Engels: Philosophical Evolution and Critique of Political Economy (1838-1844)*. MA Dissertation (Economic History). São Paulo: Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences – University of São Paulo (FFLCH-USP), 2020.

Abstract: Our dissertation has as its major subject the historical nexus between the dissolution of German classical philosophy and the dissolution of classical political economy in the first half of the 1840s. We examine this subject through the historiographical investigation of the collection of articles, essays, letters and fragments of notes and outlines written by Friedrich Engels (1820-1895) between 1838 and 1844. The justification for this selection is due to the fact that Engels was not only a contemporary of the dissolution of German classical philosophy and classical political economy, but was also a participant in this historical process, engaging in it through articles and essays published in the press, as well as through his political activism. The sources consulted are available in the *Marx-Engels-Werke* (MEW), *Marx & Engels Collected Works* (MECW) and *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA). Through the historical-dialectic examination of these sources, we intend to reconstitute and scrutinize the formation and the philosophical evolution of Engels, from his first readings of the Hegelian philosophy, to his proposal for a project of critique of political economy. Therefore, we aim to contribute to the widening and the enhancement of the understanding of the successive formative stages through which Engels went through in his philosophical evolution and the relationship between them to the formulation of his materialist conception of history, his critique of the bourgeois sociability and industrial capitalism, and his method of inquiry and presentation of concrete reality.

Keywords: Friedrich Engels – History – Philosophy – Political Economy.

Dedicado a GEORGE ORWELL, que combateu o fascismo na Espanha e, ao longo de toda uma vida dedicada à literatura e ao jornalismo, defendeu de forma intransigente a democracia, a justiça social e a verdade.

Nasceu Eric Arthur Blair, em Motihari (Índia Britânica), em 25 de junho de 1903.

Morreu de tuberculose, em Londres, em 21 de janeiro de 1950, aos 46 anos de idade.

Original, leva o esplendor contigo!—
Como te humilharia o fato:
Quem pensou de tolo, algo, ou de sensato,
Que já não tem pensado o mundo antigo?—
Mas também esse as noçõezinhas urda!
Transformá-lo-á o tempo em seu caminho:
Ainda que o mosto obre de forma absurda,
No fim acaba dando um vinho.
(Dirige-se à plateia dos jovens, que não está aplaudindo)
Deixa-vos frios o que digo,
Meus caros jovens, mas perdoo o gelo;
Lembraí que é velho o diabo antigo,
Velhos ficai, pois, para compreendê-lo.
MEFISTÓFELES, *Fausto: II.**

* J. W. Goethe, “Quarto gótico, acanhado, de abóbadas altas” (São Paulo: Editora 34, 2011), p. 200–201, v. 6808–6818.

Sumário

Apresentação & Agradecimentos.....	13
Apresentação & Agradecimentos à versão corrigida.....	16
Introdução.....	17
I. Tema & objeto de investigação.....	17
II. Objetivos.....	17
III. Questão ou problema de investigação & histórico da pesquisa.....	18
IV. Fontes de pesquisa & bibliografia auxiliar.....	19
V. Revisão bibliográfica.....	20
VI. Método.....	23
VII. Resumo dos capítulos.....	27
VIII. O retorno de Engels.....	28
1. Bremen (1838-1841).....	32
Introdução.....	32
1.1. Wuppertal.....	38
1.1.1. Natureza, indústria e urbanização.....	39
1.1.2. A industrialização e situação da classe trabalhadora em Wuppertal.....	41
1.1.3. Aguardente prussiana.....	44
1.1.4. Pietismo.....	45
1.1.5. O impacto e a repercussão das “Cartas de Wuppertal”.....	48
1.2. Racionalismo & pietismo.....	50
1.2.1. Os sermões do pastor F. W. Krummacher.....	51
1.2.2. A ortodoxia pietista <i>versus</i> o racionalismo luterano.....	52
1.2.3. O jovem Engels <i>versus</i> os grandes caçadores de straussianos.....	54
1.2.4. As metamorfoses da religiosidade do jovem Engels.....	58
1.3. Börne & Hegel.....	58
1.3.1. <i>Die Hegelíngen</i>	59
1.3.2. O edifício ciclópico do sistema hegeliano.....	60
1.3.3. A história como uma espiral desenhada a mão livre.....	61
1.3.4. A fusão de Börne e Hegel, ou a união da práxis política com a filosofia....	63
1.3.5. O hegelianismo do jovem Engels sob escrutínio.....	67
Considerações finais.....	72
2. Berlim (1841-1842).....	74
Introdução.....	74

2.1. O jovem Engels <i>versus</i> o reino da Prússia.....	80
2.1.1. Crítica engelsiana às leis prussianas de censura à imprensa.....	80
2.1.2. Crítica engelsiana ao sistema jurídico prussiano.....	82
2.1.3. Crítica engelsiana ao reinado de Frederico Guilherme IV, rei da Prússia, & a aliança reacionária entre a monarquia e a religião.....	83
2.2. <i>O triunfo da fé</i>	87
2.2.1. Primeiro canto.....	88
2.2.2. Segundo canto.....	89
2.2.3. Terceiro canto.....	89
2.2.4. Quarto canto.....	90
2.3. <i>Anti-Schelling</i>	94
2.3.1. Schelling: filosofia negativa & filosofia positiva.....	96
2.3.2. Schelling sobre Hegel, a filosofia da revelação & o filósofo em Cristo.....	101
Considerações finais.....	116
3. Manchester (1842-1844).....	118
Introdução.....	118
3.1. Engels: correspondente internacional & historiador do comunismo europeu e das lutas de classes.....	125
3.1.1. As lutas de classes na Grã-Bretanha & Irlanda.....	125
3.1.2. O comunismo continental.....	139
3.1.3. A Insurreição da Cerveja em Munique & os tecelões da Silésia.....	144
3.2. A situação da Inglaterra.....	149
3.2.1. Engels & Carlyle: a concepção idealista & a concepção materialista da história.....	149
3.2.2. O século XVIII & a Revolução Industrial Inglesa: princípios de uma história econômica e social da Inglaterra.....	155
3.2.3. A Constituição, o Estado & a sociedade civil na Inglaterra.....	160
3.3. O “Esboço de 1844”.....	165
3.3.1. A definição engelsiana de economia política & o objetivo do “Esboço de 1844”.....	170
3.3.2. A teoria do valor, custos de produção & a formação dos preços das mercadorias.....	171
3.3.3. Propriedade privada.....	173
3.3.3.1. Comércio.....	173
3.3.3.2. Concorrência & monopólio.....	174
3.3.3.3. Lei da oferta e da demanda & as crises capitalistas.....	175
3.3.3.4. Capital & trabalho (I): a “separação original”.....	176
3.3.3.5. Capital & trabalho (II): o duplo caráter do trabalho.....	177
3.3.3.6. Capital & trabalho (III): a renda da terra.....	177
3.3.3.7. Capital & trabalho (IV): a centralização da propriedade privada.....	178
3.3.4. Crítica engelsiana à teoria da superpopulação de Malthus.....	179

Considerações finais.....	183
Considerações finais.....	185
I. As odisseias do jovem Engels.....	185
II. Um sujeito concreto em circunstâncias concretas.....	186
III. A dissolução da razão & a metamorfose do pensamento liberal.....	188
IV. O fim do primeiro ciclo da evolução filosófica de Engels.....	191
Referências bibliográficas.....	193

Apresentação & Agradecimentos

A dissertação sobre a evolução filosófica e a crítica da economia política do jovem Engels que o leitor tem agora em mãos é o resultado final de aproximadamente três anos e meio de pesquisa historiográfica. O fim de um projeto de pesquisa é, naturalmente, um modo de dizer. Logo em minhas primeiras incursões nas fontes, elas se apresentaram densas, exigentes e inesgotáveis. A erudição dos textos de Friedrich Engels demanda que o pesquisador mobilize conhecimentos na filosofia e teologia, história e política, literatura e teatro etc. Rapidamente me dei por conta que elas estavam além das minhas capacidades de mero aspirante a historiador. Conseqüentemente, as páginas seguintes consistem na tentativa de apresentar como final um material que ainda tem perguntas a serem respondidas, como, também, a serem formuladas. A despeito dos desafios com os quais me deparei durante a investigação nas fontes e demais materiais de leitura, estudo e consulta, os períodos de investigação e redação foram momentos de grande satisfação e realização intelectual.

A redação da primeira versão do último capítulo, das considerações finais e da introdução ocorreu durante uma fase singular da história contemporânea da humanidade: a pandemia da Covid-19—a maior pandemia desde a Gripe Espanhola (1918-1920). É verdade que períodos de epidemias e pandemias também renderam alguns resultados positivos para o progresso científico e artístico da humanidade. Sabe-se que o físico e matemático inglês Isaac Newton (1642-1726/1727) realizou durante um período de “isolamento social” em razão da Grande Praga de Londres (1665-1666) uma série de experimentos que posteriormente lhe serviram de base para a formulação de sua teoria mecânica e óptica; e que a coleção de novelas que compõem o *Decameron*, do poeta e escritor florentino Giovanni Boccaccio (1313-1375), foram escritas durante a Peste Negra (1347-1351).^{*} Contudo, os acontecimentos políticos no Brasil desde as eleições presidenciais de 2018 até o momento da redação desta apresentação não renderam mais do que uma enorme revolta e indignação. Os mais recentes vexames públicos protagonizados por políticos e ministros, os riscos e o sofrimento desnecessariamente imposto à saúde da maioria da população brasileira em razão da incompetência, ignorância orgulhosa, obscurantismos e misticismos, falta de caráter, decência e empatia daqueles que ocupam altos cargos de responsabilidade pública no país tem se desdobrado como uma grotesca e macabra *chanchada política*. Porém, nessa ocasião, ao contrário da peça *A lata de lixo da história* (1968), de Roberto Schwarz,^{**} me parece improvável que teremos um *happy end*

* Gillian Brockell, “During a Pandemic, Isaac Newton Had to Work from Home, Too. He Used the Time Wisely” (*The Washington Post*, Washington, DC, 12 mar. 2020); Paula Findlen, “What Would Boccaccio Say About COVID-19?” (*Boston Review*, 24 abr. 2020).

** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

redentor, pois o Brasil encontra-se hoje nas mãos de uma *clique* de arquitetos da destruição que têm por projeto transformá-lo em um lugar sem esperança, um inferno.*

Períodos de desordem econômica, política e social não são raros na história do Brasil—como também não o são na história da humanidade. Engels viveu durante um período histórico que, em paralelo à vertiginosa, fria, metálica e implacável marcha da Revolução Industrial (infestada pelo asfixiante, fétido, tóxico e sombrio *smog* produzido pela queima do carvão nas fábricas), foi um período no qual ocorreu um apagar das luzes da racionalidade. O Esclarecimento alemão e o Iluminismo francês foram substituídos pelo obscurantismo e misticismo religioso, o irracionalismo filosófico e científico e o sufocamento das liberdades fundamentais do liberalismo clássico (organização, reunião, convicção, expressão e imprensa, e do princípio de que a força do direito deve ser superior ao direito da força).

Durante os trabalhos de exame das fontes, redação e revisão da primeira versão dos capítulos desta dissertação, frequentemente me vieram à mente passagens das teses sobre o conceito da história do ensaísta alemão Walter Benjamin** (1892-1940)—estudadas em máximo detalhe durante as perspicazes aulas da Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Martines Antonacci, ainda em meu período de graduação em história na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Segundo Benjamin, na tese 6: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo”. E, no fim, concluiu: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.

Ao ler e estudar sobre como o jovem Engels desafiou o arbítrio do absolutismo monárquico dos Estados alemães e o irracionalismo e o obscurantismo filosófico e religioso em ascensão na década de 1840, me foi impossível não associá-lo ao presente, tal como uma recordação que relampeja no momento de um perigo e da qual a ética do historiador não lhe permite observar com apatia e condescendência (tese 7).

Apreendi com Benjamin na tese 8 que: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ (*Ausnahmezustand*) em que vivemos é a regra”; e que: “Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esse ensinamento”. Ademais, escreveu Benjamin: “Nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção”. Esse verdadeiro estado de exceção, segundo afirmou Benjamin na tese 12, consiste na “tarefa de libertação {das gerações presentes} em nome das gerações de derrotados {do passado}”. Portanto, é indispensável, escreveu Benjamin no apêndice A, que os historiadores em seu ofício sejam capazes de captarem “a constelação em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada”, fundando, assim, “um conceito do presente como um ‘tempo de agora’”. O “tempo de agora” [*Jetztzeit*] é definido por Benjamin na tese 14 não como um “tempo homogêneo e vazio”, mas como um tempo vivo que ressuscita o passado e lhe dá significado no presente, fazendo-o “explodir para fora o *continuum* da

* Ricardo Mendonça, “Antes de construir é preciso ‘desconstruir muita coisa’ no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA” (*O Globo (Valor Econômico)*, Rio de Janeiro, 18 mar. 2019).

** “Sobre o conceito da história”, in *Magia e técnica, arte e política* (8. ed., São Paulo: Brasiliense, 2012).

história”—isto é, um tempo que tem o potencial de impor uma ruptura, uma mudança de rumo, o fim do “cortejo triunfal” dos dominadores do passado e do presente, pois, para Benjamin, o passado não está morto e embalsamado, mas é como um sujeito vivo que habita e assombra (mas também inspira) o presente (tese 7).

Acredito que os dilemas econômicos, políticos e sociais vividos intensamente pelo jovem Engels estão repletos do “tempo de agora” benjaminiano e, conseqüentemente, possuem algum significado no presente e, potencialmente, podem nos auxiliar tanto no seu esclarecimento quanto em sua superação. Ademais, o inconfundível otimismo engelsiano para com o futuro da humanidade também pode nos inspirar e mobilizar para superarmos nossos dilemas e urgências do presente.

* * *

Naturalmente, a realização e a conclusão desta dissertação contaram com o auxílio e o estímulo de muitas pessoas de reconhecido talento e instituições públicas fundamentais para o progresso científico no Brasil. Logo, agradeço ao Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (USP) pela orientação. Aos Profs. Drs. Anderson Deo (Unesp-Marília) e Claudinei Cássio de Rezende (PUC-SP) pelo exame crítico do relatório de qualificação. Ao Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza (UFMA) pela colaboração na pesquisa e redação de comunicações para apresentação em congressos de história econômica. Aos camaradas da Célula István Mészáros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por terem me concedido a oportunidade de realizar a primeira apresentação pública dos resultados parciais da minha investigação no *XVI Seminário de Formação da Base dos Trabalhadores da Educação* (2017). Aos colegas do Nalporu pelas reuniões do grupo de estudos de *O capital*, de Karl Marx, e pela organização coletiva dos seminários: *História Social Britânica: Metodologia & Práxis Social* (2015); *Escola de Frankfurt: Crítica & Dialética* (2017) e *História Intelectual (200 anos de Karl Marx)* (2018). À Carol pela revisão gramatical e ortográfica da primeira versão da dissertação. (Os erros das versões subsequentes são, evidentemente, de minha integral responsabilidade.) Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História Econômica (PPGHE) e do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) pelo trabalho diligente e comprometido durante um período de adversidades institucionais e frequentes agressões ao ensino superior no país. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado esta dissertação entre 2018 a 2020.

Felipe Cotrim.

São Paulo, outono de 2020.

Apresentação & Agradecimentos à versão corrigida

Primeiramente, gostaria de agradecer, uma vez mais, aos Profs. Drs. Vitor Bartoletti Sartori (UFMG), Antonio Rago Filho (PUC-SP) e Luiz Bernardo Murtinho Pericás (USP) por terem aceito o convite para compor a banca examinadora e pelos comentários críticos à dissertação. Gostaria de agradecer também ao Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (USP) pela orientação e pela presidência da banca e a todos os familiares, amigos, colegas e conhecidos que se dispuseram a acompanhar a defesa—espero que tenha sido minimamente proveitoso à maioria. Apesar da situação excepcional imposta pela pandemia da Covid-19—exigindo que a banca fosse feita de forma integralmente remota—, conseguimos nos esquivar dos possíveis obstáculos técnicos e acredito termos realizado uma banca de alta qualidade teórica e crítica.

Todos os membros da banca examinadora apresentaram críticas perspicazes à dissertação, destacando muitas de suas fragilidades e insuficiências. Gostaria de atender nesta versão corrigida todas as críticas levantadas. Entretanto, isso exigiria uma série de novas leituras e pesquisas, o que, certamente, resultaria em substanciais alterações, exclusões e adições ao texto da versão original. Considerando que a presente versão deve ser uma versão corrigida, e não revisada e ampliada, atentei para a correção dos erros residuais de gramática e ortografia, erros técnicos nas notas de rodapé, citações e referências bibliográficas e no polimento do texto, deixando assim, as demais questões para serem desenvolvidas em eventuais pesquisas no futuro.

Na versão original da dissertação, utilizei algumas imagens referentes à obra de Engels e duas fotografias referentes à estátua de Engels instalada em Manchester. Nesta versão corrigida, optei por organizar o acervo iconográfico em um caderno de imagens anexado ao final da dissertação. Além das imagens utilizadas na versão original, adicionei algumas ilustrações feitas pelo jovem Engels em cadernos de estudo e nas margens de suas cartas.

Felipe Cotrim.

São Paulo, primavera de 2020.

Introdução

Tudo é bonito e constante,
Tudo é música e razão,
E tudo, como o diamante,
Antes da luz é carvão.
JOSÉ MARTÍ, *Versos sencillos* (1891).*

I. Tema & objeto de investigação

Esta dissertação de mestrado tem por grande tema o nexos histórico entre a dissolução da filosofia clássica alemã e a economia política clássica na primeira metade da década de 1840.¹ Naturalmente, um objeto de investigação dessa dimensão ultrapassa não somente o desígnio de uma dissertação de mestrado como também nossas capacidades individuais. Para tornar esse objeto minimamente controlável, nos propusemos a limitá-lo ao estudo da evolução filosófica e da crítica da economia política de Friedrich Engels entre os anos de 1838 a 1844. A razão por termos escolhido esse recorte se justifica pelo fato de Engels haver sido não somente contemporâneo e sujeito dos debates filosóficos durante o período de dissolução da filosofia clássica alemã como também o foi da dissolução da economia política clássica, polemizando com intelectuais e escritores do período e engajando-se na defesa do racionalismo, na militância em prol da democratização e da unificação dos Estados alemães e do movimento operário na Inglaterra.

II. Objetivos

Os objetivos que visamos examinar, compreender e esclarecer nesta dissertação são os seguintes: (1) o curso e as fases da evolução filosófica e política do jovem Engels entre os

* “*Todo es hermoso y constante, / Todo es música y razón, / Y todo, como el diamante, / Antes que luz es carbón*” (2. ed., La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2016).

1 Carlos Haroldo Porto Carreiro, *História do pensamento econômico* (Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975); Carlos Nelson Coutinho, “I. O problema da razão na filosofia burguesa”, in *O estruturalismo e a miséria da razão* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 21–59; György Lukács, *The Destruction of Reason* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1981); “Marx e o problema da decadência ideológica”, in *Marxismo e teoria da literatura* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 51–103; Karl Marx, “Posfácio da segunda edição”, in *O capital: livro I* (São Paulo: Boitempo, 2013), p. 84–87; MEW 23, p. 19–22; *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo: Boitempo, 2011), cap. IV, p. 80; MEW 8, p. 153.

anos de 1838 a 1844; (2) contribuir para o estudo e a compreensão do ambiente filosófico, político e econômico da Alemanha na década de 1840, assim como do ambiente político, econômico e social europeu às vésperas das revoluções de 1848.

Ao reconstituir e examinar a evolução filosófica do jovem Engels, a partir de 1838, até a proposta de crítica da economia política, em 1844, esperamos poder ampliar a compreensão sobre as sucessivas etapas pelas quais ele atravessou até sua adesão definitiva ao comunismo e ao partido do proletariado, assim como os fundamentos filosóficos por meio dos quais ele criticou a sociabilidade burguesa e o capitalismo industrial de seu tempo.

III. Questão ou problema de investigação & histórico da pesquisa

Iniciamos a redação do projeto de pesquisa desta dissertação no início do segundo semestre de 2016. Entretanto, o processo de formulação de nosso projeto de pesquisa foi produto de um acúmulo de leitura e reflexão sobre a obra de Marx e Engels iniciada por volta do ano de 2011, quando nos encontrávamos, então, na graduação em história na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi aproximadamente nesse período que iniciamos as primeiras leituras sistemáticas da obra de Marx e Engels, impulsionados principalmente pela série de eventos em homenagem aos 140 anos da Comuna de Paris (1871) e pelas aulas de filosofia e teoria da história ministradas pelo Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC-SP). A partir dessa base, prosseguimos com a leitura e o estudo da vida e da obra de Marx e Engels, como também de outros pesquisadores e teóricos vinculados à teoria marxista. Entretanto, foi por meio da leitura do ensaio “O jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844”, de György Lukács,² que nossa investigação e, conseqüentemente, a formulação de nosso projeto de pesquisa de mestrado teve, efetivamente, início.

No primeiro parágrafo do ensaio sobre o jovem Marx, Lukács apresentou o problema principal que visava responder e o objetivo de sua investigação nas seguintes palavras:

A partir dos anos de 1920, graças à publicação de importantes manuscritos, tornou-se acessível para a pesquisa científica o processo de formação do jovem Marx: apesar disso, nós, marxistas, não reexaminamos de modo aprofundado e exaustivo o curso e as fases da evolução de Marx, desde o seu jovem-hegelianismo até a fundação do materialismo histórico e dialético. O que falta até hoje, sobretudo, é uma minuciosa monografia na qual sejam reconstruídas as diversas etapas da superação, pelo jovem Marx, da dialética idealista de Hegel: esta carência causa graves dificuldades para nossa tentativa de síntese global. Este nosso ensaio deverá se limitar, portanto, a pôr em evidência alguns pontos essenciais que devem ser levados em conta num estudo sobre a gênese do marxismo no terreno da filosofia.³

Essa questão nos despertou para iniciamos uma investigação similar à proposta levantada por Lukács, contudo, voltada para Engels: Qual foi percurso filosófico do jovem Engels, desde o hegelianismo de juventude até a formulação de uma proposta de crítica da economia política? Por quais caminhos filosóficos e políticos atravessou Engels até atingir

2 “Zur philosophischen Entwicklung des jungen Marx (1840-1844)” (*Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, v. 2, n. 2, 1955), p. 288–343. [Edição brasileira: *in O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009), p. 121–202.]

3 *In O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009), p. 121.

formulações similares à do jovem Marx na época de seu encontro em Paris, em finais do mês de agosto de 1844?

Iniciamos, assim, um levantamento bibliográfico sobre a vida e obra de Friedrich Engels. Encontramos um acervo variado entre biografias, ensaios, artigos de caráter científico etc. Entretanto, a maioria dos materiais coletados tinham por foco de investigação o que poderíamos chamar de Engels “maduro”, ou o Engels posterior às Revoluções de 1848-1849, com raras ou brevíssimas considerações sobre a produção intelectual de Engels anterior a 1844.⁴ Além disso, muitas das pesquisas se caracterizavam por um viés pouco favorável à obra teórica engelsiana, impondo-a toda a sorte de rótulos, por exemplo: de simplificador ou, até mesmo, falsificador da obra marxiana;⁵ fundador do revisionismo e do reformismo da Internacional Socialista (ou Segunda Internacional, 1889-1916);⁶ determinista, evolucionista e positivista; precursor das políticas stalinistas etc.⁷ Com algumas poucas exceções, ficamos insatisfeitos com as resoluções finais de muitos dos autores lidos. Resolvemos, então, iniciar e conduzir nossa própria investigação, buscando a orientação dos pressupostos historiográficos e metodológicos que julgamos mais adequados para a efetivação de uma pesquisa historiográfica da obra engelsiana.

IV. Fontes de pesquisa & bibliografia auxiliar

Nossas fontes de pesquisa consistem no acervo de ensaios, artigos, correspondência e alguns fragmentos de notas e rascunhos de Engels produzidos entre os anos de 1838 a 1844. Esse acervo se encontra disponível nas edições *Marx-Engels-Werke* (MEW) e *Marx & Engels Collected Works* (MECW). No final de dezembro de 2019, conseguimos acesso a alguns volumes das edições *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA), significando a incorporação de um novo e amplo material de pesquisa ao nosso acervo documental. Nessa altura, já havíamos concluído a redação da primeira versão do primeiro e segundo capítulos da dissertação e iniciado os trabalhos de pesquisa e redação do terceiro capítulo. Ainda assim,

- 4 Marcos Del Roio, “Engels e a origem do marxismo” (*Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, jul. 2011): comunicação centrada nos livros *Anti-Dühring* e *Dialética da natureza*, redigidos na década de 1870 (Agradecemos ao Prof. Dr. Anderson Deo (Unesp-Marília) pela indicação dessa comunicação); Giuseppe Prestipino, *El pensamiento filosófico de Engels* (Ciudad de México: Siglo XXI, 1977): segundo o próprio Prestipino: “Este livro investiga o conteúdo filosófico do marxismo nas obras maduras de Engels” (“Prefácio”, p. 7); Roman Rosdolsky, *Friedrich Engels y el problema de los pueblos “sin historia”* (Ciudad de México: Siglo XXI, 1980): pesquisa historiográfica centrada nos artigos de Engels sobre as Revoluções de 1848-1849 no leste europeu.
- 5 Sobre os debates relativos às edições de Engels dos Livros 2 e 3 de *O capital*, de Marx, destacamos: Carl-Erich Vollgraf & Jürgen Jungnickel, “‘Marx in Marx’s Words’? On Engels’s Edition of the Main Manuscript of Book 3 of ‘Capital’” (*International Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, p. 35–78, 2002); Vitalii Vygodskii, “What Was It Actually That Engels Published in the Years 1885 and 1894? On the Article by Carl-Erich Vollgraf and Jürgen Jungnickel Entitled ‘Marx in Marx’s Words?’” (*International Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, p. 79–82, 2002); Michael Heinrich, “A edição de Engels do Livro 3 de *O capital* e o manuscrito original de Marx” (*Crítica Marxista*, n. 43, p. 29–43, 2016); Michael Krätke, “O problema Marx-Engels por que Engels não falseou *O capital* marxiano” (*Verinotio*, n. 20, p. 191–206, 2015).
- 6 Sobre os debates relativos ao revisionismo e reformismo engelsiano na Segunda Internacional destacamos: Lucio Colletti, “Bernstein and the Marxism of the Second International”, in *From Rousseau to Lenin* (New York & London: Monthly Review Press, 1974), p. 45–108; Paul Kellogg, “Engels e as raízes do ‘revisionismo’: uma reavaliação” (*Práxis*, p. 88–108, 1995); Valerio Arcary, “Marx e Engels e as avaliações estratégicas após a derrota da Comuna de Paris” (*PUC Viva*, n. 40, p. 32–38, 2011).
- 7 Sobre uma perspectiva desfavorável às contribuições políticas de Engels ao marxismo destacamos: David McLellan, in *As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979), cap. 5, p. 63–73.

buscamos, no limite do possível, incorporar o novo material ao acervo da pesquisa, o que demandou o retorno aos capítulos que já haviam sido redigidos.

A maioria de nossas fontes de pesquisa foram escritas e publicadas originalmente em alemão, exceto alguns poucos textos em inglês. Dessas fontes, somente o ensaio “Esboço de uma crítica da economia política” recebeu uma tradução profissional para o português.⁸ Considerando que “todos os historiadores estão restritos a umas poucas línguas”,⁹ utilizamos a edição em inglês da MECW, mas tendo o cuidado de utilizarmos em paralelo a edição em alemão da MEW.

Ao longo da dissertação, buscamos permitir que Engels falasse por si mesmo o máximo possível. Engels foi um escritor envolvente, com grande habilidade descritiva e argumentativa, que se aventurou nos mais variados gêneros de escrita: crítica literária, literatura de viagem, política, história, filosofia etc. Por essa razão, optamos por expor o leitor a longas citações das fontes examinadas. A fim de facilitar o ritmo e a fluidez da leitura, fizemos traduções para o português das fontes citadas, como também das demais citações de outros materiais bibliográficos, por exemplo: livros, artigos, ensaios etc.

Debruçar-se sobre uma fonte de pesquisa historiográfica sem a assistência de uma bibliografia complementar que auxilie e contextualize sobre o ambiente e a realidade histórica no qual elas foram produzidas certamente levará o pesquisador a incorrer em uma série de erros. Ao longo do processo de pesquisa e exame das fontes, recorreremos a um acervo bibliográfico que compreendeu as coleções *Cambridge Economic History* e *Urban History of Britain*, *Fontana Economic History of Europe*, a coleção das *Eras* e *História do marxismo*, de Eric Hobsbawm, e o ensaio “Alemania y Prusia”, de Leo Kofler, como referências sobre a história econômica, intelectual, social e urbana do período de investigação. Como referências sobre a história da filosofia do período recorreremos à coleção *Routledge History of Philosophy*, os verbetes da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, os livros *O socialismo utópico*, de Jacqueline Russ, *The Young Hegelians and Karl Marx* e *Marx Before Marxism*, de David McLellan. (As demais obras de referência serão devidamente citadas ao longo da dissertação.)

V. Revisão bibliográfica

A bibliografia sobre a vida e a obra de Engels é vasta. Conseqüentemente, qualquer historiador que se aventure em investigá-la será obrigado a fazer uma seleção onde alguns pesquisadores relevantes serão, inevitavelmente, deixados de lado. Os motivos para isso são muitos: a dificuldade de acesso, seja à versão impressa quanto à versão digital, do texto; a barreira do idioma da publicação; os prazos de conclusão das atividades de pesquisa etc.

Nosso objetivo nesse item não é expor extensivamente sobre o acervo bibliográfico por nós utilizado—teremos oportunidades suficientes para tanto ao longo dos capítulos da

8 “Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie” (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, Paris, n. 1-2, 1844), in MEW 1, p. 499–524. Traduzido para o português por Maria Filomena Viegas e publicado pela primeira vez na revista *Temas de Ciências Humanas* (v. 5, p. 1–29, 1979). A tradução foi republicada dois anos mais tarde no livro *Engels* (São Paulo: Ática, 1981, p. 53–81).

9 Eric Hobsbawm, “Prefácio”, in *A era das revoluções, 1789-1848* (25. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012), p. 16.

dissertação—, mas sim expor de forma breve e sintética as principais obras de referência bibliográfica por nós utilizadas, além de alguns critérios de seleção e classificação.

Durante a etapa de formulação do projeto de pesquisa e durante a etapa formal da pesquisa de mestrado, coletamos um grande número de livros e artigos sobre os diversos aspectos da obra de Engels e sobre os mais variados ramos do conhecimento científico: história, filosofia, ciência política, crítica literária etc. Infelizmente, não conseguimos incorporar e examinar toda essa literatura no texto final da dissertação pelas razões mencionadas acima. Assim, tivemos que restringir a bibliografia utilizada dentro de uma margem minimamente controlável. O critério elegido para a seleção foi a relevância da bibliografia perante os objetivos e o recorte histórico da dissertação e a originalidade das teses apresentadas pelos autores.

Dividimos a bibliografia sobre Engels em dois grupos: (1) biografias; e (2) comentadores, ou intérpretes críticos.

Os textos sobre a vida e obra de Engels remontam desde seu período de vida, incluindo breves esboços biográficos, que demonstram a relevância e o reconhecimento que ele recebeu ainda em vida.¹⁰ Também foram publicados necrológios a Engels, sendo um dos mais conhecidos redigido por V. I. Lênin¹¹ (1870-1924). Franz Mehring¹² (1846-1919), historiador alemão e autor da primeira biografia extensiva de Karl Marx, também deixou como legado alguns breves ensaios sobre a vida e a obra de Engels. Uma obra biográfica extensiva e científica sobre Engels somente foi publicada em 1920 pelo jornalista e historiador alemão Gustav Mayer¹³ (1871-1948). Ela permanece como a obra de maior referência e aquela para a qual os demais biógrafos ainda têm que prestar contas.¹⁴ Além da biografia de Engels de Mayer, também utilizamos como referências as biografias de David Riazánov,¹⁵ Edmund Wilson,¹⁶ W. O. Henderson,¹⁷ L. F. Ilitchev¹⁸ e Tristram Hunt.¹⁹ Em razão de terem sido escritas em períodos históricos diferentes, por pesquisadores munidos de fontes e metodologias distintas, além dos vínculos políticos e ideológicos próprios, cada uma dessas biografias apresentaram um Engels com nuances singulares. Entretanto, todas nos ofereceram os elementos necessários para a realização desta dissertação: as informações

10 “Biographical article on Engels” (*Brockhaus’ Konversations-Lexikon*, v. 6, 14. ed., Leipzig & Wien, 1893), in MECW 27, p. 539–540; “Engels, Frederick” (*Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, v. 3, Jena, 1892), in MECW 27, p. 530–532; Karl Kautsky, “Frederick Engels: His Life, His Work and His Writings” (1887) (*Marxists Internet Archive*); Karl Marx, [“Prefácio à edição francesa de *Socialismo utópico e socialismo científico* [*Socialisme utopique et socialisme scientifique*], de Friedrich Engels”] (1880), in MECW 24, p. 335–339.

11 “Frederick Engels” (*Rabotnik*, n. 1-2, 1896), in LCW 2, p. 15–27. [Edição brasileira: “Friedrich Engels”, in *Engels* (São Paulo: Xamã, 1995), p. 133–141.]

12 “Frederick Engels” (1905) (*Marxists Internet Archive*); “An Unusual Friendship” (1919) (*Marxists Internet Archive*).

13 *Friedrich Engels* (Berlim & Heidelberg). [Edição mexicana: *Friedrich Engels* (Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979).]

14 David McLellan classificou a biografia de Engels de Mayer como “esplêndida” e “a melhor dentre as disponíveis” (“Leituras adicionais”, in *As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979), p. 76). L. F. Ilitchev congratulou Mayer por ter conseguido por meio de “um enorme material biográfico” “apresentar a vida de Engels no contexto dos acontecimentos históricos e introduzir no uso científico novos fatos interessantes e de grande importância” (“Introdução”, in *Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986), p. 9).

15 *Karl Marx and Friedrich Engels* (London: Martin Lawrence, 1927).

16 *Rumo à estação Finlândia* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).

17 *The Life of Friedrich Engels: Vol. I & II* (London: Frank Cass, 1976).

18 *Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986).

19 *Marx’s General* (New York: Holt Paperbacks, 2010).

biográficas factuais para a contextualização da vida, da obra e do contexto histórico no qual Engels viveu e produziu seus textos.

No que se refere ao segundo grupo—comentadores, ou intérpretes críticos—, existem diferentes gradações. De um lado, separamos aqueles vinculados à postura, ou à perspectiva anti-Engels,²⁰ tais como: David McLellan,²¹ Terrell Carver,²² Gregory Claeys²³ e Norman Levine.²⁴ Do outro lado separamos aqueles que, sem abrirem mão do senso crítico, avaliaram de maneira mais equilibrada—diríamos, até mesmo, mais justa—a obra e o legado de Engels, tais como: György Lukács,²⁵ Gareth Stendman Jones,²⁶ Steven Marcus,²⁷ Samuel Hollander,²⁸ José Paulo Netto,²⁹ Osvaldo Coggiola³⁰ e Ricardo Musse.³¹ Foi com esses dois grupos de intérpretes críticos com quem estabelecemos maior interlocução ao longo da dissertação. Porém, não ignoramos outros pesquisadores da obra engelsiana, tais como Roland Boer,³² que estudou a religiosidade e o pensamento teológico de Engels, e Lincoln Secco,³³ que estudou a crítica da economia política do jovem Engels. Exames, comentários e observações críticas a respeito das aproximações ou divergências de suas teses sobre a obra engelsiana serão apresentadas na dissertação conforme houver a necessidade.

20 Segundo John Bellamy Foster, a perspectiva anti-Engels se caracterizou pelo esforço de uma série de intelectuais e acadêmicos ocidentais do século XX—como tradição distinta do marxismo “oficial”, ou soviético—em distanciar, ou antagonizar Marx e Engels, higienizando o primeiro das “vulgarizações” do último, a fim de que Marx pudesse ser melhor incorporado no habitat acadêmico como um cientista social estéril e podado do aspecto político e revolucionário de sua obra teórica, enquanto que Engels foi estigmatizado “como a fonte de tudo que é repreensível no marxismo” (“The Return of Engels” (*Monthly Review*, v. 68, n. 10, 2017)). Exemplos dessa perspectiva anti-Engels encontram-se em Norman Levine, que desqualificou integralmente quaisquer contribuições engelsianas ao pensamento filosófico (*Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2); David McLellan, que, a despeito de reconhecer contribuições de Engels à historiografia e à ciência política, o desqualificou como simplificador da filosofia marxiana e semente do “materialismo grosseiro” e do “dogmatismo stalinista” (*As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979), cap. 5, p. 70–72); e Lucio Colletti, que, por sua vez, responsabilizou Engels pelo revisionismo social-democrata da Segunda Internacional (1889-1916) (“Bernstein and the Marxism of the Second International”, in *From Rousseau to Lenin* (New York: Monthly Review Press, 1974), p. 45–108). Sobre a perspectiva anti-Engels no Brasil, destacamos o artigo de Romeu da Silva, “Tendências do marxismo: “ontologia do ser social” e anti-engelsismo” (*HISTEDBR On-line*, n. 69, p. 311–335, 2016) (Agradecemos a Sérgio Pires, nosso colega do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (PPGHE-USP), pela indicação do artigo).

21 *As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979).

22 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990).

23 “Engels’ Outlines of a Critique of Political Economy (1843) and the Origins of the Marxist Critique of Capitalism” (*History of Political Economy*, v. 16, n. 2, p. 207–232, 1984).

24 *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006).

25 O exame crítico de Lukács sobre a obra de Engels se encontra disperso em uma série de livros e ensaios, por exemplo: “O que é marxismo ortodoxo?”, in *História e consciência de classe* (São Paulo: Martins Fontes, 2003), p. 67–70; “Friedrich Engels, teórico e crítico da literatura”, in *Marxismo e teoria da literatura* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 19–49; *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (São Paulo: Boitempo, 2010); “IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, in *Para uma ontologia do ser social: I* (São Paulo: Boitempo, 2012), p. 281–422.

26 “Engels and the Genesis of Marxism” (*New Left Review*, v. I, n. 106, p. 79–104, 1977). [Edição brasileira: “Retrato de Engels”, in *História do marxismo: I* (3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983), p. 377–421.]

27 *Engels, Manchester, and the Working Class* (London: Weidenfeld and Nicolson, 1974).

28 *Friedrich Engels and Marxian Political Economy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011).

29 “Apresentação”, in *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 9–35; “F. Engels: subsídios para uma aproximação”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 27–50.

30 *Engels* (São Paulo: Xamã, 1995).

31 “A dialética como método e filosofia no último Engels” (*Crítica Marxista*, v. 1, n. 5, p. 40–54, 1997); “Anti-Dühring na gênese do marxismo” (*Crítica Marxista*, n. 44, p. 145–153, 2017); “Sistema e método no último Engels” (*Discurso*, n. 30, p. 87–100, 1999).

32 “Keeping the Faith: The Ambivalent Commitments of Friedrich Engels” (*Studies in Religion/Sciences Religieuses*, v. 40, n. 1, p. 63–79, 2011).

33 “Engels e a crítica da economia política”, in *Marx e Engels na História* (São Paulo: Xamã, 1996), p. 277–290.

(Em razão da barreira do idioma ou por imposições dos prazos de conclusão, não conseguimos incorporar alguns textos clássicos sobre o jovem Engels, por exemplo, os livros de: Reinhart Seeger, *Friedrich Engels: die religiöse Entwicklung des Spät Pietisten und Frühsozialisten* (Akademischer Verlag, Halle, 1935); Karl Kupisch, *Vom Pietismus zum Kommunismus* (Lettner-Verlag, Berlin, 1953); Horst Ullrich, *Der junge Engels: Bd. 1 & 2* (Deutscher Verlag der Wissenschaften, Berlin, 1961, 1966); Manfred Kliem, *Friedrich Engels: Dokumente seines Lebens: 1820-1895* (Leipzig: Philipp Reclam, 1977); o ensaio biográfico de Werner Sombart, *Friedrich Engels (1820-1895): ein Blatt zur Entwicklungsgeschichte des Sozialismus* (Berlin: O. Häring, 1895); a biografia de Karl Marx e Friedrich Engels de Auguste Cornu, *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur oeuvre (1818/1820-1844)* (Paris: Presses Universitaires de France, 1955); a tradução em inglês da biografia “oficial” da Alemanha Oriental: Heinrich Gemkow *et al.*, *Frederick Engels: A Biography* (Dresden: Zeit im Bild, 1972). Também ficou de fora a monografia de Sabatino Proserpi: *1838-42: Engels: gli anni della formazione* (Napoli: Dipartimento di Studi Umanistici – Università degli Studi di Napoli Federico II, 2009).)

VI. Método

Os pressupostos metodológicos desta dissertação têm como referência a concepção materialista da história e o método marxiano de investigação e exposição.

A concepção materialista da história—que recebeu uma de suas primeiras formulações sistemáticas por Marx e Engels entre os anos de 1844 e 1846—adveio da necessidade de estabelecer parâmetros objetivos à investigação da história das sociedades humanas e de sua interação com a natureza tendo como ponto de partida a práxis material. Conforme essa concepção, o estudo objetivo das sociedades humanas na história deve ter como ponto de partida a

produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada [...] como o fundamento de toda a história, [...] explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência—religião, filosofia, moral etc. etc.—e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material.³⁴

Por esse motivo, a plena realização de uma pesquisa historiográfica que tenha como referências tais pressupostos metodológicos exige, antes de mais nada, o conhecimento

34 Karl Marx & Friedrich Engels, *A ideologia alemã* (São Paulo: Boitempo, 2007), p. 42–43; MEW 3, p. 37–38; Anos mais tarde, Engels retomou o tema da concepção materialista da história no livro *Anti-Dühring* (São Paulo: Boitempo, 2015, Introdução, II., p. 52–56, seção III, cap. II, p. 304; MEW 20, p. 22–26, 248–249) e em uma série de cartas da primeira metade da década de 1890 (*Margem Esquerda*, v. 20, p. 125–141, 2013; MEW 37, 39). Também tomamos como referência para o estudo e compreensão da concepção materialista da história as pesquisas de marxólogos tais como: John Bellamy Foster, “4. The Materialist Conception of History”, in *Marx’s Ecology* (New York: Monthly Review Press, 2000), p. 105–140; David McLellan, “A concepção materialista da história”, in *História do marxismo: I* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979), p. 67–89.

prévio das determinações econômicas e políticas do período no qual nos debruçamos: a primeira metade do século XIX na Europa. A fim de que pudéssemos cumprir com essas exigências, recorreremos às coleções *Cambridge Economic History* e *Urban History of Britain*; *Fontana Economic History of Europe*; à coleção das *Eras*, de Eric Hobsbawm; e ao ensaio “Alemania y Prusia”, de Leo Kofler. (As demais referências historiográficas serão devidamente citadas ao longo da dissertação conforme houver necessidade.)

Contudo, não é somente de pão que vive o homem.³⁵ O conhecimento da cultura, dos valores e dos costumes coletivos, das sensibilidades e das subjetividades do período também são tão fundamentais e indispensáveis para o pleno desenvolvimento de uma pesquisa historiográfica quanto o próprio conhecimento da economia e da política. Segundo Leandro Konder,³⁶ uma das grandes contribuições marxianas de juventude foi a historicização das sensibilidades humanas e a “revalorização do conhecimento artístico”, elevando-o ao status de complementar e indispensável ao conhecimento científico, de tal forma que “do ponto de vista marxista, não é admissível a contraposição mecânica de inteligência e sensibilidade no ser humano”, mas a unidade dialética entre a arte e a ciência. O próprio Engels reconheceu em carta a Margaret Harkness³⁷ (1854-1923), escritora e jornalista socialista inglesa, que havia aprendido mais sobre a sociedade francesa da Restauração (1815-1848) com a leitura de *A comédia humana*, do escritor francês Honoré de Balzac (1799-1850), do que com todos os livros de economia e história sobre o período. Da mesma forma, também consideramos obras literárias que foram escritas por volta da primeira metade do século XIX na Europa,³⁸ como também outras nas quais o enredo atravessa esse mesmo período,³⁹ como fontes válidas para uma profunda e ampla compreensão de nosso objeto de estudo.

No que se refere ao método marxiano de investigação e exposição, sabe-se que Marx e Engels jamais publicaram um extenso tratado, ou um discurso sobre o método. Contudo, é possível inferir sua concepção geral por meio de suas obras publicadas em vida e dos manuscritos publicados posteriormente.⁴⁰

O método marxiano de investigação e exposição foi, ao longo do século XX, um amplo objeto de pesquisa de toda uma série de marxólogos que realizaram verdadeiras exegeses dos textos e dos manuscritos marxianos sobre esse tema.⁴¹

35 Deuteronômio 8:3.

36 “2. Marx e Engels”, in *Os marxistas e a arte* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013), p. 38–42. Essa tese de Konder está fundamentada nas considerações de Karl Marx sobre a formação histórica da essência humana presentes nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (São Paulo: Boitempo, 2010, p. 108–113; MEW 40, p. 539–544).

37 Em Londres (Londres, início de abr. 1888), in MECW 48, p. 166–169.

38 J. W. Goethe, *Fausto: I & II* (São Paulo: Editora 34, 2011); *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (2. ed., São Paulo: Editora. 34, 2009).

39 Gustave Flaubert, *A educação sentimental* (São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017); Thomas Mann, *Os Buddenbrooks* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016).

40 Alguns exemplos do método marxiano de investigação e exposição foi exposto por Marx em: “3. O método da economia política”, in *Grundrisse* (São Paulo: Boitempo, 2011), p. 54–61; MEW 42, p. 34–42; “Posfácio da segunda edição”, in *O capital: livro I* (São Paulo: Boitempo, 2013), p. 83–91; MEW 23, p. 18–28.

41 Entre alguns dos marxólogos que se dedicaram ao estudo do método marxiano de investigação e exposição, destacamos: Karel Kosik, *Dialectics of the Concrete* (Dordrecht & Boston: D. Reidel Publishing Company, 1976); Matthew McManus, “On Marx’s Philosophical Methodology in the Grundrisse” (*MR Online*, 29 set. 2017); José Paulo Netto, *Introdução ao estudo do método de Marx* (São Paulo: Expressão Popular, 2011); Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx* (Rio de Janeiro: EDUERJ & Contraponto, 2001); Ivo Tonet, *Método científico* (São Paulo: Instituto Lukács, 2013).

A despeito das diferenças terminológicas e de algumas particularidades de cada marxólogo, é possível sintetizar os resultados a que eles chegaram sobre o método marxiano de investigação em duas fases fundamentais, resumidas por David Harvey⁴² como: (1) descenso (referente ao caminho que se dirige do concreto para o abstrato); e (2) ascenso (referente ao caminho que se dirige do abstrato para o concreto). O descenso consiste na fase na qual o pesquisador inicialmente apreende seu objeto de investigação tal como ele se apresenta na imediatez. O objetivo dessa etapa é apropriar-se integralmente das propriedades de seu objeto de pesquisa e examinar suas múltiplas formas de desenvolvimento, fazendo com que ele, inicialmente uma massa amorfa e caótica, se torne intelectualmente compreensível. O ascenso consiste no “retorno à superfície”, no qual o investigador volta a se confrontar com seu objeto de investigação, porém, agora, auxiliado pela experiência e pelo conhecimento adquirido durante o descenso. Essa nova condição qualifica o pesquisador a reinterpretar seu objeto de investigação sob condições distintas daquelas iniciais, durante a fase do descenso, sendo então capaz de reconstruí-lo intelectualmente com o máximo possível de fidelidade à forma concreta de existência do objeto investigado.

Outro aspecto comum entre os marxólogos que se dedicaram ao estudo do método marxiano encontra-se no papel do pesquisador perante o objeto de investigação. Segundo José Paulo Netto:

O papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa.⁴³

O método marxiano de investigação e exposição exige, assim, do pesquisador um acúmulo de conhecimento intelectual e prático que o capacite a apreender as mais diversas formas de conhecimento humano, seja científico—por exemplo: história, filosofia, economia etc.—ou estético—por exemplo: literatura, teatro etc. São raros aqueles pesquisadores capazes de concentrar em si próprios toda a gama de qualidades necessárias para a realização de uma investigação e exposição científica do objeto estudado. Razão pela qual o conhecimento científico é produto do acúmulo histórico de estudos, todos eles suscetíveis a equívocos e à necessidade de revisões. Naturalmente, nossa dissertação não fugirá à regra, sendo nada mais do que uma humilde tentativa de contribuir com o progresso da pesquisa historiográfica.

Da mesma forma que “é a própria natureza do gênero que nos ensina a escolher a métrica adequada”,⁴⁴ será a partir da própria natureza do objeto que se deve determinar a escolha do procedimento adequado da investigação. Considerando a existência autônoma do objeto, a escolha do método não deve partir da preferência subjetiva do investigador, mas deve ser determinada pelo próprio objeto. Consideramos o procedimento mais adequado para o exame das fontes que visamos investigar—o conjunto de artigos, ensaios e cartas do jovem Engels—aquele que implica o “respeito radical à estrutura e à lógica

42 *Para entender O capital: livro I* (São Paulo: Boitempo, 2013), p. 17–18.

43 *Introdução ao estudo do método de Marx* (São Paulo: Expressão Popular, 2011), p. 25.

44 Aristóteles, *Poética* (São Paulo: EDIPRO, 2011), cap. 24, p. 87.

inerente ao texto examinado”. Isso significa que, “antes de interpretar ou criticar, é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido”.⁴⁵ Partindo de tal pressuposto, nosso objeto de estudo encontra-se carregado de uma lógica própria independente do sujeito que se debruça sobre ele. Assim, a forma mais apropriada para o exame investigativo destas fontes seria aquela que as submete “a um tratamento histórico-dialético”,⁴⁶ isto é, o método que apreende as fontes historiográficas em conformidade com o desenvolvimento dinâmico e histórico delas próprias, desvelando, desta maneira, sua lógica interna, e não as premissas condicionadas do investigador. Por esta razão, identificamos nos pressupostos metodológicos apresentados por José Chasin⁴⁷ no livro *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica* os mais adequados para a efetivação de nossa investigação.⁴⁸

Naturalmente, não somos pioneiros em tal empreitada. Temos à nossa disposição exemplos de pesquisas recentes bem-sucedidas que recorreram à abordagem metodológica proposta, tais como Ivan Cotrim,⁴⁹ Livia Cotrim,⁵⁰ Vera Cotrim,⁵¹ Gustavo Machado,⁵² Antonio Rago Filho,⁵³ Felipe Musetti,⁵⁴ Vitor Sartori,⁵⁵ Zaira Vieira,⁵⁶ entre outras. O estudo de V. I. Lênin⁵⁷ sobre a concepção de Marx e Engels do Estado, da política e da teoria da revolução apresentado em *O Estado e a revolução*, o estudo de Michael Löwy⁵⁸ sobre a teoria da revolução do jovem Marx e os estudos de István Mészáros⁵⁹ sobre a teoria da alienação de Marx e a obra do filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) também consistiram em referências práticas para a investigação e exposição histórico-dialética do objeto de pesquisa desta dissertação.

Desta forma, seguindo os pressupostos apresentados acima, passaremos em revista a evolução filosófica e política de Engels, detendo-nos mais demoradamente naqueles pontos

45 José Chasin, “Introdução”, in *Marx* (São Paulo: Boitempo, 2009), p. 25.

46 György Lukács, “O que é marxismo ortodoxo?”, in *História e consciência de classe* (São Paulo: Martins Fontes, 2003), p. 74–75.

47 São Paulo: Boitempo, 2009.

48 Nesse mesmo espírito, Karel Kosík, refletindo sobre os estudos e as interpretações de *O capital*, de Karl Marx, asseverou que o ponto de partida da investigação de um texto deve ser, naturalmente, o próprio texto; ele deve ter início no texto a fim de retornar a ele com o objetivo de esclarecê-lo. Para uma investigação e interpretação adequada de um texto, Kosík indica cinco exigências: (1) o esclarecimento de todas as suas passagens; (2) explicá-lo tanto em suas seções quanto sua em estrutura geral—isto é, explicar suas partes como também o todo; (3) ser completa, consistente e livre de contradições; (4) preservar a especificidade do texto; e (5) incorporar na investigação, na interpretação e na exposição final suas críticas e suas demais interpretações historicamente acumuladas, pois, ainda que o texto seja independente delas, para Kosík: “A história de um texto é, em certo sentido, a história de suas interpretações: cada período e cada geração enfatiza diferentes aspectos dele, atribui maior importância a uns do que a outros e, portanto, revela significados diferentes no texto” (*Dialectics of the Concrete* (Dordrecht & Boston: D. Reidel Publishing Company, 1976), cap. III, p. 94–95).

49 *Karl Marx*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) (São Paulo: PUC-SP, 2008).

50 *Marx*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) (São Paulo: PUC-SP, 2007).

51 *Trabalho, conhecimento, valor*. Tese (Doutorado em História Econômica) (São Paulo: USP, 2015); *Trabalho produtivo em Karl Marx*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) (São Paulo: USP, 2009).

52 *Marx e a história* (São Paulo: Sundermann, 2018).

53 *A ideologia 64*. Tese (Doutorado em História Social) (São Paulo: PUC-SP, 1998).

54 *Da República Social à Ditadura Bonapartista*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) (São Paulo: PUC-SP, 2014).

55 *Contribuição para uma crítica ontológica à ideologia de Hannah Arendt*. Dissertação (Mestrado em História Social) (São Paulo: PUC-SP, 2011).

56 *Atividade sensível e emancipação humana nos Grundrisse de Karl Marx*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) (Belo Horizonte: UFMG, 2004).

57 São Paulo: Expressão Popular, 2007.

58 *A teoria da revolução no jovem Marx* (São Paulo: Boitempo, 2012).

59 *A teoria da alienação em Marx* (São Paulo: Boitempo, 2006); *A obra de Sartre* (São Paulo: Boitempo, 2012).

pelos quais outros pesquisadores que nos precederam, por inúmeras razões, muitas vezes justificadas, passaram com demasiada celeridade. Para tanto, teremos de recorrer a longas citações dos artigos, ensaios e da correspondência engelsiana. Temos consciência que esse procedimento expositivo tornará a leitura monótona. Contudo, é impossível dispensá-lo a fim de cumprir a leitura imanente das fontes examinadas. As citações de Engels por nós selecionadas serão reproduzidas em sua forma mais completa possível e com a menor intervenção do pesquisador a fim de que o leitor possa, por si mesmo, compreender a evolução das concepções econômicas, filosóficas e políticas do jovem Engels.

* * *

Fiel à etimologia da palavra grega “método” (μέθοδος/*méthodos*), o filósofo francês René Descartes⁶⁰ (1596-1650) a definiu como o caminho ordenado “para bem conduzir a razão e procurar a verdade nas ciências”. Por mais que se possa escrever e discorrer sobre o método, esse caminho ordenado, escreveu Descartes, “é antes uma questão de prática do que de teoria”. Sendo assim, é muito mais agradável viver sua experiência do que escrever sobre ele. Esperamos que nas páginas seguintes tenhamos sido capazes de expor com clareza e objetividade os resultados de nossa investigação e reproduzir com a mesma satisfação e entusiasmo o prazeroso processo de pesquisa pelo qual nos ocupamos durante os últimos anos.

VII. Resumo dos capítulos

A dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo examinaremos as fontes correspondentes ao período de Engels em Bremen (1838-1841). Durante esse período Engels se dedicou a escrever e a publicar ensaios de crítica literária e de crítica cultural e social, diários de viagem, e a estudar teologia e filosofia como autodidata. Foi durante esse período que Engels realizou suas primeiras incursões nas obras de Hegel e na filosofia hegeliana contemporânea. O período em Bremen consistiu em um ciclo próprio e independente da formação filosófica e política de Engels. Ao examinarmos os textos publicados por Engels e sua correspondência nesses anos observaremos seu gradual processo de transformação de um jovem com ambições literárias e ideais políticos românticos em crise teológica com sua formação religiosa em um ensaísta e polemista ousado, crítico das monarquias absolutistas e do irracionalismo teológico e filosófico, simpático ao jacobinismo e ao racionalismo, que se conduzia em direção aos princípios filosóficos do neohegelianismo.

No segundo capítulo examinaremos as fontes correspondentes ao período de Engels em Berlim (1841-1842). Nessa altura, a oposição de Engels à monarquia prussiana se fortalece, adquirindo maior substância e base teórica. Os ensaios de crítica literária, social e cultural passam a perder espaço para artigos sobre política e filosofia. Foi durante esse período que Engels publicou os ensaios que nos permitem examinar a substância de sua adesão ao neohegelianismo, que servirá de base filosófica e metodológica para o período seguinte em

60 *Discurso do método* (4. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009), p. 3; pt. 2, p. 41, nota 70.

Manchester.

No terceiro capítulo examinaremos as fontes correspondentes ao primeiro período de Engels em Manchester (1842-1844). Durante os quase dois anos em que morou e trabalhou na cidade inglesa, Engels voltou-se para as questões candentes do período, como a questão econômica e social das classes trabalhadoras nas grandes cidades industriais inglesas. Além de realizar uma pesquisa de campo sobre as condições de trabalho e habitação das classes trabalhadoras na Inglaterra, Engels também dedicou-se a estudar a teoria e a história da industrialização do país e a literatura socialista. Ele ainda se engajou no movimento operário inglês, aproximando-se dos socialistas owenistas e dos cartistas. Mesmo distante de sua terra natal, Engels não perdeu seus vínculos, mantendo-se informado sobre os últimos acontecimentos políticos da Europa continental e informando seus conterrâneos das últimas e mais importantes notícias da Grã-Bretanha. A produção intelectual de Engels durante seu primeiro período em Manchester se diferencia substancialmente da produção precedente. Na Inglaterra, Engels voltou-se para temas mais práticos e pouco abstratos; passou a buscar referências empíricas para sustentar suas argumentações, estabelecendo a economia como seu novo objeto de estudo, sem, contudo, abandonar sua herança filosófica alemã.

VIII. O retorno de Engels

No mês de agosto de 2016, o cineasta britânico Phil Collins⁶¹ viajou pelas antigas Repúblicas Soviéticas acompanhado de duas intérpretes russas, Anya Harrison e Olga Borissova, a fim de realizar o projeto de trazer Friedrich Engels de volta a Manchester. Engels viveu em Manchester durante um período aproximado de duas décadas em meados do século XIX e foi nessa cidade que ele coletou o grosso do material para aquela que permanece sendo uma das maiores obras sobre a “questão social” nas grandes cidades industriais da Inglaterra: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig). Entretanto, mesmo após 121 anos da morte de Engels (1895) e apesar de sua vida ter sido bem documentada e estudada, não havia, até então, nenhum marco permanente dele na cidade de Manchester. Collins se propôs a reparar esta situação, trazendo para a cidade uma estátua de Engels erigida na União Soviética.

Após a dissolução da União Soviética (1922-1991), muitas estátuas de tributo a seus estadistas, tais como V. I. Lênin (1870-1924) e Iósif Stálin (1878-1953), e aos fundadores do socialismo científico, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895)—que passaram a serem vistos por muitos de seus habitantes como arquitetos de governos tirânicos—, foram derrubadas, vandalizadas e abandonadas. Com a quase permanente tensão diplomática e, depois, com o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia (Guerra Civil no Leste da Ucrânia, ou Guerra em Donbass, 2014-presente), a prática iconoclasta para com os símbolos soviéticos aumentou exponencialmente—particularmente depois do

61 Residente em Berlim, Phil Collins dedicou-se nos últimos anos à produção de filmes sobre o pensamento marxista na Alemanha Oriental (DDR), por exemplo: *Use! Value! Exchange!* (2010) (“Phil Collins: Marxism Today (Prologue) / Use! Value! Exchange!” (*ArtConnect*, 2015); Stuart Jeffries, “Fastest! Tallest! Marxist! The Visual Art of Phil Collins” (*The Guardian*, Londres, 6 fev. 2011)). Não confundir com o músico britânico homônimo, Phil Collins (1951-).

decreto do governo ucraniano autorizando a remoção de todos esses ícones e a proibição de execução de quaisquer discursos e canções do período soviético. Assim, o projeto de Collins iniciou, coincidentemente, quando seu objeto de procura encontrava-se em séria ameaça de existência. A proposta de Collins consistiu em encontrar essas estátuas de Engels dispersas pelo território das antigas Repúblicas Soviéticas e recolher e transportar a Manchester aquela que fosse a mais adequada.

A empreitada de Collins teve início na cidade portuária russa de Engels,⁶² às margens do rio Volga. Nessa cidade, Collins encontrou uma estátua de Engels de concreto ainda erguida nas ruínas de um antigo frigorífico. Porém, as autoridades locais estavam profundamente inseguras em entregar o ícone a um cidadão britânico em um contexto de tensão diplomática e política entre a Rússia e a União Europeia.

A busca prosseguiu por muitas das antigas cidades soviéticas, até que, na pequena cidade de Mala Perechtchepina (localizada na província de Poltava, no nordeste da Ucrânia), Collins encontrou uma estátua de Engels de concreto atrás de uma fábrica de laticínios. O ícone encontrava-se partido ao meio na altura da cintura, negligenciado, embolorado, jogado na lama e manchado com as cores da bandeira ucraniana (amarelo e azul). Distintamente das desconfiadas autoridades russas da cidade de Engels, as autoridades da cidade ucraniana de Mala Perechtchepina se mostraram diligentes em liberar o recolhimento e transporte da estátua que, dentro daquele contexto, havia se tornado como que um “lixo tóxico”.

Em meados de maio de 2017, a estátua de aproximadamente 3,5 metros de altura e duas toneladas foi carregada em um caminhão de caixa aberta que a transportou através da Europa, de leste a oeste, até a cidade Manchester.

A jornada de Collins terminou na noite do 16 de julho de 2017, quando a estátua restaurada de Friedrich Engels foi estabelecida em um pedestal na Tony Wilson Place, a praça principal da HOME, um centro de artes da Grande Manchester.⁶³

O momento de Collins foi impecável: resgatar um ícone ameaçado em meio a uma guerra civil na Ucrânia, aproximadamente um ano antes das comemorações dos 200 anos de nascimento de Karl Marx (1818) e três anos antes dos 200 anos de nascimento de Friedrich Engels (1820).

62 Localizada na província russa de Saratov, Engels possui 202.419 habitantes (Censo 2010), fazendo dela a segunda cidade mais populosa da província. Centro histórico de alemães do Volga, a cidade antigamente chamava-se Pokrovst pelos russos e Kosakenstadt pelos alemães até ser batizada em homenagem a Friedrich Engels, em 1931. Foi a capital da República Socialista Soviética Autônoma do Volga Germânico de 1918 a 1941 (“Engels, Saratov Oblast” (*Wikipedia*, 23 nov. 2019); “Censo 2010 (Rússia)” (*BIH-2010*)).

63 Relatos sobre a viagem de Phil Collins pela Rússia e Ucrânia e o transporte da estátua de Engels através da Europa até sua instalação na Tony Wilson Place em Manchester se encontram disponíveis em: Zephira Davis, “A Communist Icon Toppled in Ukraine Is Restored in England” (*The New York Times*, Nova York, 6 ago. 2017); Charlotte Higgins, “Phil Collins: Why I Took a Soviet Statue of Engels Across Europe to Manchester” (*MR Online*, 3 jul. 2017); John Lloyd, “Back on His Pedestal: The Return of Friedrich Engels” (*Financial Times*, Londres, 14 jul. 2017). Uma breve matéria sobre a recepção da estátua de Friedrich Engels em Manchester se encontra disponível em: “UK: Locals Welcome Friedrich Engels Back to Manchester” (*Ruptly @ YouTube*, 17 jul. 2017). A estátua de Engels em Manchester não foi bem recebida por todos os habitantes da cidade. Em artigo publicado no *The Guardian*, Kevin Bolton criticou a presença da estátua em Manchester, argumentando que o ícone é uma peça de propaganda soviética e que a comunidade ucraniana da cidade (composta por muitos descendentes de exilados políticos e econômicos da União Soviética) não foram consultados sobre a questão (“Manchester Has a Soviet Statue of Engels. Shame No One Asked the City’s Ukrainians” (Londres, 19 jul. 2017)).

* * *

No mês de março de 2017, John Bellamy Foster⁶⁴ publicou na revista *Monthly Review* um ensaio intitulado “O retorno de Engels”. Nesse ensaio, Foster avaliou criticamente a forma pela qual Engels foi muitas vezes rebaixado e depreciado pelo pensamento marxista no ocidente e transformado em um fóssil pelo pensamento marxista soviético. Foster também demonstrou como historiadores, economistas e cientistas naturais, tais como, E. P. Thompson,⁶⁵ Paul Sweezy⁶⁶ e Stephen Jay Gould,⁶⁷ entre outros, restauraram a reputação de Engels como um teórico social e um estudioso das ciências naturais que contribuiu enormemente para a compreensão científica das sociedades humanas e da natureza. Adicionamos a esta lista Leandro Konder⁶⁸ e György Lukács,⁶⁹ que estudaram a atividade de Engels como teórico e crítico da literatura, e Vitor Sartori,⁷⁰ que investigou as contribuições teóricas engelsianas no campo da crítica do direito. Por sua vez, Foster destacou a relevância das contribuições de Engels sobre os estudos do metabolismo entre a natureza e as sociedades humanas.

Segundo observado por Foster, o restabelecimento de Engels

foi reforçado pelo renovado projeto MEGA (*Marx-Engels-Gesamtausgabe*), no qual os manuscritos de ciências naturais de Marx e Engels começaram a ser pela primeira vez publicados. O resultado tem sido uma revolução na compreensão da tradição marxista clássica, ressonando com uma nova e radical práxis ecológica evoluindo a partir da atual crise de nossa época (tanto econômica quanto ecológica).⁷¹

E, mais adiante, Foster concluiu:

O argumento de quão indispensável é Engels para a crítica do capitalismo contemporâneo está enraizado em sua famosa tese no *Anti-Dühring*, de que “a natureza é a prova da dialética”. Essa {tese} tem sido muitas vezes ridicularizada dentro da filosofia marxista ocidental. Entretanto, a tese de Engels, refletindo a sua própria e profunda análise dialética e ecológica, poderia ser traduzida no linguajar atual por: A ecologia é a prova da dialética—uma proposição cujo significado poucos estariam agora dispostos a negar. Visto dessa maneira, é fácil ver por que Engels assumiu tamanho local de destaque nos debates ecossocialistas contemporâneos.⁷²

* * *

64 “The Return of Engels” (v. 68, n. 10, 2017).

65 “VIII. O velho bufão: Engels”, “IX. Da economia política à *Origem das espécies*”, in *A miséria da teoria* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981), p. 62–66, 66–82.

66 “Dialectics and Metaphysics”, in *Four Lectures on Marxism* (New York: Monthly Review Press, 1981), p. 11–25.

67 “26. Posture Maketh the Man”, in *Ever Since Darwin* (New York: W. W. Norton & Company, 1977).

68 “2. Marx e Engels”, in *Os marxistas e a arte* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013), p. 37–43.

69 “Friedrich Engels, teórico e crítico da literatura”, in *Marxismo e teoria da literatura* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 19–49.

70 “Apontamentos sobre a dialética e história em Friedrich Engels” (*Verinotio*, v. 20, p. 123–133, 2014); “Engels como crítico do direito e da igualdade jurídica: a luta por direitos e sua ambiguidade” (*Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 18, n. 2, p. 13–54, 2017); “Friedrich Engels e a moral frente ao fenecimento do Estado” (*Direito & Práxis*, v. 7, n. 15, p. 376–408, 2016); “Friedrich Engels e o duplo aspecto da igualdade” (*Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, v. 68, p. 707–755, 2016).

71 “The Return of Engels” (*Monthly Review*, v. 68, n. 10, 2017).

* 2. ed., Moscow: Foreign Languages Press, 1959, p. 36–37. [Edição brasileira: São Paulo: Boitempo, 2015, Introdução, I, p. 51.]

72 “The Return of Engels” (*Monthly Review*, v. 68, n. 10, 2017). A tese da ecologia dialética de Foster é compartilhada por Karel Kosík que afirmou: “A estrutura da própria realidade é dialética”. E, mais adiante, completou: “A existência de semelhanças estruturais em áreas bastante diversas e internamente bastante diferentes se baseia no fato de que todas as áreas da realidade objetiva são sistemas, ou seja, complexos de elementos interdependentes” (*Dialectics of the Concrete* (Dordrecht & Boston: D. Reidel Publishing Company, 1976), cap. I, p. 20).

Nossa dissertação de mestrado visa contribuir para o progresso da pesquisa historiográfica no campo da história econômica a partir da vida e da obra de Friedrich Engels, visando examinar criticamente suas contribuições à filosofia, à historiografia, à ciência política etc. Logo, nossa dissertação não consiste em uma “defesa”, muito menos em um “ataque” à obra engelsiana. Acreditamos que Engels é autossuficiente e não necessita de nossa assistência para se defender. Sua obra e seu projeto de vida foram claros, objetivos e falam por si próprios. Em parceria com Marx, Engels deixou como legado relevantes contribuições para o progresso das ciências sociais e naturais.⁷³ Engajou-se na organização política e na formação ideológica do movimento proletário internacional visando a efetivação do projeto moderno de emancipação humana universal; a construção de uma sociedade na qual o livre desenvolvimento do indivíduo não seja um limite para o livre desenvolvimento dos demais;⁷⁴ a superação das desigualdades econômicas;⁷⁵ o fim da repressão e da vigilância do Estado sobre a sociedade;⁷⁶ o restabelecimento da harmonia do metabolismo entre a natureza e o ser social⁷⁷ e da articulação racional entre o reino da necessidade com o reino da liberdade.⁷⁸

* * *

Nas páginas seguintes o leitor encontrará o produto final, mas, certamente, imperfeito e não definitivo, de nossa pesquisa sobre a evolução filosófica e a crítica da economia política do jovem Engels entre os anos de 1838 a 1844.

73 *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2010; MEW 2); *Sobre a questão da moradia* (São Paulo: Boitempo, 2015; MEW 18); “As Guerras Camponesas na Alemanha” & “Revolução e contrarrevolução na Alemanha”, in *A revolução antes da revolução* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010; MEW 7, 8); *Anti-Dühring* (São Paulo: Boitempo, 2015; MEW 20); *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (3. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2012; MEW 21) etc.

74 Karl Marx & Friedrich Engels, *Manifesto Comunista* (São Paulo: Boitempo, 2010), cap. II, p. 59; MEW 4, p. 482.

75 Karl Marx & Friedrich Engels, *Manifesto Comunista* (São Paulo: Boitempo, 2010), cap. II, p. 51–59; MEW 4, p. 474–482.

76 Friedrich Engels, *Anti-Dühring* (São Paulo: Boitempo, 2015), seção III, cap. II, p. 316; MEW 20, p. 261–262.

77 Friedrich Engels, “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 60; MEW 1, p. 505; “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem” (1876) (*Arquivo Marxista na Internet*; MEW 20, p. 452–455); Karl Marx, *O capital: livro III* (São Paulo: Boitempo, 2017), seção VI, cap. 47.V., p. 873; MEW 25, p. 821.

78 Friedrich Engels, *Anti-Dühring* (São Paulo: Boitempo, 2015), seção III, cap. II, p. 318–319; MEW 20, 264–265; Karl Marx, *O capital: livro III* (São Paulo: Boitempo, 2017), seção VII, cap. 48.III., p. 882–883; MEW 25, p. 828.

1. Bremen (1838-1841)

Cheguei agora a um ponto em que só posso considerar um ensinamento divino aquele capaz de resistir ao teste da razão.

FRIEDRICH ENGELS, carta a Friedrich Graeber em Berlim (Bremen, 15 jun. 1839).*

Introdução

Friedrich Engels foi um dos teóricos e militantes políticos mais influentes do século XIX. Em parceria com o filósofo e comunista alemão Karl Marx (1818-1883), Engels formulou uma teoria social radical e humanista que sintetizou o pensamento filosófico, historiográfico, político e econômico precedente. No campo econômico e social, Engels produziu obras que, em razão da permanência e aprofundamento das contradições imanentes do capitalismo, mantêm-se como relevantes fontes de estudo e pesquisa, como *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig) e *Sobre a questão da moradia* (1872-1873, Leipzig). No que se refere à filosofia e à historiografia destacam-se obras como *A ideologia alemã* (1845-1846, Bruxelas) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884, Zurique). Ademais, Engels assumiu a difícil tarefa de organizar e editar os Livros 2 e 3 de *O capital* (1885; 1894, Hamburgo), de Marx.

Engels também foi um organizador político, contribuindo tanto na formulação ideológica quanto na prática política dos partidos socialistas da Europa, particularmente os da Alemanha, França e Inglaterra. Engels participou ativamente na Liga dos Comunistas (1834-1852), organização política composta por exilados políticos alemães, redigindo entre 1847 e 1848, em parceria com Marx, seu documento político: o *Manifesto do Partido Comunista* (1848, Londres). Engels também participou ativamente na Revolução Alemã de 1848-1849 e na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876).

Contudo, antes de ser um campeão na teoria social e na política comunista, Friedrich Engels atravessou um caminho de formação e evolução intelectual e política singular. Reconstituir, organizar, sistematizar e compreender esse caminho engelsiano⁷⁹ que

* “*Ich jetzt dahin gekommen bin, nur die Lehre für göttlich zu halten, die vor der Vernunft bestehen kann*” (MECW 2, p. 454; MEW 41, p. 400).

79 Utilizamos o termo *engelsiano* para se referir aos textos redigidos e ao pensamento elaborado pelo próprio Engels.

antecedeu sua fase madura consiste em um de nossos objetivos nas páginas seguintes.

Porém, antes de adentrarmos efetivamente no exame das fontes de pesquisa, consideramos indispensável apresentar um breve esboço biográfico de Engels e alguns destaques dos anos nos quais ele viveu em Bremen, a fim de localizar o leitor sobre o ambiente no qual seus primeiros escritos foram produzidos e publicados.⁸⁰

* * *

Friedrich Engels nasceu em 28 de novembro de 1820 na cidade alemã de Barmen (atual distrito de Wuppertal), localizada na Renânia, então província do Reino da Prússia. Primogênito de uma família de burgueses do ramo da indústria têxtil, Engels foi criado para assumir a direção das empresas da família. Entretanto, os interesses do jovem Engels voltavam-se não para a administração, mas para a história, filosofia, literatura, música e teologia. Ademais, desejava ingressar na universidade para estudar direito e filosofia. A fim de dobrar o filho a assumir suas responsabilidades para com as empresas familiares, Friedrich Engels (pai) o retirou do ginásio um ano antes da conclusão, inviabilizando, dessa forma, a possibilidade de ele ingressar no ensino superior, e o introduziu nos serviços administrativos das fábricas da família.⁸¹

Um pouco depois, no outono de 1838, novamente a mando do pai, Engels mudou-se para a cidade de Bremen a fim de dar continuidade à formação profissional nos escritórios comerciais de importação e exportação do cônsul Heinrich Leupold. Poliglota, Engels assume o cargo responsável pela correspondência comercial do escritório, recebendo e enviando cartas de e para Cuba, Estados Unidos, Haiti etc.

A Cidade Livre Hanseática de Bremen foi uma cidade-estado soberana que durante a primeira metade do século XIX, pertenceu a Confederação Germânica (1815-1848; 1850-1866), unidade política que reunia aproximadamente 40 estados alemães da Europa central criada pelo Congresso de Viena em 1815 para coordenar a economia e a política dos territórios de língua alemã após a dissolução, em 1806, do Sacro Império Romano-Germânico (800/962-1806). Um dos maiores portos da Alemanha,⁸² a cidade de Bremen realizava a importação de mercadorias como açúcar, algodão, café e tabaco das Américas e exportava linho e outros manufaturados das regiões germânicas da Vestfália e da Silésia. Ademais, Bremen também foi um dos portos mais movimentados da imigração alemã para os Estados Unidos.⁸³ Em uma visita a Bremerhaven, Engels tomou tempo para conhecer

80 O esboço biográfico de Engels apresentado a seguir, assim como todas as suas demais referências biográficas desta dissertação, têm como referências as biografias de Engels de: W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I & II* (London: Frank Cass, 1976); Tristram Hunt, *Marx's General* (New York: Holt Paperbacks, 2010); L. F. Ilitchev, *Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986); Gustav Mayer, *Friedrich Engels* (Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979); David Riazánov, *Karl Marx and Friedrich Engels* (London: Martin Lawrence, 1927).

81 Sem o ginásio completo, Engels estava fora da média da qualificação educacional dos demais filhos da burguesia da Renânia do período. Entre 1831 a 1850, 31,4% dos capitalistas renanos tinham o ginásio completo e 68,6% tinham ensino superior completo (Jürgen Kocka, "Chapter X: Entrepreneurs and Managers in German Industrialization", in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), tabela 138, p. 534).

82 O porto de Bremen se localiza na cidade litorânea de Bremerhaven (literalmente "porto de Bremen"), separadas por aproximadamente 60 km de distância.

83 A Alemanha foi um dos países que mais supriu os Estados Unidos e muitos países da Europa com imigrantes durante a primeira metade do século XIX. A grande onda de imigração iniciada na década de 1840 reduziu a taxa anual de crescimento populacional superior a 1% entre 1815 a 1843 para 0,7% entre 1843 a 1871 (John Joseph Lee, "Chapter

uma fragata que conduziria imigrantes alemães para os Estados Unidos e registrou suas impressões no ensaio “Uma viagem a Bremerhaven”,⁸⁴ publicado em 20 de agosto de 1841.

Governada por um restrito grupo de famílias patrícias de mercadores, similar à Lübeck do romance *Os Buddenbrooks* (1901, Berlim), do escritor alemão Thomas Mann⁸⁵ (1875-1955), Bremen, quando comparada ao Reino da Prússia—Estado alemão autocrático e teocrático, contrarrevolucionário e integrante da Santa Aliança (1815)⁸⁶—caracterizava-se por ser um dos Estados menos repressores da Alemanha no que se refere às liberdades de imprensa. Essa condição permitiu com que Engels pudesse estudar história, filosofia, teologia e literatura, expandir seu conhecimento em idiomas⁸⁷ e frequentar cafés e livrarias em condições quase plenas de liberdade, obtendo acesso a uma vasta literatura de caráter liberal, da qual dificilmente teria acesso em outras cidades alemãs, em razão da censura que imperava sob a maior parte delas.⁸⁸ No ensaio “Relação com a literatura e música”, publicado em 18 de janeiro de 1841, Engels avaliou o ambiente cultural das cidades Hanseáticas e concluiu asseverando que: “Com sua posição e condição política, Bremen é inegavelmente mais adequada para ser um centro da cultura do noroeste da Alemanha do que qualquer outra cidade”.⁸⁹

Portanto, em Bremen, Engels poderia vivenciar uma liberdade intelectual impossível em sua cidade natal, Barmen, submetida não somente ao domínio autocrático e teocrático da Prússia, como também ao fanatismo religioso dos pietistas locais.

Engels aproveitou as liberdades oferecidas pela legislação de imprensa de Bremen e a distância da rigorosa vigilância paterna para publicar artigos, ensaios, poemas e traduções nos jornais liberais, alguns de forma anônima e outros sob o pseudônimo de Friedrich Oswald, pelo qual adquiriu fama e respeito entre seus pares.⁹⁰

O envolvimento de Engels com a literatura foi profundo, vindo a formar vínculo com o movimento Jovem Alemanha. O Jovem Alemanha consistia, fundamentalmente, em um círculo heterodoxo de intelectuais liberais das décadas de 1830 e 1840 que, em termos gerais, questionavam o romantismo do período precedente e se dedicavam a escrever sobre a vida social cotidiana dos alemães, com particular atenção aos problemas da miséria material e cultural da Alemanha agravados durante a Restauração Absolutista (1815-1848), pelo recrudescimento da exploração dos camponeses e as primeiras fases da industrialização. No

IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 442; David McLellan, “Germany Before 1848”, in *Marx Before Marxism* (London: Macmillan, 1970), p. 4).

84 “Eine Fahrt nach Bremerhaven” (*Morgenblatt für gebildete Leser*, Stuttgart & Tübingen, n. 199), in MECW 2, p. 116–118; MEW 41, p. 84–86.

85 São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

86 Eric Hobsbawm, *A era das revoluções, 1789-1848* (25. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012); Leo Kofler, “6. Alemanha y Prússia”, in *Contribución a la historia de la sociedad burguesa* (Buenos Aires: Amorrortu, 1971), p. 405–443.

87 Em cartas a irmã, Marie Engels, e aos ex-colegas do ginásio de Elberfeld, Wilhelm e Friedrich Graeber, Engels frequentemente exibia seu vasto conhecimento de idiomas, do francês ao espanhol, do italiano ao português, do inglês ao neerlandês, além das línguas clássicas, por exemplo, grego, latim e hebraico.

88 Em carta a Wilhelm e Friedrich Graeber em Elberfeld, Engels comenta sobre seu acesso a toda uma literatura de caráter liberal (Bremen, 1º set. 1838, in MECW 2, p. 389; MEW 41, p. 328). Em carta a Wilhelm Graeber, Engels relatou ter adquirido contato com toda a literatura mundial além de se especializar no contrabando de livros banidos pela censura prussiana (Bremen, 13-20 nov. 1839, in MECW 2, p. 481–487; MEW 41, p. 431–436).

89 “Verhältnis zur Literatur. Musik” (*Morgenblatt für gebildete Leser*, Stuttgart & Tübingen, n. 15), in MECW 2, p. 158; MEW 41, p. 136.

90 Carl de Haas a Adolf Schults em Elberfeld (Bonn, 19 jul. 1840), in MEGA III/1, p. 537.

campo da política defendiam um governo constitucional parlamentar, o direito de livre reunião e organização, a liberdade de imprensa, a emancipação das mulheres etc.⁹¹

Engels publicou poemas sobre os mais variados temas, sendo a liberdade o mais corrente deles. Sua primeira publicação autoral foi o poema orientalista “Os beduínos”,⁹² de 16 de setembro de 1838, no qual é possível identificar suas inspirações literárias e as primeiras manifestações de desencanto e rebeldia perante os modos e costumes burgueses. A despeito da insatisfação demonstrada com o produto final de sua primeira publicação,⁹³ Engels viria a arriscar-se novamente nos versos e a publicar outros poemas nessa mesma temática, como, “Uma noite”,⁹⁴ publicado em agosto de 1840, e “Viagem noturna”,⁹⁵ publicado em 3 de janeiro de 1841, nos quais se posicionou contra os regimes absolutistas regentes nos Estados alemães.

Engels também expressou, então, profunda admiração pelo general e estadista francês Napoleão Bonaparte (1769-1821), publicando poemas em sua homenagem, como, “Santa Helena”⁹⁶ e “A procissão do imperador”,⁹⁷ publicados, respectivamente, em novembro de 1840 e fevereiro de 1841. Nesse último, escrito em razão da procissão ocorrida em Paris no final de 1840 para a recepção dos restos mortais de Napoleão,⁹⁸ Engels o descreveu como uma “majestade caída”, “divindade morta”, “unificador e deus da França” etc.⁹⁹ Segundo Norman Levine,¹⁰⁰ Engels admirava Bonaparte como um reformador liberal e ilustrado que instituiu e expandiu na Europa as medidas políticas que ele desejava aos Estados alemães: a secularização e centralização do Estado, o tribunal do júri, o Código Civil, a emancipação dos judeus, a abertura dos altos postos públicos às classes médias etc. Entretanto, Engels também foi capaz de ver o outro lado da moeda da expansão napoleônica na Europa, e identificar Bonaparte como conquistador imperialista, celebrando no ensaio “Ernst Moritz Arndt”,¹⁰¹ publicado em janeiro de 1841, as Guerras de Libertação (1813-1815) que emanciparam os Estados germânicos do Primeiro Império Francês (1804-1814; 1815) e consistiram em um momento relevante na formação da identidade nacional germânica e, conseqüentemente, em uma etapa fundamental do processo histórico de unificação nacional.¹⁰²

Assim, é possível identificar que o conteúdo político caracterizou, desde os primeiros anos, a atividade literária de Engels. Nas primeiras páginas do ensaio “Friedrich Engels,

91 MECW 2, p. 593, nota 18; Engels a Friedrich Graeber (Bremen, 8-9 abr. 1839), in MECW 2, p. 421; MEW 41, p. 366.

92 “Die Beduinen” (*Bremisches Conversationsblatt*, Bremen, n. 40), in MECW 2, p. 158-159; Engels a Wilhelm e Friedrich Graeber em Barmen (Bremen, 17-18 set. 1838), in MEW 41, p. 336-337.

93 Engels a Friedrich e Wilhelm Graeber em Barmen (Bremen, 17-18 set. 1838), in MECW 2, p. 392-394; MEW 41, p. 333-335.

94 “Ein Abend” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 125), in MECW 2, p. 107-111; MEW 41, p. 89-93.

95 “Nachtfahrt” (*Deutscher Courier*, Stuttgart, n. 1), in MECW 2, p. 151-152; MEW 41, p. 116-117.

96 “Sankt Helena” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 191), in MECW 2, p. 131; MEW 41, p. 104.

97 “Der Kaiserzug” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 23), in MECW 2, p. 153-154; MEW 41, p. 139-140.

98 Sobre essa ocasião, Engels escreveu a irmã, Marie Engels, e revelou seu desejo de estar presente nessa procissão (Bremen, 6-9 dez. 1840, in MECW 2, p. 517; MEW 41, p. 469).

99 MECW 2, p. 131, 153-154; MEW 41, p. 104, 139-140.

100 *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2.

101 *Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 2-5, in MECW 2, p. 137-150; MEW 41, p. 118-131.

102 Engels foi entusiasta e militante da unificação alemã. Em carta à irmã, Marie Engels em Mannheim, Engels disse ser o preto, o vermelho e o dourado—cores da bandeira tricolor germânica e símbolo da unificação nacional—as únicas cores das quais gostava (Bremen, 6-9 dez. 1840, in MECW 2, p. 518; MEW 41, p. 470).

teórico e crítico da literatura”, György Lukács sintetizou a crítica literária de Engels nas seguintes palavras:

A atividade de Engels no campo da literatura foi sempre determinada pelas grandes tarefas da luta da classe proletária. Já em *A ideologia alemã*, Marx e Engels afirmaram claramente que as várias esferas ideológicas (e, portanto, também a arte e a literatura) não possuem um desenvolvimento autônomo, mas são consequências e manifestações do desenvolvimento das forças materiais de produção e da luta de classes. A constatação da existência de uma “ciência unitária da história” leva Marx e Engels, necessariamente, a tratar da literatura sempre no interior deste grande quadro unitário histórico-sistemático.¹⁰³

Mais adiante nesse mesmo ensaio, Lukács identificou a especialização de Engels nesse campo de luta ideológica e afirmou a “íntima relação entre a atividade política e crítica literária” dele, sendo “a luta contra” o que nomeou de “os resíduos burgueses na consciência dos trabalhadores, contra o aburguesamento de sua consciência [...] a orientação fundamental da crítica literária” engelsiana.¹⁰⁴

Contudo, antes da obra literária engelsiana—assim como sua obra filosófica e política—voltarem-se para a crítica à sociabilidade burguesa, Engels tinha como alvo predileto a aristocracia e os Estados absolutistas da Europa. Um exemplo prático da literatura como campo de disputa ideológica antiaristocrática na obra do jovem Engels encontra-se no ensaio “Os livros folclóricos alemães”,¹⁰⁵ publicado em novembro de 1839. Nele, Engels examina criticamente os então populares livros de folclore e defende sua necessária atualização por meio da superação do conteúdo feudal-absolutista, com novas edições que correspondessem às necessidades culturais e políticas do período. Segundo Engels, além da função de “entreter” o trabalhador após uma extasiante jornada de trabalho, os livros de histórias folclóricas teriam “também a missão de torná-lo consciente da própria força, do próprio direito, da própria liberdade, despertando sua coragem e seu amor à pátria”.¹⁰⁶ Temos, então, um Engels profundamente engajado na luta contra os resquícios do feudalismo e contra o romantismo reacionário, tendo o personagem mitológico germânico Siegfried como um protótipo do herói romântico e insubmisso da juventude alemã.¹⁰⁷

Durante a correspondência dos anos nos quais Engels esteve em Bremen, podemos conhecer seu profundo ódio à aristocracia e aos regimes absolutistas europeus.

Em carta a Friedrich Graeber (1822-1895)—ex-colega de Engels no ginásio em Elberfeld e que então residia em Berlim—, Engels declamou sua radical oposição aos principais monarcas absolutos do velho continente nos seguintes termos:

103 *In Marxismo e teoria da literatura* (2 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 19.

104 *In Marxismo e teoria da literatura* (2 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 20.

105 “Die deutschen Volksbücher” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 186, 188-191), in MECW 2, p. 32-40; MEW 41, p. 13-21.

106 *Apud* György Lukács, “Friedrich Engels, teórico e crítico da literatura”, in *Marxismo e teoria da literatura* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 21.

107 “A terra natal de Siegfried” [*Siegfrieds Heimat*] (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 197, dez. 1840), in MECW 2, p. 132-136; MEW 41, p. 105-109. O romantismo do jovem Engels também foi profundamente inspirado pela leitura dos poetas ingleses Lord Byron (1788-1824), Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) e Percy Bysshe Shelley (1792-1822), dos quais ele fez referências diretas e indiretas ao longo de seus escritos de juventude. Entre os anos de 1839 e 1840, Engels, inclusive, cultivou planos de traduzir uma série de poemas de Shelley para o alemão. Porém, o projeto foi rejeitado pelos editores (Engels a Wilhel Graeber (Bremen, 30 jul. 1839); Engels a Levin Schücking em Münster (Bremen, 18 jun., 2 jul. 1840), in MECW 2, p. 467, 494-498, p. 617, nota 212; MEW 41, p. 414, 444-448).

Odeio-o,¹⁰⁸ e além dele odeio talvez apenas mais dois ou três; odeio-o com um ódio mortal, e se não o desprezasse tanto, o merda, ainda o odiaria mais. Napoleão era um anjo comparado a ele, o rei de Hanôver é um deus se o nosso rei é um homem. Nunca houve um tempo mais rico em crimes reais do que o de 1816-1830; quase todos os príncipes então governantes mereciam a pena de morte. O piedoso Carlos X, o vicioso Fernando VII, da Espanha, Francisco, da Áustria, aquela máquina que só era boa para assinar sentenças de morte e sonhar com [os] carbonari; Dom Miguel, que é um patife maior que todos os heróis da Revolução Francesa juntos, e que, entretanto, Prússia, Rússia e Áustria reconheceram de bom grado quando se banhou no sangue dos melhores portugueses, e o parricida Alexandre, da Rússia, como também seu digno irmão Nicolau, em cujos atos abomináveis seria supérfluo desperdiçar outra palavra—oh, eu poderia te contar histórias de morte sobre como os príncipes amam seus súditos—eu espero qualquer coisa boa somente daquele príncipe cujas orelhas são boxeadas à direita e à esquerda pelo seu povo e cujas janelas do palácio são estilhaçadas pelas pedras voadoras da revolução.¹⁰⁹

A tendência antiabsolutista engelsiana de juventude advém, em parte, de sua oposição perante a censura imposta aos jornalistas, escritores e professores na Alemanha. Em carta a Friedrich Graeber, Engels comentou o tema de forma irônica: “Eu não cometo infanticídio em meus próprios pensamentos. Tais cortes de censura são sempre desagradáveis, mas também honrosos; um autor que atinge a idade de trinta anos ou escreve três livros sem cortes por parte da censura não vale nada”.¹¹⁰ A oposição de Engels perante a censura nos Estados alemães ganhou corpo após a leitura de *Jacob Grimm sobre sua demissão*.¹¹¹ Nesse texto, o escritor alemão Jacob Grimm (1785-1863) denunciou a arbitrariedade do regime autocrático de Ernesto Augusto I (1771-1851), rei de Hanôver (1837-1851), que em 1837 aboliu a moderada constituição liberal de 1833. A reação e a crítica pública dos professores da Universidade de Göttingen à imposição de Ernesto Augusto I resultou na expulsão de sete professores desta universidade, Jacob Grimm entre eles.¹¹²

A oposição crítica de Engels à censura se fortaleceu e ganhou maior substância teórica após a leitura de *Prússia e prussianismo*,¹¹³ do jurista alemão Jacob Venedey (1805-1871). Nessa obra, Venedey examinou criticamente a legislação prussiana, a administração estatal, o sistema tributário etc. O resultado da pesquisa de Venedey, concluiu Engels, expôs o fato de que a legislação e todo o aparato burocrático da Prússia beneficiava a aristocracia e punia os pobres, perpetuava o regime absolutista, suprimia a política educacional, prejudicando a formação cultural e intelectual do povo, e utilizava-se instrumentalmente da religião para atingir seus fins. A Confederação Germânica (1815-1848; 1850-1866) baniou o livro e confiscou suas cópias restantes.¹¹⁴

Mais do que fortalecer sua crítica à censura, a leitura voraz de textos liberais e a atividade literária e política de Engels durante seu período em Bremen fortaleceu sua oposição ao absolutismo prussiano, em particular, e aos regimes autocráticos europeus, no geral.

Engels foi, também, grande entusiasta da liberal e constitucional Revolução Francesa de

108 Engels se referiu a Frederico Guilherme III (1770-1840), rei da Prússia (1797-1840).

109 Em Berlim (Bremen, 9 dez. 1839-5 fev. 1840), in MECW 2, p. 493; MEW 41, p. 442-443.

110 Em Berlim (Bremen, 9 dez. 1839-5 fev. 1840), in MECW 2, p. 488; MEW 41, p. 437.

111 *Jacob Grimm über seine Entlassung* (1838, Basel).

112 Engels a Wilhelm e Friedrich Graeber em Elberfeld (Bremen, 1º set. 1838), in MECW 2, p. 389, p. 609, nota 132, p. 616, nota 189; MEW 41, p. 328.

113 *Preussen und Preussenthum* (1839, Mannheim).

114 Engels a Friedrich Graeber (Bremen, 29 out. 1838), in MECW 2, p. 480-481; MEW 41, p. 429-430.

Julho de 1830. Em carta a Friedrich Graeber, Engels comentou: “Como um trovão, veio a Revolução de Julho, a expressão mais esplêndida da vontade do povo desde a Guerra de Libertação”.¹¹⁵ Em carta à irmã, Marie Engels (1824-1901),¹¹⁶ Engels relata ter celebrado com amigos a Revolução de Julho, ocasião na qual compôs um poema em homenagem ao evento histórico, que foi enviado para Friedrich Graber.¹¹⁷

1.1. Wuppertal

Neste subcapítulo examinaremos as “Cartas de Wuppertal”,¹¹⁸ a primeira série de ensaios de fôlego publicados por Engels, redigidos durante o mês de março de 1839 e publicados em março e abril do mesmo ano na *Telegraph für Deutschland*—revista literária fundada e editada pelo escritor alemão Karl Gutzkow (1811-1878), que serviu como órgão de imprensa do Jovem Alemanha. Engels contribuiu na *Telegraph für Deutschland* de março de 1839 a 1841 com textos de crítica social e cultural.¹¹⁹ Nas “Cartas”, Engels, então com 18 anos de idade, apresentou ao leitor uma visão panorâmica das duas maiores cidades do vale do rio Wupper—Barmen e Elberfeld¹²⁰—, tratando de temas tais como a natureza, a urbanização e a arquitetura, o impacto da industrialização nas relações sociais, a religião, o jornalismo e a literatura dessas cidades.

Entre a literatura por nós levantada sobre a vida e obra de Engels—biografias e comentadores críticos—, todos os autores dedicaram algum espaço para as “Cartas”. Porém, a maioria deles, exceto Terrell Carver,¹²¹ as mencionam de forma breve e, conseqüentemente, sem o devido exame historiográfico que essa fonte, consideramos, merece como primeiro texto extensivo e crítico de Engels. Em texto sobre a vida e obra de Engels, José Paulo Netto¹²² reconheceu a relevância das “Cartas” na formação intelectual e política do jovem Engels, o considerando como sendo o texto que preparou o caminho para a crítica à sociabilidade burguesa. Ademais, Netto asseverou que foi a partir das “Cartas” que “a dinâmica interna do pensamento de Engels começa a ser direcionada conscientemente”. Contudo, de todos os autores que conseguimos estudar atentamente, Carver¹²³ foi aquele que se dedicou a examinar de forma extensiva e objetiva as “Cartas”, razão pela qual será com ele que buscaremos estabelecer maior diálogo ao longo desse subcapítulo.

Nosso exame nas páginas seguintes foi organizado em quatro partes que atentar-se-ão

115 Bremen, 8-9 abr. 1839, in MECW 2, p. 420; MEW 41, p. 365.

116 Em Mannheim (Bremen, 4 ago. 1840), in MECW 2, p. 501; MEW 41, p. 452.

117 Bremen, 27 jul. 1839, in MECW 2, p. 463-464; MEW 41, p. 410-411.

118 “Briefe auf dem Wuppertal” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 49-52, 57, 59), in MECW 2, p. 7-25; MEW 1, p. 413-432.

119 MECW 2, p. 627, 666.

120 Em 1929, as cidades de Barmen e Elberfeld, e outras comunidades adjacentes (Vohwinkel, Ronsdorf, Cronenberg, Langerfeld e Beyenburg) foram unificadas dando origem ao município de Barmen-Elberfeld. Em 1930, o município de Barmen-Elberfeld foi rebatizado de Wuppertal (literalmente “vale do Wupper”, em referência ao rio Wupper, tributário do Reno que atravessa as cidades do vale). (“Wuppertal” (*Wikipedia*, 19 jan. 2020); “Wupper” (*Wikipedia*, 10 jan. 2020).)

121 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 31-39.

122 “F. Engels: subsídios para uma aproximação”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 30.

123 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 31-39.

para o tratamento de Engels a questões sobre: (1) à relação metabólica entre natureza e sociedade; (2) às condições de trabalho e habitação da classe trabalhadora nas cidades de Barmen e Elberfeld; e (3) ao alcoolismo e à religião como formas de socialização alienante tanto dos trabalhadores como das demais classes sociais de Wuppertal.

1.1.1. Natureza, indústria e urbanização

Engels iniciou as “Cartas” apresentando ao leitor uma narrativa descritiva da geografia e da natureza do vale do Wupper. A atenção à natureza consiste em um dos traços característicos da literatura romântica, formadora do estilo literário do jovem Engels. Contudo, nas primeiras páginas das “Cartas”, a natureza, distintamente dos românticos, não é apresentada em uma pureza idealizada e desarticulada da sociedade, mas justamente pelo contrário: Engels destacou e reconheceu o aspecto simbiótico entre a natureza e a sociedade.¹²⁴ Sob esta perspectiva, Engels observou os efeitos da industrialização no meio ambiente do vale do Wupper e identificou a relação imanente entre o desenvolvimento da indústria e a exploração e a degradação da natureza—por exemplo, na descrição do despejo dos dejetos da indústria têxtil nas águas do rio Wupper, fazendo com que ele fosse como que tingido de púrpura e vermelho: “As ondas púrpuras do estreito rio fluem às vezes rapidamente, às vezes vagarosamente entre os edifícios fumegantes das fábricas e os pátios de branqueamento de fios. Sua cor vermelha brilhante, no entanto, não se deve a alguma batalha sangrenta, [...] mas simplesmente e unicamente às numerosas tinturarias que usam o vermelho turco”, escreveu Engels.¹²⁵

Em seguida, Engels descreveu a urbanização e a arquitetura das cidades de Barmen e Elberfeld. A cidade de Elberfeld, habitada majoritariamente por trabalhadores, era marcada por ruas e edifícios melancólicos, desinteressantes e desprovidos de personalidade. Por sua vez, Barmen, majoritariamente burguesa, possuía arquitetura mais atraente, com residências imponentes e de estilo moderno.¹²⁶

Sobre a população das cidades de Barmen e Elberfeld, a narrativa de Engels contrastou, uma vez mais, com a idealização das classes populares, comum à literatura romântica.¹²⁷ De acordo com o relato de Engels:

Não há aqui nenhum vestígio da vida saudável e vigorosa do povo que existe em quase toda a Alemanha. É verdade, à primeira vista parece diferente, pois todas as noites você pode ouvir alegres companheiros passeando pelas ruas cantando suas canções, mas elas são as canções mais vulgares e obscenas que já vieram de bocas bêbadas; nunca se ouve nenhuma das canções populares que são tão familiares em toda a Alemanha e das quais temos todo o direito de nos orgulhar.¹²⁸

Nessa primeira parte do ensaio, observa-se em Engels o gérmen de seu estilo de escrita, como também sua perspicaz capacidade de observação e descrição da geografia, da natureza, da sociedade e do ambiente urbano, marcante em obras futuras—por exemplo, em *A*

124 Terrell Carver, *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 32.

125 MECW 2, p. 7; MEW 1, p. 413.

126 MECW 2, p. 7–9; MEW 1, p. 413–417.

127 Terrell Carver, *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 33.

128 MECW 2, p. 9; MEW 1, p. 417.

situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1845, Leipzig), particularmente no capítulo 2 (“As grandes cidades”).¹²⁹ Observa-se, também, a presença de um materialismo espontâneo no exame da interrelação entre natureza e sociedade. Não se trata, evidentemente, da concepção materialista tal como seria futuramente desenvolvida e exposta em parceria com Marx nos manuscritos referentes à *A ideologia alemã*¹³⁰ (1845-1846, Bruxelas) e obras subsequentes. Porém, já é possível observar a não adesão à tradição romântica no que se refere à cisão entre natureza e sociedade. Esse materialismo espontâneo retornaria em outros textos de juventude de Engels, por exemplo, no ensaio de viagem “Paisagens”,¹³¹ publicado em julho e agosto de 1840, no qual narrou viagem de navio realizada através do norte da Alemanha e nos Países Baixos.¹³² Nesse ensaio, Engels descreveu a geografia e a paisagem das regiões por onde passou e estabeleceu a interrelação delas com a cultura e a religiosidade dos habitantes locais. Para o biógrafo de Engels, W. O. Henderson,¹³³ o ensaio contém uma porção do elemento materialista que mais tarde formaria a base da concepção materialista da história.

Abre-se aqui um elemento de divergência perante alguns biógrafos de Engels, por exemplo, Gustav Mayer,¹³⁴ L. F. Ilitchev,¹³⁵ e Edmund Wilson,¹³⁶ que argumentam que haveria uma transição do idealismo para o materialismo no pensamento do jovem Engels e que ela foi central na formação filosófica e política dele. Nossa hipótese contra-argumenta essa tese, pois não identificamos nos textos de juventude de Engels nenhum idealismo ou materialismo consolidados ou puros. O que identificamos efetivamente é a coexistência, ou ambivalência, entre o idealismo e o materialismo no pensamento engelsiano de juventude. Justificamos essa hipótese pelo fato de que a concepção de mundo de Engels encontrava-se em formação e nenhuma corrente, seja filosófica, política etc., hegemônizava, por assim dizer, seu pensamento. O que de fato se observa é uma trama inteira de diferentes e, por vezes, até mesmo, contrastantes concepções de mundo que, gradualmente, seriam lapidadas por Engels ao longo de sua formação filosófica e política. A contradição que consideramos como sendo efetivamente central nos anos de formação do jovem Engels é entre o racionalismo e o irracionalismo.¹³⁷ Contudo, teremos que postergar o tratamento

129 São Paulo: Boitempo, 2010, p. 67–116.

130 São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29–44.

131 “Landschaften” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo n. 122-123), in MECW 2, p. 95–101; MEW 41, p. 68–74.

132 Tratou-se de viagem a negócios na Inglaterra acompanhado do pai. Nessa ocasião, Engels visitou Londres e Liverpool. Os biógrafos W. O. Henderson e L. F. Ilitchev contrastam sobre a data na qual ocorreu a viagem. De acordo com Henderson (*The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), p. 11), Engels viajou a Inglaterra em 1840. Por sua vez, Ilitchev (*Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986), p. 16–17), afirmou que a viagem ocorreu em julho de 1838, isto é, antes mesmo da mudança de Engels para Bremen.

133 *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), p. 11.

134 *Friedrich Engels* (Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979).

135 *Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986)

136 *Rumo à estação Finlândia* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).

137 O racionalismo consiste na corrente filosófica que considera o mundo e seus fenômenos como manifestações de princípios racionais, ou que estes sejam racionalmente estruturados e que, portanto, podem ser apreendidos por meio do uso de procedimentos e exames racionais, ou por meio da mediação da razão. O racionalismo opõe-se ao misticismo e ao empirismo. Entre os filósofos modernos identificados como racionalistas se encontram Descartes, Spinoza, Leibniz, Kant e Hegel. Por sua vez, o irracionalismo concebe “o mundo como manifestação de um princípio irracional” ou desprovido de estrutura racional e, conseqüentemente, ele não poderia ser apreendido por meio da mediação da racionalidade, mas somente por meio da intuição subjetiva e da revelação. Entre os filósofos modernos identificados como racionalistas se encontram Schelling, Schopenhauer, Kierkegaard e Nietzsche (Nicola Abbagnano, “Racionalismo”; “Irracionalismo”, in *Dicionário de filosofia* (5. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007), p. 586, 821–

substancial dessa questão para os subcapítulos e capítulos seguintes, pois, para tanto, seria necessário o exame de toda a série de textos e cartas de Engels entre os anos de 1838 a 1844 por nós selecionadas para a realização desta dissertação.

1.1.2. A industrialização e situação da classe trabalhadora em Wuppertal

Ao lado da Saxônia e da Silésia, a Renânia—província prussiana onde se localizava Wuppertal—foi uma das primeiras províncias alemãs a se industrializar. Em 1784, foi instalada em Düsseldorf a primeira máquina de fiar mecânica [*mechanised cotton spinning*] da Alemanha e, em 1792, com a instalação de uma fornalha a carvão [*coke blastfunance*] na Silésia, uma série de máquinas a vapor [*steam engine*] baseadas nos modelos dos engenheiros britânicos Thomas Newcomen (1664-1729) e James Watt (1736-1819) entraram em operação. Em 1840, havia na Renânia 211 máquinas a vapor instaladas e em operação, sendo 86 para trabalhos nas minas, totalizando 40.000 cavalos de força—equivalente a 6% do total da Grã-Bretanha no mesmo período.¹³⁸

A primeira fase do processo de industrialização da Alemanha se deu entre as últimas décadas do século XVIII e 1850. Durante esse período fatos históricos importantes transformaram a economia e a política na Alemanha. A vitória de Napoleão I, da França, sobre Frederico Guilherme III, da Prússia, na Batalha de Jena (1806) originou a Confederação do Reno (1806-1813), novo Estado germânico que realizou uma série de importantes reformas de modernização tanto na economia quanto na política—por exemplo: as reformas agrárias, que envolveram a abolição da servidão, em 1806, e a mercantilização das terras, entre 1807 a 1811. Entre 1816 a 1821—agora como província prussiana pertencente a Confederação Germânica (1815-1848; 1850-1866)—, foi instituído na Renânia a mercantilização das terras comunais. Com a nova estrutura agrária decorrente das reformas e com uma vasta força de trabalho rural a disposição—aproximadamente 70% da população alemã do período era rural—, a Renânia experimentou uma expansão econômica no setor agrícola, particularmente por meio da exportação de grãos para a Grã-Bretanha e para os Países Baixos. O Bloqueio Continental, instituído pela França napoleônica em 1806, gerou um potencial para o desenvolvimento da indústria, que seria impulsionada com a fundação da *Zollverein* (área de livre-comércio entre os Estados germânicos), em 1833. A concorrência com a avançada e produtiva indústria britânica foi compensada por meio de tarifas protecionistas. Também se registrou nas décadas de 1830 e 1840 o investimento na construção de ferrovias. O desenvolvimento da primeira fase de industrialização da Alemanha somente foi interrompido com a crise de 1845-1847 na agricultura—colheitas ruins combinadas com uma praga que atingiu a produção de batata—seguida pela Revolução Alemã de 1848-1849.¹³⁹

Wuppertal esteve entre as regiões da Renânia mais beneficiadas economicamente

822; “Rationalism”; “Irrationalism” (*Encyclopaedia Britannica*).

138 Knut Borchardt, “2. The Industrial Revolution in Germany, 1700-1914”, in *The Fontana Economic History of Europe: Vol. 4: Part 1* (Glasgow: Fontana/Collins, 1973), p. 76–160.

139 Richard Tilly, “Chapter VIII: Capital Formation in Germany in the Nineteenth Century”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 382–387.

durante a primeira metade do século XIX. Porém, a região já possuía tradição na indústria. No final do século XVI, artesãos dos Países Baixos introduziram em Wuppertal o tear neerlandês na indústria de confecção de fitas da região. Em 1760, Peter Wichelhausen—então, o maior mercador de Barmen—recrutou trabalhadores dos Países Baixos para sua fábrica de dedais. Na década de 1770, mercadores de Wuppertal empregaram trabalhadores franceses e das cidades alemãs de Krefeld (Renânia) e Hanau (Hesse) para instruir os trabalhadores locais na manufatura da ceda.¹⁴⁰ Beneficiada pelas correntes das águas do rio Wupper, Wuppertal teve sua primeira máquina hidráulica de fiar algodão instalada em 1785. No início do século XIX, apesar do predomínio do tear manual [*handloom*], já se encontrava em Wuppertal fiadeiras mecânicas.¹⁴¹

A família Engels foi pioneira no processo de industrialização da Alemanha. Johann Caspar Engels (bisavô, 1715-1787) trocou a agricultura pela indústria e reinvestiu o capital da família, por volta da segunda metade do século XVIII, no comércio de tecidos, tinturaria e oficinas de confecção [*workshops*]. O sucesso comercial de Johann Caspar o estabeleceu entre os cidadãos mais ricos de Barmen. Johann Caspar II (avô, 1753-1821) expandiu a empresa familiar fortalecendo o *status* econômico e político dela. Na geração seguinte, Friedrich Engels (pai, 1796-1860) rompe sociedade com dois de seus irmãos em 1837 e inicia uma nova empresa com os irmãos e industriais neerlandeses Peter, Anton e Gottfried Ermen (1800-1887; 1807-1886; 1811-1899), fundando a Ermen & Engels, proprietária de fábricas têxteis nas cidades alemãs de Barmen e Engelskirchen (Renânia) e na cidade inglesa de Manchester. A sociedade com os irmãos Ermen permitiu a Friedrich Engels (pai) ser pioneiro na instalação de máquinas inglesas na Alemanha.¹⁴²

Na década de 1840, as duas maiores cidades do vale, Barmen e Elberfeld, somavam 70.000 habitantes. Entre esses, aproximadamente 1.100 eram tintureiros, 2.000 fiandeiros, 12.500 tecelões e 16.000 trabalhavam na confecção de fitas e adornos, totalizando 31.600 trabalhadores envolvidos diretamente na indústria têxtil, ou 45% dos habitantes das duas cidades.¹⁴³ A maioria deles trabalhavam em suas residências [*puttig-out system*] ou em oficinas [*workshops*].¹⁴⁴ Contudo, desde a década de 1830, o sistema da manufatura já era uma realidade em Wuppertal, com aproximadamente 200 fábricas em operação, o que rendeu a região os apelidos de “Manchester da Alemanha” e “a Inglaterra em miniatura”.¹⁴⁵

140 John Joseph Lee, “Chapter IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 450.

141 W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), p. 2–3.

142 W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), p. 2–3; “3. The Firm of Ermen & Engels”, in *Marx and Engels and The English Workers and Other Essays* (London: Frank Cass, 1989).

143 Em 1852, 25% da força de trabalho da Alemanha encontrava-se na indústria. Em 1846, 22% da força de trabalho industrial da Alemanha encontrava-se na indústria têxtil e 25% na confecção de roupas, totalizando, portanto, 47% (John Joseph Lee, “Chapter IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), tabela 131, 132, p. 445–446).

144 Durante a primeira fase da industrialização da Alemanha (1800-1850), os sistemas do artesanato (*Handwerk; craft industry* em inglês), da indústria doméstica e das oficinas (*Verlagsystem; puttig-out system e workshop* em inglês) e da manufatura (*Manufaktur; manufactory* em inglês) conviviam simultaneamente (Jürgen Kocka, “Entrepreneurs and Managers in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 498–501).

145 W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), p. 2–3; Tristram Hunt, *Marx’s General* (New York: Holt Paperbacks, 2010), p. 12–14; David McLellan, *As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979), p. 9.

Engels observou que a saúde dos trabalhadores era precária e identificou o trabalho exaustivo e insalubre como o principal responsável por esta condição.¹⁴⁶

Segundo Engels:

As razões para este estado de coisas são perfeitamente claras. Antes de mais nada, o trabalho de fábrica é em grande parte responsável. O trabalho em salas baixas onde as pessoas respiram mais fumaça e pó de carvão do que oxigênio—e na maioria dos casos já a partir dos seis anos de idade—é fadado a privá-las de toda a força e alegria de viver. Os tecelões, que têm teares individuais em suas casas, sentam-se dobrados sobre eles de manhã à noite, e dessecam sua medula espinhal em frente a um fogão quente.¹⁴⁷

De forma similar as cidades industriais da Inglaterra, a classe trabalhadora de Wuppertal, além de viver em condições miseráveis, era vitimada por doenças, por exemplo, a sífilis e a tuberculose. Ademais, o trabalho infantil também caracterizava a exploração do trabalho nas fábricas do vale do Wupper.

Segundo Engels:

{Uma} pobreza terrível prevalece entre as classes mais baixas, particularmente entre os trabalhadores de Wuppertal; a sífilis e as doenças pulmonares são tão disseminadas que mal se pode acreditar; só em Elberfeld, de 2.500 crianças em idade escolar, 1.200 são privadas de educação e crescem nas fábricas—tanto que o fabricante não precisa pagar aos adultos, cujo lugar elas ocupam, o dobro do salário que ele paga a uma criança.¹⁴⁸

Os marceneiros e artesãos eram os poucos entre a classe trabalhadora que apresentavam melhores condições de saúde. Por sua vez, quando comparados com os operários das fábricas, os coureiros apresentavam saúde, tanto física quanto psicológica, devastada pelas condições precárias de vida e trabalho. Três em cinco deles morriam de tuberculose após poucos anos de trabalho. Entretanto, Engels aponta nos *Karrenbinder* (carroceiros) o setor mais desmoralizado da classe trabalhadora: sem residência e emprego fixo, dormiam em palheiros e estábulos.¹⁴⁹

Portanto, além da exploração e degradação da natureza pela indústria, o jovem Engels já foi, desde então, capaz de identificar também a exploração e a degradação sofridas do trabalhador sob o regime do capitalismo industrial.

* * *

Engels destaca dois elementos determinantes para a manutenção da ordem e mistificação das relações sociais de trabalho em Wuppertal: a combinação entre o pietismo e a *Preussischer Schnaps* (aguardente prussiana)—isto é, a religião e o alcoolismo. Esses dois elementos, segundo Engels, drenavam a energia vital tanto do corpo quanto do espírito dos trabalhadores de Barmen e Elberfeld. Nos itens abaixo examinaremos o tratamento engelsiano a respeito do alcoolismo e do fundamentalismo religioso entre os trabalhadores de Wuppertal.¹⁵⁰

146 No início do século XIX, o tempo médio diário de trabalho na indústria têxtil alemã era de 14 horas (John Joseph Lee, “Chapter IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 483).

147 MECW 2, p. 9; MEW 1, p. 417.

148 MECW 2, p. 10; MEW 1, p. 418.

149 MECW 2, p. 9–10; MEW 1, p. 417–418.

150 Em *A era das revoluções, 1789-1848*, Eric Hobsbawm tratou tanto do tema do “alcoolismo em massa” quando da religiosidade da classe trabalhadora. No capítulo 11 (“Os trabalhadores pobres”), Hobsbawm comentou a respeito da “peste de embriaguez” que se espalhou pela Europa e das campanhas sistemáticas em prol da moderação do consumo

1.1.3. Aguardente prussiana

O consumo de álcool entre a classe trabalhadora de Wuppertal recebeu considerável atenção de Engels nas “Cartas”. Segundo Engels, a aguardente prussiana foi um destilado de baixíssima qualidade consumido pelos trabalhadores em razão de seu preço acessível. Seu consumo fez da socialização nas cervejarias—antes saudáveis e alegres—uma questão de moral para os pastores pietistas e de polícia para juristas e outros “filisteus”.¹⁵¹

Engels retornou o tratamento sobre essa questão em texto de 1876 intitulado “Aguardente prussiana no Reichstag alemão”.¹⁵²

Segundo Engels:

Os efeitos destes preços muito baixos do *Schnaps*, que foram sentidos em lugares diferentes em momentos diferentes, mas quase sempre completamente sem aviso prévio, foram bastante incríveis. Ainda me lembro bem como, no final dos anos vinte, o baixo custo do *Schnaps* subitamente ultrapassou a área industrial do Baixo Reno e do Mark. No Berg em particular, e mais notadamente em Elberfeld-Barmen, a massa da população trabalhadora foi vítima da bebida. Das nove da noite, em grandes multidões e de braço dado, ocupando toda a largura da rua, os “beberrões” cambaleavam, gritando discordantemente, de uma taberna para a outra e finalmente de volta para casa. Dado o nível de educação dos trabalhadores daquela época e a total desesperança de sua situação, não era de se estranhar.¹⁵³

A baixa qualidade do processo de destilação dessa aguardente provocava uma embriaguez diversa da cerveja ou do vinho, além da intoxicação por *Fuselöl* (óleo fúsel)—produto da fermentação da batata, matéria-prima utilizada em sua produção.

Segundo observado por Engels:

A embriaguez provou ser de uma natureza totalmente diferente. Aquela alegria que antes terminava em boa disposição e só raramente em excesso, onde não era incomum que a faca estivesse envolvida, aquele tipo de alegria agora degenerava em tumulto e inevitavelmente terminava em briga, nunca faltando ferimentos de faca, e as facadas fatais aumentando constantemente sua frequência. Os padres se resumem à crescente impiedade, os advogados e outros filisteus aos bailes realizados nas tabernas. A verdadeira causa foi a inundação do óleo fusel prussiano em cena, simplesmente tendo seu efeito fisiológico normal e enviando centenas de pobres almas para a prisão, para trabalhar na construção de fortalezas.¹⁵⁴

* * *

Combinado à intoxicação física e psicológica dos trabalhadores de Wuppertal pela aguardente prussiana, o pietismo atuou como um intoxicador espiritual.

de álcool tanto entre as classes médias quando entre as classes trabalhadoras, particularmente em torno da década de 1840, período no qual Engels escreveu as “Cartas”. A despeito da pouca duração das campanhas sistemáticas contra o consumo imoderado do álcool, Hobsbawm asseverou que “durante o restante do século a hostilidade à embriaguez permaneceu como algo que tanto patrões quanto movimentos trabalhistas tinham em comum”. A respeito da religiosidade entre as classes trabalhadoras europeias, particularmente a francesa e a inglesa, Hobsbawm observou, no capítulo 12 (“A ideologia religiosa”) a tendência da “secularização das massas” e do racionalismo como predominante entre os movimentos socialista e trabalhista do século XIX (25. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012), p. 323, 346–353). Contudo, o que observaremos a partir dos relatos de Engels nas “Cartas”—a ser examinado no item “1.1.4. Pietismo”—será a particularidade em Wuppertal da emergência do fundamentalismo religioso tanto entre as classes médias quanto entre as classes trabalhadoras, contrapondo, desta forma, a tendência a secularização e ao racionalismo observados por Hobsbawm no restante da Europa naquele mesmo período.

151 MECW 2, p. 10; MEW 1, p. 418.

152 “Preussischer Schnaps im deutschen Reichstag” (*Der Volksstaat*, Leipzig, n. 23-25, 25 fev.-1º mar. 1876), in MECW 24, p. 109–127; MEW 19, p. 37–51.

153 MECW 24, p. 114; MEW 19, p. 40.

154 MECW 24, p. 115; MEW 19, p. 41.

1.1.4. Pietismo

Engels apontou o pietismo—o puritanismo alemão—como o elemento que perpassava todas as esferas da sociedade em Wuppertal, e como instrumento mantenedor da ordem a serviço das classes dominantes, particularmente a burguesia industrial. Suas origens remontam à Reforma Protestante (1517). A doutrina pietista envolvia elementos calvinistas—como a predestinação—e presbiterianos, com forte apelo a experiências místicas da revelação divina pelos fiéis. Similar aos puritanos ingleses, os pietistas exerciam uma vida regrada e austera: vestiam-se de preto, guardavam os sábados e rejeitavam quaisquer prazeres mundanos, como literatura, música, dança etc. Com a emergência do liberalismo e do racionalismo no século XVIII—o Século das Luzes—, o movimento pietista passou por um período de declínio. Estando intimamente relacionado com a Restauração Absolutista (1815-1848) após a Era Napoleônica (1804-1815), o pietismo reemergiu na Alemanha nos anos 1820. Antiliberal e antirrevolucionário, o pietismo foi a forma religiosa da Restauração nos Estados alemães,¹⁵⁵ tendo Wuppertal como um de seus maiores centros, ou, nas palavras de Engels: “A Sião dos obscurantistas”.¹⁵⁶ O rigoroso adestramento físico e psicológico exigido pelos pietistas foi a forma religiosa adequada para a imposição da disciplina e do controle necessários à força de trabalho nas primeiras fases da industrialização da Alemanha.¹⁵⁷

Os pietistas acreditavam na verdade literal de cada palavra bíblica, chegando a extremos, como o do pastor F. W. Krummacher (1796-1868)—membro de uma tradicional família de pastores pietistas e pastor da corte de Frederico Guilherme IV (1795-1861), rei da Prússia (1840-1861)—, que argumentou em um sermão, contrariando todas as evidências científicas de conhecimento geral de seu tempo, que a Terra era o centro do universo.¹⁵⁸

A família Engels foi uma liderança pietista em Wuppertal, de tal forma que Friedrich Engels recebeu uma educação severa e repleta de proibições de leitura no que se referia às ciências e à literatura. Porém, Engels encontrava meios para burlar as restrições que lhe eram impostas. Em carta à esposa Elise Engels,¹⁵⁹ Friedrich Engels (pai) apresenta preocupação com o interesse literário do filho:

Como sabe, ele se tornou mais educado, externamente, mas apesar dos severos castigos que recebeu anteriormente, nem mesmo o medo do castigo parece ensiná-lo a obediência incondicional. Assim, hoje novamente me angustiei ao encontrar em sua mesa um livro sebooso que ele havia tomado emprestado da

155 O vínculo do pietismo com a aristocracia feudal remonta a suas origens. Conforme nota do romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1795-1796, Berlim), do escritor alemão J. W. Goethe (1749-1832): “Para fazer parte da ordem pietista [...] era preciso pertencer à nobreza” (2. ed., São Paulo: Editora 34, 2009, p. 372, nota 6).

156 MECW 2, p. 7; MEW 1, p. 413.

157 John Joseph Lee, “Chapter IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 460.

158 Engels publicou, em maio de 1839, breve artigo intitulado “O sermão de F. W. Krummacher sobre Josué” no qual ironiza e ridiculariza o anticientificismo do pastor (“F. W. Krummachers Predigt über Josua” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 84), in MECW 2, p. 29; MEW 41, p. 10).

159 Descendente de uma família culta e ilustrada de origem neerlandesa, Elisabeth Franziska Mauritia Engels (nascida van Haar, 1797-1873), foi, segundo biógrafos de Engels, um contraponto na formação do filho perante a família paterna (Tristram Hunt, *Marx's General* (New York: Holt Paperbacks, 2010), p. 18–19; L. F. Ilitchev, *Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986), p. 12; Gustav Mayer, *Friedrich Engels* (Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979), p. 18–20; MEW 41, p. 563). Bernhard van Haar (1760-1837)—pai de Elise Engels e avô de Engels—foi diretor de escola ginásial e também inspirou a formação ilustrada do neto e o interesse dele pela literatura universal (Engels a Bernhard van Haar (Barmen, 20 dez. 1833), in MECW 2, p. 553).

biblioteca, uma história sobre cavaleiros do século XIII. A maneira descuidada como ele deixa tais livros em sua mesa é notável. Que Deus cuide de sua disposição, muitas vezes temo por esse garoto, de resto excelente.¹⁶⁰

Ademais, durante os anos em que estudou no ginásio de Elberfeld, Engels recebeu uma formação ilustrada e desenvolveu interesse por disciplinas tais como história da literatura alemã, línguas clássicas e modernas, matemática, física etc.,¹⁶¹ abrindo-o para uma visão de mundo que não cabia na tacanha mentalidade pietista.

Ao mudar-se para Bremen, em 1839, Engels passou a antagonizar e criticar publicamente a religião pietista. As “Cartas” foram as primeiras exposições públicas de sua oposição ao irracionalismo e ao misticismo pietista e sua relação com a situação miserável da classe trabalhadora de Wuppertal, levando Engels a escrever que: “Isto não teria assumido proporções tão horríveis se as fábricas não fossem operadas de forma tão imprudente pelos proprietários e se o misticismo não assumisse a forma que assume e não ameaçasse ganhar um peso crescente”.¹⁶² Mais adiante, Engels denunciou a hipócrita religiosidade dos industriais do vale do Wupper e a superexploração da mão de obra dos operários.

Mas os fabricantes ricos têm uma consciência flexível, e causar a morte de uma criança a mais ou a menos não amaldiçoa a alma de um pietista, especialmente se ele vai à igreja duas vezes ao domingo. Pois é um fato que os pietistas entre os donos das fábricas tratam seus trabalhadores da pior maneira possível; eles usam de todos os meios possíveis para reduzir o salário dos trabalhadores sob o pretexto de privá-los da oportunidade de se embriagar, mas na eleição dos pastores eles são sempre os primeiros a subornar seu povo.¹⁶³

Característica marcante nos textos de Engels desde sua juventude são os chistes. Em passagem sobre os cultos pietistas, Engels ironiza e ridiculariza os sermões do pastor Krummacher e a reação de catarse coletiva que ele promovia nos fiéis.

Em algumas passagens sua declamação é muito boa, e suas gesticulações poderosas e explícitas são muitas vezes inteiramente apropriadas, mas às vezes incrivelmente afetadas e de mau gosto. Então ele bate no púlpito, se dobra por todos os lados, bate o punho na borda, cavalga como um cavalo de cavalaria, e grita para que as janelas ressoem e as pessoas na rua tremam. Então a congregação começa a soluçar; primeiro as moças choram, depois as velhas se juntam a uma soprano de arrepiar o coração e a cacofonia se completa com o pranto dos pietistas bêbados e enfraquecidos, que ficariam emocionados até a medula com suas palavras se ainda tivessem alguma medula nos ossos; e por meio de toda essa agitação a poderosa voz de Krummacher ressoa pronunciando diante de toda a congregação inúmeras frases de condenação, ou descrevendo cenas diabólicas.¹⁶⁴

Anos mais tarde, no artigo “Aguardente prussiana no Reichstag alemão”, Engels ironizou novamente o irracionalismo e o obscurantismo pietista comparando-o com os efeitos etéreos do *Schnaps* nas seguintes palavras: “Se [...] os trabalhadores de Wuppertal tivessem apenas uma escolha entre o *Schnaps* terreno das tabernas e o *Schnaps* divino dos padres pietistas—seria de admirar que eles preferissem o primeiro, por mais mau que fosse?”¹⁶⁵

160 Em Hamm (Barmen, 27 ago. 1835), in MECW 2, p. 582.

161 Fonte historiográfica interessante sobre esse assunto é o documento de dispensa de Engels do ginásio de Elberfeld em setembro de 1837, no qual se encontra sua avaliação pedagógica (MECW 2, p. 584–585).

162 MECW 2, p. 10; MEW 1, p. 418.

163 MECW 2, p. 10; MEW 1, p. 418.

164 MECW 2, p. 14; MEW 1, p. 422.

165 MECW 24, p. 114; MEW 19, p. 40.

Nas páginas seguintes das “Cartas”, Engels atentou para o fato de que os tentáculos do pietismo envolviam todas as esferas da sociedade em Wuppertal, dominando não somente a economia, a política e, naturalmente, a religião, mas, também, a educação nas escolas, a imprensa e a literatura. Desta forma, o véu alienante do misticismo pietista é apresentado como determinante para a consciência de todas as classes sociais das cidades do vale do Wupper.

Em uma área tão cheia de atividades pietistas, esse espírito, espalhando-se em todas as direções, pervade e corrompe todos os aspectos da vida. Ele exerce sua principal influência sobre o sistema educacional, sobretudo sobre as escolas primárias. Parte delas são totalmente controladas pelos pietistas; são as escolas da igreja, das quais cada comunidade tem uma. As outras escolas primárias, sobre as quais a administração civil tem maior influência, gozam de mais liberdade, embora também estejam sob a supervisão dos fiscais da escola clerical. Também aqui o efeito retardador do misticismo é muito óbvio, pois enquanto as escolas eclesiais ainda não trazem nada além do catecismo para seus alunos, além da leitura, da escrita e da aritmética.¹⁶⁶

A despeito da formação e desenvolvimento de outras escolas voltadas ao ensino das ciências a partir do estabelecimento do governo prussiano na Renânia,¹⁶⁷ as escolas confessionais permaneceram dominantes na região. Segundo Engels: “As escolas da igreja têm uma frequência muito maior porque são muito mais baratas, e muitos pais ainda enviam seus filhos para elas em parte por apego à religião, em parte porque consideram que o progresso intelectual das crianças dá a vantagem ao mundanismo”.¹⁶⁸

No que se referia à cultura, Engels descreveu as cidades de Barmen e Elberfeld como tacanhas e repletas de filisteus que cultuam a ignorância e rejeitam quaisquer manifestações de conhecimento científico e cultural. Sobre esses habitantes “educados” de Wuppertal, Engels observou:

Nenhum traço de educação; qualquer um que joga *whist* e bilhar, que pode falar um pouco de política e fazer um belo elogio é considerado um homem educado em Barmen e Elberfeld. A vida que essas pessoas levam é terrível, mas estão tão satisfeitas com ela [...]. Os pais educam seus filhos com zelo, filhos que mostram toda promessa de seguir as pegadas de seus pais. Os tópicos de conversa são bastante monótonos: o povo de Barmen falam mais sobre cavalos, o de Elberfeld sobre cães; e quando as coisas estão no seu auge, pode haver também avaliações de damas bonitas ou conversas sobre assuntos de negócios, e isso é tudo.¹⁶⁹

Conseqüentemente, a imprensa e a literatura de Wuppertal refletiam o filistinismo de suas classes dominantes. Mencionando algumas poucas exceções, Engels desqualificou o jornalismo e o circuito literário do vale do Wupper, que tinha como tema central a teologia pietista e brochuras superficiais sobre a história do “vale abençoado”.¹⁷⁰ Em carta a Friedrich Graeber, Engels confessou ao amigo, antes mesmo da redação das “Cartas”, seu desencanto perante o cenário cultural de Barmen: “Estou cada vez mais desesperado com Barmen. No que diz respeito aos assuntos literários, ela já acabou. O que é impresso ali é, na melhor das hipóteses, ridículo, com exceção dos sermões. Coisas religiosas costumam ser sem sentido.

166 MECW 2, p. 17–18; MEW 1, p. 425.

167 Barmen e Elberfeld foram incorporadas ao Reino da Prússia por decisão do Congresso de Viena (1815), tornando-se parte da Província do Reno (MECW 2, p. 592, nota 13).

168 MECW 2, p. 18; MEW 1, p. 425.

169 MECW 2, p. 20–21; MEW 1, p. 428.

170 MECW 2, p. 23–25; MEW 1, p. 430–432.

Na verdade, não é sem justificativa que Barmen e Elberfeld são lamentadas como obscurantistas e místicas”.¹⁷¹

1.1.5. O impacto e a repercussão das “Cartas de Wuppertal”

O estilo crítico e provocador das “Cartas” escandalizou as classes dominantes e as lideranças religiosas de Wuppertal. É possível obter informações a respeito da repercussão das “Cartas” por meio da correspondência de Engels com os ex-colegas do ginásio de Elberfeld: os irmãos Wilhelm e Friedrich Graeber (1820-1895; 1822-1895). Em carta a Friedrich Graeber,¹⁷² Engels revelou ser o autor anônimo das “Cartas” que repercutiram como uma grande “sensação” entre os leitores de Barmen e Elberfeld. Em carta a Wilhelm Graeber,¹⁷³ Engels teceu comentários gerais sobre o conteúdo das “Cartas” e sua repercussão em Wuppertal.

Entre as reações negativas às “Cartas” encontra-se artigo publicado em 12 de abril de 1839 na *Elberfelder Zeitung* pelo jornalista conservador alemão Martin Runkel, onde o ensaio de Engels é acusado de conter informações falsas sobre as cidades de Barmen e Elberfeld.¹⁷⁴ De sua parte, em carta a Friedrich Graeber,¹⁷⁵ Engels demonstrou-se satisfeito com o texto final do ensaio, negando que houvesse feito quaisquer afirmações que não pudesse provar e defender.

Em carta a Wilhelm Graeber, Engels comentou:

Acabo de receber uma carta de W. Blank na qual ele diz que o artigo está causando um alvoroço frenético em Elberfeld. Dr. Runkel o ataca no *Elberfelder Zeitung*, acusando-me de falsidade. Eu quero que ele me dê uma dica, que ele me aponte apenas uma única falsidade, o que ele não pode, porque tudo que escrevi foi baseado em dados comprovados, do quais eu tenho de testemunhas.¹⁷⁶

Engels manifestou-se publicamente contra as críticas de Runkel às “Cartas” por meio do texto “Carta aberta a Dr. Runkel”,¹⁷⁷ publicado em 9 de maio de 1839 na *Elberfelder Zeitung*. Engels iniciou o contra-ataque a Martin Runkel nas seguintes palavras:

Você me atacou violentamente e as minhas “Cartas de Wuppertal” no seu jornal e me acusou de distorção deliberada, ignorância das condições, abuso pessoal e até mentiras. Não me importa que você me chame de Jovem Alemão, pois não aceito as acusações que você faz contra a Jovem Literatura, nem tenha a honra de pertencer a ela. [...]. Qualquer pessoa pode ser acusada de distorção deliberada, e isto tende a ser feito onde um relato não está de acordo com as noções preconcebidas do leitor. Por que você não dá um único exemplo como prova? Quanto à ignorância das condições, eu deveria ter esperado esta reprovação, principalmente se eu não soubesse que expressão sem sentido esta frase se tornou, usada em todos os lugares por falta de algo melhor. Possivelmente passei o dobro do tempo que você em Wuppertal, vivi em Elberfeld e Barmen e tive a oportunidade mais favorável de observar de perto a vida de todas as classes sociais.¹⁷⁸

171 Bremen, 19 fev. 1839, in MECW 2, p. 416; MEW 41, p. 363.

172 Bremen, c. 23 abr.-1º maio 1839, in MECW 2, p. 426-427; MEW 41, p. 372.

173 Em Berlim (Bremen, 24 maio-15 jun. 1839), in MECW 2, p. 448-452; MEW 41, p. 395-398.

174 MECW 2, p. 593-594, nota 26; MEW 41, p. 525, nota 1.

175 Bremen, c. 23 abr.-1º maio 1839, in MECW 2, p. 427; MEW 41, p. 372.

176 Bremen, c. 28-30 abr. 1839, in MECW 2, p. 446; MEW 41, p. 392-393.

177 “Offener Brief an Dr. Runkel” (Elberfeld, n. 127), in MECW 2, p. 27-28; MEW 41, p. 8-9.

178 MECW 2, p. 27; MEW 41, p. 8.

Mais adiante, Engels completou a tréplica:

De fato, seria preciso uma inteligência extraordinariamente monótona para não adquirir um conhecimento das condições em tais circunstâncias, especialmente se se fizer o esforço para fazê-lo. [...] Quanto às suposições [...] me vejo obrigado, para não comprometer o *Telegraph* ou a minha honra anônima, a desafiá-lo a apontar uma única “multidão de inverdades”. [...]. Você diz ainda que eu não mostrei um único lado positivo do distrito. Verdade; [...] em geral eu não consegui encontrar nenhum lado puramente brilhante.¹⁷⁹

* * *

As “Cartas” consistem na primeira análise abrangente feita por Engels sobre as relações sociais de trabalho em Wuppertal. Em sua exposição panorâmica de sua cidade natal, Engels demonstrou considerável capacidade de observação e compreensão de seu objeto de investigação: a sociedade do vale do Wupper em suas múltiplas determinações—cultura, educação, literatura, natureza, religião, trabalho etc. Essa habilidade desenvolver-se-á em níveis cada vez mais complexos ao longo de sua formação filosófica e política. Partindo de uma visão retrospectiva da formação teórica de Engels, consideramos, portanto, as “Cartas” como um exercício preparatório para futuros textos de maior fôlego, por exemplo, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig).

Por meio da leitura e exame das “Cartas” podemos conhecer as primeiras reflexões de Engels sobre as transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial, por exemplo: a exploração da natureza e dos trabalhadores pela indústria, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, e o papel das mediações não econômicas como relevantes na sociabilidade burguesa, entre elas o pietismo como mediação religiosa. Conhecemos, também, a primeira crítica engelsiana da alienação. Nesse momento da formação de Engels, a alienação não foi criticada tendo o suporte teórico da filosofia alemã, pois a categoria não aparece nominalmente, mas por meio da descrição imanente do fenômeno concreto entre os trabalhadores e o conjunto da sociedade de Wuppertal. A crítica da alienação somente ganhará corpo filosófico e materialista na obra engelsiana em textos futuros, por exemplo, no *Esboço para uma crítica da economia política* (1844, Paris), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig) e nos manuscritos de *A ideologia alemã* (1845-1846, Bruxelas). Observa-se, também, nas *Cartas*, considerável atenção de Engels aos problemas da vida material, as precárias condições de trabalho, moradia e saúde, a degradação da natureza pelos resíduos da produção industrial.

Entretanto, nesse ensaio de juventude, as contradições da atividade produtiva (*trabalho*)¹⁸⁰ ainda não são consideradas por Engels como a fonte, ou a base da consciência e, portanto, da “consciência alienada”. Nesse primeiro momento, a fonte da consciência alienada é apontada por Engels na alienação religiosa, isto é, quando a religião não cumpre adequadamente sua função mediadora entre o mundo dos homens e o mundo do espírito e, conseqüentemente, leva o sujeito alienado a mistificar tanto as relações sociais concretas

179 MECW 2, p. 27–28; MEW 41, p. 8–9.

180 Categoria *trabalho* entendida como atividade de mediação metabólica entre a natureza e as sociedades humanas, segundo: György Lukács “IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, in *Para uma ontologia do ser social: I* (São Paulo: Boitempo, 2012); Karl Marx & Friedrich Engels, *A ideologia alemã* (São Paulo: Boitempo, 2007), p. 87; Karl Marx, *O capital: livro III* (São Paulo: Boitempo, 2017), seção VII, cap. 48.I., p. 878.

quanto a consciência interior, sua espiritualidade. Em Wuppertal, a alienação manifestava-se objetivamente a partir do irracionalismo e do obscurantismo da doutrina pietista, o agente da apatia social responsável pela mistificação das reais contradições sociais do vale do Wupper a serviço da manutenção do *status quo*.

Segundo demonstrado por István Mészáros¹⁸¹ em *A teoria da alienação em Marx*,—e esboçado por Marx¹⁸² nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844, Paris)—, a alienação religiosa relaciona-se com a consciência, ou com o interior humano, enquanto que a alienação do trabalho relaciona-se com a vida efetiva, isto é, com a vida econômica, que dentro da concepção materialista da história possui caráter universal. A transição engelsiana da crítica da alienação religiosa (particular) para a crítica da alienação econômica, ou do trabalho (universal), começou a partir do momento em que Engels mergulhou no estudo teórico da economia política e na investigação da condição de trabalho e habitação da classe trabalhadora na Inglaterra.¹⁸³

O desafio central do jovem Engels nesses primeiros anos consistia em romper com sua formação religiosa e buscar uma alternativa religiosa e teológica de caráter racionalista. Como primeiro momento dessa etapa, Engels criticou as manifestações da alienação e da doutrinação religiosa sem, contudo, ser capaz de apontar quais condições ou sujeitos sociais seriam determinantes para sua efetiva superação. Por esta razão, na conclusão da primeira parte das “Cartas”, Engels sugere—de forma enigmática e profética—que eventos próximos varreriam o irracionalismo e obscurantismo dominantes em Wuppertal.¹⁸⁴ Entendemos que essa conclusão se devia ao fato de que, nesse momento, Engels considerava a classe trabalhadora como uma classe que sofre, isto é, como elemento passivo da sociedade. Para Engels, assim como para os demais jovens radicais da Alemanha de então, o ponto de partida da revolução que estava por vir seria o espírito [*Geist*], isto é, uma revolução de caráter fundamentalmente cultural e intelectual. Segundo Terrel Carver,¹⁸⁵ para o jovem Engels das “Cartas de Wuppertal”, “o principal conflito não era entre trabalhadores e proprietários sobre interesses econômicos, mas entre os esclarecidos da sociedade [...] e os preconceituosos, especialmente os cristãos de mente estreita”.

1.2. Racionalismo & pietismo

Nas páginas seguintes desta dissertação nos debruçaremos sobre os textos e a correspondência engelsiana sobre as questões teológicas nas quais ele esteve profundamente envolvido durante os primeiros anos de sua formação filosófica e política. Examinaremos os artigos e cartas nos quais Engels formulou e expôs seu entendimento a respeito da querela entre a ortodoxia pietista e o racionalismo luterano e dos debates sobre a exegese ortodoxa

181 São Paulo: Boitempo, 2006, p. 129.

182 “O estranhamento [*Entfremdung*] religioso enquanto tal”, afirmou Marx, “somente se manifesta na região da consciência, do interior humano, mas o estranhamento econômico é o da vida efetiva [...]” (São Paulo: Boitempo, 2010, p. 106; MEW 40, p. 537).

183 Um exame mais detido desse tema será exposto no capítulo 3 desta dissertação.

184 MECW 2, p. 17; MEW 1, p. 425.

185 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 35.

dos textos bíblicos com os irmãos Wilhelm e Friedrich Graeber (1820-1895; 1822-1895)—ex-colegas de Engels no ginásio em Elberfeld. Por meio desses exames poderemos acompanhar simultaneamente a incursão de Engels na teologia dos filósofos e teólogos alemães F. D. E. Schleiermacher (1768-1834) e D. F. Strauss (1808-1874), que, além de terem oferecido as ferramentas necessárias para a crítica engelsiana de juventude à teologia pietista, pavimentou o caminho dele em direção à teologia racionalista e o apresentou à obra filosófica de Hegel.¹⁸⁶

1.2.1. Os sermões do pastor F. W. Krummacher

Após a publicação das “Cartas de Wuppertal”, Engels prosseguiu com suas investidas públicas contra o irracionalismo e o obscurantismo pietista no breve artigo “Sermão de F. W. Krummacher sobre Josué”,¹⁸⁷ publicado em maio de 1839. Nesse artigo, Engels ironizou e ridicularizou o sermão de F. W. Krummacher, no qual o último, sustentado na passagem bíblica de Josué 10:12-13, afirmou ser a Terra o centro do universo nas seguintes palavras: “Piedosos cristãos, os eleitos [...] devem acreditar que a Terra está parada e o Sol se move em torno dela”.¹⁸⁸ Aproximadamente um mês antes da publicação do artigo, Engels comentou em carta a Wilhelm Graeber sobre esse mesmo sermão de Krummacher nos seguintes termos:

Krummacher declarou recentemente em um sermão que a Terra está parada e o Sol gira ao redor dela, e o sujeito se atreve a trombetear para o mundo neste 21 de abril de 1839, e então ele diz que o pietismo não leva o mundo de volta à Idade Média! É um escândalo. Ele deveria ser expulso, ou um dia ele ainda se tornará Papa antes que você saiba, e, então, que uma tempestade amarelo-acafrão o golpeie de morte.¹⁸⁹

No artigo “Dois sermões de F. W. Krummacher”,¹⁹⁰ publicado em setembro de 1840, Engels voltou a dar novas estocadas em Krummacher por seu filistinismo. Nessa ocasião, Krummacher afirmou ser a poesia—e, conseqüentemente, toda forma de expressão artística—contrária aos valores cristãos: “Há mais alegria no céu por um pecador arrependido do que pelo nascimento de um poeta”.¹⁹¹

O antagonismo de Engels ao pietismo de Krummacher prosseguiu no ensaio de crítica literária intitulado “De Elberfeld”,¹⁹² publicado em novembro de 1839. Nesse ensaio, Engels resenhou o livro de poemas religiosos de Krummacher intitulado *Canções de um amigo que retornou ao lar*.¹⁹³ Segundo Engels, trata-se de um livro de nostalgia e saudosismo de um mundo anterior às revoluções liberais e à industrialização, portanto, uma defesa do romantismo reacionário antagônico ao liberalismo. Nos próprios termos de Engels, o livro de Krummacher é um produto do pietismo e de uma doutrina altamente contraditória.

186 Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 57–59.

187 “F. W. Krummachers Predigt über Josua” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 84), in MECW 2, p. 29; MEW 41, p. 10.

188 MECW 2, p. 29; MEW 41, p. 10.

189 Bremen, c. 28-30 abr. 1839, in MECW 2, p. 446–447; MEW 41, p. 393.

190 “Zwei Predigten von F. W. Krummacher” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 149), in MECW 2, p. 121–122; MEGA I/3, p. 617–618. Segundo a MEGA I/3, a autoria de Engels desse texto é dúbia.

191 MECW 2, p. 122; MEGA I/3, p. 617.

192 “Aus Elberfeld” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 178), in MECW 2, p. 30–31; MEW 41, p. 11–12.

193 *Lieder eines heimgegangenen Freundes* (1839, Elberfeld).

Relevante extrair desse ensaio engelsiano sua oposição ao romantismo reacionário e sua busca e defesa de uma religiosidade de caráter racionalista.

1.2.2. A ortodoxia pietista *versus* o racionalismo luterano

Em torno do mês de outubro de 1840, emergiu na cidade de Bremen um debate que mobilizou, nas palavras de Engels, “todo o público de nossa Cidade Livre”.¹⁹⁴ Tratou-se de uma querela teológica entre uma concepção livre *versus* uma concepção estreita do cristianismo. Conforme narrado em “Racionalismo e pietismo”¹⁹⁵—o primeiro texto da série de artigos “Correspondência e notícias de Bremen”¹⁹⁶—, publicado em 17 de outubro de 1840, na qual Engels cobriu a querela teológica entre a corrente pietista *versus* a corrente luterana racionalista,¹⁹⁷ que teve início com a visita do pastor pietista Krummacher a cidade de Bremen.

Nessa ocasião, Krummacher realizou dois sermões na cidade de Bremen.¹⁹⁸ O primeiro teve por tema o julgamento final e o segundo tratou de uma passagem da *Carta aos Gálatas*. Ambos os sermões, relatou Engels, caracterizaram-se pela eloquência inflamatória de Krummacher, sendo o último desses marcante pelas condenações àqueles que pensam diferente do pastor. Nas palavras de Engels: “O púlpito tornou-se a cadeira presidencial de uma corte da inquisição quando a maldição eterna foi lançada contra todas as tendências teológicas que o inquisidor conhecia e desconhecia”, escreveu ele, ressaltando que “quem não aceitava esse misticismo crasso como cristianismo absoluto era entregue ao diabo”.¹⁹⁹

Os sermões de Krummacher, interpretou Engels, tinham como alvo, além da congregação majoritariamente racionalista de Bremen, o pastor e teólogo luterano alemão K. F. W. Paniel (1803-1856)—o principal representante da corrente racionalista da cidade. Paniel respondeu a Krummacher em três sermões que, escreveu Engels, apesar de terem sido pregados “no espírito do racionalismo de Paulo”, não foram capazes de mobilizar os fiéis em razão de sua verbosidade vaga. O resultado foi uma vitória da ortodoxia pietista de Krummacher sobre o racionalismo de Paniel, pois, concluiu de Engels: “Krummacher tem mais originalidade em três sentenças do que seu oponente em três sermões”.²⁰⁰

Krummacher²⁰¹ publicou uma réplica teológica em resposta aos sermões de Paniel, no qual tomou vantagem das franquezas argumentativas tanto do racionalismo quanto de seu adversário imediato.²⁰² Outro panfleto pietista contra Paniel foi publicado pelo pastor J. D.

194 MECW 2, p. 126; MEW 41, p. 99.

195 “Rationalismus und Pietismus” (*Morgenblatt für gebildete Leser*, Stuttgart & Tübingen, n. 249), in MECW 2, p. 126–128; MEW 41, p. 99–101.

196 “Korrespondenz-Nachrichten aus Bremen”.

197 Corrente teológica protestante que teve considerável adesão de fiéis entre os séculos XVII-XIX. Os racionalistas luteranos visavam combinar a teologia com a filosofia e demonstrar que as verdades divinas poderiam ser compreendidas não somente por meio dos textos bíblicos, mas, também, por meio do pleno uso da razão (MECW 2, p. 604, nota 94).

198 Engels expôs críticas a esses sermões no artigo *Dois sermões de F. W. Krummacher*, examinado nessa dissertação no item “1.2.1. Os sermões do pastor F. W. Krummacher”.

199 MECW 2, p. 126; MEW 41, p. 99.

200 MECW 2, p. 127; MEW 41, p. 100.

201 *Réplica teológica ao Sr. Dr. Paniel em Bremen* [*Theologische Replik an Herr Doctor Paniel in Bremen*] (1840, Bremen).

202 MECW 2, p. 128; MEW 41, p. 101.

Schlichthorst. Segundo Engels, foi o trabalho de melhor qualidade dessa querela escrito sob o ponto de vista pietista. Nesse panfleto, resumiu Engels, Schlichthorst reconstituiu a base kantiana da teologia de Paniel e apresentou a questão desafiando o último: “Por que você não é suficientemente honesto para admitir que o fundamento de sua fé não é a Bíblia, mas sua interpretação de acordo com a filosofia kantiana como exposta por Paulo?”²⁰³ Engels concluiu anunciando o novo panfleto de Paniel em resposta a seus adversários que seria publicado em breve, asseverando a importância da emergência do debate teológico que emergiu em Bremen nas seguintes palavras: “[Paniel] trouxe à razão ao povo de Bremen, que acreditava em tudo menos em si mesmo, e o pietismo, que até agora considerou o fato de que seus adversários estavam divididos entre si em tantas partes ser um presente de Deus, terá agora que aprender de uma vez por todas que todos nós estamos unidos quando se trata de combater o obscurantismo”.²⁰⁴

Após a passagem do ano de 1840 para 1841, Engels julgou oportuno uma nova revisão e exposição do, então, atual estado da arte sobre a querela entre a corrente ortodoxa pietista *versus* a corrente luterana racionalista. Engels voltou a tratar desse assunto em dois artigos intitulados “Controvérsia eclesiástica”,²⁰⁵ publicado em 15 e 16 de janeiro de 1841 e que compunham a série “Correspondência e notícias de Bremen”.²⁰⁶ No primeiro desses artigos, Engels expôs uma resenha crítica do tratado *Unverholene Beurtheilung*,²⁰⁷ do pastor Paniel, contra a réplica teológica de Krummacher. A avaliação engelsiana do tratado teológico de Paniel foi negativa. Além da retaliação hostil ao pietismo, que reduziu o debate a objeções mesquinhas e meias verdades, Engels criticou a própria posição vacilante do racionalismo luterano diante do pietismo, sua indecisão em ser o novo desenvolvimento do espírito cristão ou a recuperação de sua forma original, a apropriação dos jargões bíblicos do pietismo com pequenas distinções de sentido, e a deficiência teológica expressa na concepção incerta dos conceitos bíblicos de revelação, redenção e inspiração. Engels também criticou a aridez do pensamento de Paniel, que enfraquece e atua contra os próprios argumentos do autor e sua corrente teológica. Por sua vez, os pietistas responderam ao texto de Paniel com um panfleto assinado por vinte e dois pastores da corrente ortodoxa que os racionalistas luteranos fracassaram em replicar. No artigo seguinte, Engels afirmou que o pietismo não somente conduziu o debate melhor que seus oponentes luteranos como demonstrou deter vantagens sobre o racionalismo em razão do último manter postura hesitante a respeito da primazia da Bíblia ou da razão como elemento determinante da fé, o que os colocou em desvantagem perante a postura convicta dos pietistas sobre a divindade dos textos bíblicos. Mais adiante, Engels complementou com a seguinte e perspicaz questão voltada para a teologia racionalista luterana: “Por que louvar a razão sem proclamar sua autonomia? Pois, onde a Bíblia é reconhecida por ambos os lados como a base comum, o pietismo está sempre correto. Porém, desta vez o talento também esteve do lado do

203 MECW 2, p. 128; MEW 41, p. 101.

204 MECW 2, p. 128; MEW 41, p. 101.

205 “Kirchlicher Streit” (*Morgenblatt für gebildete Leser*, Stuttgart & Tübingen, n. 13-14), in MECW 2, p. 155-158; MEW 41, p. 132-135.

206 “Korrespondenz-Nachrichten aus Bremen”.

207 *Unverholene Beurtheilung der von dem Herrn Pastor Dr. philos. Krummacher von Elberfeld, zur Vertheidigung seiner Bremischen Verfluchungssache herausgegebenen, sogenannten „Theologischen Replik“* (1840, Bremen).

pietismo. Um Krummacher pode demonstrar mau gosto em muitas passagens, mas nunca andará por páginas inteiras em frases tão vazias como um Paniel²⁰⁸. Engels demonstrou na citação acima insatisfação com a concepção racionalista da teologia luterana que, em sua essência, pouco se distinguia da ortodoxia da exegese pietista, como também atuava no campo onde a última era mais forte—os textos bíblicos. No final do artigo, Engels encerrou a análise dessa querela teológica com as seguintes palavras:

Esta controvérsia foi de grande importância especialmente para Bremen. As partes se opunham sem pensar, e as coisas não iam além do pequeno alarido. O pietismo perseguia seus próprios propósitos, enquanto o racionalismo não se importava com ele e por isso mesmo tinha muitas noções equivocadas sobre ele. [...]. Agora, como Krummacher alimentou a controvérsia, cada parte sabe onde ela se encontra. O pietismo há muito sabia que seu princípio de autoridade não podia ser reconciliado com a razão, base do racionalismo, e via corretamente nessa tendência, mesmo quando apenas germinava, uma queda para longe do velho cristianismo ortodoxo. Agora até mesmo o racionalista percebeu que sua crença não se distingue do pietismo por uma interpretação diferente da Bíblia, mas está em oposição direta a ela. Só agora que as partes estão se conhecendo, é possível uma unificação num plano superior e, nesse sentido, o futuro pode ser aguardado com tranquilidade.²⁰⁹

Engels extraiu, portanto, elementos positivos da querela. Por meio do debate, cada lado foi como que forçado a expor as qualidades e os limites de sua teologia, o que ofereceu melhores condições de identificar suas diferenças e similaridades. Interessante também notar nas últimas linhas do ensaio a tese de Engels de que, em razão do conflito entre as duas correntes teológicas, emergiria uma necessária unificação, ou síntese, em um plano superior. Essa construção lógica de Engels aparenta-nos tratar-se de uma tentativa de aplicar a categoria de suprassunção [*Aufhebung*] hegeliana, ou, ao menos, o jargão hegeliano no debate teológico entre racionalistas *versus* pietistas.

1.2.3. O jovem Engels *versus* os grandes caçadores de straussianos

Nesse item examinaremos a correspondência de Engels com os irmãos Wilhelm e Friedrich Graeber (1820-1895; 1822-1895)—ex-colegas de Engels no ginásio em Elberfeld. Nessas cartas Engels debateu com os Graeber o irracionalismo da exegese ortodoxa dos textos bíblicos pelos pietistas, tendo como principal referência teológica o livro *A vida de Jesus*,²¹⁰ de D. F. Strauss (1808-1874), teólogo e filósofo alemão hegeliano—além de uma breve passagem pela teologia de F. D. E. Schleiermacher (1768-1834). Por meio dessa correspondência será possível acompanhar a evolução e a adesão de Engels às teses teológicas de Strauss, que pavimentaram seu caminho em direção ao racionalismo e à filosofia hegeliana. Infelizmente, nossas fontes de investigação—*a Marx & Engels Collected Works* (MECW), a *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) e a *Marx-Engels-Werke* (MEW)—contêm apenas as cartas de Engels aos irmãos Graeber, mas não as cartas deles para Engels, o que inevitavelmente inviabiliza nossa reconstituição exata desse debate.

A correspondência de Engels com os Graeber sobre a teologia pietista e o racionalismo é

208 MECW 2, p. 157; MEW 41, p. 134.

209 MECW 2, p. 158; MEW 41, p. 135.

210 *Das Leben Jesu, kritisch bearbeitet* (1835-1836, Tübingen).

predominantemente do ano de 1839, exceto uma, datada de 1841. Na primeira carta dessa série, dirigida a Friedrich Graeber, Engels fez a seguinte declaração a respeito da própria religiosidade: “Eu nunca fui um pietista. Fui um místico por um tempo, mas esses são *tempi passati*. Agora sou um honesto e, em comparação com outros, muito liberal sobrenaturalista. Quanto tempo ficarei assim, não sei, mas espero continuar sendo, ainda que inclinado agora mais, agora menos para o racionalismo. Tudo isso terá que ser resolvido”.²¹¹ Na carta seguinte, Engels escreveu sobre a imersão nos estudos pessoais em filosofia e teologia e o impacto que estes tiveram em sua formação intelectual nos seguintes termos: “Estou muito ocupado no momento com filosofia e teologia crítica. Quando você chega aos dezoito anos e conhece Strauss, os racionalistas e o *Kirchen Zeitung*,²¹² então você deve ler tudo sem pensar ou começar a duvidar de sua fé de Wuppertal”.²¹³ Mais adiante, Engels demonstrou-se inconformado com a ortodoxia da exegese dos pastores pietistas e lista uma série de contradições dos textos bíblicos, por exemplo: a genealogia das personagens—particularmente a genealogia de José, pai terreno de Jesus Cristo—; os relatos distintos da eucaristia; as possessões demoníacas; a doutrina do pecado; e a divindade de Jesus Cristo. Engels questionou, também, a exigência pietista de que os fiéis devessem acreditar literalmente nos textos bíblicos, ou que todas as palavras dos apóstolos foram divinamente inspiradas. De acordo com afirmação de Engels:

Isto não é renunciar à razão em obediência a Cristo, como afirmam os ortodoxos; não, é uma matança do divino no homem para substituí-lo pela letra morta. Sou, portanto, um sobrenaturalista tão bom quanto era antes, mas já abandonei a ortodoxia. Assim, não posso agora, ou nunca, acreditar que um racionalista que procura de todo o coração fazer o máximo de bem possível, deva ser eternamente condenado.²¹⁴

Engels prosseguiu e sustentou seus questionamentos sobre as contradições dos textos bíblicos nas cartas seguintes após receber réplicas dos irmãos Graeber. Em carta a Friedrich Graeber, Engels declarou sua adesão ao racionalismo, significando um relevante momento em sua evolução filosófica e teológica. Nessa carta, Engels escreveu:

Quero dizer-lhes muito claramente que cheguei agora a um ponto em que só posso considerar um ensinamento divino aquele capaz de resistir ao teste da razão. Quem nos dá o direito de acreditar cegamente na Bíblia? Somente a autoridade daqueles que o fizeram antes de nós. [...] a Bíblia consiste de inúmeras partes escritas por diferentes autores, muitos dos quais nem mesmo eles próprios fazem qualquer reivindicação de piedade. Será que devemos acreditar nisso contra nossa razão, simplesmente porque nossos pais nos dizem para fazermos isso?²¹⁵

E ao final complementa com a seguinte afirmação: “Espero viver para ver uma transformação radical na consciência religiosa do mundo—se apenas eu mesmo fui claro sobre isso! Ainda assim, isso virá no devido tempo, se ao menos eu tiver tempo para me desenvolver sem perturbações e em paz”.²¹⁶

O esforço engelsiano de apropriar-se da Bíblia a partir dos pressupostos racionalistas

211 Bremen, 8-9 abr. 1839, in MECW 2, p. 423; MEW 41, p. 368.

212 Refere-se ao *Evangelische Kirchen-Zeitung*, jornal teológico conservador publicado em Berlim entre 1827 e 1924 (MECW 2, p. 664).

213 Bremen, c. 23 abr.-1º maio 1839, in MECW 2, p. 425-426; MEW 41, p. 371.

214 Bremen, c. 23 abr.-1º maio 1839, in MECW 2, p. 426; MEW 41, p. 371.

215 Em Berlim (Bremen, 15 jun. 1839), in MECW 2, p. 454-455; MEW 41, p. 400-401.

216 MECW 2, p. 456; MEW 41, p. 402.

consistia na busca por uma nova e substancial forma de comunhão com a essência de Deus, e não, necessariamente, um afastamento Dele. Engels não atingiu, até este momento, quaisquer tendências ateístas. A seguinte citação extraída da carta a Friedrich Graeber sustentam tal afirmativa:

Considero, como a nova teologia, que a pecaminosidade do homem reside na realização necessariamente imperfeita da ideia, que deve ser, portanto, o esforço de todos para realizar em si a ideia de humanidade, ou seja, para se tornar igual a Deus na perfeição espiritual. [...]. Você acredita que um homem que se esforça pela união com Deus deve ser rejeitado por Deus por toda a eternidade? Você acredita?²¹⁷

Mais adiante, Engels negou a possibilidade da ortodoxia se sustentar racionalmente e cientificamente, pois a razão e a ciência desmontariam todos os seus pressupostos dogmáticos e tacanhos. Por outro lado, afirmou Engels, a dúvida e o ceticismo racional e científico são o único caminho seguro para a verdadeira compreensão da Bíblia e para um cristianismo substancial e seguro.

A razão de Deus é certamente maior do que a nossa, mas ainda não é de outro tipo, pois, caso contrário, não seria mais razão. Os dogmas bíblicos também devem ser entendidos pelo uso da razão.—Não poder duvidar, você diz, é liberdade de espírito? É a maior escravidão do espírito. Só é livre quem já superou todas as dúvidas relativas à sua convicção. E não estou nem exigindo que me refutem. Desafio toda teologia ortodoxa a me refutar. A erudição cristã tem agora 1.800 anos e não tem sido capaz de apresentar nenhum contra-argumento contra o racionalismo, tendo apenas repellido alguns de seus ataques; não, ela se afasta da luta no campo puramente científico e prefere arrastar as personalidades de seus adversários para a lama [...], será o ensino cristão ortodoxo capaz de ser puramente científico? Eu digo que não.²¹⁸

Nessa que foi a carta mais extensa dessa série, Engels derramou a angústia que significou a transição para a postura racionalista perante a teologia e, particularmente, perante sua religiosidade, nas seguintes palavras:

Jamais experimentei nada dessa alegria extasiante de que tanto ouvi falar nos nossos púlpitos. Minha religião era—e é—tranquila, paz abençoada, e se eu a tiver depois da minha morte, então ficarei satisfeito. Não tenho motivos para acreditar que Deus vai tirar isso de mim. A convicção religiosa é uma questão do coração e só se preocupa com o dogma na medida em que o dogma é ou não é contradito pelo sentimento. [...]—Rezo diariamente, na verdade quase o dia inteiro, pela verdade, o tenho feito desde que comecei a ter dúvidas, mas ainda não posso voltar à sua fé. E ainda assim está escrito: “Pedi, e ser-vos-á dado”. Eu busco a verdade onde quer que eu tenha esperança de encontrar até mesmo uma sombra dela e ainda não posso reconhecer a sua verdade como a verdade eterna. E ainda assim está escrita: “Procurai, e encontrareis”. [...].

Lágrimas me vêm aos olhos enquanto escrevo isto. Eu sou movido ao âmago, mas sinto que não me perderei; chegarei a Deus, por quem todo o meu coração anseia. E este é também um testemunho do Espírito Santo e eu vivo e morro por ele, mesmo que a Bíblia diga o contrário dez mil vezes.²¹⁹

O debate prosseguiu nas cartas seguintes, mas foi em carta a Friedrich Graeber no final de outubro de 1839 que Engels expôs sua integral adesão às teses teológicas de Strauss.

Fiz o juramento à bandeira de David Friedrich Strauss e sou um mítico de primeira classe; digo-vos que Strauss é um grande companheiro e um gênio, e com poderes de discernimento como ninguém mais tem. Ele tirou o chão de debaixo dos seus olhos, o fundamento histórico está perdido para além da recordação, e o fundamento dogmático cairá depois dele. Strauss não pode ser refutado, por isso os pietistas estão tão

217 Em Berlim (Bremen, 12-27 jul. 1839), *in* MECW 2, p. 459; MEW 41, p. 405.

218 MECW 2, p. 459–460; MEW 41, p. 405–406.

219 MECW 2, p. 461; MEW 41, p. 407.

furiosos com ele.²²⁰

Exausto após a já extensa série de réplicas e trélicas teológicas com os irmãos Graeber, Engels comenta em carta a Friedrich Graeber:

Admito que não estou muito interessado em continuar o debate teológico. Entendemo-nos mal e, quando respondemos, já esquecemos há muito a *ipsissima verba* que é o ponto em questão e, portanto, não se alcança nenhum propósito. Uma discussão aprofundada sobre o assunto exigiria muito mais espaço, e muitas vezes me acontece que não posso endossar em uma carta posterior as coisas que disse em uma carta anterior, porque elas pertenciam muitíssimo à categoria de preconceito da qual me libertei nesse meio tempo.²²¹

Após aproximadamente um ano de hiato desde a carta anterior, Engels escreveu aquelas que seriam as palavras finais do debate. Em um texto repleto de chistes, Engels ironiza a forma pela qual os irmãos Graeber voltaram-se contra ele nas cartas anteriores. Em um parágrafo escrito em latim, grego e hebreu, Engels cumprimentou os Graeber na seguinte forma: “Saudações, guardião do cristianismo, grande caçador de strausianos, estrela da ortodoxia, confortador de pietistas enlutados, rei da exegese!;!;!”²²² Mais adiante, Engels prosseguiu com suas provocações:

O espírito de Deus sobrevoa F. Graeber, quando ele fez o impossível e provou que duas vezes dois são cinco. Ó grande caçador de strausianos, eu te suplico em nome de toda ortodoxia que destrua todo o infame ninho de strausianos e que fure todos os ovos de strausianos meio chocados com a sua lança de São Jorge. Parta para o deserto do panteísmo, corajoso matador de dragões, [...] destrói a maldita ninhada strausiana e plante a bandeira da cruz no Sinai da teologia especulativa! Sejam comovidos por nossas súplicas, vejam, os fiéis esperam há cinco anos por aquele que esmagará a cabeça da serpente strausiana.²²³

Infelizmente não podemos saber o que levou Engels a responder aos Graeber nesses termos. No máximo podemos especular a partir de inferências da correspondência engelsiana que, nas últimas cartas, os amigos de ginásio reprovaram agressivamente sua postura cética e racionalista.

Conforme dito acima, por meio do debate teológico com os irmãos Graeber, Engels expôs o processo pelo qual gradualmente se afastou de suas raízes pietistas. O aspecto relevante desse processo foi muito mais do que a ruptura prática com a ortodoxia pietista, mas a consistência teórica pela qual Engels fundamentou sua crítica, resultado radical do qual Engels jamais olhou para trás. A partir do suporte da teologia racionalista de Strauss, Engels foi conduzido a um caminho sem retorno à filosofia de Hegel. O impacto do sistema filosófico hegeliano foi tamanho na formação teórica engelsiana que ele o considerou capaz de varrer da Alemanha toda a velharia religiosa e política. Ao encaminhar-se para o final da carta a Friedrich Graeber, Engels questionou o amigo nas seguintes palavras ao tratar da filosofia especulativa hegeliana: “Você não notou que a tempestade está passando pela floresta e derrubando todas as árvores mortas, que ao invés do velho diabo *ad acta*, o diabo crítico-especulativo surgiu e tem um grande número de seguidores?”²²⁴

220 Bremen, 29 out. 1839, *in* MECW 2, p. 480; MEW 41, p. 429.

221 Em Berlim (Bremen, 9 dez. 1839-5 fev. 1840), *in* MECW 2, p. 489; MEW 41, p. 438.

222 Friedrich Graeber (Bremen, 22 fev. 1841), *in* MECW 2, p. 525-526, nota a; MEW 41, p. 478, nota 2.

223 MECW 2, p. 526; MEW 41, p. 478.

224 Bremen, 9 dez. 1839-5 fev. 1840, *in* MECW 2, p. 527; MEW 41, p. 479.

1.2.4. As metamorfoses da religiosidade do jovem Engels

Norman Levine²²⁵ reconheceu em *Divergent Paths* o embate entre o racionalismo e o irracionalismo como central na evolução filosófica do jovem Engels, e deu a devida atenção aos textos e cartas dele sobre religiosidade e teologia durante o período em Bremen. Entretanto, Levine depreciou a mutabilidade da trajetória engelsiana, que oscilou entre a teologia de Schleiermacher e Strauss, pietismo e racionalismo, e teísmo e panteísmo, até adentrar na filosofia hegeliana e no ateísmo a partir de 1840. Para Levine, tratava-se de um sinal do diletantismo intelectual de Engels.

Mais condescendente para com as idas e vindas da religiosidade do jovem Engels durante o período em Wuppertal e Bremen, Roland Boer²²⁶ identificou, no artigo “Keeping the Faith: The Ambivalent Commitments of Friedrich Engels”, um legado positivo e duradouro dessa fase em sua formação filosófica. Conforme argumentou Boer, a rigorosa formação religiosa de Engels e seu esforço pessoal no autoesclarecimento teológico lhe legou para o resto da vida uma grande erudição dos textos bíblicos, por meio dos quais realizou toda uma série de alusões, por vezes decorosas, por vezes satíricas, ao longo de muitos de seus textos posteriores e de maturidade. Boer atentou também para a relação ambígua de Engels perante o pastor pietista Krummacher. Ao mesmo tempo em que o escarneou em muitos artigos, havia também alguma dose de admiração de Engels para com o pastor em razão de suas qualidades oratórias, do radicalismo de sua fé e de seu vigor intelectual. Outra tese defendida por Boer é a ambivalência de Engels perante o cristianismo, ou, nos termos de Boer, um “entendimento”, ou “leitura dialética” dele. Apesar das manifestações conservadoras, ou, por vezes, até mesmo reacionárias, Engels também identificou um potencial revolucionário no cristianismo primitivo e em algumas de suas correntes posteriores, por exemplo, no capítulo 2 (“Os grandes grupos da oposição e as suas ideologias: Lutero e Müntzer”) de *As guerras camponesas na Alemanha*²²⁷ e no ensaio “História do cristianismo primitivo”.²²⁸

1.3. Börne & Hegel

Neste subcapítulo, nos debruçaremos sobre as primeiras imersões de Engels na filosofia hegeliana durante seu período em Bremen. Conforme já mencionado anteriormente, o jovem Engels—ao contrário do que fez o jovem Marx, em textos como *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843, Bad Kreuznach)—, não produziu um estudo sistemático sobre a filosofia de Hegel no qual possamos examinar.²²⁹ Dessa forma, a fim de realizarmos esse

225 Oxford: Lexington Books, 2006, cap. 2.

226 *Studies in Religion/Sciences Religieuses*, v. 40, n. 1, p. 63–79, 2011.

227 “II. Die großen oppositionellen Gruppierungen und ihre Ideologien: Luther und Münzer”, in *Der deutsche Bauernkrieg* (*Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue*, Londres, Hamburgo & Nova York, n. 5-6, maio-out. 1850), in MEW 7, p. 342–358. [Edição brasileira: in *A revolução antes da revolução* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 71–88.]

228 “Zur Geschichte des Urchristentums” (*Die Neue Zeit*, Stuttgart, n. 1-2, ano 13, vol. 1, 1894-1895), in MECW 27, p. 445–469; MEW 22, p. 447–473.

229 Segundo a *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) I/3 (obras, artigos e rascunhos de Engels até agosto de 1844) e IV/1-2 (excertos, anotações e notas marginais de Marx e Engels até janeiro de 1845), não há nenhuma indicação da

estudo tivemos de recolher uma série de passagens dispersas em artigos, ensaios e cartas de Engels. Por meio dessa coletânea de passagens dispersas identificamos: (1) as primeiras menções de Engels à leitura e ao estudo da filosofia hegeliana; (2) o percurso de Engels em direção à filosofia hegeliana a partir da teologia de Strauss; (3) a compreensão de Engels da concepção hegeliana da teologia e da história; e, por fim, (4) a tese engelsiana de juventude da necessidade da fusão da práxis política de Börne com a filosofia de Hegel.

1.3.1. *Die Hegelingen*

A primeira menção de Engels sobre a filosofia hegeliana por nós identificada foi em carta a Wilhelm Graeber.²³⁰ Nessa carta, Engels apresentou uma síntese crítica do panfleto *Os hegelistas: fragmentos de documentos e provas para a denúncia da denominada verdade eterna*,²³¹ de Heinrich Leo (1799-1878)—historiador e jornalista conservador alemão, ideólogo do prussianismo.²³² Nesse panfleto, Leo, oponente da filosofia de Hegel, antagonizou os Jovens Hegelianos, a quem se referia por meio do termo depreciativo *Hegelings*.²³³ Mais do que a primeira menção à filosofia hegeliana, tomamos conhecimento, também, da primeira defesa dela por parte de Engels. A iniciação de Engels na leitura e estudo das obras hegelianas ocorreu no contexto da dissolução da filosofia hegeliana como filosofia oficial do reino da Prússia, sendo Leo um de seus principais e mais inflamados adversários. Ao final da carta a Wilhelm Graeber mencionada acima, Engels observou o nexos entre a emergente oposição à filosofia hegeliana e o reacionarismo político²³⁴ que—como será melhor examinado no capítulo 2 desta dissertação—caminhavam como que de mãos dadas no cenário filosófico e político alemão nas décadas de 1830 e 1840.

existência de manuscritos engelsianos referentes a estudos da filosofia hegeliana. Entre as possíveis justificativas para essa distinção entre os manuscritos de Marx e de Engels encontra-se o fato de que o último não foi um estudante universitário de filosofia, mas um autodidata que não precisou realizar “fichamentos” de leitura ou dar provas aos professores de ter compreendido os textos clássicos. No primeiro momento, Engels fez uso da filosofia hegeliana como instrumento de interpretação crítica da literatura e da cultura alemã, não produzindo textos de comentários sistemáticos sobre a obra de Hegel. Outra justificativa possível se deve ao procedimento de estudo distinto de Marx e de Engels. Na disciplina de pós-graduação em história econômica cursada no segundo semestre de 2017, “Estudos sobre o materialismo histórico: uma leitura de *O capital*”, ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan, e que contou com conferências de Carl-Erich Otto Hans Vollgraf e Rolf Fritz Hecker—ex-editores e pesquisadores da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA)—, nos foi possível perguntar sobre as diferenças entre os manuscritos de Marx e de Engels. Vollgraf e Hecker explicaram que o procedimento de estudo, leitura e reflexão de Marx consistia em transcrever em cadernos, de maneira obsessiva, todo o processo reflexivo, ou, como descreveu Engels no “Prefácio da primeira edição” (1885) do Livro 2 de *O capital*: “As ideias pousavam sobre o papel da forma como iam se desenvolvendo no cérebro do autor” (São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79. MEW 24, p. 7). Consequentemente, esse procedimento de estudo e reflexão de Marx resultou em um grande material de notas e manuscritos. Engels, por sua vez, realizava praticamente todo o processo de reflexão de suas leituras mentalmente, transcrevendo apenas os resultados, o que legou um material de notas e manuscritos menor que o de Marx. Essas seriam algumas das justificativas possíveis pelas quais Engels não nos legou qualquer manuscrito de estudo sistemático da filosofia de Hegel, tal como fez Marx nos manuscritos referentes à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843, Bad Kreuznach).

230 Em Berlim (Bremen, 24 maio-15 jun. 1839), in MECW 2, p. 451-452; MEW 41, p. 397-398.

231 *Die Hegelingen. Actenstücke und Belege zu der s. g. Denunciation der ewigen Wahrheit* (1838, Halle)

232 MECW 2, p. 631.

233 MECW 2, 600, nota 49.

234 MECW 2, p. 452; MEW 41, p. 398.

1.3.2. O edifício ciclópico do sistema hegeliano

Ao longo dos meses seguintes à carta de Engels a Wilhelm Graeber²³⁵ mencionada acima podemos observar a leitura, imersão e gradual adesão do jovem Engels ao sistema filosófico hegeliano, e o quanto ele ficou profundamente impactado com o poder e a capacidade explicativa da teoria hegeliana da história.

Em carta a Friedrich Graeber, Engels declarou-se, então, ao lado da doutrina hegeliana: “Estou com a doutrina hegeliana, que Leo atacou tão violentamente”.²³⁶ Em passagem de carta a Wilhelm Graeber, Engels se manteve firme contra a ortodoxia pietista e favorável ao racionalismo declarando encontrar-se “a ponto de se tornar um hegeliano”, e complementou, mais adiante, com as seguintes palavras: “Se eu vou me tornar um {hegeliano} ainda não sei, é claro, mas Strauss acendeu as luzes em Hegel para mim, o que torna a coisa bastante plausível para mim”. Ademais, Engels menciona, pela primeira vez, ter lido a *Filosofia da história*,²³⁷ de Hegel, e que esse livro estava como que escrito em seu próprio coração.²³⁸

Aproximadamente duas semanas depois, em carta a Friedrich Graeber, Engels declarou: “Por meio de Strauss eu agora entrei no caminho reto para o hegelianismo. É claro que não me tornarei um hegeliano tão inveterado como os Hinrichs e outros, mas tenho que absorver coisas importantes deste colossal sistema. A ideia hegeliana de Deus já se tornou minha, e assim estou me juntando às fileiras dos ‘panteístas modernos’”.²³⁹ E mais adiante, nessa mesma carta, Engels escreveu: “Eu estou estudando a *Filosofia da história*, de Hegel, uma obra enorme; eu a leio com atenção todas as noites, seus pensamentos tremendos me agarram terrivelmente”, citando o princípio hegeliano de que “humanidade e divindade são em essência idênticas” e “o pensamento de que a história mundial é o desenvolvimento do conceito de liberdade”. Nessa mesma carta, Engels caracterizou o sistema hegeliano como sendo um “edifício ciclópico”.²⁴⁰

Ainda sobre a imersão do jovem Engels nas obras hegelianas, Norman Levine²⁴¹ acredita que ele também tenha lido tanto a *Enciclopédia*²⁴² em razão de ter feito menção a ela no ensaio “Ernst Moritz Arndt”,²⁴³ de janeiro de 1841, quanto a obra *Filosofia do direito*.²⁴⁴

235 Em Berlim (Bremen, 24 maio-15 jun. 1839), in MECW 2; MEW 41.

236 Bremen, 29 out. 1839, in MECW 2, p. 477; MEW 41, p. 426.

237 *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte* (1837, Berlim).

238 Bremen, 13-20 nov. 1839, in MECW 2, p. 486; MEW 41, p. 435.

239 Em Berlim (Bremen, 9 dez. 1839-5 fev. 1840), in MECW 2, p. 489; MEW 41, p. 438. Mais adiante, nessa mesma carta a Friedrich Graeber, Engels equivaleu o panteísmo moderno a Hegel (MECW 2, p. 489; MEW 41, p. 439). Entretanto, segundo Raymond Plant, o pensamento teológico de Hegel seria melhor definido pelo termo panenteísmo. Plant justificou a opção por tal terminologia argumentando que a concepção teológica de Hegel é distinta da concepção panteísta de Baruch Spinoza, onde Deus é identificado com a totalidade do mundo. Em Hegel, observou Plant, “Deus é imanente ao mundo, porém, é mais do que a soma das partes do mundo”. Assim, o termo panenteísmo (constituído por três palavras gregas: *πᾶν/pan* = tudo; *ἐν/en* = em; *θεός/theós* = Deus), seria o mais adequado para transmitir o verdadeiro entendimento teológico hegeliano sobre Deus (*Hegel* (São Paulo: Editora Unesp, 2000), p. 55–56).

240 MECW 2, p. 490–491; MEW 41, p. 440.

241 *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2.

242 *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (1817, Heidelberg).

243 *Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 3, in MECW 2, p. 142; MEW 41, p. 124.

244 *Grundlinien der Philosophie des Rechts, oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse* (1820, Berlim).

Sobre essa última obra hegeliana, Levine²⁴⁵ escreveu que, conforme documentado pela *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA), Engels possuía tanto em 1841 quanto nos últimos anos de vida uma edição da *Filosofia do direito* em sua biblioteca pessoal. O que sabemos de fato, segundo informado pela *Marx & Engels Collected Works* (MECW), *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) e *Marx-Engels-Werke* (MEW), é que Engels possuía exemplares da *Enciclopédia*, da *Filosofia do direito* e da *História da filosofia*,²⁴⁶ de Hegel, em sua biblioteca pessoal e que fez menções e citações dessas e de outras obras hegelianas—por exemplo, *Fenomenologia do espírito*, *Filosofia da religião* e *Filosofia da história*—em muitos de seus textos publicados entre 1838-1844.²⁴⁷ Ademais, Engels fez uma série de marcações a lápis nas margens das páginas de seu exemplar da *História da filosofia*, indicando que ele o leu atentamente.²⁴⁸

1.3.3. A história como uma espiral desenhada a mão livre

No ensaio “Sinais retrógrados do tempo”,²⁴⁹ publicado em fevereiro de 1840, Engels, sustentado na filosofia da história de Hegel, apresenta considerações próprias sobre a concepção hegeliana da história. Desde já crítico e antagônico ao pensamento conservador e reacionário alemão, o jovem Engels expôs as implicações políticas das concepções da história que negam o caráter transitório e, portanto, histórico das sociedades.

Iniciando sua argumentação a respeito das verdades absolutas, Engels escreveu:

As verdades autênticas {*die echten Wahrheiten*} raramente foram tão afortunadas; elas tiveram que lutar e sofrer, foram torturadas e enterradas vivas, e todas as moldaram como achavam conveniente. Não há nada de novo sob o Sol! Pelo contrário, há o suficiente que seja novo, mas é suprimido se não pertencer àquelas pseudo-verdades flexíveis que sempre têm um leal “isto é, etc.” em seu trem e como um clarão das luzes do norte logo dão lugar à noite novamente. Mas se uma nova verdade genuína se levanta no horizonte como o céu vermelho da manhã, as crianças da noite sabem muito bem que ela ameaça a queda de seu reino e pegam em armas contra ela. Para as luzes do norte o céu está sempre claro, enquanto que o amanhecer rosado geralmente ocorre em um céu nublado, cuja escuridão tem que conquistar ou acender com suas chamas. E são essas nuvens que obscurecem o amanhecer rosado do nosso tempo, que agora pretendemos passar em revista.²⁵⁰

Desdobrando a concepção de história apresentada por Karl Gutzkow—escritor e editor da revista *Telegraph für Deutschland*—em *Filosofia da história*,²⁵¹ onde ele descreveu o movimento histórico como uma espiral, o jovem Engels elabora uma ilustração da história similar a figura de uma elipse que se expande gradualmente a cada novo ciclo e que internaliza, ou acomoda, as contradições em camadas cada vez mais amplas e complexas e, portanto, mais contraditórias.

245 *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2, nota 97.

246 *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie* (1833-1836, Berlim).

247 *Phänomenologie des Geistes* (1807, Bamberg & Würzburg), *Vorlesungen über die Philosophie der Religion* (1832, Berlim), *Philosophie der Geschichte* (1837, Berlim) (MECW 2, p. 652; MEW 41, p. 547)

248 MECW 2, p. 652; MEGA IV/32, p. 315-322; MEW 41, p. 547.

249 “Retrograde Zeichen der Zeit” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 26-28), in MECW 2, p. 47-52; MEW 41, p. 27-32.

250 MECW 2, p. 47; MEW 41, p. 27.

251 *Zur Philosophie der Geschichte* (1836, Hamburg)

Mas prefiro uma espiral desenhada à mão livre, cujas voltas não são executadas com muita precisão. A história começa seu curso lentamente a partir de um ponto invisível, fazendo languidamente suas voltas ao seu redor, mas seus círculos tornam-se cada vez maiores, o voo torna-se cada vez mais rápido e animado, até que finalmente a história dispara como um cometa flamejante de estrela em estrela, muitas vezes contornando seus antigos caminhos, muitas vezes cruzando-os, e a cada volta se aproxima do infinito.—Quem pode prever qual será o fim? E nos pontos onde a história parece retomar um caminho antigo novamente, pessoas míopes que não veem mais longe do que seus narizes se levantam e gritam alegremente que é exatamente como eles pensavam! E aí estamos nós: não há nada de novo sob o Sol! Então nossos heróis da estagnação chinesa, nossos mandarins do retrocesso são jubilosos e fingem ter cortado três séculos dos anais do mundo como uma excursão inquisitiva a regiões proibidas, como um sonho delirante—e não conseguem ver que a história só se precipita pelo caminho mais direto para uma nova resplandecente constelação de ideias, que com sua magnitude semelhante à do Sol logo cegará seus olhos débeis.²⁵²

A partir da passagem acima podemos identificar a tradução do jovem Engels da concepção hegeliana da história: um processo em aberto e permeado de antíteses e contradições que a impulsionam a avançar, inevitavelmente, para a sua própria supressão [*Aufhebung*] e onde nenhum sujeito pode prever seu final, a despeito do esforço conservador e reacionário dos “mandarins do retrocesso”, que, conforme escreveu Engels, fracassam em compreender que a história marcha necessariamente para a frente em direção a “uma nova constelação de ideias”. Mais adiante, Engels concluiu esta passagem identificando o tempo presente de sua época como sendo um ponto de inflexão da história, onde ocorria o conflito—e sua futura e inevitável supressão [*Aufhebung*]—, entre o pensamento reacionário feudal-absolutista e o revolucionário liberal-ilustrado.

É justamente em tal ponto da história que agora nos encontramos. Todas as ideias que entraram na arena desde Carlos Magno, todos os gostos que foram suprimidos por cinco séculos, querem reafirmar seus direitos mortos no presente. O feudalismo da Idade Média e o absolutismo de Luís XIV, a hierarquia de Roma e o pietismo do século passado lutam pela honra de expulsar do terreno o pensamento livre! Permita-me não falar mais longamente sobre isso; pois cerca de mil espadas, todas mais afiadas do que as minhas, brilham imediatamente em oposição a qualquer um que tenha um desses dispositivos em seu escudo, e certamente sabemos que todos eles se desintegram em conflito uns com os outros e sob o pé adamantino do avançar do tempo.²⁵³

No número 27 da revista *Telegraph für Deutschland*, Engels continuou o ensaio “Sinais retrógrados do tempo”, e identificou no estado da literatura alemã de então a expressão do conflito entre o pensamento reacionário feudal-absolutista e o revolucionário liberal-ilustrado. Engels identificou também a introdução da linguagem e das categorias hegelianas na literatura alemã contemporânea, comparando-a com a literatura francesa do século XVIII, onde havia ocorrido a introdução da fraseologia e das categorias materialistas dos enciclopedistas.²⁵⁴ No número 28 da *Telegraph für Deutschland*, Engels comentou a respeito da marcante presença do reacionarismo feudal-absolutista tanto na arte e na literatura alemã contemporânea quanto na vida cotidiana.²⁵⁵

252 MECW 2, p. 48; MEW 41, p. 27–28.

253 MECW 2, p. 48; MEW 41, p. 28.

254 MECW 2, p. 50; MEW 41, p. 30.

255 MECW 2, p. 52; MEW 41, p. 31–32.

1.3.4. A fusão de Börne e Hegel, ou a união da práxis política com a filosofia

Nessa parte trataremos da tese de maior originalidade do pensamento engelsiano durante seu período em Bremen: a fusão da práxis política [*politischen Praxis*] de Börne com a filosofia de Hegel. Tratava-se, então, de uma tese ousada, pois antagonizava com o entendimento predominante no ciclo do Jovem Alemanha, que considerava o cosmopolitismo de Börne antagônico e incompatível com o sistema filosófico de Hegel—considerado por muitos intérpretes do período como sendo um germanista.²⁵⁶ Entretanto, para o jovem Engels, a fusão entre Börne e Hegel não somente era viável como consistia na tarefa histórica de sua geração. Sendo fundamental para o progresso da consciência política alemã, a combinação entre a práxis política de Börne e a filosofia de Hegel enriqueceria tanto a prática quanto a teoria do movimento republicano e democrático alemão, indispensável para a organização política capaz de impulsionar e realizar a formação do Estado nacional germânico—projeto político no qual Engels esteve engajado durante a década de 1840.²⁵⁷

O escritor alemão Ludwig Börne (1786-1837), ao lado de Hegel, esteve entre os pensadores de maior inspiração no pensamento estético e político do jovem Engels. A proposta de redação e a estrutura literária das “Cartas de Wuppertal”, assim como muitos outros ensaios subsequentes do período de sua juventude, foram inspiradas nas *Cartas de Paris*,²⁵⁸ de Börne. Encontramos ao longo da leitura e exame dos artigos e ensaios do jovem Engels—além de sua correspondência—, passagens onde ele demonstrou sua admiração tanto pela obra literária quanto pela prática e teoria política de Börne. No ensaio “Karl Beck”, Engels declarou que “A grandeza de Börne foi justamente que ele estava acima das frases florais miseráveis e das palavras de ordem dos nossos dias”.²⁵⁹ Em carta a Wilhelm Graeber, Engels considera Börne como sendo “o grande combatente pela liberdade e justiça”.²⁶⁰

Segundo David Riazánov,²⁶¹ Börne foi o primeiro jornalista político da Alemanha e inspirou profundamente a evolução do pensamento político alemão de seu tempo e das gerações posteriores. Democrata radical, Börne antagonizou com o Estado autocrático prussiano em prol da liberdade política. Segundo L. F. Ilitchev,²⁶² Engels encontrou em

256 Cabe aqui a abertura de uma breve nota a fim de esclarecer o significado do antagonismo entre cosmopolitismo e germanismo nos termos do jovem Engels. No primeiro número do ensaio “Ernst Moritz Arndt”, Engels expôs uma perspicaz apresentação e avaliação da constituição histórica do germanismo decorrente das Guerras de Libertação (1813-1815)—momento determinante na formação da identidade germânica e, conseqüentemente, ponto de inflexão do projeto de unificação nacional do país. Contudo, a unificação não foi efetivada e a germanidade como que “flutuou” no espírito alemão como mera categoria abstrata, apropriada pelas correntes românticas reacionárias contra o cosmopolitismo, ou universalismo, incorporado no iluminismo francês e assumido pelos primeiros como sendo uma postura antipatriótica. Apesar da apropriação romântica do germanismo, Engels considerou que esse mantinha em si a positividade como estágio necessário na formação do espírito nacional alemão. O germanismo predominava no norte da Alemanha, enquanto que o sul mantinha afinidades com o cosmopolitismo (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 2-3, jan. 1841, in MECW 2, p. 140–141; MEW 41, p. 121–123).

257 No fim do ensaio “Ernst Moritz Arndt”, Engels advogou em prol de um Estado alemão unitário e democrático (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 4, jan. 1841, in MECW 2, p. 146; MEW 41, p. 127).

258 *Briefe aus Paris* (1833, Paris)

259 *Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 202, dez. 1839, in MECW 2, p. 43; MEW 41, p. 24.

260 Bremen, 24 maio-15 jun. 1839, in MECW 2, p. 448; MEW 41, p. 395.

261 *Karl Marx and Friedrich Engels* (London: Martin Lawrence, 1927), cap. 2.

262 *Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986), p. 19.

Börne “um homem de prática política” e se entusiasmou “pelo apelo” dele “à luta contra o feudalismo e o absolutismo, o obscurantismo e o servilismo fátuo”. Tristram Hunt²⁶³ destacou a referência de Börne para o movimento Jovem Alemanha. Segundo Hunt, Börne, como fervoroso opositor da reação monárquica, do conservadorismo romântico, de Metternich e da ocupação prussiana na Renânia, criticou o silêncio entre os artistas e intelectuais alemães perante as injustiças praticadas pelos déspotas alemães: “O céu te deu uma língua de fogo, mas você já defendeu a justiça?”, questionou Börne.

A tese engelsiana de juventude sobre a fusão de Börne e Hegel foi apresentada no ensaio “Ernst Moritz Arndt”,²⁶⁴ publicado em janeiro de 1841, no qual Engels iniciou a argumentação nas seguintes palavras:

Mesmo antes deste último evento mundial,²⁶⁵ dois homens haviam trabalhado silenciosamente no desenvolvimento do espírito alemão {*deutschen Geistes*}, ou como é chamado de preferência o espírito moderno, dois homens que quase se ignoravam um ao outro em suas vidas e cuja relação complementar só seria reconhecida após sua morte, Börne e Hegel.²⁶⁶

Mais à frente, Engels iniciou crítica ao que considerou como sendo um falso antagonismo entre o cosmopolitismo de Börne e o germanismo, estabelecendo-o acima do conflito entre essas duas tendências antagônicas.

Börne tem sido frequentemente e injustamente marcado como cosmopolita, mas era mais alemão do que seus oponentes. [...]. Ele está no ponto em que os extremos da tendência germanizante e do cosmopolitismo se encontram [...]. O homem da prática política é Börne, e seu lugar na história é que ele cumpriu perfeitamente esse chamado. Ele arrancou a fina ostentação da tendência germanizante e também expôs sem piedade a vergonha do cosmopolitismo, que só tinha desejos impotentes, mais piedosos. Ele confrontou os alemães com as palavras do Cid: *Lengua sin manos, cuemo osas fablar?* {Língua sem mãos, como ousas falar?}²⁶⁷

Engels exaltou, também, o caráter não especulativo dos escritos de Börne: “Não me fale aqui de ‘definições racionais’, de ‘categorias finitas’”; e de seu comprometimento com o democratismo e a expansão da liberdade: “Seus escritos podem ser considerados obras para a liberdade”.²⁶⁸ Ao final, Engels valorizou Börne por ter sido o primeiro a demonstrar concretamente a relação histórica entre a Alemanha e a França,²⁶⁹ muito antes dos hegelianos que então se encontravam, observou, ocupados em decifrar a *Enzyklopädie*—isto

263 *Apud Marx's General* (New York: Holt Paperbacks, 2010), p. 29.

264 *Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 3, in MECW 2, p. 142; MEW 41, p. 123.

265 Engels se referiu à Revolução Francesa de Julho de 1830.

266 MECW 2, p. 142; MEW 41, p. 123.

267 MECW 2, p. 142; MEW 41, p. 123.

268 MECW 2, p. 142; MEW 41, p. 123.

269 A tese da relação imanente entre a história da Alemanha e da França desenvolvida por Börne se manteve influente ao longo dos anos seguintes, sendo aprofundada pelo filósofo socialista alemão Moses Hess (1812-1875). No livro *A triarquia europeia* [*Die europäische Triarchie*] (1841, Leipzig), Hess expôs a tese da complementaridade histórica entre as grandes nações europeias, sendo a Alemanha a nação da revolução filosófica e teológica, a França a nação da revolução política e a Inglaterra a nação da revolução econômica e social, e que em breve haveria o encontro histórico no qual estas nações combinadas realizariam uma revolução de proporções continentais (Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 69). Alguns anos mais tarde, no último parágrafo do ensaio “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução” (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, Paris, n. 1-2, 1844), Marx vinculou o futuro da revolução alemã ao movimento revolucionário francês nas seguintes palavras: “Quando estiverem realizadas todas as condições internas, o dia da ressurreição alemã será anunciado pelo canto do galo gaulês”, isto é, pela convocação da revolução a partir da França (São Paulo: Boitempo, 2010, p. 157; MEW 1, p. 391).

é, a *Enciclopédia das ciências filosóficas*,²⁷⁰ de Hegel.²⁷¹

A seguir, ainda no ensaio *Ernst Moritz Arndt*, Engels iniciou sua análise da obra de Hegel, particularmente o vínculo de seu sistema filosófico com o Estado prussiano.

Ao lado de Börne e oposto a ele, Hegel, o homem de pensamento, apresentou à nação o seu sistema já completo. A autoridade não se deu ao incômodo de trabalhar por meio das formas abstrusas do sistema de Hegel e seu estilo destemido; mas, então, como poderia saber que essa filosofia se aventuraria do porto calmo da teoria para o mar tempestuoso da atualidade, que já estava brandindo sua espada para golpear diretamente contra a prática existente? Pois o próprio Hegel era um homem tão sólido e ortodoxo, cuja polêmica se dirigia justamente àquelas tendências que o poder estatal rejeitava, ao racionalismo e ao liberalismo cosmopolita! Mas os senhores ao leme não apreciavam que essas tendências só fossem combatidas para dar lugar ao superior, que o novo ensinamento se enraizasse primeiro no reconhecimento da nação, antes que ela pudesse desenvolver livremente suas conseqüências vivas. Quando Börne atacou Hegel, ele estava perfeitamente certo do seu ponto de vista, mas quando a autoridade protegeu Hegel, quando elevou seu ensinamento quase a uma filosofia prussiana do Estado, ela se colocou aberta ao ataque, fato que agora evidentemente se arrepende. [...]. Seja como for, quando, após a morte de Hegel, o ar fresco da vida soprou sobre sua doutrina, a “filosofia prussiana do estado” brotou ramos dos quais nenhum partido jamais havia sonhado.²⁷²

Apesar de o sistema filosófico hegeliano ter sido adotado como doutrina oficial pelo Estado prussiano, Engels negava—conforme se lê no final da citação acima—o caráter imanentemente conservador dessa filosofia. A apropriação do sistema filosófico hegeliano pelo Estado prussiano, segundo Engels, impulsionou uma crítica de caráter potencialmente revolucionário que partia dos pressupostos da própria filosofia hegeliana—como se o feitiço se voltasse contra o próprio feiticeiro. Essa crítica encontrou sua melhor formulação entre os Jovens Hegelianos, reanimando a dimensão revolucionária da filosofia de Hegel. Entre os autores que arquitetaram tal crítica, Engels menciona Strauss, no campo da teologia, e os filósofos hegelianos radicais Eduard Gans (c. 1798-1839)²⁷³ e Arnold Ruge (1802-1880), no campo da teoria política.²⁷⁴

Também pode-se observar nessas citações acima a adesão de Engels à tese de que haveria no núcleo da filosofia de Hegel dois caminhos opostos de interpretação: um sustentado no sistema e o outro na dialética—uma cisão imanente, ou a existência de duas almas que se digladiam e desejam, cada uma, trilhar caminhos opostos.²⁷⁵ O primeiro teria dimensões conservadoras, o que justificaria a apropriação da filosofia hegeliana como doutrina oficial do Estado prussiano. Já o segundo caminho—ao qual Engels se subscreveu—, teria uma dimensão revolucionária, identificada na dialética, capaz de fornecer os fundamentos teóricos para a crítica do Estado prussiano como, também, dos demais resquícios da ordem

270 *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (1817, Heidelberg).

271 MECW 2, p. 142; MEW 41, p. 124.

272 MECW 2, p. 143; MEW 41, p. 124.

273 Gans foi amigo e colega de Hegel na Universidade de Berlim. Após a morte de Hegel em 1831, Gans organizou um grupo formado por professores e estudantes batizado de “amigos do eterno”, que assumiu a tarefa de editar e publicar ao longo dos anos 1830 as obras completas de Hegel. Conforme informado no índice de literatura citada e mencionada das coleções *Marx & Engels Collected Works* (MECW) e *Marx-Engels-Werke* (MEW), foi por meio dessas edições organizadas por Gans que Marx e Engels estudaram a filosofia de Hegel (Norman Levine, *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2; MECW 2, p. 626).

274 MECW 2, p. 143, 626, 635; MEW 41, p. 124–125.

275 “Vivem-me duas almas, ah! no seio,/ Querem trilhar em tudo opostas sendas;/ Uma se agarra, com sensual enleio/ E órgãos de ferro, ao mundo e à matéria;/ A outra, soltando à força o térreo freio,/ De nobres manes busca a plaga etérea” (J. W. Goethe, *Fausto: I* (São Paulo: Editora 34, 2011), p. 103–104, v. 1.112–1117).

feudal-absolutista.²⁷⁶ No artigo “Réquiem para a gazeta da aristocracia alemã”,²⁷⁷ publicado em abril de 1840, Engels escreveu que Hegel foi “servil na frente, como provou Heine, e revolucionário por trás, como provou Schubarth”²⁷⁸—tese que voltaria a defender décadas mais tarde no ensaio “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” (1886, Stuttgart).²⁷⁹

Engels encerrou o ensaio “Ernst Moritz Arndt” nas seguintes palavras:

Estes são os mais recentes desenvolvimentos da consciência política alemã, e a tarefa da nossa era é completar a fusão de Hegel e Börne. Já existe uma boa dose de Börne no jovem hegelianismo, e Börne teria pouca hesitação em assinar muitos artigos na *Hallische Jahrbücher*. Entretanto, a combinação de pensamento e ação ainda não é, em parte, consciente o suficiente, em parte ainda não penetrou na nação. Börne ainda é visto por muitos como exatamente o oposto de Hegel, mas assim como a importância prática de Hegel para o presente (não o seu significado filosófico para a eternidade) não deve ser julgada pela pura teoria de seu sistema, nem Börne deve ser categoricamente rejeitado por causa de sua unilateralidade e suas extravagâncias, que nunca foram negadas.²⁸⁰

Aproximadamente um ano antes, em uma série de ensaios de crítica literária intitulados “Polêmica moderna”,²⁸¹ publicados na segunda metade de maio de 1840, Engels aplicou a concepção hegeliana da história ao realizar uma análise da história da literatura alemã e identificou a expressão da contradição do cosmopolitismo de Börne e do germanismo de Hegel na querela em torno da literatura moderna alemã entre os escritores Karl Ferdinand Gutzkow (1811-1878), Theodor Mundt (1808-1861) e Ferdinand Gustav Kühne (1806-1888).²⁸² Polemista desde a juventude, essa série de ensaios engelsianos de crítica literária

276 György Lukács, “IV. O jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844”, in *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009), p. 124–125.

277 “Requiem für die deutsche Adelzeitung” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 59–60), in MECW 2, p. 66–70; MEW 41, p. 62–66. O título do artigo foi um chiste de Engels com o nome do jornal *Gazeta para a aristocracia alemã* [*Zeitung für den Deutschen Adel*] (MECW 2, p. 600, nota 51).

278 MECW 2, p. 66; MEW 41, p. 62. Sobre a afirmação atribuída ao escritor alemão Heinrich Heine (1797-1856), Engels, provavelmente, fez referência ao ensaio *História da religião e da filosofia na Alemanha* [*Zur Geschichte der Religion und Philosophie in Deutschland*], escrito por Heine entre 1833 e 1834 durante seu exílio em Paris. Nesse ensaio, segundo György Lukács, Heine formulou a tese de que haveria simultaneamente na filosofia hegeliana uma dimensão revolucionária—a dialética—e outra conservadora—o sistema. Essa tese foi dominante entre os Jovens Hegelianos. Por sua vez, Marx, em sua tese de doutorado, *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro* (1841), conforme examinou Lukács, questiona a divisão feita pelos Jovens Hegelianos radicais entre um Hegel revolucionário e outro conservador. Para Marx, a acomodação de Hegel e de sua filosofia ao poder prussiano “tem sua raiz mais profunda numa insuficiência [...] do seu próprio princípio”; isto é, deve-se buscar a compreensão e a justificativa para a acomodação política de Hegel no núcleo de sua filosofia, e não formular uma divisão arbitrária e seletiva dela, partindo-a ao meio, tal como uma vez propôs o rei Salomão a fim de “solucionar” um “quebra-cabeça” (1 Reis 3:16-28) (“IV. O jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844”, in *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009), p. 124–125). Sobre a afirmação a respeito do professor e escritor conservador alemão Karl Ernst Schubarth (1796-1861), Engels, provavelmente, fez referência ao livro *Sobre a incompatibilidade da ciência política hegeliana com o princípio da vida e do desenvolvimento absoluto do Estado prussiano* [*Ueber die Unvereinbarkeit der Hegel'schen Staatslehre mit demobersten Lebens- und Entwicklungsprinzip des Preussischen Staats*] (1839, Breslau) (MECW 2, p. 66, nota c, p. 657, 626).

279 Em “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, Engels defendeu a tese de que o elemento conservador da filosofia hegeliana se encontrava no sistema. Por sua vez, o elemento revolucionário se encontrava na dialética, ou “a álgebra da revolução” (in *Obras escolhidas: tomo III* (Lisboa: Edições Avante!, 1982), cap. I; MEW 21, p. 265–273; György Lukács, “I. Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo”, in *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009), p. 44).

280 MECW 2, p. 144; MEW 41, p. 125.

281 “Moderne Polemik” (*Mitternachtzeitung für gebildete Leser*, Brunswick, n. 83-87, 21-22, 25-26, 28 maio 1840), in MECW 2, p. 81–93; MEW 41, p. 45–58.

282 MECW 2, p. 627, 633, 631.

foram impulsionados contra o ensaio “Temos um estilo moderno?”²⁸³ do escritor alemão vinculado ao Jovem Alemanha, Ludwig Wihl (1807-1882).²⁸⁴ Nesse ensaio, Wihl argumentou em prol do aspecto fortuito da formação do estilo moderno na literatura alemã. Engels, por sua vez, defende uma justificativa do estilo moderno na literatura alemã sustentada em seu desenvolvimento histórico.

Nas partes 2 a 4 do ensaio “Polêmica moderna”, Engels buscou reconstituir por meio do método histórico a raiz da querela entre Gutzkow, de um lado, e Mundt e Kühne, do outro. Desta forma, Engels expôs ao leitor uma revisão perspicaz do estilo literário e o antagonismo entre esses escritores, identificando em Gutzkow o cosmopolitismo atribuído a Börne, enquanto que Mundt e Kühne são caracterizados como germanistas vinculados à filosofia de Hegel, ou, parafraseando Engels: recolhidos na “sombra segura projetada pela árvore gigante do sistema de Hegel”.²⁸⁵ Recorrendo à terminologia hegeliana, Engels argumentou na primeira parte da série que nessa querela não houve, propriamente, uma vitória de um dos lados, mas a própria destruição de ambos por meio da absorção das contradições de cada um pela nova geração de escritores e críticos literários que os sucederam, isto é, que o estilo literário moderno alemão já havia atravessado seu processo dialético de supressão [*Aufhebung*].²⁸⁶ Na última parte da série, Engels conclui tratando da supressão [*Aufhebung*] da querela entre os cosmopolitas e os germanistas por meio da unificação dessas correntes da literatura moderna alemã, até então conflitantes: “A escola Hegeliana, em seu mais recente e livre desenvolvimento, e a geração mais jovem, como eles preferem ser chamados, estão avançando para uma unificação que terá a influência mais importante no desenvolvimento da literatura. Essa unificação já foi alcançada”.²⁸⁷

Restaria, portanto, dar continuidade a essa unificação para além da literatura e da cultura, mas, também, nas demais expressões do espírito [*Geist*], tal como na política e na filosofia, ou, conforme proposto por Engels no ensaio “Ernst Moritz Arndt”, por meio da fusão entre a práxis política do “cosmopolita” Börne e a filosofia do “germanista” Hegel.²⁸⁸

1.3.5. O hegelianismo do jovem Engels sob escrutínio

A real compreensão da filosofia hegeliana por Engels divide seus intérpretes contemporâneos, como mostra, a seguir, um levantamento de teses que conseguimos examinar para esta dissertação tanto em relação aos escritos engelsianos de juventude quanto de maturidade.

No livro *Divergent Paths*, Norman Levine²⁸⁹ apresentou um estudo comparativo da apropriação de Marx e de Engels do sistema filosófico de Hegel e defendeu a tese de que a compreensão deles da filosofia hegeliana foi completamente divergente, resultando em dois

283 “Haben wir einem modernen Styl?” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 3, 1840), in MECW 2, p. 602, nota 67.

284 MECW 2, p. 640.

285 MECW 2, p. 86; MEW 41, p. 51.

286 MECW 2, p. 81–83; MEW 41, p. 46–48.

287 MECW 2, p. 93; MEW 41, p. 58.

288 *Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 3, jan. 1841, in MECW 2, p. 144; MEW 41, p. 125.

289 *Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2.

sistemas de pensamento distintos, ou, nos termos do próprio Levine, “duas teorias sociais divergentes”: o marxismo e o engelsismo [*Engelsism*]. Essa postura de Levine perante a obra engelsiana se encaixa com perfeição na categoria que John Bellamy Foster²⁹⁰ nomeou no ensaio “O retorno de Engels” de “postura anti-Engels”—isto é, aquela postura que visa desvincular integralmente Marx de Engels, relegando ao último o papel de popularizador vulgar da refinada obra filosófica do primeiro. Levine sustentou que a apropriação engelsiana de Hegel ocorreu em duas partes: a primeira entre os anos de 1837-1850 e a segunda entre os anos de 1850-1895. A primeira dessas partes Levine subdividiu em mais duas: a primeira entre 1837-1842 e a segunda entre 1842-1850. Em *Divergent Paths*, Levine expôs os resultados da investigação sobre a apropriação engelsiana de Hegel entre os anos de 1837-1842, que compreendem parte do recorte histórico de nossa dissertação—os períodos de Engels em Wuppertal, Bremen e Berlim.²⁹¹ A tese central de Levine em *Divergent Paths* assevera que, enquanto filósofo *naïf*, Engels jamais compreendeu efetivamente a filosofia de Hegel e, conseqüentemente, empregou consistentemente uma versão vulgarizada da dialética hegeliana. Levine justifica a tese da apropriação limitada, ou inteiramente errônea da filosofia hegeliana por parte do jovem Engels pelos seguintes motivos: (1) a educação formal de Engels ter sido interrompida no último ano do ginásio, o que inviabilizou sua formação superior e o tolheu de uma instrução sistemática dos clássicos da filosofia, tornando-o, assim, nada mais do que um diletante nessa disciplina; (2) a incompreensão, ou a não demonstração de haver compreendido e, portanto, aplicado incorretamente categorias e conceitos hegelianos fundamentais—por exemplo, universal-particular e essência-aparência—, fazendo com que Engels jamais tenha efetivamente realizado uma crítica hegeliana, seja da literatura, da história, da filosofia etc. Portanto, o uso das categorias e conceitos hegelianos por Engels, afirmou Levine, não passaram de jargões e caricaturas vazias de real significado; e (3) o hegelianismo do jovem Engels foi, efetivamente, a versão de Hegel traduzida pelos Jovens Hegelianos e não a filosofia mesma de Hegel.

Para Levine, essa apropriação engelsiana errônea da filosofia de Hegel nos anos de 1837-1842 deixou as sementes originárias da “desarmonia intelectual” e dos “caminhos filosóficos divergentes” do Marx e do Engels da maturidade. Ademais, Levine avança asseverando que não houve quaisquer resquícios de hegelianismo ou dialética nas obras engelsianas de juventude e maturidade, inclusive, por exemplo, no “Esboço para a crítica da economia política” (1844, Paris), afirmando, também, que esse ensaio teve pouquíssima influência na metodologia da crítica marxiana da economia política—contradizendo, portanto, o próprio Marx nos *Cadernos de Paris*²⁹² e nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844, Paris),²⁹³ no “Prefácio de 1859”,²⁹⁴ além das referências marxianas ao “Esboço de 1844”, de Engels, no

290 “The Return of Engels” (*Monthly Review*, v. 68, n. 10, mar. 2017).

291 Até o momento em que concluímos a redação da dissertação para ser submetida à banca examinadora, o segundo volume de *Divergent Paths*, que apresentaria os resultados da investigação da apropriação marxiana e engelsiana do sistema filosófico de Hegel entre os anos de 1841/1842-1850, não foi publicado. Contudo, Levine deu a entender no livro *Marx’s Discourse with Hegel* (London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 1–13) que o projeto da série de livros intitulados *Divergent Paths* foi abandonado, encerrando-se, portanto, em seu único e primeiro volume.

292 *In Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos* (São Paulo: Expressão Popular, 2015), p. 185, nota 1; MEGA IV/2.

293 São Paulo: Boitempo, 2010, p. 20, 99; MEW 40, p. 468, 530.

294 *In Contribuição à crítica da economia política* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008), p. 48–49; MEW 13, p. 10.

Livro 1 de *O capital* (1867, Hamburgo).²⁹⁵ Além de ter contradito Marx com a tese mencionada acima, Levine também contradisse toda uma série de marxólogos, como Celso Frederico,²⁹⁶ Gyögy Lukács,²⁹⁷ István Mészáros,²⁹⁸ José Paulo Netto,²⁹⁹ Paul Sweezy³⁰⁰ entre outros, que, provavelmente, confiaram em demasia nas palavras do próprio Marx.

Entretanto, poderíamos argumentar que muitas das críticas justas de Levine ao “hegelianismo” do jovem Engels não eram um mistério para o próprio Engels. Em carta a Arnold Ruge,³⁰¹ Engels reconheceu-se como sendo autodidata e diletante em filosofia e que, conseqüentemente, seu conhecimento filosófico era deficiente. Décadas mais tarde, em entrevista informal concedida a Jenny Marx Longuet (1844-1883)—jornalista, professora e militante socialista franco-britânica—, quando questionado sobre qual seria sua principal característica, Engels confessou: “Saber tudo pela metade”.³⁰²

Partindo de uma perspectiva anti-Engels mais moderada, David McLellan,³⁰³ com foco no Engels maduro, não chegou a negar radicalmente, tal como Levine, que Engels não havia compreendido Hegel em absoluto, mas que sua compreensão foi menos profunda e dialética que a de Marx.

Terrell Carver³⁰⁴—outro marxólogo classificado por Levine³⁰⁵ como sendo vinculado à perspectiva anti-Engels—, observou que a adesão do jovem Engels à filosofia de Hegel não foi servil. Segundo Carver, Engels era, por exemplo, contrário à regressão da filosofia ao velho hegelianismo, pois, para ele, a nova geração de hegelianos—entre os quais Engels incluía a si mesmo—deveria transcender, ou ir além de Hegel. Portanto, nos termos de Carver, o jovem Engels não visava reproduzir a filosofia de Hegel com fiel precisão, mas emular o mestre tendo como propósito a suprassunção [*Aufhebung*] de sua obra, adequando-a aos novos desafios históricos pelos quais atravessava, então, a Alemanha. Ademais, para Carver, contrapondo-se à tese de Levine, o jovem Engels utilizou-se plenamente do instrumental analítico hegeliano, por exemplo, na análise crítica da obra do escritor e historiador alemão Ernst Moritz Arndt (1769-1860), do conflito cultural e político entre germanismo-cosmopolitismo e nas exposições sobre o desenvolvimento progressivo da razão encarnada na religião, na política, nas artes e na indústria, conduzindo ao avanço constante do conceito de liberdade na história. Por fim, para Carver, a busca da síntese e a reconciliação histórica de correntes contrárias—por exemplo, a síntese entre a filosofia de Hegel e a ação política de Börne—tratava-se de evidente emulação por parte do jovem Engels da filosofia da história de Hegel.

295 São Paulo: Boitempo, 2013, seção I, cap. 1.4., p. 150, nota 28, seção II, cap. 4.1., p. 228, nota 5, cap. 4.2., p. 239, nota 33, seção VII, cap. 23.3., p. 710, nota 81; MEW 23, p. 89, nota 28, p. 166, nota 5, p. 178, nota 33, p. 663, nota 81.

296 *O jovem Marx* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009), p. 130–136.

297 *The Young Hegel* (London: Merlin Press, 1975), cap. II.5., p. 168–169; “IV. O jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844”, in *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009), p. 179–181.

298 *A teoria da alienação em Marx* (São Paulo: Boitempo, 2006), p. 77.

299 “Apresentação: Marx em Paris”, in *Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos* (São Paulo: Expressão Popular, 2015), p. 24.

300 “Dialectics and Metaphysics”, in *Four Lectures on Marxism* (New York: Monthly Review Press, 1981), p. 11–25.

301 Em Dresden (Berlim, 26 jul. 1842), in MECW 2, p. 545–546; MEGA III/1, p. 235.

302 “Confissão” [*Confession*] (Londres, início de abr. 1868), in MECW 43, p. 541, p. 659, nota 669.

303 *As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979), p. 53–61.

304 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 49–50, 57.

305 *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2.

Por sua vez, György Lukács,³⁰⁶ também crítico do hegelianismo de Engels, apresentou conclusões divergentes das apresentadas por Levine e McLellan. Para Lukács, Engels não somente se apropriou devidamente do sistema filosófico hegeliano, como, em razão de jamais ter feito uma crítica sistemática, radical e aniquiladora do último—tal como o fez Marx³⁰⁷—, jamais superou inteiramente Hegel, sucumbido, em muitas ocasiões, “ao fascínio da logicização hegeliana da história” e contentando-se em “colocar Hegel ‘materialisticamente de pé’”.

Similar a Lukács, Gareth Stedman Jones,³⁰⁸ que realizou uma avaliação rigorosa das qualidades e limites da obra teórica do jovem Engels, concluiu que o último conservou “de seus anos de juventude [...] a fidelidade a Hegel”, recorrendo à filosofia hegeliana em diversos momentos tanto como instrumento metodológico de análise da realidade quanto, também, para a solução de problemas teóricos.

Afinados com Lukács, José Paulo Netto³⁰⁹ e Osvaldo Coggiola³¹⁰ identificaram no jovem Engels a adesão à tese hegeliana da racionalidade na história sem ignorar a contingência, e o reconheceram como “sólido conhecedor da dialética”.

Acima das divergências bizantinas entre aqueles que aderiram a postura anti-Engels ou pró-Engels, Ricardo Musse produziu em uma série de ensaios nos quais apresentou aos leitores exames objetivos e bem equilibrados sobre o pensamento filosófico do Engels maduro—ou, nos termos de Musse, do último Engels (pós-1870). Para Musse,³¹¹ o pensamento do último Engels, consistiu em uma reatualização das teses dos jovens hegelianos da década de 1840 sobre o desenvolvimento e suprassunção [*Aufhebung*] da filosofia. Assim, para Musse, o último Engels teria se mantido “fiel ao lema jovem hegeliano de realização da filosofia”, isto é, jamais teria rompido definitivamente com a matriz hegeliana. Ademais, segundo Musse, não seria possível a partir da obra de Engels fazer distinção entre a dialética engelsiana da dialética hegeliana:

Em nenhum momento Engels diferencia a sua dialética, tal como exposta no *Anti-Dühring*, da dialética hegeliana tal como apresentada em *Ludwig Feuerbach...*, a não ser no que tange ao invólucro (materialista ou idealista). A par disso, é praticamente impossível distinguir das definições que oferece da versão materialista o que diz acerca da dialética hegeliana. Veja-se, por exemplo, essa passagem: “Diante dela, nada é definitivo, absoluto, sagrado, ela faz ressaltar o que há de transitório em tudo que existe; e só deixa de pé o processo ininterrupto do vir-a-ser e do perecer, uma ascensão infinita do inferior ao superior, cujo mero reflexo no cérebro pensante é esta própria filosofia”. Além disso, grande parte do caráter revolucionário da filosofia de Hegel se deve, segundo Engels, à sua tentativa de “acabar, para sempre, com o caráter definitivo de todos os resultados do pensamento e da ação do homem”, ou ainda, ao fato de propor a “ideia fundamental de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos, em que as coisas que parecem estáveis, bem como os seus reflexos no cérebro, os conceitos, passam por um processo de surgimento e caducidade”.³¹²

Mais adiante, concluiu Musse:

306 *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 52, 166; “IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, in *Para uma ontologia do ser social: I* (São Paulo: Boitempo, 2012), p. 372.

307 *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2. ed., São Paulo: Boitempo, 2010).

308 “Retrato de Engels”, in *História do marxismo: I* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979), p. 420.

309 “F. Engels: subsídios para uma aproximação”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 31.

310 *Engels* (São Paulo: Xamã, 1995), p. 14–15.

311 “A dialética como método e filosofia no último Engels” (*Crítica Marxista*, v. 1, n. 5, 1997), p. 54.

312 “A dialética como método e filosofia no último Engels” (*Crítica Marxista*, v. 1, n. 5, 1997), p. 51, nota 20.

O que se modificou substancialmente entre *A sagrada família* (184{5}) e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* ({1886;} 1888) foi a concepção de prática, que adquiriu contornos cada vez menos político-sociais, ou se quisier, “subjetivos”, não o projeto de realizar a filosofia pela via da práxis.³¹³

Sobre as contribuições do último Engels à teoria marxiana, Musse³¹⁴ argumentou que Engels teria de forma independente e atendendo as demandas teóricas e políticas do grupo dos marxistas do Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD)—também conhecidos como *Eisenachers*—expandido as fronteiras do marxismo. Como resultado, Engels desenvolveu uma articulação própria sobre o método, o sistema e a ordenação categorial da teoria marxiana e da dialética, resultando em um encadeamento e ordenamento enciclopédico, fundando um marxismo de caráter científico e técnico que teria por objetivo o conhecimento unificado entre a natureza e o ser social. Porém, segundo Musse—sustentado nas teses do filósofo alemão Alfred Schmidt³¹⁵—, o marxismo de Engels não havia se afastado de sua matriz hegeliana, mas pelo contrário, seu projeto consistia justamente na conversão da filosofia hegeliana da natureza ao materialismo, conservando o método dialético e abandonando o sistema idealista e metafísico dela. Ao final, esse projeto engelsiano ofereceu a superação da filosofia da natureza hegeliana por uma concepção materialista e histórica da natureza por meio do exame dialético e científico que teve por base os resultados mais avançados das ciências naturais de seu tempo, combinadas com um método dialético que a apreende como um processo. Por fim, Musse³¹⁶ apresentou Engels como o mediador entre a obra teórica de Marx e a tradição marxista subsequente. Ademais, o estabeleceu como o primeiro marxista e formulador dos fundamentos metodológicos de investigação, da visão de mundo, ou de uma concepção da história e do programa político que orientou as futuras gerações de marxistas—por mais que eles tenham tendado se distanciar da “sistematização simplificador e reducionista” da obra marxiana feita por Engels. Ao final, Musse escreveu:

A tarefa de atualizar o marxismo, renovada a cada geração, dispõe assim de um modelo formal ao qual, por mais de um século, pouco se acrescentou. A exigência, solidificada por uma sucessão de teóricos, de que cada autor que se pretenda partícipe da linhagem marxista deve, em conexão com um diagnóstico do presente histórico, complementar o legado de Marx por meio de uma interpretação própria de sua obra nada mais é que um desdobramento do projeto de sistematização e ampliação do marxismo posto em prática nas últimas obras de Engels.³¹⁷

313 “A dialética como método e filosofia no último Engels” (*Crítica Marxista*, v. 1, n. 5, 1997), p. 53–54.

314 “Sistema e método no último Engels” (*Discurso*, n. 30, p. 87–100, 1999).

315 Segundo Schmidt em *The Concept of Nature in Marx*: “As categorias essenciais da dialética da natureza de Engels, tais como qualidade, quantidade, medida, continuidade, discrição, etc., são todas retiradas da primeira parte da *Lógica*, de Hegel, a ‘Lógica do Ser’, que Hegel descreveu significativamente como a ‘lógica ontológica’ na ‘Propedêutica’. Uma espécie de dialética ‘pré-subjetiva’ é possível lá porque no curso de seu desenvolvimento a ‘lógica do ser’ mostra-se mediada por meio da ‘lógica da essência’ e finalmente por meio da ‘lógica do conceito’. A natureza passa para o espírito, a objetividade passa inteiramente para a subjetividade, transições que são naturalmente negadas no materialismo de Engels” (London & New York: Verso, 2014, cap. 1.B.).

316 “Anti-Dühring na gênese do marxismo” (*Crítica Marxista*, n. 44, 2017).

317 “Anti-Dühring na gênese do marxismo” (*Crítica Marxista*, n. 44, 2017), p. 152.

Considerações finais

Cabe a nós, agora, apresentar um resumo de nossa investigação até o presente momento.

Iniciamos nossa exposição examinando a série de ensaios “Cartas de Wuppertal”, nos quais Engels examinou de forma panorâmica e perspicaz o conjunto da sociedade das cidades do vale do Wupper em suas múltiplas determinações—arquitetura e urbanização, cultura, indústria e relações de trabalho, natureza, religião etc. Em seu exame crítico de Wuppertal, Engels identificou como o elemento nuclear da sociabilidade das cidades do vale o irracionalismo religioso, encarnado no pietismo. Sua primeira crítica aberta ao irracionalismo pietista o impulsionou na busca por uma concepção teológica de caráter racionalista. Essa busca culminou no encontro da obra *A vida de Jesus*, de Strauss, marcando profundamente o jovem Engels. Foi por meio do estudo da obra de Strauss que Engels deu seus primeiros passos na filosofia hegeliana, apropriando-se, particularmente, da teologia (panenteísta) e da concepção hegeliana da história (dialética). Contudo, não se tratou de uma leitura servil da obra de Hegel, mas de uma leitura, desde o princípio, crítica, em conformidade com a tradição da filosofia clássica alemã—isto é, a crítica entendida como um exame radical de uma obra ou de um autor onde se busca determinar suas qualidades e contribuições para o desenvolvimento da razão, assim como, também, seus limites. Prova disso foi o fato de que Engels julgou que a filosofia de Hegel não era autossuficiente, mas que era necessário complementá-la com a práxis política de Börne, renunciando a filosofia da ação, ou a filosofia da práxis. Ademais, o hegelianismo do jovem Engels encontrava-se vinculado ao dos Jovens Hegelianos, que consistiu em um desdobramento do aspecto revolucionário e dialético da filosofia de Hegel, e não em uma mera reprodução dela desvinculada do novo contexto histórico daquele momento.

Sobre a questão entre idealismo e materialismo, julgamos que ela permaneceu ambígua no jovem Engels durante seu período em Bremen. Engels apresentou uma abordagem materialista—ainda que espontânea e não teoricamente rigorosa—, por exemplo, nas passagens das “Cartas” sobre a classe trabalhadora de Wuppertal, e, até mesmo, um determinismo geográfico, por exemplo, no ensaio “Paisagens”. Abordagens idealistas expressaram-se na crítica do jovem Engels à cultura e à filosofia alemã contemporânea. Inferimos dessas críticas engelsianas de juventude sobre a cultura e a filosofia alemã contemporânea que ele considerava então que a nação alemã já havia completado sua formação no espírito [*Geist*], ou, conforme terminologia utilizada por Engels no ensaio de crítica cultural³¹⁸ “Polêmica moderna”, que ela já havia realizado sua mediação dialética, isto é, as contradições foram historicamente suprassumidas [*aufgehoben*], e desta forma, estavam prontas para uma nova etapa de desenvolvimento. Essa formação se expressava materialmente na identidade nacional, por meio das Guerras de Libertação (1813-1815), na cultura, por meio da literatura, da música, do teatro etc., e na filosofia, por meio da filosofia clássica alemã, particularmente, Hegel. Assim como o espírito e o corpo devem a cada

318 Os exemplos dessa concepção engelsiana idealista da história encontram-se expostos de forma mais evidente nos ensaios de crítica cultural de Engels, como “Ernst Moritz Arndt” e “Polêmica moderna”, razão pela qual recorreremos a eles ao longo da última parte deste subcapítulo, “1.3.4. A fusão de Börne e Hegel, ou a união da práxis política com a filosofia”.

esforço marchar a passos juntos, faltava à Alemanha completar sua formação por meio da constituição do Estado nacional unificado, causa pela qual Engels já se encontrava engajado.

Outro exemplo no qual Engels expressou características idealistas foi na seguinte passagem do ensaio “Ernst Moritz Arndt”: “A confiança entusiasta e inabalável na ideia, inerente ao novo hegelianismo, é a única fortaleza em que os liberais podem encontrar um refúgio seguro sempre que a reação ganha uma vantagem temporária sobre eles com a ajuda de cima”.³¹⁹ Ao sugerir refúgio na ideia, Engels filia-se à atividade peculiar dos idealistas alemães: a autocontemplação da razão, que consistia, segundo Herbert Marcuse, na transposição “para o plano filosófico” dos “esforços históricos concretos para o estabelecimento de um tipo de sociedade racional”.³²⁰ Essa peculiaridade alemã se justifica em razão da formação histórica do capitalismo e da burguesia alemã e sua incapacidade de romper com a dominação autocrática e teocrática da aristocracia feudal prussiana.³²¹

Importante evidenciar, também, nos textos engelsianos de juventude, a busca por identificar na dinâmica concreta da história a reconciliação das contradições, isto é, a suprassunção [*Aufhebung*] dos conflitos contemporâneos entre as correntes culturais, filosóficas, políticas e teológicas—por exemplo, ortodoxia pietista e racionalismo luterano; Börne e Hegel; Gutzkow, Mundt e Kühne etc.—e a defesa da filosofia hegeliana, considerada por Engels como fundamental para o desenvolvimento da consciência política na Alemanha.

No aspecto político, identificamos em nossa investigação o vínculo do jovem Engels com o projeto de unificação alemã sob uma república democrática, com o radical antagonismo perante o reacionarismo romântico na cultura e na política e o Estado autocrático e teocrático da Prússia, e com um antiaristocratismo de viés jacobino.

O agregado desses elementos—cultural, filosófico, político e teológico—é constituinte do jovem Engels durante seus últimos dias em Bremen e seus primeiros dias em Berlim. Temos que manter isso em mente, pois será justamente esse Engels—racionalista, hegeliano e radicalmente democrático—que estudaremos no próximo capítulo.

319 *Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 3, jan. 1841, in MECW 2, p. 143; MEW 41, p. 125.

320 *Razão e revolução* (5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2004), p. 16.

321 Leo Kofler, “6. Alemania y Prusia”, in *Contribución a la historia de la sociedad burguesa* (Buenos Aires: Amorrortu, 1971), p. 405–443.

2. Berlim (1841-1842)

O verdadeiro é comprovado no fogo; o falso não fará falta em nossas fileiras.

FRIEDRICH ENGELS, “Schelling sobre Hegel” (1841).*

Introdução

Engels fixou-se em Berlim no fim de setembro de 1841 e lá viveu até meados de outubro de 1842. O período de 1841 a 1842 consiste no segundo período da evolução filosófica do jovem Engels. Naturalmente, apesar de esse período pertencer a uma totalidade complexa e dinâmica, os cerca de treze meses de Engels em Berlim possuem relativa autonomia perante a etapa precedente e as subsequentes. Por essa razão, nos debruçaremos sobre esse período em questão visando evidenciar os aspectos particulares e o vínculo deles como componentes de um processo histórico integral na evolução e na formação filosófico-política de Engels.

Distintamente do rico acervo de cartas durante os anos em Bremen disponíveis ao pesquisador, a correspondência de Engels referente ao período em Berlim disponíveis na *Marx & Engels Collected Works* (MECW), *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) e *Marx-Engels-Werke* (MEW) é muito escassa, totalizando sete cartas. Na sua maioria são mensagens endereçadas à irmã, Marie Engels, nas quais Engels comentou sobre a rotina do treinamento militar, além de breves e pouco esclarecedoras alusões à sua frequência em conferências na Universidade de Berlim.³²² Por meio dessa correspondência podemos também ter acesso aos trâmites da publicação de ensaios e artigos de Engels durante o período com o filósofo hegeliano alemão Arnold Ruge (1802-1880), então editor dos jornais *Hallische Jahrbücher* e *Deutscher Jahrbücher*.³²³ Consequentemente, pouco se sabe sobre o intervalo de tempo entre Bremen e Berlim no qual Engels esteve de volta à cidade natal de Barmen—entre o fim de março e meados de setembro de 1841—, após passar, aproximadamente, três anos e meio morando e trabalhando em Bremen.

* “*Was echt ist, bleibt im Feuer bewährt, was unecht ist, vermischen wir gern in unseren Reihen*” (MECW 2, p. 187; MEW 41, p. 170).

322 Em Mannheim (Berlim, 5-6 jan., 14-16 abr., 2-8 ago. 1842), in MECW 2, p. 536-539, 539-541, 547; MEW 41, p. 490-493, 494-495, 500.

323 Em Dresden (Berlim, 15 jun. 1842), in MECW 2, p. 543; MEW 27, p. 404.

Pelas informações recolhidas de cartas a Marie Engels—que então se encontrava no *Grossherzoglichen Institut*, internato localizado na cidade de Mannheim—,³²⁴ Engels dedicou-se ao ócio—visitar parentes, encontrar-se com amigos, praticar esgrima, ler e estudar, matar as saudades dos irmãos e irmãs e apreciar a vida—e às preparações para a viagem à Itália e à Suíça, que ocorreu entre os meses de maio a julho de 1841.³²⁵ Engels retornou a Barmen da viagem em agosto de 1841 e logo depois iniciou os preparativos para a mudança a Berlim, a fim de cumprir serviço militar voluntário na brigada de artilharia.³²⁶

Biógrafos de Engels especulam a respeito da atividade profissional de Engels na administração das empresas da família e da tumultuosa relação com o pai (Friedrich Engels). Não há evidências seguras de que Engels tenha realizado alguma atividade profissional, a despeito de provável pressão paterna para o engajamento dele nas empresas familiares.³²⁷ Engels mantinha ambições de continuar suas atividades de ensaísta e publicista, tal como ocorrera em Bremen. A mudança para Berlim atendia a essa ambição do jovem Engels, pois o serviço militar na capital prussiana postergaria e afastaria Engels por um ano de assumir responsabilidades profissionais nas empresas da família, além de lhe possibilitar atender a conferências na Universidade de Berlim como aluno visitante e aproximar-se dos Jovens Hegelianos da cidade, com quem havia demonstrado simpatias durante o período final em Bremen.

Engels mudou-se para Berlim a fim de servir voluntariamente na brigada de artilharia do exército da Prússia. Apesar de fazer bravata em cartas à irmã sobre o desleixo com que cumpriu o serviço militar,³²⁸ Engels adquiriu gosto pelos estudos da história militar.³²⁹ Ademais, esse serviço deixou um legado tanto na personalidade quanto na postura física de Engels. Conforme relato do amigo e militante comunista alemão Friedrich Lessner (1825-1910), Engels tinha mais a postura de um jovem tenente do que de um intelectual. Biógrafos sugerem também que o serviço militar tenha reforçado a tendência metódica e disciplinada de Engels, já marcante da formação religiosa pietista, tanto nos estudos quanto na atividade política e profissional. Por motivos tais como esses, Engels recebeu dos amigos o apelido de “o general”.³³⁰

Em Berlim, Engels estabeleceu residência na rua Dorotheen, n. 56, algumas poucas quadras de distância do quartel em Kupfergraben e da Universidade de Berlim. Assim como durante o período de residência em Bremen, Engels soube apreciar ao máximo a vida

324 Berlim, 14-16 abr. 1842, in MECW 2, p. 539, nota a. Durante esse período, Marie Engels também esteve de passagem em Bonn e Ostend (atual distrito de Frankfurt am Main) (Engels a Marie Engels em Bonn e Ostend (Berlim, 2 jul., 2 ago. 1842), in MECW 2, p. 544-545, 546-550; MEW 41, p. 498-499, 500-504).

325 Em Mannheim (Barmen, 5 abr., início de maio 1841), in MECW 2, p. 531-532, 532-533; MEW 41, p. 484, 485-486.

326 Engels a Marie Engels em Mannheim (Barmen, c. final de ago., 9 set. 1841), in MECW 2, p. 533-534, 534-535; MEW 41, p. 487, 488-489.

327 Em carta à irmã, Marie Engels, Engels declarou que desde o retorno de viagem à Itália e à Suíça dedicou a maior parte do tempo ao ócio, fumando tabaco e mergulhado nos livros, apesar de haver “pessoas” (provavelmente, Engels referia-se ao pai, Friedrich Engels) que consideravam que ele estivesse desperdiçando o tempo de “pernas para o ar” (em Mannheim (Barmen, 9 set. 1841), in MECW 2, p. 534; MEW 41, p. 488).

328 Marie Engels em Mannheim (Berlim, 5 jan., 14-16 abr., 2-8 ago. 1842), in MECW 2, p. 536-539, 540-541, 547; MEW 41, p. 490-493; 494-495, 500.

329 Douglas Anfra, *Friedrich Engels*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) (São Paulo: USP, 2013).

330 W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), p. 13; David McLellan, *As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979), p. 30, 63-64.

cotidiana de Berlim: inseriu-se nos ambientes intelectuais, frequentou teatros, óperas e cafés,³³¹ e fez forte amizade com Edgar Bauer (1820-1886), filósofo hegeliano e escritor radical alemão, que lhe abriu as portas ao ciclo dos Jovens Hegelianos de Berlim, os autointitulados Livres [*Freien*]. Sinteticamente, os Livres tratou-se de um ciclo de intelectuais formado entre finais da década de 1830 e a primeira metade da década de 1840. Composto por filósofos, teólogos e escritores hegelianos, o grupo advogava, entre toda uma miríade de temas, o ateísmo intransigente e radical, e condenavam a moderação política dos liberais alemães, pouco dispostos ao confronto aberto perante a autocracia e a teocracia dos Estados germânicos, particularmente o reino da Prússia.³³²

Foi em Berlim que Engels apresentou textualmente seu acerto de contas com o Jovem Alemanha, encerrando definitivamente, em 1841, sua contribuição para o jornal *Telegraph für Deutschland*, órgão de imprensa desse movimento literário. É possível identificar dois textos nos quais Engels expôs as palavras finais a respeito de sua ruptura com o Jovem Alemanha. O primeiro foi o ensaio “Alexander Jung, *Conferências sobre a literatura moderna alemã*”,³³³ publicado em 8 de julho de 1842, momento em que Engels já se encontrava plenamente integrado no ciclo dos Livres. Nesse ensaio, que teve como ponto de partida a resenha crítica ao livro *Conferências sobre a literatura moderna alemã*,³³⁴ de Alexander Jung (1799-1884), escritor e historiador da literatura alemão associado ao Jovem Alemanha. Engels reprovou o Jovem Alemanha em razão da postura política vacilante e da hostilidade ao radicalismo filosófico, traços que inviabilizavam ao movimento se estabelecer como o expoente de políticas efetivamente democráticas e liberais contra as instituições feudal-absolutistas que regiam os Estados germânicos de então.³³⁵ Para Engels, o “O Jovem Alemanha se foi, a escola Jovem Hegeliana emergiu, Strauss, Feuerbach, {Bruno} Bauer, e o *Jahrbücher* agora comandam a atenção universal”.³³⁶

Os meses seguintes confirmaram a tese de Engels apresentada acima sobre o Jovem Alemanha. Muitos dos integrantes desse movimento cultural e literário passaram a flertar com o pensamento reacionário de intelectuais e filósofos tais como Heinrich Leo (1799-1878) e F. W. J. Schelling (1775-1854) do período posterior a sua fase em Jena (pós-1806).

Ao longo do ano de 1842, além do ensaio “Alexander Jung”, Engels também marcou a ruptura pública com o Jovem Alemanha no “*Glossas marginais para textos de nosso tempo*”:

331 Engels a Marie Engels em Mannheim (Berlim, 5-6 jan. 1842), in MECW 2, p. 538; MEW 41, p. 492. Em carta à irmã, Marie Engels, Engels relatou ter assistido ao concerto do virtuoso pianista húngaro Franz Liszt (1811-1886) e ter presenciado em primeira mão à “lisztomania” do público (em Mannheim (Berlim, 2-8 ago. 1842), in MECW 2, p. 541; MEW 41, p. 495).

332 Gareth Stedman Jones “The Young Hegelians, Marx and Engels”, in *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), p. 556–600; David McLellan, *The Young Hegelians and Karl Marx* (London: Macmillan, 1969); MECW 2, p. 612, nota 164; Robert Nola, “The Young Hegelians, Feuerbach, and Marx”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 290–329.

333 “Alexander Jung, „Vorlesungen über die moderne Literatur der Deutschen“” (*Deutsche Jahrbücher für Wissenschaft und Kunst*, Leipzig, n. 161).

334 *Vorlesungen über die moderne Literatur der Deutschen* (1842, Danzig). Jung respondeu ironicamente às críticas de Engels por meio do artigo “Um bombom para o pequeno Oswald, meu rival no *Deutschen Jahrbücher*” [*Ein Bonbon für den kleinen Oswald, meinen Gegner in der Deutschen Jahrbücher*] (*Königsberger Literatur-Blatt*, Königsberg, n. 42, 20 jul. 1842) (MECW 2, p. 610, nota 141, p. 620, nota 246). O “Oswald” do título do artigo de Jung se referiu a Friedrich Oswald, pseudônimo de Engels.

335 György Lukács, “Friedrich Engels, teórico e crítico da literatura”, in *Marxismo e teoria da literatura* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 23; MECW 2, p. 610, nota 141.

336 MECW 2, p. 285; MEW 1, p. 434.

quatro conferências realizadas em Königsberg por Walesrode”,³³⁷ no qual escreveu que quase todos os autores vinculados ao Jovem Alemanha fracassaram em atender e justificar as expectativas criadas em torno do movimento, e que eles afundaram na letargia, produto da inevitável incapacidade deles em construir unidade interna e expor algo totalizante, pois, encerrou Engels, eram sujeitos fragmentados e não plenos.

Aproximadamente uma década mais tarde, então sob a perspectiva da concepção materialista da história, Engels viria a apresentar nova crítica radical ao Jovem Alemanha em breve passagem de “Revolução e contrarrevolução na Alemanha” (1851-1852, Nova York).³³⁸ Nos termos de Engels, os intelectuais do Jovem Alemanha caracterizavam-se pelas “recordações universitárias mal digeridas de filosofia alemã e fragmentos mal compreendidos de socialismo francês”.³³⁹

Durante o processo revolucionário de 1848 e 1849 na Alemanha, a crítica engelsiana ao Jovem Alemanha foi demonstrada na prática política de seus integrantes, que abandonaram quaisquer vestígios de radicalismo democrático ao migrarem para a ala da burguesia conservadora ou da aristocracia reacionária contra a ala dos democratas alemães e do proletariado alemão.

Observa-se, também, na mudança de Engels para Berlim, um gradual processo de metamorfose da temática e do estilo de sua escrita. Os textos engelsianos do período de Bremen eram marcados pelo estilo ensaístico, pouco sistemático e voltado para questões de literatura, teologia, além de terem o verniz da filosofia hegeliana como linguagem e instrumento de análise da realidade. Seu primeiro texto publicado nesse novo período mantém, contudo, traços do precedente. Trata-se do ensaio de viagem *Divagações durante viagem à Lombardia*,³⁴⁰ publicado em 4 e 11 de dezembro de 1841, no qual Engels narrou impressões e reflexões da viagem à Itália e à Suíça meses antes. Similar a muitos de seus ensaios de viagem e da vida cotidiana publicados durante o período em Bremen, Engels atentou sua narrativa para a descrição da paisagem, da geografia, da arquitetura, dos tipos sociais e dos dialetos locais. Porém, há um elemento interessante nesse ensaio de viagem quando comparado aos anteriores. Distinto do *Paisagens*,³⁴¹ no qual Engels narra o sentimento de aproximação com Deus por meio da contemplação da natureza, em *Divagações durante viagem à Lombardia* a natureza é descrita de forma desencantada, expressando, portanto, a transição da fase religiosa para a fase ateia.

O novo estilo literário e temático de Engels, mais político e sistemático e menos ensaístico, começa a efetivamente ganhar corpo em sua primeira publicação na *Rheinische Zeitung*: “Liberalismo do norte e do sul da Alemanha”,³⁴² publicado em 12 de abril de 1842. Nesse artigo político, Engels reconstitui as vicissitudes históricas e as respectivas

337 “Glossen und Randzeichnungen zu Texten aus unserer Zeit: Vier öffentliche Vorlesungen gehalten zu Königsberg von Walesrode” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 145, 25 maio 1842), in MECW 2, p. 277–280; MEW 41, p. 258–262.

338 “Revolution and Counter-Revolution in Germany” (*New-York Daily Tribune*).

339 “Revolução e contrarrevolução na Alemanha: II. O Estado prussiano” (*New-York Daily Tribune*, Nova York, n. 3284, 28 out. 1851), in *A revolução antes da revolução* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 176–177; MECW 11, p. 14.

340 “Lombardische Streifzüge” (*Athenäum. Zeitschrift für das gebildete Deutschland*, Berlim, n. 48-49), in MECW 2, p. 170–180; MEW 41, p. 150–160.

341 “Landschaften” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo n. 122, jul. 1840), in MECW 2, p. 98–99; MEW 41, p. 72.

342 “Nord- und süddeutscher Liberalismus” (Colônia, n. 102), in MECW 2, p. 265–267; MEW 41, p. 246–248.

peculiaridades do liberalismo do norte e do sul da Alemanha e os efeitos neles da Revolução Francesa de Julho de 1830, retomando tese do período de Bremen a respeito da necessária unidade da práxis política com a filosofia hegeliana para a efetivação do projeto de unificação nacional germânica. Em artigo intitulado “Participação nos Debates da Câmara dos Deputados de Baden”,³⁴³ publicado em 25 de junho de 1842, Engels identificou nos acontecimentos políticos recentes a aproximação intelectual e política entre os liberais do norte—particularmente os prussianos—e os do sul—particularmente de Baden e Württemberg—, além de indicar, de forma um tanto entusiasmada e otimista, a redução da divisão política entre o norte e o sul como um avanço do projeto de unificação nacional.

* * *

Em 1841, Ludwig Feuerbach (1804-1872), antropólogo, filósofo e teólogo hegeliano alemão, publicou o livro *A essência do cristianismo*.³⁴⁴ Para Engels, que se encontrava em avançada ruptura com a fé e a teologia cristã e flertava desde longa data com o ateísmo e o racionalismo, a leitura da obra abertamente atea de Feuerbach—na segunda metade de 1841—teve um efeito “libertador” em seu espírito.³⁴⁵

Sob uma perspectiva hegeliano-materialista e aplicando o método histórico-filosófico, Feuerbach³⁴⁶ demonstrou em *A essência do cristianismo* que “a consciência de Deus é a consciência que o homem tem de si mesmo, o conhecimento de Deus o conhecimento que o homem tem de si mesmo. Pelo Deus conheces o homem e vice-versa pelo homem conheces o seu Deus; ambos são a mesma coisa”. Em outras palavras, Feuerbach demonstrou “que o conteúdo e o objeto da religião é totalmente humano” e que “o mistério da teologia” somente poderia ser desvendado pela antropologia, pois toda “a essência divina é a {essência} humana”. A conclusão de Feuerbach foi que a religião havia sido a “primeira consciência”, primitiva e alienada, do gênero humano “de si mesmo”—ou seja, que os deuses não passavam do reflexo, ou do espelhamento intelectual do gênero humano. Contudo, em razão da alienação, esse reflexo genérico objetificado adquiriu autonomia em relação a seus efetivos criadores, ou uma vida independente em relação à própria origem, voltando-se contra eles como uma força hostil, de tal forma que o gênero humano tornou-se—de forma similar ao personagem ficcional Victor Frankenstein³⁴⁷—súdito da própria criação.

Estabelecendo os deuses como forma idealizada e alienada do gênero humano, Feuerbach divinizou a humanidade enquanto ser genérico. Para muitos de seus leitores, a tese feuerbachiana foi o ponto de partida de uma nova religião, o antropoteísmo, sustentada na máxima: *Homo homini deus est* (O homem é um deus).³⁴⁸

343 “Teilnahme an den Verhandlungen der badischen Kammer” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 176), in MECW 2, p. 298–299; MEGA 1/3, p. 619–620. Segundo a MEGA 1/3, a autoria de Engels desse texto é dúbia.

344 *Das Wesen des Christentums* (Leipzig).

345 “Preface”, in MECW 2, p. xviii.

346 Petrópolis: Vozes, 2007, cap. II, p. 44, cap. XXVIII, p. 267.

347 Mary Shelley, *Frankenstein* (Adelaide: eBooks@Adelaide, 2014).

348 A inspiração de Feuerbach transcendeu as fronteiras dos Estados germânicos. O romancista russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881) registrou no romance *Os demônios* [*Бесы/Биэси*] (1871-1872, São Petersburgo) a recepção da obra de Feuerbach nos ciclos intelectuais russos, particularmente no ciclo, ou sociedade Pietrachevski (organizada entre os anos de 1846 a 1848, e que foi frequentada por Dostoiévski), por meio das ideias expressas pelo personagem Aleksiei Nílitich Kiríllov durante diálogo teológico-existencialista com o personagem Nicolai Vsievólodovitch Stavróguin (4.

O impacto da obra feuerbachiana foi imediato no jovem Engels e fundamental para a consolidação de seu ateísmo e o início dos primeiros passos em direção ao materialismo consciente, sem contudo abandonar as raízes hegelianas desenvolvidas nos anos anteriores. Sobre a recepção de *A essência do cristianismo*, Engels rememorou, no ensaio de maturidade “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” (1886, Stuttgart),³⁴⁹ o impacto desse livro em toda a geração de intelectuais radicais alemães da década de 1840 nos seguintes termos:

Com um só golpe, {Feuerbach} pulverizou a contradição {*Widerspruch*}, ao pôr de novo no trono, sem rodeios, o materialismo. A natureza existe independentemente de toda a filosofia; ela é a base sobre a qual nós, homens, nós mesmos produtos da natureza, crescemos; fora da natureza e dos homens não existe nada, e os seres superiores que a nossa fantasia religiosa criou são apenas o reflexo [*Rückspiegelung*] fantástico do nosso próprio ser. O encantamento foi quebrado; o “sistema” foi feito explodir e atirado para o lado, a contradição {*Widerspruch*}, porque existente apenas na imaginação, foi resolvida.—Uma pessoa tem, ela própria, que ter vivido o efeito libertador deste livro, para fazer uma ideia disso. O entusiasmo foi geral: momentaneamente fomos todos feuerbachianos.³⁵⁰

A inspiração da leitura do *A essência do cristianismo*, marcou o conjunto do pensamento engelsiano de juventude, não somente durante a temporada em Berlim, mas também durante os anos em Manchester (1842-1844). Intérpretes críticos da obra engelsiana, tais como György Lukács³⁵¹ e David McLellan,³⁵² argumentaram, com base em fundamentos sólidos, que Engels jamais se emancipou integralmente do materialismo feuerbachiano e que o materialismo do Engels maduro consistia, essencialmente, no Hegel “posto de pé” por Feuerbach.

* * *

Nas páginas seguintes nos voltaremos para o exame dos artigos e ensaios engelsianos de juventude durante o período de Berlim. Os textos do jovem Engels do período variaram tanto no que se refere à forma quanto à temática. A fim de estruturar a exposição do presente capítulo, ele foi organizado em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo, examinamos os artigos de teor político nos quais Engels se engajou contra as instituições obsoletas e reacionárias do reino da Prússia. No segundo subcapítulo tratamos do poema-satírico de Engels publicado em coautoria com Edgar Bauer inspirado na perseguição política e teológica sofrida pelo filósofo e teólogo hegeliano alemão Bruno Bauer na Universidade de Bonn, no qual os dois jovens ateus radicais ridicularizam a fé cristã e o domínio obtuso e teocrático dos professores e intelectuais sob as universidades alemãs do período. No terceiro subcapítulo nos debruçamos sobre os artigos e ensaios de Engels sobre a filosofia do Schelling maduro, polemizando e advogando em prol da filosofia hegeliana.

ed., São Paulo: Editora 34, 2011), pt. 2, cap. V, p. 233–240, 239, nota 33).

349 “Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie” (*Die Neue Zeit*, n. 4-5).

350 *In Obras escolhidas: tomo III* (Lisboa: Edições Avante!, 1982), cap. I; MEW 21, p. 272.

351 György Lukács, “IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, in *Para uma ontologia do ser social: I* (São Paulo: Boitempo, 2012); *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (São Paulo: Boitempo, 2010).

352 David McLellan, *As idéias de Engels* (São Paulo: Cultrix, 1979); “Ludwig Feuerbach”, in *The Young Hegelians and Karl Marx* (London: Macmillan, 1969), p. 95.

2.1. O jovem Engels *versus* o reino da Prússia

Após a morte de Frederico Guilherme III (1770-1840), rei da Prússia (1797-1840) e “o último fundador sobrevivente da Santa Aliança” (1815), seu filho Frederico Guilherme IV (1795-1861), assumiu o reino Prússia (1840-1861). Por causa do antagonismo de Frederico Guilherme IV para com o elemento burocrático-militar no qual se sustentou o pai, o início de seu reinado foi de grande expectativa por reformas de caráter liberal, por exemplo, a promulgação de uma constituição e a liberdade de imprensa.

O arejamento do ambiente político vigente nos primeiros meses do reinado de Frederico Guilherme IV impulsionou a fundação de jornais, revistas e editoras liberais e democráticas na Prússia. Entretanto, a “lua de mel” entre a nova monarquia e os intelectuais liberais e democratas alemães não durou muito tempo. O breve período de liberdade de imprensa e pluralismo político foi gradualmente substituído pela censura e espionagem policial. Jornais, revistas e editoras foram censuradas e fechadas, professores universitários foram exonerados das respectivas cátedras e jovens intelectuais liberais e democratas tiveram suas carreiras acadêmicas inviabilizadas a serviço do projeto político da nova monarquia prussiana, que flertava com o reacionarismo romântico-medieval.³⁵³

2.1.1. Crítica engelsiana às leis prussianas de censura à imprensa

No artigo “O liberalismo da Spenersche Zeitung”,³⁵⁴ publicado em 26 de junho de 1842, Engels tratou de forma irônica os artigos publicados no jornal semioficial do governo prussiano, *Berlinische Nachrichten von Staats- und gelehrten Sachen*,³⁵⁵ intitulados “Ensaio sobre assuntos domésticos. XVI”,³⁵⁶ no qual o autor anônimo advogou em prol de instrução emitida pelo governo prussiano em 24 de dezembro de 1841 ampliando as restrições e o controle governamental sobre a imprensa, a despeito de seu jargão liberal e moderado, sendo, de fato, um retrocesso na liberdade de imprensa na Prússia.³⁵⁷

Em “Crítica às leis de imprensa na Prússia”,³⁵⁸ Engels retomou o exame crítico da censura na Prússia de forma mais aprofundada, nessa ocasião, a partir do exame do estatuto prussiano sobre a imprensa. Conforme explicou Engels, havia três formas fundamentais

353 Friedrich Engels, “Progress of Social Reform on the Continent: II. Germany and Switzerland” (*The New Moral World*, Leeds & Londres, n. 21, 18 nov. 1843), in MECW 3, p. 400–408; “[The Situation in Prussia]” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 338, 4 maio 1844), in MECW 3, p. 515–516; “Revolução e contrarrevolução na Alemanha: II. O Estado prussiano” (*New-York Daily Tribune*, Nova York, n. 3284, 28 out. 1851), in *A revolução antes da revolução* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 179–187; MECW 11, p. 15–21.

354 “Die Freisinnigkeit der Spenerschen Zeitung” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 177), in MECW 2, p. 300–301; MEW 41, p. 267–269.

355 Jornal berlinense publicado entre os anos de 1740-1874. Na primeira metade da década de 1840 serviu de órgão semioficial do governo prussiano. Era popularmente conhecido como *Spenersche Zeitung* em razão do antigo editor, Johann Carl Philipp Spener (1749-1827) (MECW 2, p. 300, nota a, p. 663; MEW 41, p. 575).

356 “Aufsätze über inländische Gegenstände. XVI” (Berlim, n. 137–138, 16–17 jun. 1842).

357 MECW 2, p. 611, nota 149, 153, p. 663; MEW 41, 575. Marx também publicou crítica à referida instrução do governo prussiano no artigo: “Observações sobre a última instrução de censura prussiana” [*Bemerkungen über die neueste preussische Zensurinstruktion*] (*Anekdoten zur neuesten deutschen Philosophie und Publicistik, Bd. I*, 1843, Zurich & Winterthur), in MECW 1, p. 109–131; MEW 1, p. 3–27.

358 “Zur kritik der preußischen Preßgesetze” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 195, 14 jul. 1842), in MECW 2, p. 304–311; MEW 41, p. 271–278.

pelas quais os súditos da Prússia publicavam seus escritos—jornais, panfletos, livros etc.—: (1) na própria Prússia, sob a vigilância da censura doméstica; (2) nos demais Estados da Confederação Germânica—onde também havia censura, mas, possivelmente, menos eficiente e rigorosa que a praticada na Prússia; ou (3) publicar em outros países—por exemplo, na França—onde havia liberdade de imprensa. Contudo, ainda assim, o autor do artigo ou ensaio, como também o editor do jornal, revista e livro, poderiam ser vítimas de processo na Prússia e a obra poderia ser confiscada caso adentrasse o território prussiano—algo que, segundo Engels, ocorria com frequência sob a vigilância dos agentes prussianos da censura, sempre de prontidão.³⁵⁹

Outro aspecto examinado por Engels foi que a Prússia não possuía um estatuto formal de repressão sobre a imprensa. As leis referentes a esse tema se encontravam distribuídas em vários artigos do Código Penal a respeito de ofensas políticas, por exemplo: alta traição, crítica às leis do Estado, lesa-majestade etc. Os textos referentes a essas infrações políticas eram, asseverou Engels, vagos e, portanto, sujeitos a interpretações arbitrárias, particularmente quando o espírito da lei ganhava vida por meio da interpretação parcial dos juízes, demais funcionários dos tribunais e dos censores.³⁶⁰

A fim de desenvolver sua argumentação, Engels utilizou-se de um caso particular: o processo e a condenação sofrida pelo escritor e político radical alemão Johan Jacoby (1805-1877), em 1842, em razão da publicação, ainda que anônima, do panfleto *Quatro perguntas respondidas por um prussiano oriental*,³⁶¹ no qual ele expôs críticas ao sistema estatal prussiano e advogou em prol da formulação de uma constituição. A despeito da absolvição da acusação de alta traição, Jacoby foi condenado a dois anos e meio de prisão por crítica desrespeitosa às leis do Estado e lesa-majestade. Após apelação, Jacoby foi absolvido incondicionalmente em janeiro de 1843.

Engels sustentou sua argumentação nos panfletos de Jacoby, o citado *Quatro perguntas respondidas por um prussiano oriental* e *Minha defesa contra a acusação de lesa-majestade e a culpa insolente e infundada das leis estaduais*,³⁶² o último publicado durante o período do processo judicial.³⁶³

Voltado para os artigos do Código Penal Prussiano que tivessem relevância para a questão da imprensa, Engels criticou o caráter indefinido dos termos da lei, por exemplo, o significado de termos como “insolente”, “desrespeitoso”, “desagrado” e “insatisfação” no que se referia às leis do Estado.³⁶⁴ Sobre essa questão, Engels concluiu que a “censura deve, por sua natureza, ser flutuante”, contudo, “a lei deve [...] permanecer firme até ser revogada; deve ser independente de variações na prática policial”.³⁶⁵ As leis prussianas, conforme demonstrado por Engels e os demais escritores liberais do período que se debruçaram criticamente sobre esse tema, possuía caráter antiliberal e contrário à liberdade ou

359 MECW 2, p. 304; MEW 41, p. 271.

360 MECW 2, p. 304–305, 306–307; MEW 41, p. 271–272, 274.

361 *Vier Fragen beantwortet von einem Ostpreussen* (1841, Mannheim) (MECW 2, p. 612, nota 157).

362 *Meine weitere Verteidigung wider die gegen mich erhobene Beschuldigung der Majestätsbeleidigung und des frechen unehrerbietigen Tadelns der Landesgesetze* (1842, Zurique & Winterthur) (MECW 2, p. 612, nota 157).

363 MECW 2, p. 307–309, 612, nota 157; MEW 41, p. 274–277.

364 MECW 2, p. 305–307; MEW 41, p. 272–274.

365 MECW 2, p. 310; MEW 41, p. 277.

independência de seus cidadãos, pois tinha como objetivo inviabilizar o exercício da oposição crítica à ordem e às leis do Estado.³⁶⁶

A conclusão de Engels nesse artigo—além de demonstrar a insatisfação perante a antiliberal e obsoleta instituição do Estado prussiano e seu aparelho policialesco de censura—reafirma a disposição do jovem polemista em desafiar as reacionárias leis de imprensa vigentes na Prússia.

Quando crítico esta estipulação legal, pretendo de fato provocar insatisfação com ela, e não apenas no povo, mas, mesmo se possível, no governo. Como se pode criticar qualquer coisa sem a intenção de convencer os outros da—para dizer de forma branda—imperfeição daquilo que está sendo criticado, ou seja, despertar insatisfação com ela? Como criticar aqui e elogiar ali, como pensar algo que seja mau e bom ao mesmo tempo? É absolutamente impossível. Também sou honesto o suficiente para dizer com franqueza que tenho toda intenção de provocar descontentamento e descontentamento contra o §151 do Código Penal Prussiano com este artigo, e ainda assim prezo a convicção de que não estou o criticando “insolente e desrespeitosamente”, como diz este parágrafo, mas “decentemente e com boa intenção”, como diz a circular de censura. A circular de censura, porém, sancionou esse direito de provocar insatisfação e, para glória da nação prussiana, já se fez todo o possível, desde então, para despertar insatisfação e desagrado. Esta parte do parágrafo foi assim revogada e a culpabilidade da “crítica desrespeitosa” significativamente limitada. Prova suficiente de que o parágrafo contém uma mistura e confusão de definições legislativas e de policiamento da imprensa heterogêneas.³⁶⁷

Ironicamente, muitas passagens desse artigo de Engels crítico às leis de imprensa na Prússia foram censuradas, ou editadas preventivamente—com alterações ou omissões—pelos próprios editores da *Rheinische Zeitung*.³⁶⁸

2.1.2. Crítica engelsiana ao sistema jurídico prussiano

No artigo “O fechamento da *Criminalistischen Zeitung*”,³⁶⁹ publicado em 30 de junho de 1842, Engels comentou sobre o fechamento do *Criminalistischen Zeitung*, jornal liberal moderado—ou *juste-milieu* (meio termo),³⁷⁰ nas palavras do autor—especializado na cobertura do sistema jurídico. Algumas das considerações apresentadas por Engels nesse artigo são valiosas para nossa pesquisa, pois expressam as opiniões dele no que se refere ao sistema judiciário vigente na Prússia.

Engels criticou a posição conservadora do *Criminalistischen Zeitung*, que estabelecia como princípio que nenhum ramo dos poderes executivo e judiciário deveria estar submetido ao povo, sendo, desta forma, contrário ao sistema de júri livre, então comum e consolidado em países como os Estados Unidos, a França e o Reino Unido. Engels considerava tanto o poder executivo quanto o judiciário como “a propriedade direta da nação” e, portanto, do povo, e que estes poderes deveriam estar submetidos às determinações populares, no caso do judiciário, por meio da instituição do sistema de júri

366 MECW 2, p. 310–311; MEW 41, p. 277–278.

367 MECW 2, p. 310; MEW 41, p. 277–278.

368 MECW 2, p. 611, nota 155; MEW 41, p. 536, nota 115.

369 “Das Aufhören der „Criminalistischen Zeitung“ (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 181), in MECW 2, p. 302–303; MEW 41, p. 269–270.

370 MECW 2, p. 302; MEW 41, p. 269.

livre.³⁷¹ Crítico ao caráter sagrado, abstrato e formal das leis, o jovem Engels reconhecia que elas, sem a intervenção do júri, favoreceriam somente os interesses das classes dominantes—no caso específico dos Estados germânicos do período, a aristocracia proprietária de terras e a grande burguesia—, significando, portanto, a marginalização da participação das classes populares dos processos decisórios políticos e jurídicos. Recorrendo, uma vez mais, a exemplos do sistema jurídico francês e britânico, Engels menciona o caso no qual o júri absolveu um proletário pobre que roubou pães para sanar a fome, o que causou um arrebatamento furioso entre os senhores [*Herren*] prussianos, que viram na decisão do júri das duas nações estrangeiras uma ameaça à propriedade, além da “desautorização da lei” e o “sancionamento e proclamação do crime e da revolução”.³⁷²

Observamos, nesse artigo do jovem Engels, sua defesa dos sistemas jurídicos de caráter republicano e democrático, exemplificados nos sistemas vigentes nos Estados Unidos e, em igual medida—despeito de tratarem-se não de repúblicas, mas de monarquias constitucionais—, da França e do Reino Unido, em razão de seu caráter progressista quando comparado ao retrógrado sistema jurídico prussiano.

2.1.3. Crítica engelsiana ao reinado de Frederico Guilherme IV, rei da Prússia, & a aliança reacionária entre a monarquia e a religião

“Frederico Guilherme IV, rei da Prússia”³⁷³ é um artigo de Engels escrito por volta de outubro de 1842 para a revista mensal radical *Der deutsche Bote aus der Schweiz*, organizada e editada pelo poeta e escritor alemão Georg Herwegh (1817-1875), que planejava publicá-la em Zurique e Winterthur no ano de 1842. Entretanto, o projeto não se materializou. Herwegh, contudo, publicou esse artigo de Engels—e de outros jovens radicais—no verão de 1843—entre junho e agosto—em uma coleção intitulada *Einundzwanzig Bogen aus der Schweiz*.³⁷⁴ Nesse artigo em questão, Engels expôs, nos próprios termos, um “julgamento imparcial” dos dois primeiros anos do reinado de Frederico Guilherme IV (1795-1861).³⁷⁵

Engels iniciou o artigo rememorando os últimos anos do reinado de Frederico Guilherme III (1770-1840), período no qual o Estado prussiano uniu forças com a reação clerical. Tal aliança adquiriu expressão ideológica em intelectuais tais como Leo, no que se referia à filosofia e à política, e o pastor pietista Krummacher, no que se referia à teologia. A

371 MECW 2, p. 302; MEW 41, p. 269.

372 MECW 2, p. 303; MEW 41, p. 270.

373 “*Friedrich Wilhelm IV. König von Preuße*” (*Einundzwanzig Bogen aus der Schweiz*, Zurique & Winterthur, 1843), in MECW 2, p. 360–367; MEW 1, p. 446–453.

374 Karl Marx, Bruno Bauer e Moses Hess também foram convidados para publicar na revista organizada e editada por Herwegh, porém, somente os dois últimos encaminharam contribuições. Bauer publicou o ensaio “A capacidade dos judeus e cristãos de hoje em se tornarem livres” [*Die Fähigkeit der heutigen Juden und Christen, frei zu werden*], objeto de crítica de Marx na segunda parte do ensaio “Sobre a questão judaica” [*Zur Judenfrage*] (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, Paris, n. 1-2, 1844, in MEW 1, p. 371–377). [Edição brasileira.: São Paulo: Boitempo, 2010, p. 54–60.] Hess, por sua vez, contribuiu com três ensaios, “Socialismo e comunismo” [*Sozialismus und Kommunismus*], “Filosofia da ação” [*Philosophie der Tat*] e “O uno e a liberdade integral” [*Die Eine und die ganze Freiheit*], elogiados por Marx no “Prefácio” dos *Manuscritos econômico-filosóficos* [*Ökonomisch-philosophische Manuskripte*] (1844, Paris) como um dos poucos “trabalhos alemães plenos de conteúdo e originais” (MEW 40, p. 468). [Edição brasileira: São Paulo: Boitempo, 2010, p. 20.]

375 MECW 2, p. 360; MEW 1, p. 446.

ascensão de Frederico Guilherme IV ao trono da Prússia significou, para Engels, a consolidação dessa aliança reacionária entre o Estado e a Igreja, ou a consolidação de um Estado absolutista-teocrático.³⁷⁶

Conforme prosseguiu Engels, Frederico Guilherme IV não era o arquiteto dessa aliança reacionária, mas o instrumento, ou produto de um processo histórico que foi gestado e implementado por seu antecessor. Frederico Guilherme IV foi, assim, o momento de completude da encarnação da reação política e teológica contra o pensamento livre, iluminista e racionalista; o auge da reação do prussianismo perante a liberdade de consciência. O projeto de Estado que Frederico Guilherme IV visou consolidar era a fusão da burocracia estatal e militar herdada de Frederico Guilherme III com um Estado cristão, sendo a teologia a encenação científica usada como justificativa ideológica.³⁷⁷ Para Engels, com o reinado de Frederico Guilherme IV, o desenvolvimento espiritual e prático do prussianismo, a autocracia-teocrática, chegara ao fim de seu próprio processo, isto é, uma nova versão não seria mais possível, pois Frederico Guilherme IV significava a consolidação desse projeto histórico prussiano reacionário.³⁷⁸

Encontra-se aqui um ponto de convergência entre o exame crítico do jovem Engels sobre o irracionalismo da teologia pietista e a crítica ao Estado prussiano. De tal forma, na Alemanha dos anos 1830 até meados dos anos 1840, a crítica da religião era, então, uma das formas pelas quais a crítica à política e ao Estado autocrático prussiano eram exercidas na prática. Tal tendência foi particularmente reforçada durante o reinado de Frederico Guilherme IV e recebeu expressão em toda a geração de intelectuais e militantes políticos alemães radicais do correspondente período. Para citar alguns poucos exemplos mais evidentes, os Jovens Hegelianos, tal como os irmãos Bruno e Edgar Bauer, Max Stirner, Köppen, Nauwerck, além de Marx³⁷⁹ e o próprio Engels.³⁸⁰ Essas observações acima reforçam e sustentam a importância da crítica feuerbachiana à teologia em *A essência do cristianismo* entre os intelectuais radicais alemães do período, pois a crítica à teologia e à religião era, então, não uma crítica ao sublime, ou ao etéreo, mas sim uma forma de exercer a crítica à política autocrática dos reis prussianos, isto é, uma crítica concreta à realidade alemã, ainda que limitada e desprovida de base social em um movimento político popular, sendo um objeto dos restritos ciclos intelectuais.

Nas páginas seguintes do artigo, Engels descreveu e comentou as medidas políticas e legislativas teocráticas de Frederico Guilherme IV, visando desmistificar a ideologia político-teológica desse déspota obscurantista.

O projeto do Estado teocrático de Frederico Guilherme IV possuía sustentação e legitimação científico-ideológica na Escola Histórica do Direito. Antagônica ao

376 MECW 2, p. 360–361; MEW 1, p. 446–447.

377 MECW 2, p. 361; MEW 1, p. 447.

378 MECW 2, p. 361; MEW 1, p. 447.

379 “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução” [*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung*] (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, Paris, n. 1-2, 1844), in *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2. ed., São Paulo: Boitempo, 2010), p. 145–146; MEW 1, p. 378–379.

380 Décadas mais tarde, Engels recuperou o ambiente intelectual alemão das décadas de 1830 e 1840 no ensaio “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” [*Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie*] (*Die Neue Zeit*, Stuttgart, n. 4-5, 1886), destacando a confluência da crítica teológica com crítica filosófica e política (in *Obras escolhidas: tomo III* (Lisboa: Edições Avante!, 1982), cap. I; MEW 21, p. 270–271).

jusnaturalismo iluminista do Código Civil, que concebe o direito a partir de bases racionalistas e universais, a Escola Histórica do Direito, por sua vez, foi a escola do pensamento jurídico que emergiu nos Estados germânicos no início do século XIX dentro de um ambiente romântico-reacionário de figurino feudal. A Escola Histórica do Direito possuía como pressuposto que o ordenamento e as leis jurídicas se constituem como produto de um passado idealizado, tendo por base os costumes sociais do povo em um território particular, de tal forma que o direito consistiria na manifestação cultural do “espírito do povo” [*Volkgeist*], no qual o direito consuetudinário, ou o costume, deveria determinar a legislação em exercício.

Visando impor seu projeto político com mãos de ferro, Frederico Guilherme IV—no melhor estilo prussiano—deu início a uma série de medidas que impactavam a vida cotidiana de praticamente todas as classes sociais da Prússia. Uma das mais polêmicas foi a imposição da assistência às igrejas, particularmente por parte dos funcionários públicos e oficiais do exército, além da observação do domingo, do endurecimento das leis referentes ao divórcio, do “expurgo” de professores não alinhados à teologia do Estado nas universidades e da preferência pela indicação de cristãos fiéis aos cargos públicos. Tais medidas visavam expurgar a administração pública do corpo administrativo de seu antecessor—considerado por Frederico Guilherme IV como um déspota esclarecido dirigente de um Estado pagão.³⁸¹

Ao visar a reintrodução e institucionalização da legislação baseada na moralidade cristã, Frederico Guilherme IV restabeleceria a unidade Estado-Igreja, subordinando, contudo, a última ao poder secular, fazendo de si o *summus episcopus*, ou o chefe da Igreja. Tal medida, observou Engels, teria difícil execução e adesão social, pois contrariava o princípio caro ao protestantismo de independência da fé perante o Estado e a não subordinação a um líder religioso tal como o papa ou um monarca. Para Engels, por meio dessa medida, Frederico Guilherme IV “combina todo poder, terreno e celeste, em sua própria pessoa e, como um Deus terreno, é a consumação do Estado religioso”, sendo um retrocesso do protestantismo em direção ao cristianismo medieval.³⁸²

Engels, de forma perspicaz, compreende o aspecto efetivamente mundano dessa questão essencialmente política e não teológica.³⁸³ A concepção de mundo [*Weltanschauung*] romântico-reacionária de Frederico Guilherme IV, escreveu Engels, recolocava no centro do debate político o antagonismo entre o poder temporal e o poder espiritual, o Estado *versus* a Igreja, sendo que a última já existia enquanto instituição autônoma e independente, se subordinando a ninguém mais além do papa e dos Estados Pontifícios na Itália.³⁸⁴

Desta forma, o romantismo-reacionário de Frederico Guilherme IV visava, finalmente, restabelecer o universo medieval dissolvido dos Estados germânicos entre as duas primeiras décadas do século XIX durante a Era Napoleônica (1799-1815), quando foi instituído nesses Estados o Código Civil e uma administração pública racionalizada. Ademais, vale recordar que antes mesmo da expansão das instituições iluministas francesas pelos Estados

381 MEW 1, p. 447.

382 MECW 2, p. 361–362; MEW 1, p. 447–448

383 MECW 2, p. 363; MEW 1, p. 449.

384 MECW 2, p. 362; MEW 1, p. 448.

germânicos durante o primeiro quarto do século XIX, o reino da Prússia, quando governado por Frederico II (1712-1786), que reinou entre os anos de 1740-1786, já havia introduzido—ainda que autocraticamente—toda uma série de reformas de caráter iluminista no Estado, que atingiam a administração pública, o exército, a religião, a educação etc. O projeto que Frederico Guilherme IV desejava impor ao reino da Prússia, portanto, consistia em realizar algo que a própria Restauração (1815-1848) não fora capaz de efetivamente concretizar: o restabelecimento da Europa ao feudalismo-absolutista anterior à Revolução Francesa, por exemplo, o direito de primogenitura dos nobres; a burguesia como estamento representante do comércio e indústria; e a reorganização social em corporações de ofício análogo ao sistema de guildas vigentes no medieval Sacro Império Romano-Germânico (800/962-1806). As medidas de Frederico Guilherme IV, concluiu Engels, tratavam-se de um projeto político-social inviáveis em um ambiente de desenvolvimento industrial e comercial prussiano—ainda que defasado em relação a países como a França e o Reino Unido.

Logo, o jovem Engels não mantinha ilusões perante a megalomania quixotesca de Frederico Guilherme IV. Para Engels, o rei prussiano não visava de fato fazer efetivamente com que a “roda da história” retroagisse, mas, antes, visava estabelecer um meio-termo entre o ideário de mundo romântico-medieval e o desenvolvimento capitalista contemporâneo na Prússia.³⁸⁵ A formação e o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha teve como peculiaridade a forma autocrática e conservadora, distinta do caminho francês, que atravessou um percurso revolucionário, democrático e de ampla participação popular, ainda que instável.³⁸⁶

Sobre isso, Engels escreveu:

Assim, Frederico Guilherme também não é absolutamente liberal e despótico em seus esforços—Deus nos livre—; ele quer permitir aos seus prussianos todas as liberdades possíveis, mas na verdade apenas sob a forma de falta de liberdade, monopólio e privilégio. Ele não é um inimigo da imprensa livre, ele a concederá, mas novamente como um monopólio, principalmente das profissões eruditas. Ele não quer abolir a representação ou recusá-la, ele apenas se opõe à representação do cidadão como tal; ele visa a representação dos estamentos sociais como já parcialmente realizada nas dietas provinciais prussianas. Em suma, ele não reconhece nenhum direito universal, cívico ou humano, apenas admite direitos corporativos, monopólios, privilégios.³⁸⁷

Para Engels, o sistema estatal ambicionado por Frederico Guilherme IV era vacilante e infundado na realidade material da sociedade, da economia e da política prussiana de seu tempo. As medidas medievascas de Frederico Guilherme IV digladiar-se-iam com a burocracia estatal e os militares prussianos, arquitetada e firmemente estabelecida pelos predecessores.³⁸⁸ Além do mais, apontou Engels, havia também alguns vícios mundanos de Frederico Guilherme IV que inviabilizariam a efetivação do projeto romântico-reacionário. Em primeiro lugar, no que se refere à administração financeira, Frederico Guilherme IV

385 MECW 2, p. 364–365; MEW 1, p. 450–451.

386 Friedrich Engels, “As Guerras Camponesas na Alemanha”, “Revolução e contrarrevolução na Alemanha”, in *A revolução antes da revolução* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 35–159, 161–308. Leo Kofler, “6. Alemania y Prusia”, in *Contribución a la historia de la sociedad burguesa* (Buenos Aires: Amorrortu, 1971), p. 405–443.

387 MECW 2, p. 365; MEW 1, p. 451.

388 MECW 2, p. 365–366; MEW 1, p. 451–452.

tinha a fama de ser pouco comedido com os gastos,³⁸⁹ conforme foi demonstrado pelo político prussiano E. G. G. Bülow-Cummerow (1775-1851) no estudo *A constituição e a administração prussiana e sua relação com a Alemanha*,³⁹⁰ afirmando que, segundo Engels, “a [...] contabilidade financeira do estado prussiano é absolutamente ilusória”.³⁹¹

Em síntese, Engels expressou profundo ceticismo perante o efetivo estabelecimento do sistema teocrático de Frederico Guilherme IV. Para o jovem e otimista escritor alemão, o debate político na Prússia de então estava centrado em duas questões fundamentais: o estabelecimento do governo constitucional-representativo e da liberdade de imprensa. Engels asseverou que a liberdade de imprensa seria como que arrancada de alguma forma, e a constituição e o governo representativo viriam logo depois, como o “espírito do tempo”. Na conclusão do artigo, Engels escreveu que a situação atual da Prússia assemelhava-se muito à da França às vésperas de 1789. Contudo, ele se absteve de apresentar quais seriam as novas conclusões desse imprevisível processo histórico.³⁹²

Muitas das tensões políticas e religiosas dos primeiros anos do reinado de Frederico Guilherme IV, “personagem medíocre e grotesca”,³⁹³ se acumularam nos anos seguintes até 1848, quando teve início o processo revolucionário liberal-democrático nos Estados germânicos, processo histórico no qual Engels exerceu atividade política, jornalística e militar. Ademais, nos anos seguintes à Revolução Alemã de 1848-1849, Engels também deixou como legado uma relevante contribuição à historiografia por meio da publicação de uma série de artigos reunidos sob o título de “Revolução e contrarrevolução na Alemanha”.³⁹⁴

2.2. O triunfo da fé

A Bíblia insolentemente ameaçada e milagrosamente resgatada ou O triunfo da fé: isto é, a terrível, mas verdadeira e salutar história do outrora licenciado Bruno Bauer; como ele foi seduzido pelo Diabo, afastado da verdadeira fé, tornou-se ele mesmo um diabo, e, por fim, foi espantado a força: um épico cristão em quatro cantos,³⁹⁵ ou, simplesmente, *O triunfo da fé*, é um poema satírico de estilo épico composto entre junho e julho de 1842 por Engels em coautoria com o filósofo hegeliano e escritor alemão Edgar Bauer (1820-1886), e publicado anonimamente em dezembro de 1842.

Durante os anos de 1841-1842, Engels e Edgar Bauer, que formaram forte laço de amizade e de colaboração intelectual no ciclo dos Livres, mobilizaram-se para a composição

389 Friedrich Engels, “Revolução e contrarrevolução na Alemanha: II. O Estado prussiano”, in *A revolução antes da revolução* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 181–185; MECW 11, p. 17–20.

390 *Preussen seine Verfassung, seine Verwaltung, sein Verhältnis zu Deutschland* (1842, Berlim).

391 MECW 2, p. 366–367; MEW 1, p. 452.

392 MECW 2, p. 367; MEW 1, p. 452–453.

393 Karl Marx, “Prefácio [à 2ª edição de 1869]”, in *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo: Boitempo, 2011), p. 18; MEW 16, p. 359.

394 *Revolution and Counter-Revolution in Germany* (*New-York Daily Tribune*, Nova York, 1851-1852), in MECW 11, p. 3–96. [Edição brasileira: in *A revolução antes da revolução* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010). p. 161–308.]

395 *Die frech bedröute, jedoch wunderbar befreite Bibel. Oder: Der Triumph des Glaubens. Das ist: Schreckliche, jedoch wahrhafte und erkleckliche Historia von dem weiland Lizentiaten Bruno Bauer; wie selbiger vom Teufel verführt, vom reinen Glauben abgefallen, Oberteufel geworden und endlich kräftiglich entsetzt ist. Christliches Heldengedicht in vier Gesängen* (Neumünster, próximo a Zurique).

e redação de *O triunfo da fé* como forma de protesto e solidariedade contra a exoneração do filósofo e teólogo hegeliano alemão Bruno Bauer (1809-1882) da cátedra de teologia da Universidade de Bonn em março de 1842, a mando de J. A. F. Eichhorn (1779-1856), então ministro prussiano da Religião, Educação e Medicina (1840-1848), em razão do ateísmo “proselitista”³⁹⁶ e da oposição pública à autocracia e à teocracia do Estado prussiano. A exoneração de Bruno Bauer gerou protestos dos liberais radicais na Alemanha. Dessas reações, *O triunfo da fé* foi uma das mais impactantes de seu tempo e a que permaneceu como principal referência literária sobre a questão.³⁹⁷

O triunfo da fé tratou de forma cômica e satírica sobre a querela entre os Jovens Hegelianos, particularmente os Livres, então o ciclo de intelectuais e publicistas mais radicalizado da corrente hegeliana, e seus oponentes conservadores, o pastor pietista Krummacher e os filósofos e teólogos Hengstenberg, Leo e Sack, que se engajaram em uma campanha de difamação pública contra Bruno Bauer e os intelectuais alemães vinculados ao hegelianismo.

Estruturado em quatro cantos, *O triunfo da fé* consiste em uma valiosa fonte de pesquisa e exame para o historiador, ou o historiador da filosofia, contemporâneo, pois homenageou, sob a ótica dos autores, toda uma série de filósofos, teólogos e escritores alemães, além de registrar a querela intelectual e política entre, de um lado, os Jovens Hegelianos de Berlim e, do outro lado, os intelectuais conservadores, ou reacionários, do período, vinculados ideologicamente ao poder estatal prussiano.

2.2.1. Primeiro canto³⁹⁸

Nesse canto inicial, a narrativa tem como ponto de partida a eleição por Deus de Bruno Bauer como instrumento de redenção da fé cristã e pregação da palavra divina aos infiéis que se encontravam, então, vitimados pelas blasfêmias e escárnios por parte dos intelectuais radicais e ateus, os Jovens Hegelianos de Berlim.

O Diabo, semelhante em personalidade à personagem Mefistófeles do *Fausto*, do escritor alemão J. W. Goethe³⁹⁹ (1749-1832), desvia Bruno Bauer da fé cristã em direção à filosofia hegeliana e ao ateísmo. Na concepção dos fundamentalistas cristãos da Alemanha de então—pietistas entre outros—, Hegel era visto como um filósofo ateu e sua filosofia racionalista como uma obra diabólica. Por esta razão, Engels e Edgar Bauer retrataram Hegel em *O triunfo da fé* como habitante do Inferno e o mais devoto servo de Satanás.

Bruno Bauer, sob a influência do Diabo, muda-se para Bonn a fim de desviar os fiéis com sua filosofia “livre” e anárquica.

396 Bruno Bauer publicou anonimamente o livro: *A trombeta do Juízo Final sobre Hegel, o Ateu e o Anticristo. Um ultimato* [*Die Posaune des jüngsten Gerichts über Hegel den Atheisten und Antichristen. Ein Ultimatum*] (1841, Leipzig).

397 MECW 2, p. 609, nota 134, p. 612, nota 160, p. 622, 624; MEW 41, p. 536, nota 124.

398 MECW 2, p. 315–325; MEW 41, p. 283–292.

399 *I & II* (São Paulo: Editora 34, 2011). José Paulo Netto considerou *O triunfo da fé*, de Engels e Bruno Bauer, como uma paródia do *Fausto*, de J. W. Goethe (“Apresentação”, in *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 21).

2.2.2. Segundo canto⁴⁰⁰

Estabelecido em Bonn, Bruno Bauer ministra conferências sob a orientação do Diabo, conquistando e colecionando seguidores. Causando o dissenso, divide a universidade entre fiéis e infiéis, iniciando uma batalha campal na qual os combatentes—professores e estudantes—se digladiam com tinteiros e edições da Bíblia, se utilizando das mesas e dos bancos como barricadas. Os infiéis, sob a liderança do endemoniado Bruno Bauer, vencem a batalha e os fiéis batem em retirada.

Visando responder à altura, Deus intervém ao enviar Karl Heinrich Sack (1789-1875), teólogo protestante ortodoxo alemão e professor na Universidade de Bonn, a fim de comandar o contra-ataque à ofensiva dos infiéis. Esses últimos se reúnem em uma taberna—o ambiente caricatural do ponto de encontro dos intelectuais alemães radicais.

Enquanto isso, em Leipzig, o filósofo e escritor alemão Arnold Ruge (1802-1880), acompanhado do poeta e escritor alemão Robert Eduard Prutz (1816-1872) e do editor e livreiro alemão Otto Wigand (1795-1870),⁴⁰¹ editores e redatores de jornais e revistas radicais vinculadas aos Jovens Hegelianos, como *Hallische Jahrbücher* e *Deutsche Jahrbücher*,⁴⁰² ruminam a respeito das dificuldades causadas pelos censores. Oportunista, o Diabo investe no auxílio a Ruge e aos demais para burlar a censura e angariar novos seguidores.

2.2.3. Terceiro canto⁴⁰³

Nesse terceiro canto—talvez o mais rico para o historiador, em razão da ampla gama de menções e descrições de filósofos, escritores e teólogos do período—a Alemanha encontra-se tomada pela escuridão dos ateus hegelianos de Berlim. Os Livres atenderam à convocação de Ruge, se reunindo em uma congregação infernal em Bockenheim (atual distrito de Frankfurt am Main), onde ele apresentou o manifesto em defesa da liberdade e contra a instituição da censura.

Por sua vez, Deus também reúne seus fiéis—Leo, o “leão de Saale”, defensor do altar e do trono, Sack, entre outros—para a batalha final contra os Livres, reunidos em seu forte em Leipzig, repleto de livros e fardos de papel, as armas dessa guerra intelectual, ou espiritual [*geistig*].

Nessa passagem, Engels e Edgar Bauer realizaram apresentação descritiva e cômica dos Livres de Berlim: Bruno e Edgar Bauer, Karl Friedrich Köppen (1808-1863), Eduard

400 MECW 2, p. 326–333; MEW 41, p. 292–299.

401 Otto Wigand foi um importante editor radical alemão da década de 1840, responsável pela publicação de livros tais como *A essência do cristianismo* [*Das Wesen des Christentums*] (1841, Leipzig), de Ludwig Feuerbach, e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* [*Die Lage der arbeitenden Klasse in England*] (1845, Leipzig), de Friedrich Engels.

402 O *Hallischer Jahrbücher für deutsche Wissenschaft und Kunst* foi jornal filosófico e literário editado por Arnold Ruge e publicado em Halle (Prússia) entre os anos de 1838-1841. O *Hallischer Jahrbücher* serviu como órgão de imprensa dos Jovens Hegelianos. Após ser ameaçado de banimento na Prússia, o *Hallischer Jahrbücher* passou a ser publicado, a partir de julho de 1841, em Leipzig (Saxônia), sob o nome de *Deutsche Jahrbücher für Wissenschaft und Kunst*. A mudança da cidade-sede e do nome somente postergou a investida da censura sob o jornal, que foi fechado em janeiro de 1843 pelo governo da Saxônia e banido no mesmo ano de todos os Estados germânicos por decisão da Dieta da Confederação Germânica (MECW 2, p. 664).

403 MECW 2, p. 334–343; MEW 41, p. 299–308.

Maien, ou Meyen (1812-1870), Max Stirner, pseudônimo de Johann Caspar Schmidt (1806-1856), Ludwig Buhl (1814-c. 1882), Georg Jung (1814-1886), Adolf Rutenberg, ou Rtg (1808-1869) e Otto Wigand. Wigand, o editor e livreiro, propôs Leipzig como a “capital” e “forte” do grupo, os conduzindo à cidade Saxã—exceto Feuerbach, que prossegue seu rumo de filósofo solitário e recluso. Oswald, pseudônimo de Engels,⁴⁰⁴ é descrito como um jovem e fanático jacobino.⁴⁰⁵ Ao lado de Oswald (Engels), se encontrava seu melhor amigo, Edgar (Bauer), que utilizava o pseudônimo Radge e que partilhava com Engels o entusiasmo pelo jacobinismo e os *sans-culottes*.⁴⁰⁶ Engels e Edgar Bauer (ou, Oswald e Radge) se manifestavam sempre em coro, como se fossem a mesma entidade, ansiosos por ação, não palavras. Ruge, por sua vez, os contra-argumentou, dizendo: “Nossas ações são apenas palavras, e por muito tempo serão assim./ Após a abstração, a prática segue por si mesma”.⁴⁰⁷ Tais palavras de Ruge prenunciavam o futuro debate de Marx e Engels com os Jovens Hegelianos a respeito da especulação filosófica desatada de uma prática efetivamente política e da formulação do conceito marxiano de *práxis* em obras tais como *A sagrada família* (1845, Frankfurt am Main) e *A ideologia alemã* (1845-1846, Bruxelas).⁴⁰⁸ Marx, então editor da *Rheinische Zeitung*, sediada em Colônia, foi descrito por Engels e Edgar Bauer como um monstro endiabrado.⁴⁰⁹ Por fim, Engels e Edgar Bauer descreveram Feuerbach como um ateu fanático e solitário vindo do sul da Alemanha, que desafiava os dogmas cristãos e que buscava fundar uma nova religião para a humanidade: o antropoteísmo.⁴¹⁰

* * *

Certamente, ao menos para o pesquisador, o terceiro canto consiste no mais interessante desse poema, pois apresenta os membros mais destacados dos Livres, ou intelectuais próximos e influentes do grupo. Interessante e inusitada fonte documental para a história da filosofia e história intelectual em razão de expor a forma pela qual os integrantes dos Livres, ao menos, dois deles, enxergavam a si mesmos, os debates internos do grupo, além de registrar a querela filosófica e teológica que mobilizou os intelectuais alemães no final da década de 1830 e na primeira metade da década de 1840.

2.2.4. Quarto canto⁴¹¹

No último e decisivo canto, Engels e Edgar Bauer narraram a batalha final dos fiéis *versus* os infiéis, sendo os livros, jornais, revistas, brochuras e panfletos as armas utilizadas nesse conflito. Nele, os autores fizeram referência a toda uma literatura de autoria dos Livres, como, também, dos intelectuais reacionários alemães.

404 MECW 2, p. 335, nota b.

405 MECW 2, p. 335; MEW 41, p. 300.

406 MECW 2, p. 335–336; MEW 41, p. 300.

407 MECW 2, p. 338; MEW 41, p. 303.

408 José Paulo Netto, “Apresentação”, in *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 22.

409 MECW 2, p. 336; MEW 41, p. 301.

410 MECW 2, p. 337; MEW 41, p. 302.

411 MECW 2, p. 344–351; MEW 41, p. 308–316

O cerco dos fiéis a Leipzig foi vitorioso sobre a defesa dos Livres, fazendo com que o Diabo batesse em retirada de volta ao Inferno. Revoltado com as notícias da derrota, Hegel organiza e lidera um motim, por meio do qual destrona o Diabo e assume o comando do Inferno, iniciando uma tentativa de revanche com um exército composto por Danton, Voltaire, Robespierre, Marat e Napoleão Bonaparte. (Afinal, assim como os demais entes celestes, o Diabo é uma personagem mitológica, e somente os seres humanos podem ser sujeitos da ação histórica efetiva.) A revanche liderada por Hegel é vitoriosa. Impiedoso, Hegel ordena a perseguição dos fiéis em fuga.

Recuperado do choque por ter sido “passado para trás” pelos humanos, o Diabo se dá conta de que, caso eles abandonarem a fé em Deus e em tudo o mais que for sagrado, ele próprio será arruinado, pois, sendo ele também um ser fantástico, desprovido de vida efetiva, será posto de lado e abandonado junto com Deus. Por esta razão, o Diabo, ironicamente, forma uma “santa aliança” com Deus para derrotar os Livres, reconquistar o Inferno e restabelecer a ordem das coisas no mundo.

Em uma última tentativa, a coalização entre Deus e o Diabo contra-ataca os Livres. Mas será por meio do recurso teatral do *Deus ex machina* que a batalha foi vencida. Um pergaminho flutuando por meio de um raio celeste cai aos pés de Bruno Bauer, que lê a mensagem escrita nele: “Exonerado!” (Referência à exoneração de Bruno Bauer da cátedra de teologia na Universidade de Bonn.) Aterrorizados, Bruno Bauer e os Livres batem em retirada. A “santa aliança” entre o Céu e o Inferno vence a batalha espiritual contra os infieis. O altar e o trono ameaçados no Céu, tal como no Inferno, por Bruno Bauer e o grupo de ateus berlinenses, é restabelecido.

* * *

O triunfo da fé explicitou e registrou documentalmente a ruptura efetiva do jovem Engels com qualquer forma de religiosidade e a adesão completa ao ateísmo, como, também, seu radicalismo democrático de inspiração jacobina, na qual expôs, em parceria com o amigo Edgar Bauer, crítica à censura à imprensa, à Igreja, ao teocratismo prussiano e dos demais reinos germânicos, por fim, a todo chorume da reação aristocrática e religiosa na Alemanha de então.

Rico em jogo de palavras e alusões satíricas a passagens bíblicas, Engels e Edgar Bauer, ao afrontarem a religiosidade cristã, deram mostras em *O triunfo da fé* de possuírem consistente domínio dos textos bíblicos. Por exemplo, no segundo canto, Sack é retratado de forma ridícula montado em uma jumentinha falante e voadora por meio da qual Deus se revelou ao primeiro.⁴¹² Nessas passagens, além de ridicularizar, evidentemente, a figura de Sack, Engels e Edgar Bauer fizeram referências a duas passagens bíblicas nas quais se tem a presença de equídeos de médio porte: (1) a entrada triunfante de Jesus Cristo em Jerusalém montado em um jumentinho⁴¹³ e (2) a história de Balaão e da jumenta “falante”.⁴¹⁴ Mais adiante, no quarto canto, narrou-se Jacó fazendo uso de uma escada durante a cena do cerco ao forte dos Livres em Leipzig, referência ao sonho de Jacó na qual ele vislumbra uma escada

412 MECW 2, p. 328–330; MEW 41, p. 294–295.

413 Mateus 21:1-17; João 12:12-16.

414 Números 22:21-35.

utilizada pelos anjos para ir e voltar ao Céu e à Terra.⁴¹⁵

Entre os comentadores críticos da obra do jovem Engels, aquele que mais discorreu sobre *O triunfo da fé* foi Norman Levine.⁴¹⁶ A principal observação crítica de Levine ao *O triunfo da fé* foi a redução, ou a equivalência, feita por Engels dos Jovens Hegelianos ao grupo dos Livres—Bruno e Edgar Bauer, Ruge, Köppen, Stirner, Meyen, Buhl, Wigand, Rutenberg, Feuerbach, Marx e o próprio Engels). Porém, os Jovens Hegelianos consistiam em uma tendência filosófica heterogênea e descentralizada composta por intelectuais, filósofos e escritores radicais espalhados pelos mais diversos Estados germânicos e que tinham como elemento de aglutinação a matriz filosófica hegeliana. Por sua vez, os Livres consistiam em um grupo de intelectuais, filósofos e escritores radicais de Berlim, vinculados à filosofia hegeliana e tendo como elemento de aglutinação Bruno Bauer, Ruge e a oposição intransigente à autocracia e à teocracia do reino da Prússia. Ainda assim, os Livres se tratavam de um grupo heterogêneo, desprovido de uma diretriz, ou um “manifesto”, por assim dizer. Não se tratavam, portanto, de uma escola filosófica com um projeto científico ou político coeso.⁴¹⁷

Apesar dessas diferenças, Engels colocou nesse cesto dos Livres filósofos que, a despeito de terem, ou terem mantido vínculo com Bruno Bauer e Ruge, não compunham, efetivamente, os Livres, tais como, Feuerbach e Marx. Feuerbach, apesar de toda a admiração, prestígio e inspiração por parte dos Livres, jamais foi um membro desse ciclo, mantendo-se sempre distante e recluso das atividades políticas. Conforme demonstrado por David McLellan, Feuerbach foi influente entre os Jovens Hegelianos e os Livres por meio exclusivamente de suas publicações.⁴¹⁸ Marx, então em Colônia e editor da *Rheinische Zeitung*—e conforme pode ser extraído da leitura dos textos publicados no período e da pesquisa de biografos—possuía sérias desavenças filosóficas e políticas com os Livres, vindo inclusive a antagonizar com eles em toda uma gama de temas filosóficos e políticos candentes no período.⁴¹⁹

Para Levine, esse deslize de Engels em *O triunfo da fé*—isto é, a inclusão e a homogeneização por parte de Engels de todos esses intelectuais hegelianos listados acima no cesto dos Livres, e a equivalência do pensamento de Bruno Bauer e Feuerbach, ou Ruge e Stirner—fortalece e sustenta uma das teses fundamentais de *Divergent Paths*: o jovem Engels era desprovido de conhecimento filosófico rigoroso e sistemático e, conseqüentemente, não era capaz de distinguir adequadamente as diferentes escolas filosóficas e os diferentes filósofos uns dos outros.

De fato, e Levine demonstrou muito bem, não havia equivalência perfeita entre os

415 Gênesis 28:11-12.

416 *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2.

417 Gareth Stedman Jones “The Young Hegelians, Marx and Engels”, in *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), p. 556–600; David McLellan, *The Young Hegelians and Karl Marx* (London: Macmillan, 1969); Robert Nola, “The Young Hegelians, Feuerbach, and Marx”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 290–329.

418 Todd Gooch, “Feuerbach” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2013); David McLellan, “Ludwig Feuerbach”, in *The Young Hegelians and Karl Marx* (London: Macmillan, 1969), p. 85–116.

419 Karl Marx & Friedrich Engels, *A sagrada família* (São Paulo: Boitempo, 2011; MEW 2); Karl Marx, *Sobre a questão judaica* (São Paulo: Boitempo, 2010; MEW 1); David McLellan, *Karl Marx* (Petrópolis: Vozes, 1990), cap. 1.III., 2.II.; *The Young Hegelians and Karl Marx* (London: Macmillan, 1969).

membros dos Jovens Hegelianos tanto quanto entre os Livres, a não ser a reivindicação da raiz filosófica hegeliana e a crítica política à Prússia. A crítica de Levine seria perfeita caso se tratasse do exame de um texto de caráter científico. Entretanto, esse não é o caso de *O triunfo da fé*, que, como já foi mencionado acima, trata-se de uma obra ficcional, na qual o autor não precisa se manter ancorado nos fatos, sejam eles naturais ou sociais. Prova disso foi o uso de personagens mitológicas—Deus e o Diabo—e de personagens históricas que já haviam falecido—Hegel, Danton, Voltaire, Robespierre, Marat e Napoleão Bonaparte—entre o elenco da obra. (Levine furtou-se a criticar essa evidente inverossimilhança do poema.) A obra ficcional, ou a obra poética, não tem por função—e talvez seja essa uma de suas grandes vantagens perante obras científicas—narrar eventos históricos com fidelidade e exatidão, mas sim narrar justamente aquilo que, por exemplo, “poderia acontecer”, ou o que aconteceu, porém, de forma fantástica. Em *Poética*,⁴²⁰ o filósofo grego Aristóteles⁴²¹ (384 AEC-322 AEC) explicou que “a diferença” marcante entre a obra ficcional perante a obra científica “está no fato de que” a obra científica—filosófica ou historiográfica, por exemplo—deve relatar “o que aconteceu realmente”, enquanto que a obra ficcional—um poema ou um romance—narra “o que poderia ter acontecido”.

Justamente por não se tratar de um tratado filosófico, mas de um poema do gênero cômico e satírico, não haveria razão para Engels manter-se fiel aos fatos históricos e teóricos. Portanto, a nosso ver, Levine, a fim de sustentar a tese de Engels como filósofo *naïf*, carregou em demasia o exame crítico da obra ficcional em questão, deixando de lado o aspecto mais relevante de *O triunfo da fé*: ser, para os pesquisadores contemporâneos, um valioso registro histórico dos filósofos, teólogos e escritores que compuseram a querela a respeito da exoneração de Bruno Bauer da cátedra de teologia da Universidade de Bonn e o documento que deixou registrado para a posterioridade toda uma série de opiniões de Engels e Edgar Bauer a respeito da filosofia, da teologia e da política vigente nos Estados germânicos da primeira metade da década de 1840.

Ademais, Levine cometeu um pequeno deslize durante o exame crítico de *O triunfo da fé*. Ao longo do texto, ele repetidas vezes utiliza-se de termos como: “Engels publicou”, “Engels incluiu”, “Engels esboçou”, “Engels disse”, “construção imaginária de Engels”, “Engels referenciou”, “Engels fechou”, “Engels sintetizou”... Contudo, *O triunfo da fé*, como já dito acima, tratou-se de obra escrita e publicada em coautoria com Edgar Bauer, de tal forma que não se têm as provas de quais trechos foram redigidos exclusivamente por Engels ou Edgar Bauer. Ao ignorar esse fato, Levine depositou todos os versos, teses e opiniões registradas em *O triunfo da fé* sob responsabilidade exclusiva de Engels, entre elas a equivalência entre os Jovens Hegelianos e os Livres, Bruno Bauer e Feuerbach, Ruge e Stirner, a descrição cômica de Marx como o monstro endemoniado de Trier, desconsiderando a participação de Edgar Bauer na composição do poema. Isso não se trata de um deslize menor. Vale recordar que, durante o período de redação de *O triunfo da fé*—entorno de junho e julho de 1842—muitos dos filósofos e teólogos mencionados por Engels e Edgar Bauer não residiam em Berlim, e, provavelmente, Engels não os conhecia

420 *Περὶ ποιητικῆς/Peri poiétikés* (c. 335 AEC).

421 São Paulo: Edipro, 2011, cap. 9, p. 54–55.

pessoalmente, mas somente por meio de ensaios e livros, entre eles Marx.⁴²² Pode-se especular que a composição referente a esses filósofos e teólogos tenha ficado sob responsabilidade de Edgar Bauer—que conhecia muitos deles pessoalmente—, ou, até mesmo, fruto da pura imaginação dos dois autores.⁴²³

2.3. *Anti-Schelling*

Entre os textos mais marcantes de Engels em Berlim se encontram aqueles referentes aos debates sobre a nova política imposta à Universidade de Berlim por Frederico Guilherme IV após o estabelecimento do filósofo alemão F. W. J. Schelling como professor da cátedra de filosofia naquela universidade. Durante o período em que residiu em Berlim, Engels frequentou uma série de conferências proferidas na Universidade de Berlim e integrou os efervescentes debates que ocorriam então. Seu envolvimento nesses debates impulsionou uma nova fase da sua evolução filosófica e política.

O primeiro artigo engelsiano sobre os debates filosóficos e políticos ocorridos na Universidade de Berlim foi “Diário de um estudante visitante”,⁴²⁴ publicado em duas partes em 10 e 24 de maio de 1842. Nesse texto, Engels escreveu sobre a Universidade de Berlim nos seguintes termos: “A Universidade de Berlim goza da reputação, como nenhuma outra, de estar no centro do pensamento contemporâneo e de ter feito de si mesma um ambiente de batalhas intelectuais”.⁴²⁵

Engels também comentou em “Diário de um estudante visitante” sobre duas conferências às quais atendeu. A primeira conferência, de introdução à filosofia hegeliana na teologia ministrada pelo professor Marheineke. Nessa conferência, Marheineke polemizou diretamente com a filosofia da revelação de Schelling e defendeu a filosofia de Hegel.⁴²⁶ A segunda conferência, de economia política ministrada pelo professor Henning, tratou do sistema financeiro da Prússia. Nessa conferência, Henning realizou apologia ao Estado prussiano e defendeu a tese de que fora na Prússia onde o livre comércio e a livre concorrência—tal como teorizado pelo economista político escocês Adam Smith (1723-1790)—foram efetivamente postos em prática, e não na Inglaterra, onde, segundo Henning, regia então o monopólio e o protecionismo econômico.⁴²⁷

O que podemos extrair desses artigos engelsianos brevemente expostos acima é que as conferências ministradas na Universidade de Berlim haviam se tornado um campo de disputa filosófica e política, fazendo com que o ambiente universitário fosse efervescente e

422 No período no qual Engels morava em Berlim, Karl Marx encontrava-se em Bonn trabalhando como escritor para a *Rheinische Zeitung*. Marx e Engels conheceram-se pessoalmente na redação da *Rheinische Zeitung* no fim de novembro de 1842. Na ocasião, Engels estava a caminho de Londres, e fez breve passagem por Colônia, enquanto que Marx havia se fixado em Colônia em meados de outubro de 1842 a fim de assumir o cargo de editor-chefe da *Rheinische Zeitung* (W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), p. 19; David McLellan, *Karl Marx* (Petrópolis: Vozes, 1990), cap. 1.III.; MEW 1, p. 634–635).

423 Terrell Carver, *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 90.

424 “Tagebuch eines Hospitanten” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 130, 144) in MECW 2, p. 268–273; MEW 41, p. 249–254.

425 MECW 2, p. 268; MEW 41, p. 249.

426 MECW 2, p. 268–270; MEW 41, p. 249–252.

427 MECW 2, p. 270–273; MEW 41, p. 252–254.

estimulante para o autodidata Engels. Podemos, também, conhecer alguns dos temas de interesse do jovem Engels em Berlim. Além disso, foi em “Diário de um estudante visitante” que Engels fez primeira menção à economia política e a Adam Smith.

Além de rupturas entre o período de Bremen e Berlim—conforme demonstrado nos subcapítulos precedentes—, houve também continuidades. Uma das mais evidentes se encontra na antipatia de Engels com Heinrich Leo, filósofo contrarrevolucionário e anti-hegeliano.⁴²⁸ A nova crítica de Engels a Leo foi publicada no texto “Polêmica contra Leo”,⁴²⁹ de 10 de junho de 1842. Nessa ocasião, Engels ironizou um ensaio de Leo no qual o último havia apresentado crítica ao sistema da ciência natural hegeliana—que, nas palavras de Leo, consistia em um sistema fracassado e pagão—, propondo em seu lugar um “revolucionário” sistema de medicina e jurisprudência que correspondesse aos valores cristãos. Nesse sistema, escreveu Leo, as doenças seriam consequência de punições divinas aos pecadores ou a transmissão hereditária dos pecados dos antepassados. Ademais, Leo propunha o retorno de um sistema punitivista de caráter medieval aos criminosos como única forma de efetiva expiação das infrações ou dos pecados cometidos.

Textos como o de Leo demonstram aos leitores contemporâneos não somente a existência como também a capilaridade da divulgação da tendência anti-hegeliana e do reacionarismo cristão na literatura filosófica, teológica e jornalística alemã durante a primeira metade da década de 1840.

* * *

Nas páginas seguintes, nos voltaremos para o exame da filosofia positiva de Schelling. Porém, antes de adentrarmos o exame efetivo de sua filosofia entre os anos de 1841 e 1842 em Berlim, apresentaremos ao leitor um breve esboço da vida e da obra dele a fim de nos contextualizarmos para o exame da polêmica do jovem Engels contra Schelling. O esboço da vida e da obra de Schelling abaixo consiste em uma síntese produzida a partir dos estudos dos filósofos Andrew Bowie,⁴³⁰ Daniel Breazeale,⁴³¹ György Lukács⁴³² e Raymond Plant⁴³³ sobre Schelling e a filosofia clássica alemã. Também fizemos uso do esboço biográfico “Schelling: vida e obra” e do texto “História da filosofia moderna: Hegel”, de Schelling—ambos publicados na coleção *Os pensadores*.⁴³⁴ O objetivo do item seguinte não é expor exaustivamente a obra filosófica de Schelling, pois isso nos levaria ao desvio do tema central da dissertação, mas evidenciar o vínculo da filosofia de Schelling com a política contrarrevolucionária do período da Restauração (1815-1848) e do Estado prussiano. Temos consciência de que, em razão dessa escolha, certamente incorreremos em uma série de simplificações e, conseqüentemente, equívocos que não farão justiça aos méritos e contribuições de Schelling ao conhecimento humano universal.

428 Examinamos comentários críticos de Engels a Leo no item “1.3.1. *Die Hegeligen*” e no subcapítulo “2.2. *O triunfo da fé*” desta dissertação.

429 “Polemik gegen Leo” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 161), in MECW 2, p. 281–283; MEW 41 263–266.

430 “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016).

431 “Fichte and Schelling: The Jena Period”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 138–180.

432 *The Destruction of Reason* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1981), cap. II.2.-3., p. 129–192.

433 *Hegel* (São Paulo: Editora Unesp, 2000).

434 São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. v–xiv; 155–178.

2.3.1. Schelling: filosofia negativa & filosofia positiva

O filósofo alemão Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1775-1854) foi, ao lado de Immanuel Kant (1724-1804), J. G. Fichte (1762-1814) e G. W. F. Hegel (1770-1831), um dos mais importantes filósofos do idealismo alemão. Filósofo precoce, a obra de juventude de Schelling, particularmente durante o denominado período de Jena (1798-1806), foi, desde o princípio, reconhecida pela originalidade e ousadia de suas teses; por exemplo, a assimilação da substância infinita de Spinoza ao eu transcendental de Fichte; a crítica ao caráter excessivamente mecanicista e newtoniano da concepção kantiana e fichteana da natureza; e a identidade cartesiana entre o pensamento e o ser.⁴³⁵ Schelling destacou-se também durante o período de Jena com a formulação da filosofia da natureza [*Naturphilosophie*], que consistia na fusão da filosofia transcendental [*Transzendentalphilosophie*] dos filósofos alemães Kant e Fichte com a física especulativa. A filosofia de Schelling em Jena, portanto, culminou na harmonização entre a filosofia da natureza e a filosofia transcendental por meio da denominada filosofia da identidade [*Identitätsphilosophie*].⁴³⁶

O período de Schelling em Jena foi também de intensa colaboração com Hegel, que, poucos anos antes, fora seu colega de estudos e amigo no seminário teológico de Tübingen. Em parceria com Hegel, Schelling mergulhou num vasto campo de investigação filosófica e teológica, editou o *Kritisches Journal der Philosophie* entre 1802 e 1803, e, após receber notícias sobre os primeiros eventos referentes à Revolução Francesa de 1789, plantou com Hegel uma árvore em homenagem à liberdade.

Ambos, Schelling e Hegel, partilhavam da consciência de que a modernidade trouxe consigo uma série de bifurcações, ou fragmentações, nas sociedades humanas; por exemplo: a fragmentação entre a sociedade e o espírito [*Geist*]; a sociedade e a natureza; e a sociedade e os sujeitos individuais. A partir da crítica filosófica dessas fragmentações, Schelling e Hegel formularam uma série de categorias analíticas, tal como a da alienação, que viriam a caracterizar profundamente a obra subsequente dos dois filósofos.⁴³⁷ Apesar de inicialmente Schelling e Hegel trabalharem de forma colaborativa na formulação e defesa da filosofia da identidade, foram justamente as divergências resultantes do aprofundamento e desenvolvimento dela que gerou a subsequente ruptura entre eles.

A obra filosófica de Schelling após o período em Jena (pós-1806) foi marcada pelo desenvolvimento e defesa da filosofia da identidade, estudos de estética e teologia, a

435 Do período anterior ao de Jena (pré-1798), se destacaram os seguintes textos de Schelling: *Do eu como princípio da filosofia: ou sobre o absoluto no conhecimento humano* [*Vom Ich als Princip der Philosophie oder über das Unbedingte im menschlichen Wissen*] (1795) e *Ideias para uma filosofia da natureza* [*Ideen zu einer Philosophie der Natur*] (1797). Nos textos desse período, o pensamento de Schelling foi marcado pela adesão a uma filosofia de Fichte (“Schelling: vida e obra”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. vi–vii).

436 Entre os principais textos de Schelling durante o período de Jena (1798-1806), se destacaram: *Sistema do idealismo transcendental* [*System des transzendentalen Idealismus*] (1800); *Da alma do mundo* [*Von der Weltseele*] (1798); *Exposição do meu sistema filosófico* [*Darstellung meines Systems der Philosophie*] (1801), *Bruno: ou sobre o princípio divino e natural das coisas* [*Bruno oder über das göttliche und natürliche Prinzip der Dinge*] (1802), *Filosofia e religião* [*Philosophie und Religion*] (1804); e *Sistema reunido da filosofia e da filosofia da natureza em particular* [*System der gesammten Philosophie und der Naturphilosophie insbesondere*] (1804) (“Schelling: vida e obra”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. viii–x).

437 Raymond Plant, *Hegel* (São Paulo: Editora Unesp, 2000), p. 15, 19–26.

aproximação da tradição gnóstica e da ruptura definitiva com Hegel—que ele acusou de tê-lo plagiado na *Fenomenologia do espírito*.⁴³⁸ A partir de então, Schelling aproximou-se de grupos sociais conservadores, ao mesmo tempo em que se manteve afastado da vida intelectual e pública. Durante o referido período—que compreende, aproximadamente, a época da Restauração (1815-1848)—, Schelling também passou a defender a aliança reacionária entre o trono e o altar, advogando, portanto, em prol do Estado teocrático e se identificando como oponente do jacobinismo e do iluminismo, aderindo, assim, às fileiras da contrarrevolução.

Após aproximadamente três décadas de quase reclusão e completa imersão na filosofia e na teologia—exceto alguns períodos nos quais lecionou de forma intermitente na Universidade de Munique—, Schelling como que reemerge na história da filosofia na década de 1840 ao assumir o cargo de conselheiro da corte do rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, e a cátedra de professor de filosofia na Universidade de Berlim—cargo que até 1831 foi ocupado por Hegel.

Conforme examinamos no subcapítulo “2.1. O jovem Engels *versus* o reino da Prússia”, a indicação de Schelling para o cargo de professor em Berlim fez parte de um projeto político do rei Frederico Guilherme IV, que visava ao desmonte institucional e filosófico do hegelianismo tanto na Universidade de Berlim quanto no espírito dos intelectuais e artistas alemães do período.⁴³⁹ A filosofia e a teologia irracionalista, gnosticista e reacionária que Schelling gestou ao longo das décadas de 1810 e 1830 servia, ao olhos da monarquia prussiana, com perfeição para o cumprimento desse projeto.

Em oposição à filosofia negativa de Kant, Fichte e Hegel—assim como à sua própria filosofia durante o período de Jena (1798-1806)—, Schelling caracterizou sua nova perspectiva filosófica como positiva. Desta forma, Schelling, por meio da filosofia da revelação, voltou-se contra o período ascendente e progressista do idealismo alemão e aderiu à contrarrevolução política e ao romantismo filosófico do período da Restauração (1815-1848).

A exposição da filosofia da revelação de Schelling ao longo das conferências na Universidade de Berlim atraíram um grande público. Sabe-se que, além de Friedrich Engels, essas também foram atendidas pelo filósofo e teólogo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855), o revolucionário e teórico anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876), o historiador alemão Leopold Ranke (1795-1886), o historiador da arte e da cultura suíço Jacob Burckhardt (1818-1897), o polímata alemão Alexander Humboldt (1769-1859), entre outros mais. Entretanto, as conferências de Schelling não corresponderam às expectativas da audiência como das autoridades prussianas. Schelling pouco tratou das questões políticas e sociais mais candentes na Alemanha de seu tempo. Pelo contrário, as conferências de Schelling tiveram por foco a apresentação daquela que seria a filosofia positiva da revelação e da mitologia e sua respectiva metodologia. A má recepção da nova filosofia de Schelling o afastou cada vez mais de seus alunos e contemporâneos, levando-o a abdicar do cargo de professor de filosofia em Berlim ainda no ano de 1842. Após se mudar

438 *Phänomenologie des Geistes* (1807, Bamberg & Würzburg).

439 Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 61.

de Berlim em 1842, Schelling retornou ao estilo de vida recluso e introspectivo, até falecer em 1854 aos 79 anos de idade na cidade suíça de Bad Ragaz, para onde havia se retirado a fim de recuperar-se de um resfriado.

* * *

Ao oferecer as bases para a superação do dualismo fichteano entre a natureza e o espírito e ao propor a possibilidade de identidade dialética delas, Schelling cumpriu um papel relevante na filosofia alemã do primeiro quarto do século XIX. O final do período de Schelling em Jena (1806) culminou na formulação da filosofia da identidade, produto final de sua parceria filosófica com Hegel, com quem visava harmonizar a filosofia da natureza com o eu transcendental de Fichte.⁴⁴⁰

A filosofia da natureza [*Naturphilosophie*] foi a primeira contribuição efetivamente independente e original de Schelling à filosofia idealista alemã. Sua filosofia da natureza tem como origem a insatisfação perante a concepção da natureza exposta por Fichte—criticada por ele em razão do caráter mecanicista e não-dialético dependente da física newtoniana. A fim de superar essa julgada deficiência da filosofia fichteano, Schelling buscou suplementá-la recuperando a interpretação da natureza do filósofo neerlandês Baruch Spinoza (1632-1677), que a concebeu como o autodesenvolvimento do todo. A filosofia da natureza de Schelling tem como ponto de partida a objetividade da natureza, demonstrando como ela atravessou um processo consciente de autodesenvolvimento culminando na emergência das condições de existência da autorrepresentação, ou a emergência do espírito [*Geist*]. A filosofia da natureza de Schelling, portanto, expôs como a subjetividade—o espírito—emerge da objetividade—a natureza—, isto é, o espírito como produto e não como origem, invertendo, assim, as preposições de Fichte a respeito dessa mesma questão e se aproximando, desta forma, da filosofia de Spinoza. Para o Schelling do período de Jena (1798-1806), a natureza não seria um inverso ou o outro do espírito. A natureza, segundo Schelling, seria o “espírito visível” e o espírito a “natureza invisível”, portanto, as duas formas de existir do mesmo ser. A partir de então, segundo essa concepção filosófica, a natureza deixaria de ser concebida como mecanicamente ordenada—conforme diz, por exemplo, a física newtoniana—para se tornar um sistema auto-organizado e teleológico que estabelece relações dinâmicas que culminariam na produção de formas cada vez mais complexas da existência, por exemplo, a emergência do espírito [*Geist*].⁴⁴¹

440 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); Daniel Breazeale, “Fichte and Schelling: The Jena Period”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 162.

441 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); Daniel Breazeale, “Fichte and Schelling: The Jena Period”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 165-166. Sobre a filosofia da natureza de Schelling: “Com a valorização da natureza—por oposição a Fichte—, Schelling espousa uma espécie de naturalismo organicista e procura resolver problemas colocados pelas ciências físicas, não levados em conta pelo sistema fichteano. Schelling acreditava que o objetivo fundamental das ciências fosse a interpretação da natureza como um todo unificado, vendo no conceito de força {, ou de potência [*Potenz*],} o fator que poderia conduzir àquela unificação. Nesse sentido, tentou mostrar como todos os fenômenos mecânicos, químicos, elétricos, e biológicos constituiriam manifestações de uma mesma força, que definiu como atividade pura. A natureza seria assim, uma infinita autoatividade jamais exaurida. Essa concepção já se encontrava em Fichte, mas a atividade era nele atribuída ao eu, não à natureza. A natureza—segundo Schelling—seria, como o eu fichtiano, uma aspiração infinita, uma tendência à dispersão, à qual se contrapõe uma tendência oposta. Todo o processo da realidade se cumpriria segundo um sistema dialético de oposições, que, depois de sintetizadas, engendrariam novas contradições, e assim sucessivamente” (“Schelling: vida e obra”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. ix).

Antagonizando as ciências da natureza experimentais, o método da filosofia da natureza de Schelling foi especulativo. Nessa, a natureza era concebida como o absoluto *a priori*, a unidade e o sistema de forças, ou polaridades em contradição. Como física especulativa, a filosofia da natureza de Schelling descreveu um sistema no qual uma miríade de polaridades —por exemplo, atração-repulsão, positivo-negativo, luz-escuridão etc.—, se relacionam dentro de princípios auto-organizativos e totalizantes, que Schelling nomeou de potências [*Potenzen*]. Essas potências existem como que dentro de um esquema hierárquico denominado por Schelling de tricotomia das potências [*Trichotomie der Potenzen*], a saber: a potência do ser [*Potenz des Seins*], potência do reconhecimento [*Potenz des Erkennens*] e potência sobre o ser [*Potenz über das Sein*].⁴⁴²

O sistema do idealismo transcendental [*System des transcendentalen Idealismus*] de Schelling, por sua vez, seguiu o caminho oposto ao da filosofia da natureza. Se a filosofia da natureza precedente partia da objetividade, ou do real, a caminho da subjetividade, ou do ideal, o sistema do idealismo transcendental de Schelling, semelhante ao de Fichte, procede da subjetividade para a objetividade. De fato, Schelling adaptou a caracterização do eu transcendental fichteano da história do espírito, expondo o sistema do idealismo transcendental como o exame das sucessivas épocas da autoconsciência do espírito [*Geist*]. O sistema do idealismo transcendental de Schelling expôs, assim, uma interpretação da história humana a partir do espírito [*Geist*] como um processo infinito da gradual e permanente autorrevelação do absoluto.⁴⁴³

Por fim, Schelling concebeu a filosofia da natureza e o sistema do idealismo transcendental como complementares, como as duas partes de uma totalidade, sendo a filosofia da identidade a responsável por justificar a relação imanentemente dialética dos dois primeiros. A missão de Schelling a partir de então seria demonstrar como essas duas partes se relacionariam dialeticamente. Foi justamente a busca em solucionar essa questão que fez Schelling e Hegel divergirem e, conseqüentemente, romperem filosoficamente.⁴⁴⁴

* * *

O núcleo da posterior divergência filosófica entre Schelling e Hegel encontrava-se na compreensão do absoluto.⁴⁴⁵ Segundo Schelling, Hegel—como também para a filosofia negativa da identidade—, o absoluto consistiria no produto final do processo histórico-dialético, apreensível por meio da razão e da lógica filosófica. Ainda segundo Schelling, Hegel apresentou o processo histórico de transformação do mundo engendrado por contradições imanentes por meio do instrumental da filosofia negativa e da lógica. Porém, argumentou Schelling, Hegel não foi capaz de justificar a razão para haver a mudança no mundo, ou qual foi o ponto de partida dessa mudança. O esforço de Schelling ao longo do

442 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); Daniel Breazeale, “Fichte and Schelling: The Jena Period”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 166; MECW 2, p. 184; MEW 41, p. 166.

443 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); Daniel Breazeale, “Fichte and Schelling: The Jena Period”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 167, 169.

444 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); Daniel Breazeale, “Fichte and Schelling: The Jena Period”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 166–167.

445 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); F. W. J. Schelling, “História da filosofia moderna: Hegel”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. 169.

período pós-Jena (1806-1854) seria responder a essa questão.⁴⁴⁶

Distintamente de Hegel, o Schelling pós-Jena (1806-1854) não reconhecia no potencial da razão humana a capacidade de justificar a existência e a apreensão totalizante do absoluto, pois, para Schelling, a natureza—o objeto da filosofia negativa da identidade—se desprende do absoluto—o objeto da filosofia positiva da revelação. Consequentemente, para Schelling, um sistema filosófico efetivamente totalizante—tal como reivindicava para si a filosofia negativa de Hegel—, não seria capaz de realizar seu objetivo último: a compreensão integral do absoluto. A solução dessa questão, segundo Schelling, deveria ser encontrada fora das limitadas fronteiras da filosofia negativa da identidade.⁴⁴⁷

Entre as razões levantadas por Schelling encontrava-se a negação da possível identidade entre o ser e o pensamento. Hegel solucionou esse problema a partir da formulação de mediações—por exemplo, por meio da categoria *trabalho*—, por meio das quais o ser e o pensamento estabeleceriam uma relação dialética.⁴⁴⁸ Por sua vez, Schelling rejeitou a possibilidade das mediações, pois, para ele, a reconstrução lógica do processo de conhecimento do real não passaria de uma autorreflexão do pensamento, uma espécie de narcisismo filosófico. Para haver um efetivo conhecimento totalizante, seria necessário transcender os limites da filosofia, da lógica e da racionalidade. De acordo com o Schelling pós-Jena (1806-1854), o conhecimento totalizante somente poderia ser apreendido por meio da intuição e do sentimento, sendo a teologia e a estética as disciplinas mais aptas para cumprir esse propósito, pois seu escopo ultrapassaria os limites da racionalidade e da lógica filosófica.⁴⁴⁹

Para tanto, Schelling formulou a filosofia da revelação [*Philosophie der Offenbarung*] e a filosofia da mitologia [*Philosophie der Mythologie*], que, unificadas, formariam a denominada filosofia positiva [*positive Philosophie*].⁴⁵⁰ Nessas, Schelling expôs o desenvolvimento histórico do pensamento religioso por meio de um inovador e original estudo interpretativo do cristianismo e das mitologias. Para o Schelling pós-Jena (1806-1854), o cristianismo, como também as mitologias, consistem em um sistema simbólico de ideias por meio das quais o absoluto revela o vir-a-ser do mundo. Porém, a revelação do vir-a-ser pelo absoluto não se daria por meio da investigação científica e filosófica, ou por meio do pleno uso da razão, mas por meio de uma relação mística dos sujeitos com o absoluto.⁴⁵¹ O absoluto para Schelling, assim como o deus monoteísta dos hebreus e dos cristãos, oculta-se dos sábios e

446 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); F. W. J. Schelling, “História da filosofia moderna: Hegel”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. 155–160.

447 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); “Schelling: vida e obra”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. xii.

448 Hans-Christoph Schmidt am Busch, *Hegels Begriff der Arbeit* (Berlin: Akademie Verlag, 2002); Leandro Konder, *O que é dialética (Primeiros passos, n. 23)* (28. ed., São Paulo: Brasiliense, 2004) p. 23–27, 43–49; Karel Kosík, *Dialectics of the Concrete* (Dordrecht & Boston: D. Reidel Publishing Company, 1976), cap. III, p. 118–127; Raymond Plant, “Hegel and Political Economy: I & II” (*New Left Review*, v. I, n. 103–104, p. 79–92, 103–113, 1977).

449 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016).

450 Filosofia positiva se refere a corrente religiosa misticista alemã que subordinava a filosofia à religião e considerava a revelação divina como a única fonte do conhecimento. Os filósofos positivos realizaram uma crítica reacionária à filosofia hegeliana. Por sua vez, filosofia negativa foi a classificação atribuída pelos filósofos positivos àqueles filósofos que estabeleciam a razão humana como o fundamento do conhecimento, por exemplo, os filósofos idealistas alemães como Kant, Fichte e Hegel (MECW 2, p. 606, nota 110).

451 Andrew Bowie, “Schelling” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016); “Schelling: vida e obra”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. xii–xiii.

dos intelectuais e se revela somente aos fiéis.⁴⁵²

As filosofias positivas da revelação e da mitologia não significaram o abandono de Schelling da filosofia da identidade e de toda a sua obra dos períodos pré-Jena (anterior a 1798) e Jena (1798-1806), mas se tratam de, segundo o próprio Schelling, um nível superior aos precedentes. Com a exposição em Berlim das filosofias positivas da revelação e da mitologia, Schelling visava demonstrar as deficiências e insuficiências da filosofia negativa de Hegel e a superioridade de sua nova filosofia, prometendo bater, assim, o último prego no caixão do hegelianismo.

2.3.2. Schelling sobre Hegel, a filosofia da revelação & o filósofo em Cristo

Após a breve exposição acima da vida e da obra de Schelling e da contextualização de sua indicação à cátedra de professor de filosofia da Universidade de Berlim em 1841, podemos adentrar no exame dos três textos do jovem Engels sobre as conferências de Schelling ministradas entre 1841 e 1842, posteriormente reunidos pelos editores das obras de Marx e Engels com o título de *Anti-Schelling*.

“Schelling sobre Hegel”,⁴⁵³ publicado em dezembro de 1841 sob o pseudônimo de Friedrich Oswald, foi o primeiro texto de Engels correspondente à série de escritos sobre a filosofia de Schelling. Schelling iniciou as conferências na Universidade de Berlim em novembro de 1841 e ministrou as últimas conferências em março de 1842. Portanto, “Schelling sobre Hegel” corresponde às primeiras dessas conferências. Engels não omitiu o caráter parcial do texto em questão. Ao longo das páginas de “Schelling sobre Hegel”, Engels expressou abertamente sua intenção de desafiar a filosofia da revelação de Schelling e defender de forma apaixonada o legado filosófico de Hegel. “Estou”, escreveu Engels, “defendendo um homem morto”—isto é, Hegel—, “é adequado para um lutador ter uma certa dose de paixão”.⁴⁵⁴

A Universidade de Berlim, observou Engels, tornou-se durante a década de 1840 como que um campo de batalha pela opinião pública no que se referia à política e à religião—expressando, assim, “o poder do espírito [*Geist*] sobre o mundo [*Welt*]”.⁴⁵⁵

As conferências ministradas por Schelling, que anunciavam a morte da filosofia de Hegel—que, até então, mantinha-se viva por meio de seus alunos e demais discípulos—obliteraram os debates internos das frações dos hegelianos radicais. Engels arriscou uma justificativa psicológica sobre o ímpeto de Schelling em destruir a filosofia de Hegel ao identificar no primeiro um sentimento de rancor e vingança para com o último por ele haver anunciado a sua morte filosófica três décadas atrás.⁴⁵⁶ Ademais, ao registrar o

452 Isaías 20:14; Mateus 11:25; Lucas 10:21.

453 “Schelling über Hegel” (*Telegraph für Deutschland*, Hamburgo, n. 207-208), in MECW 2, p. 181–187; MEW 41, p. 163–170).

454 MECW 2, p. 185; MEW 41, p. 167–168.

455 MECW 2, p. 181; MEW 41, p. 163.

456 MECW 2, p. 181; MEW 41, p. 163. O filósofo estadunidense Daniel Breazeale também ariscou uma interpretação psicológica similar a proferida por Engels sobre o período pós-Jena (1806-1854) de Schelling. Para Breazeale, Schelling foi animado pelo ressentimento perante o sucesso do idealismo dialético do ex-colega e ex-amigo Hegel (“Fichte and Schelling: The Jena Period”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 163–164).

ambiente e o público frequentador das conferências de Schelling—particularmente no início do primeiro número do artigo—, “Schelling sobre Hegel” também consiste em fonte documental valiosa para a história da filosofia e a história intelectual.

Por sua vez, *Schelling e a revelação: crítica à mais recente tentativa da reação contra a filosofia livre*,⁴⁵⁷ redigido entre o fim de 1841 e o início de 1842 e publicado anonimamente⁴⁵⁸ no formato de brochura em Leipzig em março de 1842, é o mais extensivo e minucioso dos três textos de Engels publicados contra a filosofia mística e irracionalista do Schelling pós-Jena (1806-1854), sendo, assim, o principal deles. O conteúdo de *Schelling e a revelação* se refere principalmente às primeiras conferências ministradas por Schelling na Universidade de Berlim.⁴⁵⁹ Para sua redação, Engels utilizou-se das notas pessoais tomadas durante a assistência das conferências de Schelling cotejadas com as notas de outros colegas de conferência.⁴⁶⁰

Schelling e a revelação repercutiu nos mais variados ciclos intelectuais da Alemanha. Os seguidores de Schelling descreveram a crítica engelsiana como “ataques absurdos”. Os Jovens Hegelianos, por sua vez, aplaudiram a brochura de Engels.⁴⁶¹ Arnold Ruge, por exemplo, a resenhou positivamente nos *Deutsche Jahrbücher*⁴⁶² e, ao saber ser Engels o autor anônimo da brochura, o contactou em carta convidando-o para contribuir regularmente no jornal.⁴⁶³

*Schelling, o filósofo em Cristo: ou a transfiguração da sabedoria do mundo em sabedoria divina: para cristãos fiéis que desconhecem a linguagem filosófica*⁴⁶⁴ foi o último dos três textos de Engels sobre as conferências de Schelling em Berlim, encerrando, assim, a série. Sua redação ocorreu, provavelmente, no início de 1842, sendo publicado em Berlim no formato de brochura no início de maio daquele ano. Assim como *Schelling e a revelação*, *Schelling, o filósofo em Cristo* foi publicado anonimamente.⁴⁶⁵

As similaridades entre *Schelling e a revelação* e *Schelling, o filósofo em Cristo* são muitas. Ambos se trataram de uma resposta aos ataques de Schelling à filosofia hegeliana e demais correntes filosóficas progressistas. Contudo, nessa nova ocasião, Engels teve por foco não os aspectos filosóficos das conferências de Schelling, mas questões referentes às suas interpretações sobre a trindade, o Novo e o Velho Testamento, a vida e a natureza divina ou humana de Jesus, a vida dos doze apóstolos, as fases históricas da Igreja, as relações entre o paganismo e o monoteísmo dos hebreus e dos cristãos etc. Marcante na exposição de Schelling sobre esses temas é a permanente presença do divino na história mundial—na verdade, o papel do divino como efetivo sujeito da história. Esses temas já haviam sido

457 *Schelling und die Offenbarung. Kritik des neuesten Reaktionsversuchs gegen die freie Philosophie*, in MECW 2, p. 189–240; MEW 41, p. 171–221.

458 Engels confirmou ser o autor de *Schelling e a revelação* no ensaio “Alexander Jung, Conferências sobre a literatura moderna alemã” [Alexander Jung, „Vorlesungen über die moderne Literatur der Deutschen“] (*Deutsche Jahrbücher für Wissenschaft und Kunst*, Leipzig, n. 161, 8 jul. 1842), assinado com seu pseudônimo: Friedrich Oswald (MECW 2, p. 295; MEW 1, p. 443).

459 MECW 2, p. 607–608, nota 121; MEW 41, p. 221.

460 MECW 2, p. 182, 200; MEW 41, p. 164, 180.

461 MECW 2, p. 607–608, nota 121.

462 Leipzig, n. 126–128, 28, 30-31 maio 1842 (MECW 2, p. 607–608, nota 121).

463 Engels a Arnold Ruge em Dresden (Berlim, 15 jun. 1842), in MECW 2, p. 543; MEW 27, p. 404.

464 *Schelling, der Philosoph in Christo, oder die Verklärung der Weltweisheit zur Gottesweisheit. Für gläubische Christen, denen der philosophische Sprachgebrauch unbekannt ist*, in MECW 2, p. 241–264; MEW 41, p. 223–245.

465 MECW 2, p. 68, nota 127; MEW 41, p. 245.

examinados criticamente por Engels em *Schelling e a revelação*, porém, em *Schelling, o filósofo em Cristo*, eles são retomados em uma linguagem exotérica, acessível àqueles que não dominavam a linguagem esotérica da filosofia de Schelling—conforme proposto em seu subtítulo: *para cristãos fiéis que desconhecem a linguagem filosófica*. Assim, a tricotomia das potências foi retomada em *Schelling, o filósofo em Cristo* sob a forma cristã da trindade: Pai-Filho-Espírito Santo.

Como não poderia deixar de ser em um texto sobre a concepção cristã e mística de mundo de Schelling, *Schelling, o filósofo em Cristo* é repleto de referências aos textos bíblicos, demonstrando, uma vez mais, o rico conhecimento teológico de Engels e a naturalidade com que ele era capaz de discorrer e argumentar com solidez sobre questões referentes à Bíblia, às doutrinas e aos dogmas cristãos católicos e protestantes.⁴⁶⁶

Entre as distinções mais evidentes entre *Schelling e a revelação* e *Schelling, o filósofo em Cristo* foi o público-alvo ao qual Engels se dirigiu. Se no primeiro Engels escreveu para intelectuais familiarizados com a filosofia clássica alemã, no último Engels dirigiu-se aos cristãos católicos e protestantes. *Schelling, o filósofo em Cristo* demonstra que Engels não queria deixar nenhum grupo da sociedade alemã de seu tempo escapar de sua crítica à filosofia do Schelling pós-Jena (1806-1854). Para tanto, Engels teve que ajustar sua retórica. Em *Schelling, o filósofo em Cristo* Engels inicia apresentando Schelling como um novo apóstolo Paulo de Tarso (c. 5-67). De forma similar a Paulo de Tarso, Schelling manteve durante muitos anos em sua obra um ímpeto anticristão—em alguns casos, até mesmo ateísta—até que um dia—talvez por meio de uma intervenção divina similar à sofrida por Paulo de Tarso, então Saulo de Tarso, a caminho de Damasco, ou uma revelação, conforme o jargão de Schelling—ele veio a se arrepender, voltando-se para o cristianismo e assumindo a responsabilidade de evangelizar os filósofos e intelectuais infieis com sua filosofia positiva.⁴⁶⁷ Entretanto, distintamente da evangelização de Paulo de Tarso, que arrebanhou um grande número de fiéis ao cristianismo, Schelling terminou sua empreitada evangelizadora mais parecido com o profeta Isaías (séc. VII AEC), que não obteve receptividade positiva de suas profecias pelos hebreus dos reinos de Judá e Israel.⁴⁶⁸ Entretanto, Engels conclui alertando para os cristãos católicos e protestantes que, a despeito da linguagem espiritual e religiosa de Schelling, ele não passaria de mais um entre os muitos falsos profetas que desestabilizam a Igreja e ofendem a fé, e que, como todo falso profeta, ele deveria ser expulso do rebanho dos verdadeiros fiéis cristãos: “Não se deve permitir que o lobo entre no rebanho sem ser expulso de novo”.⁴⁶⁹

O último texto de Engels sobre Schelling teve rápida repercussão entre a imprensa conservadora alemã, que o criticou negativamente. O jornal pietista *Elberfelder Zeitung*, de 8 de maio de 1842, descreveu o autor anônimo de *Schelling, o filósofo em Cristo* como um

466 Roland Boer, “Keeping the Faith: The Ambivalent Commitments of Friedrich Engels” (*Studies in Religion/Sciences Religieuses*, v. 40, n. 1, p. 63–79, 2011). Atentamos para essa característica na formação intelectual de Engels no item “1.2.4. As metamorfoses da religiosidade do jovem Engels” e no subcapítulo “2.2. O triunfo da fé”. Exemplos da sólida argumentação engelsiana sobre os textos bíblicos em *Schelling, o filósofo em Cristo* se encontram em: MECW 2, p. 261–264; MEW 41, p. 241–245.

467 MECW 2, p. 23–244; MEW 41, p. 225–226. Sobre o relato bíblico da conversão ao cristianismo de Saulo de Tarso, que mais tarde se tornou o apóstolo Paulo de Tarso, ler: Atos 8:1–3, 9:1–20, 22:6–16, 26:8–23.

468 MECW 2, p. 244–247; MEW 41, p. 225–226.

469 MECW 2, p. 261; MEW 41, p. 242.

“rabiscador frívolo”. O *Allgemeine Zeitung*, jornal de Augsburg, em sua edição de número 139, de 15 de maio de 1842, o acusou de cinismo. Por sua vez, a *Rheinische Zeitung* defendeu a brochura nas edições de número 138 e 157, respectivamente dos dias 18 de maio e 6 de junho de 1842, louvando-o pela originalidade e pelo caráter irônico e satírico pelo qual o autor examinou as interpretações de Schelling dos textos bíblicos.⁴⁷⁰

A fim de evitar repetições que prejudicariam a leitura desse item da dissertação, optamos por examinar “Schelling sobre Hegel”, *Schelling e a revelação* e *Schelling, filósofo em Cristo* não de forma individual, mas em um único item, pois os três textos tratam do mesmo objeto: as conferências de Schelling na Universidade de Berlim entre 1841 e 1842 sobre a crítica da filosofia negativa de Hegel e a exposição de sua filosofia positiva. Ademais, as teses engelsianas apresentadas em “Schelling sobre Hegel” retornam frequentemente em *Schelling e a revelação* e *Schelling, filósofo em Cristo*. Arriscaríamos, portanto, dizer que “Schelling sobre Hegel” seria uma versão concisa de *Schelling e a revelação* e *Schelling, filósofo em Cristo*, ou que *Schelling e a revelação* e *Schelling, filósofo em Cristo* seriam versões ampliadas e mais minuciosas do objeto examinado e criticado por Engels em “Schelling sobre Hegel”.

* * *

Antes de adentrar efetivamente no exame crítico do conteúdo das conferências de Schelling em Berlim nos anos de 1841 e 1842, Engels apresentou ao leitor um esboço dos antecedentes históricos delas.

Quando morreu em 1831, Hegel deixou como legado um sólido sistema filosófico e um punhado de discípulos—entre professores e estudantes—que se dedicaram ao longo da década de 1830 em organizar, publicar e divulgar suas obras completas—trabalho dirigido por Eduard Gans (*c.* 1798-1839), filósofo e professor alemão da Universidade de Berlim, e amigo de Hegel.⁴⁷¹ Além do trabalho de organização, publicação e divulgação das obras completas de Hegel, seus discípulos se dedicaram também à atividade de realizar a crítica necessária à filosofia do mestre a fim de melhor lapidá-la, dando-lhe uma linguagem mais humana e acessível. Esse trabalho permitiu que o hegelianismo transbordasse da filosofia e da teologia para as demais áreas do conhecimento, como a jurisprudência, a historiografia, a literatura etc.⁴⁷² Assim, de uma filosofia que, inicialmente, circulava exclusivamente entre eruditos, o hegelianismo se tornou acessível a um público mais amplo na Alemanha.⁴⁷³

O trabalho dos discípulos de Hegel em prosseguir o desenvolvimento da obra do mestre foi, segundo Engels, necessário. Os fundamentos do sistema hegeliano foram completados

470 MECW 2, p. 127, nota 608.

471 Norman Levine, *Divergent Paths: Vol. 1* (Oxford: Lexington Books, 2006), cap. 2; MECW 2, p. 626.

472 MECW 2, p. 195–196; MEW 41, p. 175–176.

473 Sobre essa questão, Schelling comentou brevemente que: “Certas ideias sempre surgem primeiro nas classes superiores, a saber, nas eruditas ou em geral de cultura superior; se, em seguida, já perderam sua validade junto a estas, nesse meio tempo mergulham nas camadas inferiores da sociedade e ainda se mantêm, nestas, quanto nas superiores já não se fala mais delas. Assim é fácil perceber, também, que essa nova religião proveniente da filosofia hegeliana encontrou seus adeptos principais no assim chamado grande público, entre industriais, servidores de comércio e outros membros dessa classe da sociedade que, de resto, em outra referência, é muito respeitável; entre esse público sequioso de ilustração ela passará também os últimos estágios de sua vida. Pode-se bem admitir que essa ampla divulgação de seus pensamentos deu ao próprio Hegel o mínimo de prazer. Tudo isto, no entanto, deriva deste único equívoco: que relações verdadeiras em si, ou seja, tomadas apenas logicamente, foram transformadas em efetivas, o que as despojou de toda a sua necessidade” (“História da filosofia moderna: Hegel”, *in Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. 177).

antes de 1810—considerando que a *Fenomenologia do espírito*⁴⁷⁴ foi publicada em 1807. Já sua concepção de mundo [*Weltanschauung*], por volta de 1820—considerando que a *Ciência da lógica*⁴⁷⁵ foi publicada entre 1812 e 1816 e *Princípios da filosofia do direito*⁴⁷⁶ em 1820. Sua perspectiva política e suas considerações sobre o Estado e o direito possuíam as marcas do Congresso de Viena (1815) e da Restauração (1815-1848). Portanto, segundo Engels, a filosofia hegeliana consistia na síntese—ou no reflexo em pensamento—de seu próprio tempo e de sua personalidade. Para Engels, os méritos, como também as inconsistências e contradições de Hegel, se deviam a esses aspectos. Seus princípios dialéticos eram integralmente livres de amarras e liberais, enquanto que suas conclusões, fundamentadas no sistema e expressas, por exemplo, na filosofia da religião e do direito, eram, nos termos de Engels, ortodoxas, pseudo-históricas e iliberais. Alguns de seus discípulos, como Ruge e Strauss, Bruno Bauer e Feuerbach, apegaram-se aos princípios dialéticos e rejeitaram as conclusões da ortodoxia do sistema, desenvolvendo, assim, uma corrente do hegelianismo de viés liberal e revolucionário.⁴⁷⁷ Os discípulos hegelianos citados acima—por vezes chamados por seus adversários de *hegelingsche Rotte* (a corja hegeliana)—superaram os limites precedentes da filosofia da religião de Hegel ao imporem à religião, particularmente ao cristianismo, uma crítica radical. Segundo Engels, esses filósofos hegelianos radicais fundaram uma nova era filosófica ao consolidar o trabalho iniciado pelos filósofos modernos do passado—iniciando por Descartes, passando pelos iluministas franceses do século XVIII e pela filosofia clássica alemã, isto é, Kant, Fichte e Hegel.⁴⁷⁸

Entretanto, esse trabalho intelectual não seria suficiente para garantir a continuidade e manutenção do *status* da filosofia hegeliana como referência no pensamento alemão de seu tempo. A outra frente aberta nesse contexto foi a institucional. Por meio das políticas educacionais de Karl Sigmund Altenstein (1770-1840), ministro da Religião, Educação e Medicina da Prússia (1817-1838), o hegelianismo foi como que institucionalizado. Altenstein arquitetou políticas de caráter iluminista no sistema educacional prussiano. Foi Altenstein quem nomeou Hegel, em 1818, à cátedra de filosofia da Universidade de Berlim e à Comissão Examinadora da Real Academia de Brandenburgo, encarregando-o da missão de dirigir “uma reforma no *curriculum* educacional das escolas secundárias”, similar àquela que Hegel havia empreendido durante o período no qual fora reitor da Escola Secundária de Nuremberg (1808-1816). (“Acusações levantadas desde que Hegel se tornou, em algum sentido, o filósofo oficial da Prússia têm de ser tratadas com algum cuidado. As instituições da Prússia que ele defendeu depois de sua nomeação foram aquelas que emergiram das reformas progressistas de Altenstein”.)⁴⁷⁹

Porém, após a morte de Altenstein, a entronização de Frederico Guilherme IV como rei da Prússia, em 1840, e a posse de J. A. F. Eichhorn (1779-1856) como o novo ministro da Religião, Educação e Medicina, naquele mesmo ano, as políticas educacionais de Altenstein e Hegel passaram a sofrer investidas que visavam a virá-las de cabeça para baixo. Foi nesse

474 *Phänomenologie des Geistes* (Bamberg & Würzburg).

475 *Wissenschaft der Logik* (Nuremberg).

476 *Grundlinien der Philosophie des Rechts* (Berlim).

477 MECW 2, p. 196–197; MEW 41, p. 176–177.

478 MECW 2, p. 197; MEW 41, p. 177.

479 MECW 2, p. 197–198; MEW 41, p. 177–178; Raymond Plant, *Hegel* (São Paulo: Editora Unesp, 2000), p. 17–18.

contexto político que Schelling foi convidado a assumir a cátedra de filosofia da Universidade de Berlim, em 1841. Para Engels, a iniciativa consistia em mais um passo no processo de desconstrução da política educacional e das reformas educacionais do ministério de Altenstein e da dissolução do hegelianismo que havia sido institucionalizado por toda a Prússia.⁴⁸⁰

Por meio de imagens dramáticas, Engels comparou a vinda de Schelling a Berlim a uma tempestade vinda das montanhas do sul da Alemanha em direção às planícies do norte, e ao embate do “grande exorcista” São Jorge (Schelling) *versus* o Dragão (Hegel).⁴⁸¹ Apesar do tom ameaçador, Engels registrou que a expectativa dos hegelianos sobre as conferências de Schelling eram positivas. Pela primeira vez em muitos anos, enfim eles poderiam confrontar e debater diretamente com um gigante da filosofia alemã como Schelling e colocar o hegelianismo à prova.⁴⁸² Certamente, Schelling também deveria ter estado ansioso com a recepção de sua filosofia em Berlim—cidade que Engels comparou de forma espirituosa em *Schelling, o filósofo em Cristo* a uma Atenas teutônica.⁴⁸³ Após aproximadamente três décadas, Schelling teria a oportunidade de expor sua nova filosofia perante um grande público e em uma grande universidade do continente europeu. A proposta de Schelling, conforme apresentado em sua primeira conferência de 15 de novembro de 1841, era ambiciosa: reconciliar a ciência com a fé e a reflexão filosófica com a intuição da revelação.⁴⁸⁴

Apesar da expectativa positiva com relação às conferências de Schelling, Engels mantinha também algumas restrições a elas. A filosofia da revelação e da mitologia, que Schelling havia apresentado oralmente em Munique em 1831, havia até então se mantido como um esoterismo, e seria forçadamente lançada à luz em Berlim, pois, escreveu Engels: “Qualquer coisa notável que seja dita hoje na Universidade, aparecerá amanhã em todos os jornais alemães”. Considerando que Schelling já possuía sua nova filosofia pronta havia dez anos, questionou Engels, por qual razão ainda não a havia publicado? O que de novo haveria nessa filosofia que fora proclamada sem sucesso dez anos antes em Munique? Sobre isso, Engels comentou:

Ninguém é admitido no céu antes de ter passado pelo purgatório da crítica. [...]. Por isso, todas as razões que impediram Schelling de ter suas palestras impressas deveriam tê-lo impedido também de se mudar para Berlim. Mais ainda, pois a palavra impressa não admite mal-entendidos, enquanto a palavra proferida imprudentemente, apressada e talvez ouvida apenas pela metade, é de fato exposta a falsas interpretações. Mas, é claro, agora não havia mais motivo para isso; ele tinha de ir a Berlim ou, por sua ação, admitir sua incapacidade de derrotar o hegelianismo. Agora também era tarde demais para ir para a imprensa, pois ele tinha de trazer para Berlim algo novo, ainda não impresso, e sua maneira aqui mostrava que ele não tinha mais nada “em sua mesa”.⁴⁸⁵

480 MECW 2, p. 198; MEW 41, p. 178.

481 MECW 2, p. 191–192; MEW 41, p. 173–174.

482 MECW 2, p. 191; MEW 41, p. 173.

483 MECW 2, p. 259–260; MEW 41, p. 239–241.

484 MECW 2, p. 217–218; MEW 41, p. 198.

485 MECW 2, p. 200; MEW 41, p. 180. As principais obras do período pós-Jena (1806-1854) de Schelling foram publicadas postumamente: *Idades do mundo* [*Weltalter*], *Filosofia da mitologia* [*Philosophie der Mythologie*] e *Filosofia da revelação* [*Philosophie der Offenbarung*] (“Schelling: vida e obra”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. xii).

No primeiro número do artigo “Schelling sobre Hegel” e em passagem do ensaio *Schelling e a revelação*, Engels descreveu o ambiente da sala de conferências n. 6, onde Schelling expôs sua nova filosofia. Atraído pela expectativa criada em torno de Schelling, o público de aproximadamente 400 pessoas que atendeu às conferências reuniu pessoas das mais distintas posições sociais, correntes filosóficas, convicções religiosas e nacionalidades—como alemães, franceses, ingleses, húngaros, poloneses, russos, gregos e turcos. Além da erudição e sabedoria filosófica, Schelling marcou presença pelas peculiaridades da sua fisionomia—a estatura mediana, os cabelos completamente brancos e os olhos azuis—, seus gestos, sua postura jovial e alegre e o marcante sotaque do sul da Alemanha.⁴⁸⁶

Após a apresentação e a contextualização dos antecedentes da ida de Schelling a Berlim, Engels adentrou o exame da filosofia positiva da revelação e da mitologia de Schelling a partir das notas pessoais tomadas durante as conferências e cotejadas com as notas de colegas. Segundo exposto por Engels, seu propósito em *Schelling e a revelação* foi de acompanhar o fluxo geral do pensamento de Schelling exposto durante as conferências. “Não pode ser minha intenção”, complementou Engels, “mostrar um a um as inconsistências, os julgamentos arbitrários, as afirmações precipitadas, as lacunas, saltos, suposições e confusões das quais Schelling é aqui culpado”.⁴⁸⁷ Nos parágrafos seguintes, acompanharemos, conforme o fluxo da escrita engelsiana, as hipóteses e teses decisivas dos textos “Schelling sobre Hegel”, *Schelling e a revelação* e *Schelling, o filósofo em Cristo*, visando a esclarecer não somente a crítica de Engels a Schelling, como também extrair dela suas considerações sobre a filosofia de Hegel e o hegelianismo de seu tempo a fim de apreender o estágio da sua evolução filosófica durante o período em Berlim.

“Até agora”, escreveu Engels, “toda a filosofia tem feito sua tarefa de entender o mundo como razoável {*vernünftig*}. O que é razoável é, naturalmente, também necessário {*notwendig*}, e o que é necessário deve ser, ou pelo menos tornar-se real {*wirklich*}. Esta é a ponte para os grandes resultados práticos da filosofia moderna”. Porém, Schelling, argumentou Engels, por meio da filosofia positiva da revelação e da mitologia, fez *tabula rasa* de toda a história da filosofia precedente, negando a razoabilidade do mundo. Para Schelling, escreveu Engels, o racional seria apreendido *a priori* pela filosofia negativa, enquanto que haveria ainda o irracional, o objeto apreendido *a posteriori* pela filosofia positiva—da qual pertenciam a filosofia da revelação e da mitologia de Schelling—ainda em construção.⁴⁸⁸

Para o Schelling da filosofia da revelação, comentou Engels, “a razão {*Vernunft*} é simplesmente impotente para provar a existência de qualquer coisa”. Sendo assim, segundo Schelling, o processo lógico do mundo transposto para a mente do filósofo não ocupar-se-ia efetivamente com a realidade existente ou com o ser das coisas. Para a efetiva apreensão da totalidade do mundo, o filósofo, argumentou Schelling, deveria buscar respostas em outra

486 MECW 2, p. 181–182, 200; MEW 41, p. 163–164, 180. Schelling nasceu e foi criado em Württemberg, região do sudoeste da Alemanha. Entre 1806 a 1841, Schelling residiu e lecionou de forma intermitente em Munique, cidade localizada na Baviera, região do sudeste da Alemanha (“Schelling: vida e obra”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. v–xiv).

487 MECW 2, p. 226; MEW 41, p. 207.

488 MECW 2, p. 200–201; MEW 41, p. 180–181.

esfera que não a da lógica e da racionalidade filosófica.⁴⁸⁹ Tal posição de Schelling contrastava com a de Hegel—“O que é racional é real, e o que é real é racional”—,⁴⁹⁰ com toda a escola hegeliana, como, também, com toda a filosofia após Descartes.

Conforme escrito por Engels, Schelling reivindicava a autoria da filosofia negativa da identidade e dizia que ela corresponderia a apenas um breve episódio da totalidade filosófica. A filosofia negativa, prosseguiu Schelling, deveria ter sido complementada pela filosofia positiva da revelação e da mitologia para ser então efetivada como filosofia absoluta—a filosofia final.⁴⁹¹ Hegel, com toda a sua unilateralidade, pronunciou Schelling, exauriu a filosofia negativa da identidade em todas as suas possibilidades, mas se equivocou ao fazer dela a filosofia absoluta. Para Schelling, a filosofia da identidade necessitaria transcender para além de sua limitação perante a negatividade do finito para a positividade do infinito. Essa fora a tarefa pela qual Schelling havia se engajado durante as três décadas correspondentes ao período pós-Jena (1806-1854).⁴⁹²

A matriz pela qual Schelling desenvolveu e organizou todo o seu pensamento pós-Jena (1806-1854) residiu na tricotomia das potências [*Trichotomie der Potenzen*], que compreende: a potência do ser [*Potenz des Seins*], a potência do reconhecimento [*Potenz des Erkennens*] e a potência sobre o ser [*Potenz über das Sein*].⁴⁹³

De acordo com Schelling, escreveu Engels, Hegel, ao recolher os fragmentos da filosofia negativa da identidade de Schelling do período de Jena (1798-1806), no máximo, investigou as duas primeiras potências—a potência do ser [*Potenz des Seins*] e a potência do reconhecimento [*Potenz des Erkennens*], que na filosofia hegeliana são nomeadas respectivamente de ideia [*Idee*] e natureza [*Natur*—tomando-as, ou as confundindo, com o espírito absoluto—que na tricotomia das potências de Schelling foi batizado de a potência sobre o ser [*Potenz über das Sein*]. Assim, nos termos de Schelling, Hegel ocupou-se excessivamente com o negativo, o vir-a-ser, que não passaria de uma *partie honteuse* (parte desonrosa, ou degradante), enquanto ele, Schelling, ocupou-se com o positivo, o espírito que não pode alienar a si mesmo, a verdadeira *partie brillante* (parte brilhante) da filosofia. Schelling, contudo, não deixou de reconhecer Hegel entre os grandes filósofos de seu tempo por ter prosseguido com o desenvolvimento da filosofia negativa da identidade em seus primórdios. Porém, o erro de Hegel—como também de todos aqueles que seguiram seus caminhos, como Gans, Feuerbach, Strauss e Ruge⁴⁹⁴—, nos ditos de Schelling, foi ter feito desse fragmento de filosofia sua totalidade.⁴⁹⁵

O que diferia a tricotomia das potências de Schelling—que Engels se referiu como uma

489 MECW 2, p. 201; MEW 41, p. 181.

490 “*Was vernünftig ist, das ist wirklich, und was wirklich ist, das ist vernünftig*” (HW 8, p. 47). [Edição portuguesa: *Enciclopédia das ciências filosóficas em epitome: vol. 1* (Lisboa: Edições 70, 2018), § 6, p. 89.]

491 MECW 2, p. 182; MEW 41, p. 164.

492 MECW 2, p. 182–183; MEW 41, p. 164–165.

493 MECW 2, p. 184, 203–205; MEW 41, p. 166, 183–186.

494 Schelling definiu a obra dos filósofos e teólogos hegelianos mencionados acima como sendo “uma galeria de aberrações inúteis” [*eine Galerie von unnützen Verirrungen*] (MECW 2, p. 185; MEW 41, p. 168).

495 MECW 2, p. 184, 214–215; MEW 41, p. 167, 195–196. Em carta de 6 de setembro de 1832 dirigida a Weisse, Schelling escreveu: “Não posso considerar aquilo que se denomina a filosofia hegeliana senão como um episódio da história da filosofia moderna, e na verdade nada mais que um triste episódio. É preciso não continuá-la, mas romper inteiramente com ela, considerá-la como inexistente, para voltar à linha do verdadeiro progresso” (“História da filosofia moderna: Hegel”, in *Schelling* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), p. 160, nota 2).

caricatura da dialética hegeliana⁴⁹⁶—da unidade tripartite ideia-natureza-espírito [*Idee-Natur-Geist*] de Hegel, era que, em Schelling, as potências existiriam como entidades, ou seres autônomos e autoconscientes—similares aos elementos componentes da trindade cristã (Pai-Filho-Espírito Santo)⁴⁹⁷—, enquanto que em Hegel eles consistiriam em uma sucessão progressiva e negativa de estágios do desenvolvimento dialético da totalidade.⁴⁹⁸

Essas potências de Schelling, a despeito de pertencerem ao conteúdo necessário da razão e do mundo, não poderiam ser apreendidas pela mente do filósofo a partir da racionalidade ou do exame empírico da natureza, pois consistiriam em elementos que transcenderiam a existência material. Mas justamente pelo contrário, compreenderiam o elemento irracional do universo. “A essência da razão é irracional”, disse Schelling.⁴⁹⁹ Assim, a filosofia positiva da revelação e da mitologia—como também a tricotomia das potências—somente seriam apreensíveis exclusivamente por meio da irracionalidade e da intuição—isto é, por meio da revelação.⁵⁰⁰ Foi por essa razão que o Schelling pós-Jena (1806-1854) insistiu na religião e na mitologia como meios de transcender os limites da ciência e da filosofia. Para Schelling, o conhecimento do absoluto não se daria por meio de um processo reflexivo e racional, mas, assim como durante o evento bíblico de Pentecostes,⁵⁰¹ o conhecimento do absoluto seria revelado—exceto que, na ocasião das conferências de Schelling em Berlim, não houve uma conversão em massa de filósofos e intelectuais para o neoschellingeanismo.

Na filosofia positiva da revelação e da mitologia o pensamento se liberta da negatividade e da finitude da natureza e se torna pensamento livre [*freies Denken*], não mais sujeito ao incessante e necessário vir-a-ser do mundo material.⁵⁰²

Diante de tal hipótese de Schelling, Engels escreveu:

Kant libertou o pensamento racional do espaço e do tempo, Schelling removeu, também, a existência. Com o que então ficamos? Este não é o lugar para provar contra ele que a existência pertence realmente ao pensamento, que o ser está imanente na mente e que o fundamento de toda filosofia moderna, o *cogito, ergo sum*, não pode assim ser invadido e sobrepujado; mas posso ser autorizado a perguntar se uma potência que não tem ser pode produzir um ser, se uma potência que não pode mais se alienar ainda é potência.⁵⁰³

Por meio da filosofia positiva, Schelling abandona o primeiro princípio da filosofia desde Descartes: a relação imanente entre o pensamento e a existência—“Penso, logo existo”.⁵⁰⁴

A crítica à filosofia positiva de Schelling e a defesa da filosofia negativa de Hegel por Engels não se fez por meio de um hegelianismo “puro”, mas a partir das contribuições à

496 MECW 2, p. 201; MEW 41, p. 191.

497 MECW 2, p. 224–225; MEW 41, p. 205–206.

498 MECW 2, p. 205–206; 224–225; MEW 41, p. 185–186; 205–206. Willem de Vries, “Hegel’s Logic and Philosophy of Mind”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 216–253; Raymond Plant, *Hegel* (São Paulo: Editora Unesp, 2000); Paul Redding, “Hegel” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2018); Robert Solomon, “Hegel’s Phenomenology of Spirit”, in *Routledge History of Philosophy: Vol. 6* (London: Routledge, 1993), p. 181–215.

499 “*Das Wesen der Vernunft die Unvernunft sei*” (MECW 2, p. 208; MEW 41, p. 189).

500 MECW 2, p. 208; MEW 41, p. 188.

501 Atos 2.

502 MECW 2, p. 205–206; MEW 41, p. 185–186.

503 MECW 2, p. 186–187; MEW 41, p. 169.

504 “*Cogito, ergo sum*” (*Discurso do método* (4. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009), pt. 4, p. 58–59).

filosofia hegeliana desenvolvida por seus sucessores, como Feuerbach. Sustentado em Feuerbach, Engels compreende que a razão [*Vernunft*] existe efetivamente na mente, ou no espírito [*Geist*]. Porém, a mente, ou o espírito devem necessariamente existir na natureza [*Natur*]. Desta forma, qualquer concepção que afirmasse haver uma mente, ou um pensamento livre da matéria real orgânica que constitui o universo—tal como fizera Schelling na hipótese mencionada acima—, já se encontrava, desde então, rechaçada por Engels.⁵⁰⁵

Mais adiante, Engels prosseguiu:

Schelling [...] concebe a ideia {*Idee*} como um ser extramundano, como um Deus pessoal, uma coisa que nunca ocorreu a Hegel. Para Hegel a realidade da ideia não é outra coisa senão a natureza e o espírito {*Natur und Geist*}. É também por isso que Hegel não tem o absoluto {*Absolute*} duas vezes. No final da lógica a ideia está lá como ideal-real, mas por isso mesmo ela é, evidentemente, também natureza. Se ela se expressa apenas como ideia, é apenas ideal, apenas existindo logicamente. O ideal-real absoluto, completo em si, nada mais é do que a unidade da natureza e do espírito na ideia. O esquema, porém, ainda concebe o absoluto como sujeito absoluto, pois, embora preenchido com o conteúdo da objetividade, ele permanece sujeito sem se tornar objeto.⁵⁰⁶

Por sua vez, Engels observou que para Schelling:

Natureza e espírito {*Natur und Geist*} são [...] tudo o que é racional {*Vernünftige*}. Deus não é racional. Por isso, aqui também se mostra que o infinito só pode existir racionalmente na realidade quando aparece como finito, como natureza e espírito, e que qualquer existência extramundana do infinito deve ser relegada ao reino das abstrações. Essa filosofia positiva particular depende inteiramente da fé, como já vimos, e só existe para a fé.⁵⁰⁷

Por essa razão, Engels concluiu:

Schelling, por outro lado, toma a razão {*Vernunft*} realmente por algo que também poderia existir fora do organismo mundial {*Weltorganismus*} e assim coloca seu verdadeiro reino na abstração oca e vazia, no “aeon antes da criação do mundo”, que, felizmente, porém, nunca existiu e no qual a razão ainda menos se encontrou ou mesmo se sentiu feliz. Mas aqui vemos como os extremos se encontram: Schelling não consegue captar o pensamento concreto e o conduz a mais vertiginosa abstração, que lhe aparece de novo como uma imagem sensorial.⁵⁰⁸

Se tudo que a filosofia negativa da identidade contempla é verdadeiro na natureza [*Natur*] e no espírito [*Geist*], escreveu Engels, ela é portanto real [*wirklich*], e a filosofia positiva—que contempla uma existência vazia e abstrata fora da relação natureza-espírito—é irreal e, portanto, supérflua [*überflüssig*].⁵⁰⁹

Segundo Engels, mesmo para o idealismo de Hegel, a razão consistia no conteúdo do mundo na forma de pensamento—motivo pelo qual György Lukács classificou o idealismo de Hegel como idealismo objetivo, isto é, um idealismo filosófico ancorado na realidade material da natureza e das sociedades humanas, ainda que “de modo latente”.⁵¹⁰ Para Schelling, contudo, o absoluto existiria fora do mundo material, fora da relação natureza-

505 MECW 2, p. 209–210; MEW 41, 189–190.

506 MECW 2, p. 216; MEW 41, p. 196–197.

507 MECW 2, p. 236; MEW 41, p. 218.

508 MECW 2, p. 210; MEW 41, p. 191.

509 MECW 2, p. 236; MEW 41, p. 217–218.

510 “IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, in *Para uma ontologia do ser social: I* (São Paulo: Boitempo, 2012), p. 282.

espírito [*Natur-Geist*], e antecederia a existência dessa relação, o que levou Engels a concluir que: “Esta confusão de abstração e concepção é característica da forma de pensar místico-escolástica de Schelling”.⁵¹¹

Para sustentar a arbitrariedade, o irracionalismo e o misticismo da filosofia positiva da revelação e da mitologia, Schelling, escreveu Engels, recorreu frequentemente a princípios e forças sobrenaturais.⁵¹² Consequentemente, a adesão à filosofia positiva de Schelling era dependente da fé de seu interlocutor. Entretanto, nessa altura de sua evolução filosófica, o racionalismo e o materialismo do jovem Engels encontravam-se bem estabelecidos. Para Engels, “a razão {*Vernunft*} que não vai além do poder da cognição é chamada de irracional {*Unvernunft*}. Somente é aceita como razão aquela que realmente se prova pela cognição, {da mesma forma que} um olho somente é aceito como verdadeiro se ele vê”. Portanto, segundo Engels, uma potência—tal como as da tricotomia das potências de Schelling—que não se manifesta ativamente na realidade, na natureza, não pode ser uma potência, mas uma impotência, pois a potência “deve se manifestar, deve reconhecer” [*muß erkennen*].⁵¹³ Não haveria portanto, para o jovem Engels em 1842, razoabilidade em um reconhecer [*erkennen*] que não fosse provado por meio dos sentidos e mediado pela razão [*Vernunft*]. Desta maneira, Engels resumiu a filosofia positiva da revelação de Schelling nas seguintes palavras:

Um ensino que não tem fundamento nem em si mesmo nem em qualquer outra coisa que tenha sido provada. Aqui, baseia-se num pensamento liberto de toda a necessidade lógica, que é arbitrário, pensamento vazio; ali, sobre algo de que precisamente a realidade está em questão, e de que as reivindicações são disputadas, a saber, a revelação. Que exigência ingênua que, para se curar da dúvida, é preciso descartar a dúvida! “Bem, se você não acredita, não há salvação para você!”.⁵¹⁴

Observamos, assim, que o Engels de 1842 já estabelecia a realidade efetiva do mundo—seja material ou espiritual, isto é, intelectual [*geistig*]—como o critério fundamental do conhecimento e da razoabilidade sobre o real.

Enquanto a filosofia positiva da revelação e da mitologia de Schelling encontrava-se na dependência da existência de uma força sobrenatural que injetaria o princípio do vir-a-ser na realidade material do mundo, a filosofia negativa de Hegel, escreveu Engels, prescindia da existência dessa força sobrenatural, pois, conforme essa filosofia, “tudo produz a si mesmo”, logo, “uma personalidade divina é supérflua”.⁵¹⁵

Segundo Raymond Plant,⁵¹⁶ Hegel manteve em sua filosofia da religião o conceito de Deus. Porém, para Engels—sustentado na tese exposta por Feuerbach em *A essência do cristianismo*—, esse Deus não mais seria um ser sobrenatural com existência autônoma e autoconsciente, mas seria “nada menos que a consciência da humanidade em puro pensamento, a consciência do universal”.⁵¹⁷ (Engels retornaria ao tema da origem do universo em *Anti-Duhring* (1877-1878, Leipzig). Entretanto, naquela ocasião, não mais

511 MECW 2, p. 210; MEW 41, p. 191.

512 MECW 2, p. 228; MEW 41, p. 209.

513 MECW 2, p. 208; MEW 41, p. 188–189.

514 MECW 2, p. 219; MEW 41, p. 200.

515 MECW 2, p. 236; MEW 41, p. 217.

516 Raymond Plant, *Hegel* (São Paulo: Editora Unesp, 2000), p. 37–53.

517 MECW 2, p. 236; p. 217.

baseado em uma hipótese lógica e filosófica, como a expressa em *Schelling e a filosofia da revelação*, mas naquelas que seriam as teorias científicas mais avançadas de seu tempo. Em síntese, para o Engels do *Anti-Dühring*, o movimento constante da natureza é o modo de existir da matéria e ele não pode ser criado nem destruído, mas somente transmitido.)⁵¹⁸

A adesão à tese materialista feuerbachiana sobre a natureza e o espírito não significou que Engels se absteve de criticar Feuerbach quando ele apresentou objeções a Hegel que ele considerava equivocadas.

A esse respeito, Engels escreveu:

É curioso {Hegel} estar agora sob ataque duplo, pelo seu antecessor Schelling e pelo seu discípulo mais novo, Feuerbach. Quando este último acusa Hegel de estar profundamente preso ao velho, ele deve considerar que a consciência do velho já é precisamente a nova, que o velho é relegado à história justamente quando foi completamente trazido à consciência. Portanto, Hegel é de fato o novo como velho, o velho como novo. Por isso, a crítica de Feuerbach ao cristianismo é um complemento necessário ao ensinamento especulativo sobre religião fundado por Hegel. Este atingiu seu auge em Strauss, por meio de sua própria história o dogma se dissolve objetivamente no pensamento filosófico. Ao mesmo tempo, Feuerbach reduz as categorias religiosas às relações humanas subjetivas, não anulando de forma alguma os resultados alcançados por Strauss, mas, ao contrário, colocando-os à prova e, de fato, ambos chegam ao mesmo resultado, que o segredo da teologia é a antropologia.⁵¹⁹

A justa crítica materialista de Feuerbach do idealismo de Hegel, portanto, não inverte para Engels a hierarquia e o devido tributo à filosofia formulada e estabelecida pelo último. Ademais, o reconhecimento por parte de Engels da contribuição de Feuerbach ao desenvolvimento da filosofia hegeliana não significou que ele se omitiu de identificar e apontar seus limites. Citações como a transcrita acima demonstram, uma vez mais, a imanente postura crítica do jovem Engels, mesmo diante de seus mestres. Se, de um lado, Feuerbach corrigiu o idealismo até então presente na filosofia hegeliana, invertendo a relação natureza-espírito, os princípios dialéticos dessa filosofia deveriam ser mantidos como a matriz de quaisquer filosofias futuras. Portanto, a despeito da postura crítica do jovem Engels à filosofia de Hegel, seu ponto de partida, a matriz de seu pensamento filosófico, foi, desde o princípio, a própria filosofia hegeliana. (Isso deve ser tomado em consideração no exame de textos de maturidade de Engels, particularmente perante afirmações como a presente em “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” (1886, Stuttgart):⁵²⁰ “Momentaneamente fomos todos feuerbachianos”.⁵²¹ A verdade foi que, independentemente do momentâneo entusiasmo geral para com as teses feuerbachianas em *A essência do cristianismo*, o jovem Engels não se desviou de Hegel. Mas, justamente pelo contrário, manteve Hegel como sua principal referência filosófica.)

Apesar da intransigente oposição à filosofia do Schelling pós-Jena (1806-1854), Engels reconhece os méritos e as contribuições de Schelling para o desenvolvimento da filosofia clássica alemã, particularmente, sua obra do período de Jena (1798-1806).⁵²² Em passagem de “Schelling sobre Hegel”, Engels escreveu:

518 São Paulo: Boitempo, 2015, seção I, cap. VI–VIII, p. 87–116; MEW 20, p. 52–77.

519 MECW 2, p. 237; MEW 41, p. 219.

520 *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie (Die Neue Zeit*, n. 4-5).

521 *In Obras escolhidas: tomo III* (Lisboa: Edições Avante!, 1982), cap. I; MEW 21, p. 272.

522 MECW 2, p. 236–237; MEW 41, p. 218.

Em todo caso, seria frívolo da minha parte, o jovem, ensinar um velho, e particularmente Schelling, que, por mais decididamente que tenha desertado da liberdade, permanece sempre o descobridor do absoluto e em sua parte como precursor de Hegel é mencionado por todos nós apenas com a mais profunda reverência. Mas Schelling como sucessor de Hegel só pode reivindicar uma certa piedade.⁵²³

Independentemente do interlocutor, o compromisso do jovem Engels era com a verdade efetiva e material do mundo. Nesse espírito, ao se referir ao conjunto da obra filosófica de Schelling, Engels afirmou: “O verdadeiro é comprovado no fogo; o falso não fará falta em nossas fileiras”.⁵²⁴ Portanto, para Engels—no espírito do conselho do apóstolo Paulo de Tarso (c. 5-67) em epístola aos cristãos de Tessalônica: “Certifiquem-se de todas as coisas; apeguem-se ao que é bom”⁵²⁵—, a razoabilidade da filosofia do Schelling de Jena (1798-1806) deveria ser resguardada e suas contribuições reconhecidas pela posterioridade. Por outro lado, a filosofia irracionalista, escolástica e mística do Schelling pós-Jena (1806-1854) não sobreviveria à prova de fogo da razão.

Outro ponto relevante no exame crítico de Engels sobre a filosofia positiva de Schelling foi no que se referia à relação necessidade-liberdade. Para o Schelling pós-Jena (1806-1854), necessidade e liberdade não existiriam como categorias ou determinações dialéticas, mas divergentes, sendo que a liberdade somente poderia ser efetivada quando fosse emancipada dos limites impostos pela necessidade—isto é, fora das determinações materiais existentes na relação natureza-espírito. Em Schelling, escreveu Engels, a liberdade se confunde com a arbitrariedade—o pensamento emancipado da negatividade da natureza [*freie Denken*] e a autonomia existencial da tricotomia das potências perante o vir-a-ser. Entretanto, prosseguiu Engels, em um mundo arbitrário—isto é, desprovido de determinações e leis objetivas—, como poderiam os seres atuarem em liberdade? Para Engels, a liberdade atuava em relação imanentemente dialética com a necessidade—isto é, a liberdade germina no solo da necessidade, pois a primeira emerge da consciência e da ação prática do gênero humano sob a causalidade dos fenômenos materiais da natureza. Assim, asseverou Engels em *Schelling e a revelação*: “Somente é verdadeira a liberdade que contém em si a necessidade; de fato, a única verdade é a razoabilidade da necessidade”.⁵²⁶

A relação dialética imanente entre necessidade-liberdade é tratada pelo jovem Engels em 1842 de forma abstrata e sustentada na lógica filosófica. Décadas mais tarde, já sustentado sobre o instrumental teórico da concepção materialista da história plenamente desenvolvida, Engels retomaria a questão da relação necessidade-liberdade de forma mais concreta em *Anti-Dühring* (1877-1878, Leipzig)—como também por Marx no Livro 3 de *O capital* (1894, Hamburgo).⁵²⁷

523 MECW 2, p. 185; MEW 41, p. 167.

524 MECW 2, p. 187; MEW 41, p. 170.

525 I Tessalonicenses 5:21.

526 “*Die Freiheit nur ist die wahre, die die Notwendigkeit in sich enthält, ja, die nur die Wahrheit, die Vernünftigkeit der Notwendigkeit ist*” (MECW 2, p. 236; MEW 41, p. 217).

527 Nos termos de Marx: “O reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita. Do mesmo modo como o selvagem precisa lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para conservar e reproduzir sua vida, também tem de fazê-lo o civilizado—e tem de fazê-lo em todas as formas da sociedade e sob todos os modos possíveis de produção. À medida de seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, porquanto se multiplicam as necessidades; ao mesmo tempo, aumentam as forças produtivas que as satisfazem. Aqui, a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os

Sobre essa questão, Engels escreveu no *Anti-Dühring*:

Quando a sociedade tomar posse dos meios de produção, será eliminada a produção de mercadorias e, desse modo, o produto deixará de dominar os produtores. A anarquia na produção social será substituída pela organização consciente e planejada. Cessará a luta pela existência individual. Só depois que isso acontecer, o ser humano se despedirá, em certo sentido, definitivamente do reino animal, abandonará as condições animais de existência e ingressará em condições realmente humanas. O âmbito das condições de vida que envolvem os seres humanos, que até agora os dominaram, passarão para o domínio e o controle deles, que pela primeira vez se tornarão senhores reais e conscientes da natureza, porque (e à medida que) passam a ser senhores de sua própria socialização. As leis do seu fazer social, com que até agora se defrontavam como leis naturais estranhas, que os dominavam, passarão a ser empregadas e, assim, dominadas pelos seres humanos com pleno conhecimento de causa. A própria socialização dos seres humanos, até agora vista como outorgada pela natureza e pela história, passará a ser ato livre deles. As potências objetivas e estranhas que até agora governaram a história passarão a ser controladas pelos próprios seres humanos. Só a partir desse momento os seres humanos farão sua história com plena consciência; só a partir desse momento as causas sociais postas em movimento por eles terão, de modo preponderante e em medida crescente, os efeitos que desejam. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.⁵²⁸

Independentemente do caráter abstrato no tratamento da relação necessidade-liberdade de Engels em 1842, já era então possível identificar o pressuposto materialista firmemente estabelecido nessa etapa de sua evolução filosófica.

Por fim, sustentados nas passagens acima sobre a relação imanentemente dialética entre necessidade-liberdade, podemos demonstrar que, conforme foi repetidamente pronunciado sobre o desenvolvimento teórico do jovem Engels, a afirmação de que ele somente viria a aderir ao materialismo filosófico a partir de seu período em Manchester, somente poderá se sustentar enquanto sua obra durante o período em Berlim for ignorada pelos pesquisadores. Passagens como as citadas acima demonstram que Engels aderiu conscientemente ao materialismo filosófico nos anos de 1841 e 1842 em Berlim, sem que essa adesão causasse quaisquer agravos à matriz dialética de seu hegelianismo.

Para Engels, a filosofia positiva da revelação e da mitologia, como, também, a tricotomia das potências, expuseram o caráter fantasioso, irrazoável e ilógico do pensamento do Schelling pós-Jena (1806-1854), terminando por compará-las a uma estrada com rumo ao nada.⁵²⁹ Segundo Engels, a tricotomia das potências não consistia em nada além do que a unidade tripartite do curso do desenvolvimento dialético da ideia-natureza-espírito da filosofia de Hegel, que Schelling rebatizou com outros nomes e os transformou em entidades autônomas e sobrenaturais equivalentes à trindade cristã.⁵³⁰

O projeto de Schelling em Berlim de desmorrar a filosofia hegeliana terminou por ser uma promessa não cumprida. Nas palavras de Engels:

produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade. Além dele é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição básica” (São Paulo: Boitempo, 2017, seção VII, cap. 48.III., p. 882–883; MEW 25, p. 828).

528 São Paulo: Boitempo, 2015, seção III, cap. II, p. 318–319; MEW 20, p. 264.

529 MECW 2, p. 207; MEW 41, p. 188.

530 MECW 2, p. 206–207, 224–225; MEW 41, p. 186–187, 205–206.

Tudo saiu diferente {do planejado}. A filosofia hegeliana vive, na tribuna, na literatura, nos jovens; ela sabe que todos os golpes que lhe foram infligidos até agora não lhe poderiam fazer mal e prossegue calmamente no seu próprio curso de desenvolvimento interior. Sua influência sobre a nação, como provado pelo aumento da raiva e da atividade de seus oponentes, está crescendo rapidamente, e Schelling deixou quase todos os seus ouvintes insatisfeitos.⁵³¹

De acordo com Engels, a reemergência de Schelling na filosofia alemã não se devia aos méritos de sua nova filosofia, mas meramente a razões políticas—o projeto de desmonte praticado por Frederico Guilherme IV e o ministro Eichhorn das reformas educacionais de Altenstein e da institucionalização da filosofia hegeliana na Prússia.⁵³² O propósito da filosofia da revelação de Schelling, nos termos de Engels, era de retroceder a filosofia e a ciência aos pressupostos da escolástica, submetendo-as e as reconciliando com a fé cristã—a razão e a ciência deveriam se render à fé e serem servas da teologia.⁵³³ Por esse motivo, a filosofia da revelação não estaria acessível a uma investigação científica ou a uma reflexão filosófica, mas immanentemente vinculada à experiência espiritual e à intuição daqueles sujeitos de “boa vontade”.⁵³⁴

Assim, para Engels, apesar das investidas filosóficas e institucionais, a filosofia hegeliana permanecia viva e tinha muito a prosperar e contribuir no desenvolvimento do conhecimento humano historicamente acumulado. As inconsistências e arbitrariedades de Schelling sobre o racional e o irracional, a potência e a ação, o ser e a existência, a liberdade e a necessidade, deixaram o jovem Engels, assim como também um grande número daqueles que atenderam as suas conferências, insatisfeitos com o produto final oferecido pelo filósofo alemão da revelação.⁵³⁵

A conclusão de Engels tem um tom triunfalista. Por meio da filosofia hegeliana a humanidade adquiriu a autoconsciência [*Selbstbewusstsein der Menschheit*] de seu lugar no mundo.⁵³⁶ Confiante na vitória inevitável da razão sobre o obscurantismo, da liberdade sobre a servidão, do racionalismo sobre o irracionalismo, Engels encerra o ensaio convocando o leitor a se engajar nessa luta intelectual iluminista contra a reação. Assim, Engels encerra o ensaio *Schelling e a revelação* nas seguintes palavras:

Vamos esquecer esta perda de tempo. Há coisas mais finas para contemplarmos. Ninguém vai querer nos mostrar este naufrágio e afirmar que somente ele é um navio navegável, enquanto em um outro porto uma frota inteira de fragatas orgulhosas está ancorada, prontas para sair para o alto-mar. Nossa salvação, nosso futuro, está em outro lugar. Hegel é o homem que abriu uma nova era de consciência ao completar a velha.⁵³⁷

* * *

A recepção dos ensaios filosóficos de Engels sobre a filosofia positiva da revelação e da mitologia de Schelling foi positiva entre os intelectuais radicais da Alemanha. Um dos mais destacados e inspiradores deles, o filósofo e editor Arnold Ruge, em carta a Engels, dirigiu-

531 MECW 2, p. 192; MEW 41, p. 174.

532 MECW 2, p. 187; MEW 41, p. 170.

533 MECW 2, p. 249–250; MEW 41, p. 230–231.

534 MECW 2, p. 217–222; MEW 41, p. 198–203.

535 MECW 2, p. 260; MEW 41, p. 241.

536 MECW 2, p. 238–240; MEW 41, p. 219–221.

537 MECW 2, p. 237; MEW 41, p. 219.

se a ele pelo título de “Doutor”. Em mais uma demonstração de humildade intelectual que nunca o abandonou, Engels corrigiu Ruge nos seguintes termos: “Não sou doutor e nunca poderei me tornar um. Eu sou apenas um comerciante e um soldado da realeza prussiana, então, por gentileza, me poupe desse título”.⁵³⁸

Em nova carta a Arnold Ruge—a última de sua temporada em Berlim disponível em nossas fontes de investigação: *Marx & Engels Collected Works* (MECW), *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) e *Marx-Engels-Werke* (MEW)—, Engels o informou que interromperia temporariamente sua atividade de escritor a fim de se dedicar mais intensivamente à leitura e aos estudos filosóficos, não atendendo, assim, ao convite de Ruge para contribuir nos *Deutsche Jahrbücher*.

Desta vez estou escrevendo para informá-lo que não lhe enviarei mais nada.

Decidi abandonar por um tempo todo o trabalho literário para dedicar mais tempo aos estudos. As razões para isso são bastante claras. Eu sou jovem e autodidata em filosofia. Aprendi o suficiente para formar meu próprio ponto de vista e, quando necessário, defendê-lo, mas não o suficiente para poder trabalhar por ele com sucesso e da maneira correta. Todas as maiores exigências serão feitas a mim, porque sou um “dileitante” em filosofia e não ganhei o direito de filosofar obtendo o título de doutor. Espero ser capaz de satisfazer essas exigências quando começar a escrever novamente—e com meu próprio nome. Além disso, não devo tentar fazer muitas coisas agora, pois em breve estarei novamente mais ocupado com assuntos de negócios. Consideradas subjetivamente, minhas atividades literárias têm sido, até agora, meros experimentos a partir dos quais pude aprender se minhas capacidades naturais eram tais que me permitiam trabalhar proveitosa e efetivamente para o progresso e participar ativamente do movimento do século. Posso estar satisfeito com os resultados e agora considerar como meu dever adquirir pelo estudo, que agora continuo com um gosto redobrado, também cada vez mais daquilo com que não se nasce.

Quando eu voltar para casa na Renânia, em outubro, espero poder encontrá-lo em Dresden e discutir isso com você mais profundamente.⁵³⁹

Refletindo sobre os textos engelsianos contra Schelling quase um século e meio mais tarde, Terrell Carver concordou com a afirmação acima de Engels sobre os limites de sua “obra filosófica” ao escrever: “Aos 21 anos, Engels teve um sucesso internacional com sua crítica oportuna a Schelling. Mas o panfleto em si não era uma obra de filosofia, nem um comentário erudito particularmente talentoso. Na verdade, o relato detalhado dos pontos de vista de Schelling tem distintos *longueurs*, embora estes não sejam totalmente culpa do autor, pois a filosofia da revelação é geralmente considerada obscura”.⁵⁴⁰

Considerações finais

Quando chegou em Berlim em meados de setembro de 1841, Engels era um ensaísta de crítica literária e democrata radical de inspiração jacobina com forte tendência para o ateísmo. Sua concepção de mundo [*Weltanschauung*] se alinhava—ainda que de forma incipiente—ao racionalismo e ao hegelianismo. Ao longo de seu período em Berlim, Engels solidificou seu ateísmo, sua crítica à autocracia e à teocracia do Estado prussiano e aderiu ao materialismo de Feuerbach, rompendo com quaisquer elementos idealistas que havia trazido

538 Em Dresden (Berlim, 15 jun. 1842), in MECW 2, p. 543; MEW 27, p. 404.

539 Em Dresden (Berlim, 26 jul. 1842), in MECW 2, p. 545–546; MEW 27, p. 408.

540 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 76.

consigo de Bremen. Entretanto, o materialismo feuerbachiano não significou uma ruptura com a sua matriz hegeliana. Mas, pelo contrário, essa foi lapidada com o aprofundamento da leitura das obras de Hegel, dos textos de seus discípulos mais radicais entre os Jovens Hegelianos e os Livres de Berlim—e por meio do próprio exercício crítico, expresso com maior nitidez ao longo de seus textos contra Schelling.

Conforme foi demonstrado acima, o período em Berlim foi de solidificação da dialética hegeliana do jovem Engels, o instrumento metodológico por meio do qual viria a examinar criticamente a história, a filosofia, a cultura, a sociedade e a economia capitalista durante seu primeiro período em Manchester (1842-1844). Contudo, não se tratou de um hegelianismo abstrato e de gabinete de estudos, mas de um hegelianismo voltado para a ação prática na política e na sociedade.

No final da primeira parte do ensaio “Cartas de Wuppertal”, Engels concluiu em um tom profético ao anunciar a vinda de uma força análoga à da natureza que varreria o irracionalismo e o obscurantismo das cidades daquele vale abençoado. Em *Schelling e a revelação*, Engels concluiu convocando os leitores a se engajarem na luta filosófica e intelectual em defesa do racionalismo contra o avanço do irracionalismo e do cerco da autocracia na Prússia. O que há em comum nesses dois ensaios redigidos com aproximadamente três anos de distância um do outro—1839 e 1842, respectivamente—foi que, em ambos os casos, Engels desconhecia—ou ainda não havia sido capaz de identificar—qual força ou sujeito social seria capaz de efetivar as transformações históricas pelas quais tomava partido. No primeiro caso, se tratava de uma força externa. No segundo, do voluntarismo individual daqueles que tivessem o ímpeto e a coragem suficientes para o engajamento em uma luta fundamentalmente filosófica e intelectual. Seria em Manchester—e nas demais grandes cidades industriais inglesas—que Engels deparar-se-ia com uma classe trabalhadora politicamente organizada e consciente de si. Portanto, com aquele sujeito social capaz de colocar efetivamente em movimento as transformações históricas almejadas ao longo de seus anos em Bremen e Berlim.

O primeiro período de Engels em Manchester, o contato com as classes burguesas e trabalhadoras inglesas e a vivência naquele que era então o centro do capitalismo mundial o conduziram a submergir não somente na leitura e no estudo de livros, mas, também, no estudo de campo das grandes cidades industriais inglesas e seus habitantes, traçando uma nova e sinuosa linha na espiral logarítmica de sua evolução filosófica.

3. Manchester (1842-1844)

Os economistas não sabem resolver nada.
 FRIEDRICH ENGELS, *Esboço de uma crítica da economia política* (1844).*

Introdução

Ao lado de Londres, Manchester foi uma das principais cidades britânicas durante a primeira metade do século XIX, corporificando as qualidades e as tragédias de uma cidade moderna durante o período da Revolução Industrial—um processo histórico por meio do qual a humanidade pode transcender muitos dos limites materiais perante os quais a natureza lhe havia imposto por milênios. Com o desenvolvimento e progresso da indústria, das comunicações, dos transportes, da produção de alimentos, da construção civil etc., o gênero humano como que assumiu para si o cumprimento da milenar promessa que lhe havia sido feita no princípio dos tempos, e estendeu seu domínio sobre toda a Terra.⁵⁴¹

A expropriação das terras e a expulsão dos camponeses a partir do século XVI na Inglaterra promoveu um êxodo rural que originaria as grandes cidades industriais da primeira metade do século XIX, entre elas, Manchester e suas cidades vizinhas (Salford, Stockport, Tameside, Oldham, Rochdale, Bury, Bolton, Wigan e Trafford), que receberam uma grande massa populacional sem qualquer regulação de políticas administrativas e públicas. (Em 1760, Manchester possuía 17.000 habitantes. Em 1801, 94.876. Em 1830, 180.000. E, em 1841, a cidade atingiu 311.269 habitantes, significando uma das maiores taxas de crescimento populacional da Grã-Bretanha no período, fazendo dela a segunda mais populosa do país.)⁵⁴² O poder e a administração pública em Manchester eram como

* “*Die Ökonomen können nichts entscheiden*” (MEW 41, p. 505). [Edição brasileira: *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 61.]

⁵⁴¹ Gênesis, 1:26-30.

⁵⁴² Como comparação, em 1760, as cidades de Liverpool, Birmingham e Leeds possuíam respectivamente 25.000, 30.000 e 14.000 habitantes. Em 1801, 82.295, 70.670 e 53.162. Em 1830, 165.000, 140.000 e 120.000. E, em 1841, 286.487, 182.922 e 152.074, fazendo com que fossem, respectivamente, a terceira, a quinta e a sétima mais populosas da Grã-Bretanha. Por sua vez, Londres possuía em 1801, 958.863 habitantes. Em 1841, eram 1.948.417, portanto, a mais populosa do período. Em 1841, a população total da Grã-Bretanha era de 9.505.717. Desses, 3.542.584 residiam em cidades com mais de 100.000 habitantes—como Londres, Manchester, Liverpool, Birmingham e Leeds, por exemplo—, ou 37% do total da população (John Langton, “14. Urban Growth and Economic Change: From the Late Seventeenth Century to 1841”, in *The Cambridge Urban History of Britain: Vol. II* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), mapa 14.3., tabela 14.3., 14.4., p. 470, 471, 473–474; Sidney Pollard, “Chapter III: Labour in Great Britain”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1*

que inexistentes. A situação somente adquiriu algum tipo de regulamentação em 1832 com o *Reform Act*, que deu a Manchester o estatuto de distrito [*borough*], lhe concedendo o direito a duas cadeiras no Parlamento (Câmara dos Comuns). O primeiro conselho distrital [*borough concil*] de Manchester foi estabelecido em 1838, permitindo que a cidade tivesse, pela primeira vez, um governo de fato e pudesse iniciar as reformas administrativas necessárias. Somente em 1853 Manchester recebeu o estatuto de cidade [*city*]. Segundo Steven Marcus: “Foi justamente a ausência dos privilégios de monopólio e do direito prescritivo exercido pelas corporações das cidades medievais mais ‘avançadas’ e seus burgueses associados que permitiu ou estimulou o crescimento das novas comunidades comerciais e industriais em áreas além das fronteiras da tradicional ‘economia da cidade’”.⁵⁴³ Logo, foi justamente a falta de uma administração pública e de regulamentações que permitiu a Manchester ser uma das cidades mais adequadas para a instalação das primeiras fábricas modernas, e fez com que aquela cidade “fora da lei” vivesse seu apogeu e se tornasse a capital da Revolução Industrial. Provavelmente, nenhuma cidade no mundo até então havia produzido simultaneamente tanta riqueza, prosperidade, miséria e sofrimento.⁵⁴⁴

* * *

O papel do período de Manchester na evolução e formação teórica e política do jovem Engels não é segredo para nenhum daqueles que se dedicaram a pesquisar criticamente sua vida e obra. Segundo palavras do próprio Engels:

Em Manchester, foi-me trazido à mente que os fatos econômicos que até agora não tiveram nenhum papel ou apenas um papel desprezível na historiografia são, pelo menos no mundo moderno, uma força histórica decisiva; que eles formam a base para o surgimento dos antagonismos de classe atuais; que esses antagonismos de classe, nos países onde se desenvolveram plenamente devido à indústria de grande escala, especialmente na Inglaterra, são, por sua vez, a base para a formação de partidos políticos, lutas partidárias e, portanto, de toda a história política.⁵⁴⁵

Engels desembarcou em Londres no final de novembro de 1842 e se estabeleceu em Manchester em dezembro de 1842. Diferentemente dos períodos em Bremen e Berlim (1838-1842), não há—ou, ao menos, ainda não foram encontradas—cartas de Engels referentes ao primeiro período em Manchester (1842-1844). A última carta de Engels de que se tem conhecimento do referido período foi enviada de Berlim no início de agosto de 1842 a sua irmã, Marie Engels.⁵⁴⁶ A carta seguinte de Engels de que se tem conhecimento

(Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 118).

543 *Engels, Manchester, and the Working Class* (London: Weidenfeld and Nicolson, 1974), p. 7. Segundo Sidney Pollard: “Foi somente bem depois de 1800 que a cidade industrial se tornou o lugar típico do novo emprego. Ela possuía economia externa, um ambiente competitivo e, sobretudo, uma oferta de mão de obra flexível, incluindo um exército de reserva industrial de irlandeses, desempregados e outros grupos {socialmente} submersos, pelos quais o empregador não era responsável de forma alguma, exceto quando queria seus serviços” (“Chapter III: Labour in Great Britain”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 118).

544 A média dos salários dos operários da indústria do algodão—principal ramo industrial da Grande Manchester do período—foi regularmente reduzido com a introdução gradual das novas tecnologias na indústria têxtil. Em 1810, o salário médio anual de um operário da indústria do algodão na Grã-Bretanha era de £58. Em 1820, £57. Em 1831, £52. Em 1840 e 1850, £51 (Sidney Pollard, “Chapter III: Labour in Great Britain”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), tabela 33, p. 135).

545 “História da Liga dos Comunistas” [*Zur Geschichte des Bundes der Kommunisten*] (*Der Sozialdemokrat*, Zurique, n. 46-48, 12, 19, 26 nov. 1885), in MECW 26, p. 317; MEW 21, p. 211.

546 Em Ostend (atualmente, distrito de Frankfurt am Main) (2-8 ago. 1842), in MECW 2, p. 546–550; MEW 41, p. 500–504.

foi enviada de Barmen a Karl Marx em Paris no início de outubro de 1844.⁵⁴⁷ Por essa razão, todas as informações que extraímos sobre Engels do primeiro período em Manchester entre os anos de 1842 a 1844 advêm dos seus textos publicados e disponíveis nas edições *Marx & Engels Collected Works* (MECW), *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) e *Marx-Engels-Werke* (MEW), de informações oferecidas por seus biógrafos e de textos e cartas escritos posteriormente por ele sobre aqueles anos.

Além de trabalhar nos escritórios administrativos da Ermen & Engels, Engels escreveu em Manchester artigos para jornais socialistas ingleses, atendeu a reuniões políticas e às conferências científicas no *Hall of Science* da cidade e realizou pesquisa bibliográfica e de campo sobre a condição de trabalho e habitação das classes trabalhadoras inglesas nas grandes cidades industriais do país. Para seus textos nos jornais ingleses, Engels obteve informações por meio de jornais alemães e franceses e da correspondência com alemães que viviam na Alemanha e na França, além de informações obtidas por meio do tipógrafo Karl Schnapper (1812-1870) e do relojoeiro Joseph Moll (1813-1849)—que ele conheceu pessoalmente durante viagem à Londres no outono (setembro a novembro) de 1843. Schnapper e Moll eram militantes socialistas alemães pertencentes a comunidade de exilados políticos que então viviam em Londres após sofrerem perseguição política na Alemanha e na França. Em Londres, Schnapper e Moll fundaram núcleos da Liga dos Justos [*Bund der Gerechten*], organização política revolucionária internacional composta majoritariamente por artesãos alemães e fundada em 1836 em Paris.

Engels também atendeu a reuniões organizadas pelos cartistas,⁵⁴⁸ onde estabeleceu vínculo político com suas lideranças. No outono de 1843 (setembro a novembro), visitou Leeds, cidade onde o jornal cartista *The Northern Star* era então editado e publicado. Nessa ocasião, conheceu George Julian Harney (1817-1897), militante cartista, jornalista e editor do *The Northern Star*.⁵⁴⁹ A partir daquele momento, Engels se tornou um correspondente regular do jornal escrevendo sobre a política da Europa continental (Alemanha, Áustria, França, Itália, Rússia, Suíça, entre outros) até 1850.⁵⁵⁰ Engels também contribuiu com artigos para o *The New Moral World*, órgão de imprensa fundado pelo industrial e socialista galês Robert Owen (1771-1858), publicado em Leeds e Londres.

Além das relações políticas, Engels também estabeleceu amizades duradouras durante seu primeiro período em Manchester. Entre elas destacamos a amizade com James Leach

547 MECW 38, p. 3-6; MEW 27, p. 5-8.

548 O cartismo [*Chartism*] foi um movimento político operário britânico de massa das décadas de 1830 e 1840. Seu nome foi derivado da *Carta do povo* [*People's Charter*], documento político publicado em 8 de maio de 1838 sob a forma de legislação para ser submetida ao Parlamento (Câmara dos Comuns). A *Carta do povo* reivindicava reformas parlamentares e eleitorais que visavam democratizar o sistema político britânico, tornando-o acessível às classes trabalhadoras e seus respectivos representantes. Essas reivindicações consistiam em seis pontos: (1) sufrágio universal (para homens a partir dos 21 anos); (2) eleições parlamentares anuais; (3) voto secreto; (4) igualdade de representação distrital; (5) fim da exigência de título de propriedade para o exercício de cargo parlamentar; e (6) remuneração para o exercício de cargo parlamentar. Em julho de 1840 foi fundada a Associação Nacional Cartista [*National Charter Association*], o primeiro partido operário de massa da história, que congregou em seu auge mais de 50 mil membros (G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thought: Vol. 1* (London: Macmillan, 1953), cap. XIII; *A Short History of the British Working-Class Movement, 1789-1947* (London: George Allen & Unwin, 1948), cap. VII.2.; MECW 3, p. 610, nota 139, 143).

549 W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), cap. 5.VI.

550 “Carta para o editor do *The Northern Star*” [*Letter to the editor of The Northern Star*] (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 338, 4 maio 1844), in MECW 3, p. 514, p. 613-614, nota 168.

(1806-1869)—operário e militante do movimento cartista em Lancashire, autor da brochura *Factos irrefutáveis sobre as fábricas por um operário de Manchester*,⁵⁵¹ a que Engels fez referências ao longo de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig)—e com Georg Weerth (1822-1856), escritor socialista alemão, e Mary Burns (1821/1822-1863), proletária inglesa filha de imigrantes irlandeses.⁵⁵² Weerth e Mary Burns foram fundamentais para a pesquisa de campo de Engels nos bairros operários das grandes cidades industriais inglesas e para a redação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, estando para Engels nos infernais bairros operários da Grande Manchester tal como o poeta romano Virgílio (70 AEC-19 AEC) esteve para o poeta florentino Dante Alighieri (1265-1321) nos nove círculos do Inferno.⁵⁵³

Porém, antes de desembarcar na Inglaterra, Engels fez duas passagens por Colônia. A primeira, após completar o serviço militar em Berlim, em meados de outubro de 1842, a caminho de Barmen, e a segunda, em meados de novembro de 1842, de Barmen a caminho de Londres. Em ambas ele visitou os escritórios da *Rheinische Zeitung*, ocasião na qual se encontrou pela primeira vez com Karl Marx.⁵⁵⁴ Entretanto, a mais importante dessas duas passagens por Colônia foi a primeira, ocasião na qual se encontrou com Moses Hess.

Apesar da afinidade intelectual e da amizade desenvolvida com os Jovens Hegelianos de Berlim, ou os Livres [*Freien*], Engels gradualmente se afastou deles no que se referia a questões práticas em razão da falta, ou da insuficiência nesse grupo, do vínculo entre a atividade literária e política, ou entre a reflexão filosófica e teológica com uma militância política efetiva. Contra a tendência especulativa e excessivamente abstrata dos Livres, Engels aprofundou-se no materialismo de Feuerbach e na obra de um de seus principais herdeiros na Alemanha da década de 1840: Moses Hess. (Porém, há que se fazer justiça a outros filósofos e intelectuais Jovens Hegelianos que já haviam iniciado a formulação de uma concepção da filosofia não como mera atividade reflexiva sobre o mundo, mas como instrumento de ação sobre ele. Tal concepção já se encontrava, por exemplo, presente em Hess e Ruge por meio do conceito de filosofia da ação [*Philosophie der Tat*],⁵⁵⁵ além de um dos primeiros escritores alemães a exercer forte inspiração na formação literária e política de Engels: Ludwig Börne, por meio do conceito de práxis política [*politischen Praxis*].)⁵⁵⁶

Moses Hess⁵⁵⁷ (1812-1875), socialista alemão de origem judaica, foi um dos principais

551 *Stubborn Facts from the Factories by a Manchester Operative* (1844, Londres).

552 Mike Dash, “How Friedrich Engels’ Radical Lover Helped Him Father Socialism” (*Smithsonian Mag*, 1 ago. 2013); W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), cap. 5.II., VI.; Michael Herbert, “Frederick Engels and Mary and Lizzy Burns” (*Manchester’s Radical History*, 2010); Belinda Webb, *Mary Burns*. PhD Thesis (English Literature) (Kingston upon Thames, London: Kingston University, 2011), p. 11–18.

553 *A divina comédia* (São Paulo: Editora 34, 2009).

554 Engels a Franz Mehring em Berlim (Londres, fim de abr. 1895), in MECW 50, p. 503; MEW 39, p. 473.

555 Em texto publicado no *Hallsche Jahrbücher*, em novembro de 1840, Arnold Ruge escreveu: “Nossa tarefa é ajudar nosso tempo a fazer com que ele não apenas compreenda a filosofia, mas que a realize. A filosofia transforma-se em convicção política, a convicção política em força de caráter, a força de caráter em ação” (*apud* Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 63).

556 Examinamos o papel de Börne na formação literária e política de Engels no subcapítulo “1.3. Börne & Hegel” desta dissertação.

557 O esboço biográfico de Hess apresentado a seguir têm como referências: Moses Hess, *The Holy History of Mankind and Other Writings* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004); David McLellan, “Moses Hess”, in *The Young Hegelians and Karl Marx* (London: Macmillan, 1969), p. 137–160; José Paulo Netto, “Apresentação”, in *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 22–23; Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 67–74.

formuladores do pensamento socialista alemão nas décadas de 1830 e 1840. Mais conhecido entre os marxistas como aquele que teria conduzido Engels na direção do comunismo em razão de uma carta bem-humorada a B. Auerbach, na qual gabou-se de ter “convertido” um jovem hegeliano em um fervoroso comunista,⁵⁵⁸ Hess foi responsável por ter sintetizado a filosofia alemã com o radicalismo político francês. Filho de um industrial proprietário de refinarias de açúcar em Colônia, Hess mantinha uma relação conturbada com o pai, dividindo seu tempo entre o trabalho administrativo nas empresas da família e a militância socialista. Autodidata, Hess estudou a filosofia de Baruch Spinoza, G. W. F. Hegel e F. W. J. Schelling e o pensamento político revolucionário francês de François-Noël “Gracchus” Babeuf, Claude-Henri de Saint-Simon e Charles Fourier. A origem em uma família industrial, a revolta contra a autoridade paterna e o autodidatismo filosófico e político certamente foram fundamentais para a aproximação e a amizade com Engels.

No livro *A história sagrada da humanidade*,⁵⁵⁹ publicado em 1837, Hess traduziu as categorias teológicas do judaísmo para a modernidade e defendeu a tese do socialismo como culminação necessária do processo histórico das sociedades humanas e como a transposição do desejado e idealizado reino dos céus para a terra, onde, enfim, reinaria a liberdade e a igualdade. Em sua obra seguinte, *A triarquia europeia*,⁵⁶⁰ publicada em 1841, Hess secularizou as teses apresentadas em *A história sagrada da humanidade* apresentando uma visão do papel histórico de três grandes nações europeias: a Alemanha, como a nação da revolução e da libertação teológica e filosófica em razão da Reforma Protestante (1517) e da filosofia clássica alemã (séc. XVIII-XIX); a França como a nação da revolução e da libertação política em razão da Revolução Francesa (1789); e a Inglaterra como a nação da revolução e da libertação econômica e social em razão da Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX). Nos ensaios “Socialismo e comunismo” e “Filosofia da ação”,⁵⁶¹ publicados em 1843 na revista *Einundzwanzig Bogen aus der Schweiz*, Hess aplicou na análise política a metodologia da crítica de Feuerbach à teologia em *A essência do cristianismo*. Em 1845, Hess fez o mesmo exercício, porém, nessa nova ocasião, se voltando para a economia no ensaio “Sobre a essência do dinheiro”,⁵⁶² publicado em 1845. Nesse ensaio, Hess conceituou o dinheiro como uma forma existencial alienada da sociedade humana.⁵⁶³ O que podemos extrair desses últimos ensaios de Hess mencionados acima—“Socialismo e comunismo”, “Filosofia da ação” e “Sobre a essência do dinheiro”—é a atividade de generalização da metodologia de Feuerbach em *A essência do cristianismo* para as demais áreas do conhecimento além da teologia. Em 1844, Hess publicou anonimamente a brochura *Princípios comunistas*⁵⁶⁴ e, em

558 Moses Hess, *Briefwechsel* (Amsterdam, 1959), p. 103, *apud* Tristram Hunt, *Marx's General* (New York: Holt Paperbacks, 2010), p. 63; L. F. Ilitchev, *Friedrich Engels* (Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986), p. 593, nota 56.

559 *Die heilige Geschichte der Menschheit* (Stuttgart).

560 *Die europäische Triarchie* (Leipzig).

561 “Sozialismus und Kommunismus”; “Philosophie der Tat” (Zurique & Winterthur).

562 “Über das Geldwesen” (*Rheinische Jahrbücher zur Gesellschaftlichen Reform*, Darmstadt & Constanzt).

563 Segundo Karel Kosík, Hess filosofou sobre os fenômenos econômicos a partir das categorias vulgares e fetichizadas da economia política e não a partir de uma concepção verdadeira da realidade social (*Dialectics of the Concrete* (Dordrecht & Boston: D. Reidel Publishing Company, 1976), cap. III, p. 113).

564 *Kommunistisches Bekenntnis*. O ensaio foi republicado, 1846, no *Rheinische Jahrbücher zur Gesellschaftlichen Reform* (Darmstadt & Constanzt). Possivelmente, o ensaio de Hess tenha inspirado o primeiro rascunho do *Manifesto comunista* (1848, Londres), o *Princípios do comunismo* [*Grundsätze de Kommunismus*], redigido por Engels entre

1847, o artigo “As consequências de uma revolução do proletariado”.⁵⁶⁵

Mais do que direcionar Engels ao projeto político revolucionário do comunismo, Hess também exerceu considerável inspiração intelectual e teórica sobre ele no que se refere à metodologia e ao objeto de investigação engelsiano entre os anos de 1842 a 1844: a economia e a sociedade inglesa sob o capitalismo industrial. Posteriormente, após seu retorno à Alemanha, na segunda metade de 1844, Engels militou em parceria com Hess nas principais cidades da Renânia—por exemplo: Bonn, Colônia, Düsseldorf e Wuppertal—,⁵⁶⁶ além de terem sido camaradas na Liga dos Comunistas [*Bund der Kommunisten*] (1847-1852).

(Conforme examinamos na *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) IV/1-2 (excertos, anotações e notas marginais de Marx e Engels até janeiro de 1845) e IV/32 (a biblioteca de Marx e Engels), não há indicações de que Engels tenha tomado notas ou possuído em sua biblioteca pessoal exemplares de artigos, ensaios e livros de Hess. Dessa forma, somente podemos examinar a compreensão e a inspiração da obra de Hess sobre o jovem Engels a partir das referências do último aos textos do primeiro ao longo de seus artigos publicados durante a primeira metade da década de 1840.)

Conforme examinamos no capítulo 2, durante seu período em Berlim, Engels havia aderido aos princípios materialistas da filosofia feuerbachiana. Durante seu primeiro período em Manchester, Engels submeteu ao habitat econômico, político e social inglês a nova metodologia e o projeto filosófico reformador que Feuerbach denominava de nova filosofia, ou a filosofia do futuro [*Philosophie der Zukunft*].

Após a publicação em 1841 de *A essência do cristianismo*, Feuerbach deu continuidade à sua crítica à teologia cristã sob a perspectiva antropológica com textos redigidos entre 1842 e 1843: *Necessidade de uma reforma da filosofia*,⁵⁶⁷ “Teses provisórias para a reforma da filosofia”⁵⁶⁸ e *Princípios da filosofia do futuro*.⁵⁶⁹ Esses três textos consistiram em um conjunto mais ou menos articulado de aforismos por meio dos quais Feuerbach apresentou toda uma série de teses e propostas para uma nova filosofia. Essa nova filosofia, que tinha por base sua crítica à filosofia especulativa alemã, colocaria a atividade, tanto espiritual, ou intelectual [*geistig*], quanto prática, como centrais, razão pela qual argumentava que o núcleo de sua filosofia era antropológico, em oposição à filosofia alemã precedente, que, segundo Feuerbach, seria nada mais do que uma teologia sistematizada. A nova filosofia proposta por Feuerbach justificava-se em razão de uma necessidade histórica: a humanidade estaria em processo de adentrar uma nova fase de desenvolvimento que exigiria dela uma filosofia apta a responder aos novos desafios impostos pelo tempo histórico. Após consolidar a metamorfose da teologia em antropologia em *A essência do cristianismo*, o próximo passo,

outubro e novembro de 1847 (MECW 6, p. 368–357; MEW 4, p. 361).

565 “Die Folgen einer Revolution des Proletariats” (*Deutsche-Brüsseler-Zeitung*, Bruxelas, 31 out. 1847).

566 Engels a Karl Marx em Paris e Bruxelas (Barmen, início de out., 19 nov. 1844, 20 jan., 22 fev.-7 mar., 17 mar. 1845), in MECW 38, p. 3–6, 9–14, 15–20, 21–26, 26–30; MEW 27, p. 5–28.

567 *Grundsätze der Philosophie: Notwendigkeit einer Veränderung* (1842; manuscrito não publicado em vida). [Edição portuguesa: Covilhã: LusoSofia, 2008.]

568 “Vorläufige Thesen zur Reformation der Philosophie” (*Anekdoten zur neuesten deutschen Philosophie und Publicistik*, Zürich und Winterthur, Bd. 2, 1843). [Edição portuguesa: Covilhã: LusoSofia, 2008.]

569 *Grundsätze der Philosophie der Zukunft* (Zürich und Winterthur, 1843). [Edição portuguesa: Covilhã: LusoSofia, 2008.]

segundo Feuerbach, seria realizar a metamorfose da Igreja em Estado, isto é, fazer a transposição da atividade religiosa para a atividade política, pois a política deveria ser a nova religião da humanidade. Ademais, Feuerbach também defendeu a tese de que a nova filosofia deveria se unificar com as ciências da natureza, deixando, por tanto, de ser especulativa e passando a estudar positivamente a realidade material do mundo, pois a nova filosofia não conceberia o concreto a partir do abstrato, mas, pelo contrário, o abstrato a partir do concreto, reconduzindo, dessa forma, a filosofia do mundo celeste, abstrato e espiritual, para o mundo terrestre, concreto e material. Ter-se-ia, então, na nova filosofia proposta por Feuerbach, os primeiros fundamentos para a suprassunção [*Aufhebung*] da cisão entre ser e pensamento, teoria e prática. Contudo, conforme seria reconhecido posteriormente por Marx e Engels, faltou a Feuerbach o engajamento na atividade prática do habitat social. Vivendo em reclusão entre uma natureza exuberante no interior da Baviera, Feuerbach terminou por idealizar a comunidade humana [*Gemeinschaft*] e o Estado, jamais dando efetivo prosseguimento à execução prática das teses propostas em seus tratados sobre a nova filosofia.⁵⁷⁰ O exercício dessas teses seriam postas em prática por Marx e Engels, inicialmente de forma individual e, posteriormente, por meio de uma parceria intelectual iniciada entre 1844 e 1845.

(Em razão da ausência de correspondência de Engels entre 1842 a 1844 não temos fontes seguras da possível inspiração que o projeto da nova filosofia de Feuerbach teve em sua atividade teórica. Ademais, conforme examinamos por meio da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) IV/1-2 (excertos, anotações e notas marginais de Marx e Engels até janeiro de 1845) e IV/32 (a biblioteca de Marx e Engels), não há indicações de que Engels tenha tomado notas ou possuído em sua biblioteca pessoal exemplares do ensaio “Teses provisórias para a reforma da filosofia” e do livro *Princípios da filosofia do futuro*, de Feuerbach. O que efetivamente sabemos é que Engels fez menções aos textos feuerbachianos em questão—respectivamente, as “Teses” e os *Princípios*—no artigo “A situação da Inglaterra: *Passado e presente*, de Thomas Carlyle”⁵⁷¹ e em *A sagrada família*.⁵⁷² O que também sabemos é que Engels se utilizou do método materialista de Feuerbach em sua crítica de juventude da economia política, conforme foi por ele mesmo indicado no “Esboço de uma crítica da economia política”⁵⁷³ e que a inspiração da obra de Hess certamente orientou sua metodologia e a escolha de seu objeto de investigação entre os anos de 1842 a 1844: a economia e a sociedade inglesa sob o capitalismo industrial—o componente da triarquia europeia de Hess que faltava ser empiricamente examinado.)

Portanto, além de trazer consigo o projeto de examinar *in loco* e comprovar as teses de Hess sobre a Inglaterra, Engels também possuía um projeto pessoal: dar prosseguimento à conciliação da dialética hegeliana com a ciência positiva e experimental da natureza e da

570 Todd Gooch, “Feuerbach” (*The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2013); David McLellan, “Ludwig Feuerbach”, in *The Young Hegelians and Karl Marx* (London: Macmillan, 1969), p. 85–116; Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 65–67.

571 “Die Lage Englands. „Past and Present“ by Thomas Carlyle, London 1843” (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, Paris, n. 1-2, 1844), in MECW 3, p. 461; MEW 1, p. 543.

572 *Die heilige Familie oder Kritik der kritischen Kritik. Gegen Bruno Bauer und Konsorten* (1845, Frankfurt am Main), in São Paulo: Boitempo, 2011, cap. VI.2.a., p. 110; MEW 2, p. 97.

573 “Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie” (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, n. 1-2, 1844), in Engels (São Paulo: Ática, 1981), p. 64; MEW 1, p. 508.

sociedade proposta por Feuerbach na primeira metade da década de 1840.

* * *

Nas próximas páginas desta dissertação examinaremos a produção historiográfica e jornalística de Engels durante os anos de 1842 a 1844 na Inglaterra ou que tenham tido imanente vínculo com esse período. No primeiro subcapítulo examinaremos os artigos publicados por Engels na imprensa alemã—*Rheinische Zeitung* e *Schweizerischer Republikaner*—, onde atuou como correspondente internacional informando os leitores sobre a economia, a política e a sociedade industrial inglesa, e seus artigos publicados na imprensa socialista inglesa—*The New Moral World* e *The Northern Star*—, onde escreveu sobre o progresso da política socialista na Europa continental, principalmente na Alemanha, Suíça e França. Esses textos são relevantes para a compreensão da nova etapa de evolução filosófica e política de Engels onde, mantendo o método dialético e a concepção de história herdada da filosofia clássica alemã, ele se debruçou sobre um novo objeto de pesquisa: a economia e a sociedade industrial inglesa da primeira metade da década de 1840. No segundo subcapítulo examinaremos “A situação da Inglaterra”, série de artigos de Engels publicados na Alemanha nos quais ele discorreu sobre sua concepção materialista da história, esboçou as primeiras linhas de uma história econômica e social da Inglaterra e examinou e criticou as contradições imanentes entre as instituições inglesas e os conflitos de classe na sociedade civil daquele país. Por fim, no terceiro subcapítulo examinaremos o “Esboço de uma crítica da economia política”, considerado por muitos como o texto inaugural da crítica marxista às categorias fundamentais da economia política.

3.1. Engels: correspondente internacional & historiador do comunismo europeu e das lutas de classes

3.1.1. As lutas de classes na Grã-Bretanha & Irlanda

O primeiro texto de Engels sobre política internacional por nós identificado em nossas fontes foi “Centralização e liberdade”,⁵⁷⁴ publicado na *Rheinische Zeitung* ainda durante seu período em Berlim (1841-1842). O tema da centralização governamental foi amplamente debatido na *Rheinische Zeitung*⁵⁷⁵ a partir da publicação, em maio de 1842, de excertos do texto *Sobre a centralização*,⁵⁷⁶ de Louis Cormenin (1788-1868)—jurista e escritor francês que publicava seus panfletos políticos sob o pseudônimo de Timon.⁵⁷⁷ Engels fez uso da ocasião para organizar e expor suas opiniões sobre o tema partindo de um caso concreto da

574 “Zentralisation und Freiheit” (Colônia, n. 261, 18 set. 1842), in MECW 2, p. 355–359; MEGA I/3, p. 623–626. Segundo a MEGA I/3, a autoria de Engels desse texto é dúbia.

575 Por exemplo, no artigo de Moses Hess, “Alemanha e França em relação à questão da centralização” [*Deutschland und Frankreich in Bezug auf die Centralisationsfrage*] (Colônia, n. 137 (suplemento), 17 maio 1842). O texto de Hess estimulou Karl Marx a entrar no debate por meio do artigo: “A questão da centralização em si mesma e com respeito ao suplemento do n. 137 da *Rheinische Zeitung*” [*Die Zentralisationsfrage in bezug auf sich selbst und in bezug auf das Beiblatt der „Rheinischen Zeitung“ zu Nr. 137, Dienstag, 17. Mai 1842*]. Porém, Marx não concluiu o artigo, nos restando apenas seu manuscrito (MECW 1, p. 182–183; MECW 2, p. 613, nota 171; MEW 40, p. 379–380).

576 *De la centralisation* (1842, Paris).

577 MECW 2, p. 613, nota 171.

política francesa contemporânea: o ministério de François Guizot (1787-1874)—historiador e estadista francês, então ministro das relações exteriores (1840-1848). Engels criticou Guizot por ter perseguido a imprensa, desafiado a opinião pública, conduzido, dissolvido e convocado o parlamento arbitrariamente.⁵⁷⁸ Ademais, nesse artigo, Engels expôs seu desencanto com os rumos da Revolução Francesa de Julho de 1830—anteriormente por ele celebrada—e criticou a concepção do Estado como o mediador da liberdade absoluta, argumentando que essa instituição, antes de garantir e promover a liberdade, seria na realidade um empecilho para o desenvolvimento integral dela. Nas palavras do próprio Engels: “A centralização é—e esta é a sua justificação—a essência, o nervo vital do Estado. Todo Estado deve necessariamente lutar pela centralização; todo Estado é centralizado, desde a monarquia absoluta até a república”.⁵⁷⁹ E, mais adiante, concluiu:

A centralização é o princípio subjacente ao Estado, mas a centralização obriga necessariamente o Estado a ir além de si mesmo, a fazer de si mesmo—o particular—algo universal, último e supremo, e a reivindicar a autoridade e a posição que pertence apenas à história. O Estado não é, como se diz, a realização da liberdade absoluta—caso contrário, a dialética do conceito de Estado acima seria inválida—mas apenas a realização da liberdade objetiva. A verdadeira liberdade subjetiva, que tem direitos iguais aos da liberdade absoluta, exige uma forma diferente de realização do que o Estado.⁵⁸⁰

Porém, foi a partir de seu desembarque na Inglaterra, no final de novembro de 1842, que Engels passou a se dedicar a reportar e a comentar sistematicamente sobre a política internacional por meio de artigos que versavam sobre a economia, a política e sociedade inglesa. Os primeiros cinco artigos sobre esses temas foram publicados anonimamente na *Rheinische Zeitung* no fim de 1842, seguidos por uma série intitulada “Cartas de Londres”, publicados no *Schweizerischer Republikaner* entre os meses de maio e junho de 1843.

Engels retomou sua atividade de escritor quase que imediatamente ao desembarcar em Londres, redigindo, em 29 de novembro de 1842, o artigo “A perspectiva inglesa sobre a crise interna”.⁵⁸¹ Nesse artigo—o primeiro texto engelsiano integralmente dedicado à política e à sociedade inglesas⁵⁸²—, Engels discorreu sobre o descompasso entre a turbulência social na Inglaterra e a calma e segurança com que suas classes dominantes—a aristocracia e as classes médias [*Mittelstände*]⁵⁸³—concebiam o futuro do país. Organizadas

578 MECW 2, p. 355. As considerações de Engels no início do artigo “Centralização e liberdade” constituem, provavelmente, suas primeiras críticas a Guizot. Futuramente, em parceria com Karl Marx, Engels generalizou e sistematizou sua crítica a Guizot, por exemplo, na série de artigos “Cartas da França” [*Letters from France*], publicadas no jornal cartista *The Democratic Review* (Londres, jan.-ago. 1850, in MECW 10, p. 17-40) e na resenha “Guizot, *Por que a revolução na Inglaterra teve sucesso?: discurso sobre a história da Revolução Inglesa*, Paris, 1850” [Guizot, „*Pourquoi la révolution d'Angleterre a-t-elle réussi? Discours sur l'histoire de la révolution d'Angleterre*“, Paris, 1850], publicada na *Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue* (Londres, Hamburgo & Nova York, n. 2, fev. 1850, in MECW 10, p. 251-256; MEW 7, p. 207-212).

579 MECW 2, p. 358.

580 MECW 2, p. 359.

581 “Englisch Ansicht über die innern Krisen” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 342, 8 dez. 1842), in MECW 2, p. 368-369; MEW 1, p. 454-455.

582 Engels fez brevíssima menção à classe trabalhadora inglesa em “Centralização e liberdade” [*Zentralisation und Freiheit*] (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 261, 18 set. 1842), in MECW 2, p. 357; MEGA I/3, p. 623-626. Segundo a MEGA I/3, a autoria de Engels desse texto é dúbia.

583 De forma similar a apresentada no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig), o jovem Engels, seguindo o sentido inglês, referia-se às classes médias [*middle-classes*] como equivalentes à burguesia industrial, isto é, a classe proprietária urbana e industrial, distinta da aristocracia, a classe proprietária rural e rentista (“Prefácio

no Parlamento (Câmara dos Comuns) em dois partidos (Tories e Whigs), as classes dominantes inglesas, argumentou Engels, subestimavam os desafios e as contradições políticas e econômicas da sociedade e se mantinham obstinadas pela confiança na lei, na ordem e nas instituições nacionais. Conseqüentemente, Tories e Whigs não enxergavam—ou se recusavam a enxergar—a emergência de um novo partido na política inglesa: o partido cartista, que representava a massa proletária [*Proletarier*]⁵⁸⁴ e que tinha como meta a democratização do sistema político da Grã-Bretanha por vias constitucionais.⁵⁸⁵ Nesse mesmo artigo, Engels apresentou uma avaliação do caráter das classes médias inglesas ao escrever:

A classe média só pode ser Whig ou Tory, nunca cartista. Seu princípio é a preservação do *status quo*; na condição presente da Inglaterra, “progresso legal” e sufrágio universal resultariam inevitavelmente em uma revolução. É natural, portanto, que o inglês pragmático, para quem a política é uma questão de aritmética ou mesmo um *affair* comercial, não preste qualquer atenção ao poder do cartismo, que está crescendo silenciosamente em proporções formidáveis.⁵⁸⁶

Porém, a política, concluiu Engels, não poderia ser medida por meio dos métodos da aritmética e a indiferença dos Tories e dos Whigs perante a questão social os conduziria ao fracasso político.

No dia seguinte, 30 de novembro de 1842, ainda em Londres, Engels voltou a escrever sobre a política e a sociedade inglesa no artigo “A crise interna”.⁵⁸⁷ Nessa ocasião, Engels se propôs a responder a uma questão candente na Europa continental: “Seria uma revolução possível, ou, até mesmo, provável na Inglaterra?”. O *Englishman* ordinário e pragmático, escreveu Engels, apesar de reconhecer o desequilíbrio social e econômico do país, mantinha sua altiva confiança na prosperidade da indústria e que as estáveis instituições nacionais encontrariam uma saída sem a necessidade de reviravoltas violentas. Ademais, o *Englishman* acreditava que sua constituição era flexível o suficiente para suportar turbulências políticas, invariavelmente acomodando os conflitos sociais que surgissem pelo caminho. Com base na postura política das classes dominantes inglesas, Engels identificou uma distinção tanto material quanto intelectual [*geistig*] entre a Inglaterra e a Europa continental. Diferentemente do europeu continental—que atuava politicamente orientado por valores abstratos e universais—, as classes dominantes inglesas atentavam exclusivamente aos aspectos práticos e imediatos da vida material. Isolada das turbulências políticas e do progresso intelectual do continente, a Inglaterra se mantinha, nas palavras de Engels, atolada na Idade Média e sua principal instituição política, o Parlamento (Câmara dos Comuns), operava como uma corporação corrupta e alienada dos interesses do povo.⁵⁸⁸

Após tratar da política inglesa, Engels voltou-se para sua economia, definindo a

[à edição alemã de 1845]” (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 43).

584 O jovem Engels referia-se à classe operária e à classe proletária como sinônimos (“Prefácio [à edição alemã de 1845]”, in *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 43; Marcelo Badaró Mattos, “Uma questão de vocabulário?”, in *A classe trabalhadora* (São Paulo: Boitempo, 2019), p. 21–25).

585 G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thought: Vol. 1* (London: Macmillan, 1953), p. 141; *A Short History of the British Working-Class Movement, 1789-1947* (London: George Allen & Unwin, 1948), p. 98–99; MECW 2, p. 368–369; MEW 1, p. 454–455.

586 MECW 2, p. 369; MEW 1, p. 455.

587 “Die Innern Krisen” (*Rheinische Zeitung*, Colônia, n. 343-344, 9-10 dez. 1842), in MECW 2, p. 370–374; MEW 1, p. 456–460.

588 MECW 2, p. 370–371; MEW 1, p. 456–457.

Inglaterra como um Estado industrial [*Industriestaats*], dedicado ao comércio, à indústria e ao transporte marítimo. Para sustentar e proteger a constante expansão da produção industrial, a Inglaterra impunha tarifas de importação proibitivas. Tirando vantagem das tarifas protecionistas, os industriais ingleses aumentavam os preços dos produtos comercializados no mercado nacional, exigindo que as tarifas de importação fossem frequentemente elevadas a fim de manter a competitividade dos produtos ingleses. Ao mesmo tempo, países da Europa continental—principalmente a Alemanha e a França—ingressavam gradualmente no processo de industrialização, criando competição e reduzindo a demanda das mercadorias inglesas. Assim, o consumidor inglês era coagido a comprar produtos ingleses com preços de mercado abusivos, o que originou um movimento político em prol da abolição das tarifas protecionistas. Caso elas fossem abolidas, previu Engels, a Inglaterra seria inundada por mercadorias alemãs e francesas baratas e, até mesmo, de melhor qualidade, significando um duro golpe à indústria inglesa. Entretanto, o trunfo econômico da Inglaterra residia na fabricação e exportação de bens de produção, isto é, máquinas—ramo da indústria na qual ela ainda não tinha concorrentes na Europa continental. Porém, essas máquinas exportadas pela Inglaterra eram as mesmas que a Alemanha e a França agora faziam uso para competir com ela no mercado de bens de consumo em seus respectivos países. Assim, previu Engels, o mercado de bens de consumo na Europa continental estaria futuramente perdido para a Inglaterra. A saída para os industriais ingleses seria o comércio com o continente americano e seus territórios colônias na África e Ásia. Contudo, o mercado consumidor americano e das colônias inglesas não eram ainda capazes de absorver a oferta dos produtos manufaturados ingleses. Em síntese, o sistema tarifário protecionista do Estado industrial inglês encarecia as mercadorias de primeira necessidade de sua própria população, obrigando a elevação dos salários e o aumento do preço de mercado de suas mercadorias voltadas para a exportação, reduzindo sua competitividade no mercado internacional em razão do desenvolvimento da indústria alemã e francesa, criando, assim, a própria dinâmica que a conduziria futuramente a uma inevitável crise comercial no país.⁵⁸⁹

A mesma indústria que enriqueceu as classes dominantes inglesas, além de produzir bens de produção e de consumo, demandava e produzia em grande escala uma classe de não proprietários, de um povo reduzido à pobreza e à miséria: a classe proletária [*Proletarier*].⁵⁹⁰

Segundo Engels:

Um terço, quase a metade, de todos os ingleses pertence a esta classe. A mais pequena estagnação no comércio priva uma parte considerável desta classe de seu pão, uma crise comercial em grande escala deixa toda a classe sem pão. Quando tal situação ocorre, o que resta para essas pessoas fazerem senão revoltar-se? Por seus números, essa classe se tornou a mais poderosa da Inglaterra, e ai dos ingleses ricos quando ela se tornar consciente desse fato.⁵⁹¹

Conseqüentemente, a inevitável crise comercial traria consigo uma crise social de grandes proporções, pois, a classe proletária inglesa se encontrava em gradual processo de organização e ascensão de sua consciência de seu poder político. Como demonstração,

589 MECW 2, p. 371–373; MEW 1, p. 457–459.

590 MECW 2, p. 373; MEW 1, p. 459.

591 MECW 2, p. 373; MEW 1, p. 459.

Engels fez uso de um caso concreto da história social britânica: a Greve Geral de Agosto de 1842, que teve como pauta de reivindicações o aumento dos salários e a promulgação da *Peoplé's Charter* (Carta do Povo). A greve contou com paralisações dos trabalhos entre os mineiros e os operários do norte e sul da Inglaterra (Cornualha, Lancashire, Staffordshire e Yorkshire), Escócia (Dundee) e País de Gales. Engels avaliou criticamente a Greve Geral de Agosto de 1842, apontando como pontos negativos a falta de organização prévia e ausência de uma liderança política capaz de conduzir o movimento e estruturar uma ação conjunta. Outro aspecto criticado foi o excessivo respeito à lei, à ordem e às autoridades do Estado pelos grevistas que, com a menor demonstração de força pelo Estado, recuaram. A tardia emergência dos cartistas como liderança não foi capaz de sustentar o movimento grevista até a conquista de suas demandas. O respeito, ou, até mesmo, a reverência do proletariado inglês e das lideranças cartistas à lei e à ordem impossibilitou a manutenção e a continuidade da greve. Ademais, com o fim de suas escassas economias, os trabalhadores não tiveram alternativas se não voltarem a seus respectivos postos de trabalho. Porém, entre os pontos positivos mencionados por Engels encontrava-se o ganho de consciência pela classe operária inglesa de que uma revolução política por vias legais e pacíficas havia se tornado uma impossibilidade. Para o jovem Engels, somente uma revolução social radical seria capaz de destronar politicamente a aristocracia da terra e a burguesia industrial e comercial e fazer valer os interesses políticos e econômicos das classes trabalhadoras.⁵⁹²

Na conclusão do artigo, Engels considerou que uma nova e inevitável crise econômica ameaçaria futuramente a subsistência material do proletariado inglês e, como tudo na Inglaterra: “Serão os interesses e não os princípios que iniciarão e levarão adiante a revolução; os princípios só podem se desenvolver a partir de interesses, [...], a revolução será social, não política”.⁵⁹³

Aproximadamente duas semanas depois do último artigo, em 19 de dezembro de 1842 —nessa ocasião, já estabelecido em Manchester—, Engels retomou sua atividade de correspondente internacional para a *Rheinische Zeitung* escrevendo o artigo “A posição dos partidos políticos”.⁵⁹⁴ Nesse novo artigo, Engels se debruçou sobre os três grandes partidos políticos da Inglaterra: os Tories (o partido da aristocracia da terra [*Aristokratie des Grundbesitzes*]), os Whigs (o partido dos industriais e dos comerciantes [*Aristokratie des Geldes*]) e a “democracia radical” (um partido ainda heterogêneo e fragmentado composto por liberais radicais, socialistas reformistas e pela classe trabalhadora inglesa). Engels descreveu o partido Tory como sendo um partido de raízes medievais por pertencer à nobreza reacionária. Seu poder político residia na propriedade da terra e na extração da renda. Por sua vez, o partido Whig, composto majoritariamente por industriais e comerciantes, representava a *middle class* inglesa e possuía como orientação ideológica o

592 MECW 2, p. 373–374; MEW 1, p. 459–460. Engels retomaria o exame dos movimentos operários e das greves na Inglaterra no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig) (São Paulo: Boitempo, 2010, cap. 8, p. 247–274). Sobre a Greve Geral de Agosto de 1842, destacamos: G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thought: Vol. I* (London: Macmillan, 1953), p. 148–149; *A Short History of the British Working-Class Movement, 1789-1947* (London: George Allen & Unwin, 1948), p. 113; Robert Fyson, “6. The Crisis of 1842: Chartism, the Colliers’ Strike and the Outbreak in the Potteries”, in *The Chartist Experience* (London: Macmillan, 1982), p. 195–220.

593 MECW 2, p. 374; MEW 1, p. 460.

594 “Stellung der politischen Partei” (Colônia, n. 358, 24 dez. 1842), in MECW 2, p. 375–377; MEW 1, p. 461–463.

liberalismo de viés conservador. Seu poder político residia na propriedade dos meios de produção da indústria e no monopólio do comércio nacional e internacional. Com a emergência e o desenvolvimento da consciência e das organizações políticas independentes da classe trabalhadora inglesa, os Whigs tenderiam, argumentou Engels, forçosamente a serem empurrados em direção ao centro do espectro político e, inevitavelmente, se alinharem integralmente com os Tories. Esse processo, escreveu Engels, já estava em andamento, pois a classe trabalhadora inglesa estava cada vez mais envolvida com os princípios do radicalismo democrático e do cartismo, reconhecendo-os como expressão política de sua consciência coletiva [*Gesamtbewußtsein*].⁵⁹⁵

Naturalmente, esses partidos possuíam nuances de transição [*Übergangsnuanzen*]. No meio do caminho entre os Tories e os Whigs se encontravam Robert Peel (1788-1850)—líder dos Tories e fundador do moderno Partido Conservador e Unionista [*Conservative and Unionist Party*] (1834), então primeiro-ministro (1841-1846)—e John Russell (1792-1878)—líder dos Whigs e sucessor de Peel (1846-1852). Por sua vez, no meio do caminho entre os Whigs e o cartismo se encontravam os “radicais”—fração então composta por aproximadamente meia dúzia de parlamentares representados na imprensa pelo jornal liberal londrino *The Examiner* (1808-1886)—, os principais formuladores dos princípios da Liga Contra as Leis dos Cereais. Com o desenvolvimento e fortalecimento político do cartismo, o grupo de Peel e Russell tenderia a ganhar cada vez mais dimensão, pois representaria a unidade dos Tories e dos Whigs contra a classe trabalhadora—isto é, do capital *versus* o trabalho—, enquanto que o segundo grupo tenderia a perder espaço para o cartismo até, eventualmente, desaparecer, previu Engels.⁵⁹⁶

Tais considerações de Engels não foram extraídas simplesmente a partir dos princípios expostos textualmente ou oralmente por esses partidos e seus porta-vozes, mas a partir das ações práticas de cada um deles perante um caso concreto da política inglesa: os debates sobre as Leis dos Cereais. Adotadas na Inglaterra no século XV, as Leis dos Cereais [*Corn Laws*] se trataram de um conjunto de leis e regulações tarifárias impostas pelo Estado inglês sob a importação de produtos agrícolas, particularmente, o trigo. Seu propósito era o de proteger os proprietários de terras da concorrência com os produtores estrangeiros e garantir preços de mercado vantajosos no comércio interno para seus produtos. Em 1815, foi emitida uma lei que proibia imediatamente a importação de grãos quando o preço deles no mercado inglês estivesse abaixo de 80 xelins [*shillings*] por trimestre e, a partir de 1822, 70 xelins por trimestre. Em 1828, a fim de melhor ajustar as leis protecionistas com as oscilações dos preços no mercado nacional, foi instituída a escala móvel para as tarifas de importação. Como reação às Leis dos Cereais, que atendiam aos interesses dos proprietários de terras (Tories), Cobden e Bright, dois industriais de Manchester, fundaram em 1838 a Liga Contra as Leis dos Cereais [*Anti-Corn Law League*], organização política que reivindicava o fim das tarifas protecionistas e a abertura do mercado nacional inglês às importações. As reivindicações da Liga Contra as Leis dos Cereais atendiam a dois objetivos dos industriais (Whigs): enfraquecer o poder econômico e, conseqüentemente, político da

595 MECW 2, p. 375–376; MEW 1, p. 461–462.

596 MECW 2, p. 376; MEW 1, p. 462.

aristocracia da terra, representada no Parlamento (Câmara dos Comuns) pelos Tories, e reduzir o preço da reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, o salário dos trabalhadores, ao diminuir o preço do pão, base de sua dieta. Esse confronto político entre aristocracia da terra e industriais terminou com a revogação das Leis dos Cereais em 1846 durante o ministério de Robert Peel.⁵⁹⁷ A luta política mesquinha entre Tories e Whigs, argumentou Engels, arruinou o agricultor nacional e reduziu a classe trabalhadora inglesa à pobreza e à fome. Mesmo as medidas dos Whigs de estabelecer uma tarifa fixa para os grãos de 8 xelins [*shillings*] por trimestre não passavam de um meio termo para com os interesses dos Tories, pois não resvalavam nos interesses econômicos da aristocracia da terra—a manutenção de seu monopólio sobre a renda da terra—, mas, pelo contrário, prejudicavam o arrendatário ao limitar o valor de venda de seu produto e o trabalhador urbano ao permitir novos aumentos no preço médio do pão.⁵⁹⁸ Os “radicais” e seu jornal, *The Examiner*, após se manterem durante um longo tempo favorável à proposta moderada dos Whigs, enfim se pronunciaram abertamente a favor da revogação das Leis dos Cereais, isto é, das tarifas de importação. Os cartistas, por sua vez, haviam sido contrários às Leis dos Cereais desde o princípio.⁵⁹⁹

No final do artigo, Engels previu que as tarifas de importação sobre os cereais seriam revogadas eventualmente, pois, a fim de não ter que reduzir seus ganhos com a renda da terra, a aristocracia seria capaz de abrir mão até mesmo do protecionismo. E concluiu: “Em qualquer dos casos, a coalizão Peel-Russell, o centro parlamentar, tem a chance mais imediata de formar um governo e, com suas medidas *juste-milieu*, vai atrasar uma decisão sobre a questão dos cereais o máximo de tempo possível. Quanto tempo, porém, depende não dela, mas do povo”.⁶⁰⁰

Nos dois últimos artigos dessa série publicada na *Rheinische Zeitung*, “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”⁶⁰¹ e “As leis dos cereais”,⁶⁰² redigidos, respectivamente, em 20 e 22 de dezembro de 1842, Engels se voltou para o exame da situação dos proletários urbanos e rurais da Grã-Bretanha.

No primeiro desses dois artigos—“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”—, Engels examinou a situação de trabalho e de vida dos trabalhadores da indústria têxtil, da mineração e da metalurgia, identificando uma gradual precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores dessas categorias. Os trabalhadores da indústria têxtil estavam entre aqueles que detinham, comparativamente, as melhores condições: jornada de trabalho de doze horas, uma taxa de desemprego de 1 para cada 10 trabalhadores, além de conseguirem se alimentar melhor do que a média dos trabalhadores do mesmo ramo na Alemanha e na França. Mas, Engels, questionou: “Por quanto tempo?”⁶⁰³ E a seguir complementou:

597 MECW 2, p. 615, nota 184.

598 MECW 2, p. 376; MEW 1, p. 462.

599 MECW 2, p. 376–377; MEW 1, p. 462–463.

600 MECW 2, p. 377; MEW 1, p. 463.

601 “Lage der arbeitenden Klasse in England” (Colônia, n. 359, 25 dez. 1842), in MECW 2, p. 378–379; MEW 1, p. 464–465.

602 “Die Korngesetze” (Colônia, n. 361, 27 dez. 1842), in MECW 2, p. 380–382; MEW 1, p. 466–467.

603 MECW 2, p. 378; MEW 1, p. 464.

A menor flutuação no comércio deixa milhares de trabalhadores desamparados; suas modestas economias logo se esgotam e depois correm o risco de morrer de fome. E uma crise desse tipo vai ocorrer novamente dentro de alguns anos. A mesma produção expandida que agora dá trabalho aos “pobres” e conta com o mercado chinês vai criar uma enorme massa de mercadorias e uma queda nas vendas, o que resultará novamente na miséria geral dos trabalhadores.⁶⁰⁴

Por sua vez, os mineradores da indústria do carvão e os metalúrgicos eram aqueles que sofriam com as condições mais precárias de trabalho. Além de exercerem o trabalho fisicamente mais pesado e insalubre, recebiam os salários mais baixos. Não por acaso, observou Engels, eram as categorias mais radicalizadas da classe trabalhadora. Em razão de sua atitude obstinada durante a Greve Geral de Agosto de 1842, os carvoeiros—também conhecidos como *Bolton people*⁶⁰⁵—são aqueles que inspiram maior temor em Manchester e nas cidades vizinhas. Ademais, devido à pobreza e à miséria que lhes foram impostas pelo progresso da indústria e do comércio capitalista, os carvoeiros recorriam frequentemente ao roubo e ao assalto dos membros das classes mais abastadas da sociedade.⁶⁰⁶ De forma similar ao questionamento levantado sobre os trabalhadores da indústria têxtil, Engels perguntou: “O que será deles se houver a menor queda nos negócios?”⁶⁰⁷

Já naquele período, os trabalhadores haviam desenvolvido instrumentos paliativos para os períodos de crise e de desemprego: as caixas, ou os fundos de auxílio aos desempregados ou aos grevistas. Porém, Engels avaliou que essas medidas seriam insuficientes, pois sempre havia alguma região do país na qual os trabalhadores passavam por alguma dificuldade econômica. (Durante o período de redação do artigo, o desemprego estava em alta nas cidades escocesas de Glasgow e Paisley. Em Paisley, 7.000 trabalhadores haviam sido recentemente demitidos, informou Engels.) Ademais, concluiu Engels, esses métodos de auxílio não atingiam a raiz do problema da precarização das condições de vida e de trabalho das classes proletárias urbanas: o monopólio da propriedade pelas classes dominantes e a imposição do trabalho assalariado como única forma de sustento econômico.

Por fim, sintetizou Engels:

Tudo isso se resume a que a Inglaterra com sua indústria se sobrecarregou não só com uma grande classe de desprovidos de propriedade, mas entre eles uma classe considerável de pobres, da qual ela não consegue se livrar. Essas pessoas têm que enfrentar a vida sozinhas; o Estado as abandona, até as empurra para longe. Quem pode culpá-los, se os homens recorrem ao roubo ou ao furto, as mulheres ao furto e à prostituição? Mas o Estado não se importa se a fome é amarga ou doce; encarcera essas pessoas nos presídios ou as envia para assentamentos penais, e quando as libera tem a satisfação de ter convertido pessoas sem trabalho em pessoas sem moral. E o curioso de toda a história é que o sagaz Whig e o “radical” ainda não conseguem entender de onde vem o cartismo com o país em tal estado, e como os cartistas podem imaginar que têm a mínima chance na Inglaterra.⁶⁰⁸

No artigo seguinte e último da série—“As leis dos cereais”—, Engels discorreu sobre o

604 MECW 2, p. 378; MEW 1, p. 464.

605 Cidade pertencente a região metropolitana de Manchester, Bolton ganhou grande relevância econômica durante o período das revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX como um dos maiores centros da indústria têxtil no mundo.

606 MECW 2, p. 378–379; MEW 1, p. 464–465.

607 MECW 2, p. 379; MEW 1, p. 465.

608 MECW 2, p. 379; MEW 1, p. 465.

despertar da consciência e da autonomia política dos arrendatários [*Pächtern*; *tenants* em inglês], isto é, do proletariado rural. Em parte, as publicações da Liga Contra as Leis dos Cereais e os debates políticos sobre o fim das tarifas sobre as importações de cereais tiveram sua parcela de responsabilidade nessa nova atitude política dos arrendatários, que gradualmente tomavam consciência de que seus interesses econômicos divergiam dos dos proprietários de terras [*Grundbesitzern*, ou *Gutzbesitzern*; *landlords* em inglês]—que até então se passavam por defensores da agricultura nacional—e que as tarifas sobre os cereais importados somente lhes trouxe prejuízo nos contratos de arrendamento de terra. Entre as consequências políticas identificadas por Engels estava a migração do apoio político dos arrendatários para os Whigs, o que alteraria substancialmente a composição do Parlamento (Câmara dos Comuns).⁶⁰⁹

Após um hiato de aproximadamente cinco meses, Engels retornou a escrever sobre a economia, a política e a sociedade inglesa por meio da publicação da série “Cartas de Londres”,⁶¹⁰ publicadas entre os meses de maio e junho no *Schweizerischer Republikaner*—jornal semanário radical editado e publicado por imigrantes alemães em Zurique. As “Cartas de Londres” podem ser lidas como uma continuação dos primeiros artigos engelsianos escritos em solo inglês. As razões de Engels haver interrompido sua atividade jornalística entre o fim de 1842 e meados de 1843 se deveram a três motivos fundamentais: as responsabilidades nos trabalhos administrativos da Ermen & Engels; o trabalho de pesquisa sobre a classe trabalhadora inglesa e sobre o socialismo inglês; e, por fim, a censura e o posterior fechamento da *Rheinische Zeitung* pelo governo prussiano durante a primavera (março a maio) de 1843.⁶¹¹ O foco de Engels nas “Cartas de Londres” foi o movimento cartista e o socialismo inglês.⁶¹²

No primeiro número da série,⁶¹³ Engels examinou o desenvolvimento e o progresso do partido democrático radical, do partido proletário (os cartistas) e do socialismo na Inglaterra. O partido democrático radical—ou simplesmente, os “radicais”—representava a classe média baixa [*niedere Mittelklasse*; *lower middle class* em inglês]. O partido cartista—o mais numeroso e popular—representava a classe proletária. Por sua vez, o partido socialista era composto por membros tanto das classes médias baixas quanto por proletários. Esses três partidos, segundo Engels, eram os que mais progrediam na política inglesa por representarem melhor que os demais—Tories e Whigs—os “sinais do tempo” [*Zeichen der Zeit*]—isto é, a democratização da política e o progresso econômico das classes trabalhadoras.⁶¹⁴

No que se referiam à composição teórica, os “radicais”, os cartistas e os socialistas representavam as classes “não educadas”, ou de menor nível educacional para os padrões da

609 MECW 2, p. 381; MEW 1, p. 467

610 “Briefe aus London”, in MECW 3, p. 379–391; MEW 1, p. 468–479.

611 MECW 3, p. 610, nota 137, p. 648.

612 Nesse artigo, Engels não fez distinção rigorosa entre socialistas e comunistas na Inglaterra, em muitas ocasiões tradando-os como sinônimos; por exemplo, na terceira parte do artigo (*Schweizerischer Republikaner*, Zurique, n. 46, 9 jun. 1843), Engels se referiu ao *Hall of Science* dos socialistas owenistas de Manchester como “Hall dos Comunistas” [*Kommunisten-Hall*] e a seus membros como “comunidade comunista” [*Kommunistengemeinde*] (MECW 3, p. 385, 387; MEW 1, p. 474, 476).

613 Zurique, n. 39, 16 maio 1843, in MECW 3, p. 379–382; MEW 1, p. 468–471.

614 MECW 3, p. 379–380; MEW 1, p. 468–469.

época, enquanto que os Tories e Whigs eram representados pelas classes de maior formação educacional. Tratava-se de um ponto relevante para o exame de Engels sobre a questão: quem educa ou quem dá a formação política das classes médias baixas e do proletariado na Inglaterra? Na Alemanha, recordou Engels, o radicalismo democrático e o socialismo emergiram entre as classes de alta formação educacional—basta lembrarmos que muitos dos Jovens Hegelianos eram doutores em filosofia, tal como Ludwig Feuerbach, Arnold Ruge, Bruno Bauer e Karl Marx. Na Inglaterra, por sua vez, as classes de maior formação educacional, escreveu Engels, “têm sido surdas e cegas aos sinais dos tempos”. Não havia no ambiente universitário inglês nenhum debate político comparável aos que efervesciam nas universidades alemãs do mesmo período. Ademais, a publicação científica inglesa, observou Engels, era dominada pelo reacionarismo, correspondendo, dessa forma, à ideologia das classes dominantes—a aristocracia e a burguesia.⁶¹⁵

A Inglaterra é a terra natal da economia política, mas e quanto ao nível acadêmico entre professores e políticos? O livre comércio de Adam Smith foi empurrado para as conclusões insanas da teoria malthusiana da população e não produziu nada além de uma nova forma mais civilizada do velho sistema de monopólio, uma forma que encontra seus representantes entre os atuais conservadores e que combateu com sucesso o absurdo malthusiano, mas no final chegou mais uma vez às conclusões de Malthus.⁶¹⁶

Engels criticou, assim, a miopia intelectual das universidades e da “alta cultura” inglesa do período. Para Engels, a melhor literatura, tanto científica quanto ficcional da Inglaterra advinha daqueles que mantinham aliança política com os “radicais”, cartistas e socialistas. Enquanto os tratados econômicos dos socialistas e cartistas eram desprezados pelas classes “cultas” inglesas, as classes “incultas” liam traduções dos enciclopedistas franceses Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778) e Holbach (1723-1789), além dos escritores românticos ingleses Byron (1788-1824) e Shelley (1792-1822).⁶¹⁷ Assim, segundo Engels, os “radicais”, cartistas e socialistas não estavam rebaixando sua produção e suas referências teóricas e literárias, adequando-as ao nível cultural do proletariado inglês, mas elevando o nível cultural deles por meio das obras dos grandes pensadores e escritores da modernidade.

Outro exemplo prático que sustenta a tese engelsiana sobre a ignorância e a desconsideração das classes dominantes inglesas para com a educação formal da população em geral pode ser demonstrado nos debates sobre a lei de regulamentação do emprego de crianças e jovens nas fábricas e da educação de crianças nos distritos industriais, submetida em 7 de março de 1843 no Parlamento (Câmara dos Comuns) por James Graham (1792-1861)—ministro do Interior (1841-1846) do gabinete do primeiro-ministro Robert Peel. A proposta de lei apresentada por Graham restringiria as horas de trabalho das crianças e jovens, introduzindo, compulsoriamente, a educação delas e estabelecendo a Igreja Anglicana como a supervisora das escolas.⁶¹⁸ Os Whigs lutaram pela rejeição completa da lei, pois ela prejudicava os interesses econômicos dos industriais ao restringir as horas de trabalho das crianças e dos jovens em suas fábricas. Os cartistas e socialistas apoiavam parcialmente a lei, criticando a proposta de supervisão da Igreja Anglicana sobre a educação.

615 MECW 3, p. 379–380; MEW 1, p. 468–469.

616 MECW 3, p. 380; MEW 1, p. 469.

617 MECW 3, p. 380; MEW 1, p. 469.

618 “Factories’ Education (7 March 1843)” (*Hansard*).

Devido à fraqueza política dos Tories nas cidades, Engels desconsiderou sua participação nos debates.

Os debates sobre a referida lei ocorreram em assembleias públicas convocadas pelos prefeitos das cidades nas quais, pelas leis inglesas, todos os habitantes tinham o direito de pronunciarem sua opinião. Em razão do caráter público, os partidos mais fortes numericamente e mais enérgicos tenderiam a saírem vitoriosos, sendo justamente o que ocorreu. Em todas as assembleias que tiveram lugar nas grandes cidades de Lancashire—Stockport, Manchester e Salford, a última atendida pessoalmente por Engels—os cartistas e socialistas obtiveram grandes vitórias sobre os Whigs, fazendo com que as suas resoluções fossem encaminhadas ao Parlamento (Câmara dos Comuns).⁶¹⁹ Engels concluiu afirmando que o movimento cartista e operário já era maioria em Lancashire, centro industrial inglês e, até então, uma fortaleza política dos Whigs.⁶²⁰

No segundo artigo da série,⁶²¹ Engels retomou o tema sobre as Leis dos Cereais e a respectiva posição dos partidos, particularmente os debates entre a Liga Contra as Leis dos Cereais, coordenada pelos Whigs, e os cartistas, liderados pelo nacionalista irlandês Feargus O'Connor (1794-1855). Os cartistas saíram fortalecidos desses debates, se tornando o maior movimento de oposição às Leis dos Cereais, tomando o lugar do Whigs. Por sua vez, com o crescente crescimento da consciência política dos arrendatários e sua eventual completa independência política dos proprietários de terras, os Whigs perdiam cada vez mais sua base social, tanto urbana quanto rural, forçando-os a se aliarem com os Tories, transformando completamente o mapa político inglês. A partir de então, as lutas de classes na Inglaterra seriam entre os Tories e os Whigs contra os cartistas e os arrendatários—isto é, as classes dominantes rurais e urbanas *versus* as classes proletárias urbanas e rurais.⁶²²

No terceiro número da série,⁶²³ Engels apresentou sua primeira exposição sobre o socialismo e o comunismo inglês. Sendo um movimento político que congregava tanto a classe média baixa quanto o proletário inglês, o socialismo na Inglaterra combina os princípios teóricos com a prática política de ambas as classes. Em Manchester, os socialistas reuniam-se todos os domingos no *Hall of Science*, onde, entre as muitas atividades, se realizavam conferências sobre economia política e a condição de vida e trabalho dos operários. Entre seus oradores de maior destaque e talento se encontrava John Watts (1818-1887), socialista inglês, então próximo de Robert Owen (1771-1858)—industrial e filantropo galês, um dos pais do socialismo e do cooperativismo na Inglaterra. As conferências de Watts versavam sobre uma ampla gama de tópicos: ciência, ateísmo, além de economia política sob uma perspectiva crítica. Em seu livro *Fatos e ficções dos economistas políticos: uma revisão dos princípios da ciência, separando o verdadeiro do falso*,⁶²⁴ Watts criticou a teoria da população de Malthus, defendeu o trabalho como única fonte da

619 MECW 3, p. 381–382, p. 610, nota 141; MEW 1, p. 469–471. As referidas assembleias provavelmente ocorreram por volta do dia 7 de março de 1843—data na qual a lei foi submetida no Parlamento (Câmara dos Comuns)—e o início de maio de 1843—período no qual Engels redigiu o primeiro número da série “Cartas de Londres”.

620 MECW 3, p. 382; MEW 1, p. 471.

621 Zurique, n. 41, 23 maio 1843, in MECW 3, p. 382–385; MEW 1, p. 471–473.

622 MECW 3, p. 382–385; MEW 1, p. 471–473.

623 Zurique, n. 46, 9 jun. 1843, in MECW 3, p. 385–389; MEW 1, p. 474–477.

624 *Facts and Fictions of Political Economists: Being a Review of the Principles of the Science, Separating the True from the False* (Manchester, 1842).

riqueza social, discorreu sobre os efeitos da introdução das máquinas no trabalho e as Leis dos Cereais.⁶²⁵ (As conferências de Watts e seu livro devem ter sido a efetiva porta de entrada de Engels no estudo da economia política. Anteriormente—até onde nossas fontes nos puderam informar—Engels somente havia tido um contato incipiente com o tema—por exemplo, na aula do professor Henning da Universidade de Berlim registrada por Engels no artigo “Diário de um estudante visitante”⁶²⁶ e ao longo dos primeiros artigos publicados na Inglaterra. Porém, eles não possuem indicação de referências bibliográficas que nos permitam indicar quais eram as fontes de Engels sobre o tema.)

Outro teórico do socialismo owenista exaltado por Engels foi Charles Southwell (1814-1860). Ateu radical, Southwell era o principal organizador do *Hall of Science* de Bristol. Orador de talento e extremamente popular e carismático, Southwell fundou, em 1841, *The Oracle of Reason, or Philosophy Vindicated*, periódico abertamente ateu, que sobreviveu até 1843, onde advogou em prol do pensamento livre, da lógica, da razão e do empirismo, fazendo oposição a toda forma de autoridade sustentada na tradição, no dogma e na revelação. Perseguido e preso em sucessivas ocasiões sob a acusação de blasfêmia e após uma série de empreendimentos jornalísticos fracassados—tanto por razões políticas e ideológicas quanto financeiras—, Southwell migrou na década de 1850 para a Austrália e depois para a Nova Zelândia, onde viveu seus últimos anos de vida.⁶²⁷

Robert Owen foi o principal organizador dos *Hall of Science* na Inglaterra e do movimento socialista na primeira metade do século XIX. Arquiteto e mestre de obras da “sociedade do futuro”, Owen tinha projetos de reforma social que visavam reestruturar todas as instituições sociais, tais como o casamento, a religião e a propriedade. A obra de Owen teve forte atração no radicalismo de juventude de Engels. Muitos dos temas versados por Owen em sua obra voltariam a ecoar nos textos de maturidade de Engels, sendo o mais evidente deles o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884, Zurique). Engels sintetizou a obra de Owen nas seguintes palavras:

Owen escreve em seus numerosos livretos como um filósofo alemão, ou seja, muito mal, mas às vezes ele tem seus momentos de lucidez e depois seus escritos obscuros se tornam legíveis; além disso, seus pontos de vista são abrangentes. Segundo Owen “o casamento, a religião e a propriedade são as únicas causas de toda a calamidade que existe desde que o mundo começou” (!!), todos os seus escritos estão repletos de explosões de fúria contra os teólogos, advogados e médicos, todos os quais ele aglomera no mesmo cesto. “Os tribunais são a sede de uma classe de pessoas que ainda são completamente teológicas e, portanto, preconceituosas; as leis também estão imbuídas de teologia e, portanto, devem ser abolidas juntamente com o júri”.⁶²⁸

Em Manchester, relatou Engels, a comunidade comunista [*Kommunistengemeinde*] frequentadora do *Hall of Science* possuía 8.000 membros registrados e contribuintes, o que

625 W. O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels: Vol. I* (London: Frank Cass, 1976), cap. 5.VII.

626 “Tagebuch eines Hospitanten” (*Rheinische Zeitung für Politik, Handel und Gewerbe*, Colônia, n. 130, 144) in MECW 2, p. 268–273; MEW 41, p. 249–254.

627 MECW 3, p. 386; MEW 1, p. 474–475.

628 MECW 3, p. 386–387, p. 611, nota 147, p. 642; MEW 1, p. 475. As citações de Owen feitas por Engels foram extraídas do *The Marriage System of the New Moral World; with a Faint Outline of the Present very Irrational System; as Developed in a Course of Ten Lectures* (1838, Leeds). Para mais referências sobre Owen, destacamos: G. D. H. Cole, *The Life of Robert Owen* (2. ed., London: Macmillan, 1930); Robert Owen, *A New View of Society and Other Writings* (London: Penguin, 1991); Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 25–40.

permitiu com que o *Hall* da cidade se sustentasse financeiramente de forma autônoma. Outra fonte de sustentação financeira do *Hall* era a venda de literatura socialista e científica, além de obras clássicas do iluminismo francês traduzidas para o inglês, por exemplo, Rousseau e Voltaire; também eram comercializados textos de Thomas Paine (1737-1809) e Percy Bysshe Shelley (1792-1822). Frequentado por pessoas de todas as idades, sexos e classes sociais, os *Halls* ofereciam nos dias de semana atividades de socialização, como dança e concertos musicais, além de um café onde se realizavam tertúlias. Os *Halls* eram, assim, espaços de instrução científica e cultural para seus frequentadores e foram responsáveis pela criação e manutenção de uma cultura socialista na Inglaterra. Apesar da forma semirreligiosa das reuniões dominicais que contavam com uma audiência aproximada de 3.000 pessoas, segundo Engels—afinal, os trabalhadores deixavam de ir às igrejas para atender às conferências nos *Halls*, demonstrando uma tendência da classe trabalhadora inglesa do período ao anticlericalismo e ao ateísmo⁶²⁹—o ambiente possuía um caráter bem-humorado e informal.⁶³⁰

(A experiência dos *Halls* deixaram um legado na atividade militante de Engels, que prezaria não somente pela instrução política dos socialistas e da classe trabalhadora, como também por sua instrução científica e cultural, promovendo futuramente tanto a publicação de livros como também de jornais e periódicos científicos, por exemplo: *Der Volksstaat*—órgão de imprensa do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Alemanha [*Sozialdemokratische Arbeiterpartei Deutschlands*, SDAP] (1869-1875), publicado em Leipzig entre outubro de 1869 e setembro de 1876—, e *Die Neue Zeit*—periódico científico do Partido Social-Democrata da Alemanha [*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD] (1875), publicado em Stuttgart entre 1883 e 1923.)

No quarto e último número da série,⁶³¹ Engels voltou-se para a questão irlandesa e o movimento popular de revogação do Ato de União de 1801—imposto pela Inglaterra à Irlanda após a supressão da Rebelião Irlandesa de 1798—que abolia a autonomia do Parlamento irlandês. Na década de 1820, o movimento popular de revogação do Ato de União de 1801 e de emancipação da Irlanda ganhou força. Daniel O’Connell (1775-1847), advogado e político irlandês da ala liberal, foi o líder mais popular do movimento. Engels o criticou no artigo por sua política moderada e conciliadora [*juste-milieu*] para com as classes dominantes inglesas. Engels também identificou as divisões internas do movimento em razão de sua composição de classes: proprietários de terras, burguesia e camponeses.⁶³²

Talvez o aspecto mais interessante desse número da série “Cartas de Londres” seja a descrição engelsiana do caráter do povo irlandês. Segundo Engels, o irlandês, acostumado com a rotina da vida e do trabalho rural, ao migrar para as grandes cidades industriais inglesas, sofria um choque físico e psicológico que alterava completamente seu estado de espírito.

Sobre os irlandeses que migraram para a Inglaterra, Engels escreveu:

629 Eric Hobsbawm, “Capítulo 12: A ideologia religiosa”, in *A era das revoluções, 1789-1848* (25. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012), 346–353; MECW 3, p. 386; MEW 1, p. 474–475.

630 MECW 3, p. 385–389; MEW 1, p. 473–477.

631 Zurique, n. 51, 27 jun. 1843, in MECW 3, p. 389–391; MEW 1, p. 477–479.

632 MECW 3, p. 389–391, p. 611, nota 149; MEW 1, p. 477–479.

Aquele que nunca viu os irlandeses não pode conhecê-los. [...]. O irlandês é um filho da natureza, despreocupado, alegre e comedor de batata. De sua chareca nativa, onde cresceu, sob um teto quebrado, com chá fraco e pouca comida, ele é repentinamente jogado em nossa civilização. A fome o leva para a Inglaterra. No furor mecânico, egoísta e gelado das cidades fabris inglesas, suas paixões são despertadas. O que esse jovem bruto—que foi gasto brincando em pântanos e mendigando à beira da estrada—sabe da parcimônia? Ele esbanja o que ganha, depois passa fome até o dia de pagamento seguinte ou até encontrar trabalho novamente. Ele está acostumado a passar fome. Então ele volta, procura os membros de sua família na estrada onde eles se espalharam para mendigar, de vez em quando se reunindo novamente em torno do bule que a mãe carrega consigo.⁶³³

E, mais adiante, complementou:

Mas na Inglaterra o irlandês viu muita coisa, participou de reuniões públicas e associações de trabalhadores, ele sabe o que é a Revogação e o que Sir Robert Peel representa, ele certamente já teve muitas brigas com a polícia e poderia contar muito sobre a falta de coração e o comportamento vergonhoso dos “Peelers” (a polícia). Ele também tem ouvido falar muito sobre Daniel O’Connell. [...]. A criação meio selvagem e depois o ambiente completamente civilizado colocam o irlandês em contradição consigo mesmo, em um estado de irritação permanente, de fúria que arde continuamente, o que o torna capaz de tudo. Além disso, ele carrega o fardo de cinco séculos de opressão com todas as suas conseqüências. Surpreende que, como qualquer outro meio selvagem, ele ataque cega e furiosamente todas as oportunidades, que seus olhos ardam de perpétua sede de vingança, de fúria destruidora, para a qual é totalmente indiferente aquilo contra o qual é dirigido, desde que possa atacar e destruir.⁶³⁴

O interesse e o engajamento pela política e pela história irlandesa de Engels certamente foi despertado tanto pela empatia para com a condição de vida e trabalho dos irlandeses na Inglaterra quanto por seu relacionamento com Mary e Lydia (“Lizzie”) Burns (1821/1822-1863; 1827-1878). O interesse de Engels pela Irlanda e pelo povo irlandês foi tamanho que arriscaríamos classificá-lo como um “hibernófilo” (*hibernophile*, em inglês). Engels acompanhou atentamente as indas e vindas da política irlandesa, conforme pode ser observado nas inúmeras referências à Irlanda e aos irlandeses presentes ao longo de anos em sua correspondência. Em sua principal obra do período de juventude—*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig)—, Engels dedicou, além, evidentemente, do capítulo intitulado “A imigração irlandesa”, muitas passagens sobre os trabalhadores irlandeses na Inglaterra, por exemplo em “As grandes cidades”, “A concorrência”, “Resultados” e “O proletariado agrícola”.⁶³⁵ Poliglota autodidata, Engels estudou gaélico. Viajou à Irlanda em duas ocasiões—a primeira, em 1856, acompanhado de Mary Burns, e a segunda, em 1869, acompanhado de Lizzie Burns. Em uma ocasião, em 1867, seu comprometimento chegou a extremos, condescendendo a Lizzie autorização para abrigar em sua residência em Manchester militantes fenianos—nacionalistas irlandeses—fugitivos da política. Tratavam-se de membros veteranos da revolucionária Irmandade Republicana Irlandesa [*Irish Republican Brotherhood*, IRB] (1858-1924) que foram libertados da custódia da polícia inglesa em 1867 após uma ousada operação de resgate organizada por três jovens fenianos que ficariam conhecidos como os “mártires de Manchester”.⁶³⁶ E, por fim, Engels chegou a conceber e a iniciar um projeto de pesquisa e redação de uma história da Irlanda

633 MECW 3, p. 389–390; MEW 1, p. 478.

634 MECW 3, p. 390; MEW 1, p. 478–479.

635 São Paulo: Boitempo, 2010; MEW 2.

636 Tristram Hunt, *Marx’s General* (New York: Holt Paperbacks, 2010), p. 229–233.

—que hoje pertencem a mais um entre a coleção dos muitos projetos que ele deixou inconclusos.⁶³⁷

3.1.2. O comunismo continental

Durante o período que esteve em Manchester, Engels também publicou artigos em inglês sobre a política e o movimento comunista e operário da Europa continental no jornal owenista *The New Moral World* e no jornal cartista *The Northern Star*. O primeiro desses artigos foi “Progressos da reforma social no continente”,⁶³⁸ publicado em duas partes no *The New Moral World*, em 4 e 18 de novembro de 1843—esses artigos seriam republicados em versão resumida dias depois no *The Northern Star*, em 11 e 25 de novembro de 1843. O objetivo de Engels era informar os leitores ingleses sobre o movimento comunista na Europa continental, segundo ele, até então ignorado no país. Nesse artigo, Engels apresentou sua primeira definição de comunismo—a organização social baseada na propriedade comum, realizável historicamente somente por meio de um processo revolucionário—e o socialismo como consequência necessária dos rumos da civilização industrial moderna. Em razão das particularidades históricas de cada nação, cada uma possuía uma formulação particular do socialismo. Porém, apesar dos distintos caminhos pelos quais cada nação europeia formulou sua concepção de socialismo, todas essas formulações, argumentou Engels, possuíam conclusões semelhantes. Sustentado nas teses de Moses Hess apresentadas em *A triarquia europeia*, Engels argumentou que os ingleses haviam chegado ao socialismo pela via prática—isto é, pela via econômica e social—, os franceses pela via política e os alemães pela via da filosofia. Para Engels, o socialismo dessas três grandes nações europeias de seu tempo deveria ser unificado em um único movimento político. Temos, assim, os primórdios do princípio internacionalista da política socialista de Engels.⁶³⁹

Na primeira parte do artigo, Engels voltou-se para a França, apresentando-a como uma nação política e fundadora da democracia moderna na Europa. Para Engels, a liberdade e o igualitarismo formal da democracia moderna possuíam uma contradição inerente que somente poderia ser superada pela via do comunismo. Segundo Engels, a liberdade e o igualitarismo político oferecidos pela democracia não passavam de uma liberdade e uma igualdade aparentes. “Portanto”, completou, “a democracia, assim como qualquer outra forma de governo, deve, em última instância, desfazer-se em pedaços” e ser substituída pela

637 Engels trabalhou no projeto sobre a história da Irlanda [*Die Geschichte Irlands*] entre o fim de 1869 até meados de 1870, chegando a concluir a redação do primeiro capítulo (“Condições naturais” [*Naturbedingungen*]) e parte do segundo capítulo (“Velha Irlanda” [*Altirland*]) (MECW 21, p. 176–185, 283–314, p. 519, nota 184; MEW 16, p. 459–502).

638 “Progress of Social Reform on the Continent” (Leeds & London, n. 19, 21), in MECW 3, p. 392–408. Esse foi o primeiro artigo que Engels assinou com seu nome completo e verdadeiro desde a publicação da tradução para o alemão do poema *À invenção da imprensa* [*A la invención de la imprenta*], do escritor espanhol Manuel José Quintana (1772-1857). Antes, Engels havia publicado uma tradução para o alemão do conto *A noiva brasileira* [*Die brasilianische Braut*] (*Wupperthaler Lesekreis*, n. 46-47, 4, 8 jun. 1837), da escritora inglesa Caroline Norton (1808-1877), porém, o assinou somente com as iniciais “F. E.” (MECW 2, p. 55–62, p. 595–600; MEGA I/3, p. 631–644).

639 MECW 3, p. 392–393.

verdadeira liberdade e igualdade comunista.⁶⁴⁰ Engels avaliou o primeiro grupo político comunista francês: a Sociedade dos Iguais [*les Égaux*], liderada por François-Noël “Gracchus” Babeuf (1760-1797). Sua insurreição, a Conspiração dos Iguais [*Conjuration des Égaux*] (1796), fracassou, avaliou Engels, pois o comunismo ainda se encontrava incipiente e não possuía vínculo com o restante da sociedade.⁶⁴¹

Mais adiante, Engels teceu comentários sobre a obra de Claude-Henri de Saint-Simon (1760-1825) e de Charles Fourier (1772-1837)—sendo essas as primeiras menções de Engels aos socialistas franceses. Engels definiu as doutrinas de Saint-Simon como misticismo ininteligível e carentes de compreensão dos princípios econômicos que regiam a sociedade moderna, resumindo-o como sendo um “poeta social”.⁶⁴² Por sua vez, Charles Fourier foi resumido por Engels como sendo o “filósofo social”. Para Engels, a doutrina de Fourier visava se sustentar em bases científicas e sistemáticas. Em Fourier, escreveu Engels, a organização do trabalho social deveria ser racional e livre. O trabalho—tanto o manual como o intelectual—era considerado por Fourier como a atividade de plena realização do gênero humano, porém, ele havia sido transformado em sofrimento por causa da irracionalidade que regia a organização social moderna. Fourier era, certamente, o predileto do jovem Engels entre os franceses, contudo, ele o criticou por não haver superado em sua obra a divisão social entre proprietários e trabalhadores, capital e trabalho, e a propriedade privada, que seria mantida em suas comunidades ideais—os falanstérios [*les phalanstères*].⁶⁴³

Sobre os comunistas franceses, Engels escreveu que eles tinham origem nas lutas pela democratização da política francesa e que haviam se constituído formalmente a partir da unidade política entre as classes médias e as classes trabalhadoras no contexto da Revolução Francesa de Julho de 1830. Porém, as classes trabalhadoras francesas, ao adquirir consciência dos limites inerentes ao igualitarismo político e à democratização, se desvencilharam gradualmente da tutela política das classes médias e organizaram partidos políticos autônomos, por exemplo: os *Travailleurs Égalitaires* e os Humanitários, que já se faziam presentes nas principais cidades francesas—Paris, Lyon e Toulouse. Engels utilizou dois casos a fim de exemplificar o progresso político dos comunistas e dos trabalhadores franceses. O primeiro, narrado no artigo “O *Times* sobre o comunismo alemão”,⁶⁴⁴ tratou da Insurreição Parisiense de 12 de maio de 1839 organizada e dirigida pela *Société de Saison*, organização de trabalhadores liderada pelos socialistas-republicanos Louis-Auguste Blanqui (1805-1881) e Armand Barbès (1809-1870), contra a monarquia constitucional de Luís Filipe I (1773-1850), rei da França (1830-1848). A insurreição foi reprimida e derrotada pelas tropas da Guarda Nacional. Na ocasião, Engels criticou os comunistas franceses por seu caráter conspiratório: eles se organizavam em sociedades secretas e aderiam à tática insurrecional e de imposição pela força, repetindo a tática jacobina de 1792 e que já havia fracassado com Babeuf em 1796. Essa crítica sugere que Engels havia se desvencilhado de

640 MECW 3, p. 393.

641 MECW 3, p. 393–394.

642 MECW 3, p. 394.

643 MECW 3, p. 394–395.

644 “The Times on German Communism” (*The New Moral World*, Leeds & Londres, n. 30, 20 jan. 1844), in MECW 3, p. 410–413.

seu característico jacobinismo dos anos anteriores.⁶⁴⁵ No segundo caso, narrado no artigo “Notícias da França”,⁶⁴⁶ Engels tratou da greve dos trabalhadores das minas de carvão em Rive-de-Gier—cidade próxima de Lyon e Saint-Étienne—, que durou seis semanas. Casos como os citados acima, somados à manifestação pública dos republicanos em Paris e dos conflitos anticoloniais na Argélia e no Marrocos, demonstravam, segundo Engels, que a monarquia constitucional de Luís Filipe I estava enfraquecendo e que o partido operário francês ascendia politicamente.

Por fim, Engels comentou sobre a obra do socialista francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que considerava então o mais importante e filosófico escritor do comunismo na França, autor do livro *O que é a propriedade*,⁶⁴⁷ que Engels sintetizou nas seguintes palavras:

O direito de propriedade privada, as consequências dessa instituição, a competição, a imoralidade, a miséria, são aqui desenvolvidos com real poder de intelecto e de pesquisa científica, que jamais havia encontrado reunidos em um único volume. Além disso, faz observações muito importantes sobre o governo, e tendo provado que todo tipo de governo é igualmente condenável, não importa se é a democracia, a aristocracia ou a monarquia, que todos governam pela força; e que, no melhor dos casos, a força da maioria oprime a fraqueza da minoria, ele chega, finalmente, à conclusão: “*Nous voulons l’anarchie!*” Queremos a anarquia; a lei de ninguém, a responsabilidade de cada um para ninguém, a não ser para si mesmo.⁶⁴⁸

Na segunda parte do artigo, Engels se dedicou a examinar o socialismo na Alemanha e na Suíça. Segundo Engels, o comunismo alemão possuía dois partidos: o partido do trabalho e o partido da filosofia. O partido do trabalho era composto pelos membros das classes trabalhadoras [*Arbeiterklasse*; *working classes* em inglês], que na Alemanha do período consistia majoritariamente de artesãos [*Handwerksgesellen*; *handicraftsmen* em inglês] proletarizados e empobrecidos pela Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX). Por sua vez, o partido da filosofia era composto por filósofos, escritores e outros intelectuais radicais.

Para Engels, o comunismo alemão teve origem na Reforma Protestante (1517) e na Guerra dos Camponeses Alemães (1524)—tese que seria melhor desenvolvida em *As guerras camponesas na Alemanha* (1850, Londres, Hamburgo & Nova York). Liderados pelo teólogo e ministro protestante alemão Thomas Müntzer (c. 1489-1525), os camponeses alemães se rebelaram em 1524 contra a ordem social então vigente, tendo por objetivo o estabelecimento de uma nova ordem social inspirada nos princípios igualitaristas do cristianismo primitivo—iguais perante Deus, assim na terra como no céu.⁶⁴⁹ Apesar do impacto da Guerra dos Camponeses nos rumos da história da Alemanha, até o contexto no qual Engels havia escrito esse artigo, não havia surgido no país nenhum partido reformista ou radical equivalente ao liderado por Müntzer no século XVI, de tal forma que o comunismo alemão se encontrava, até então, em estado de latência. Engels justificou essa situação acusando o caráter metafísico dominante na cultura alemã. Mais ocupados com as ideias das coisas do que com as coisas das ideias, os alemães haviam passado séculos

645 MECW 3, p. 396–398.

646 “News from France” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 344, 15 jun, 1844), in MECW 3, p. 527–529.

647 *Qu’est-ce que la propriété? ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement* (1841, Paris).

648 MECW 3, p. 399.

649 Gálatas 3:26-28; Mateus 6:10.

refugiados no pensamento e pouco dispostos a exercer seu raciocínio crítico na efetiva transformação de sua sociedade.⁶⁵⁰

O debate sobre a reforma social somente foi retomado na Alemanha entre as classes trabalhadoras por meio de Wilhelm Weitling (1808-1871), um alfaiate empobrecido que migrou para a França e a Suíça, trazendo de volta consigo os princípios sociais e políticos dos comunistas franceses, porém, adaptando-os às terras germânicas. Weitling exerceu prolífica atividade intelectual, fundando em 1841 na Suíça o jornal *Die Junge Generation*, além de livros onde expôs sua crítica à sociedade industrial e divulgou sua visão da sociedade do futuro—por exemplo, no livro *Garantias de harmonia e liberdade*,⁶⁵¹ no qual Weitling criticou a então presente organização da sociedade e seus males, propondo em seu lugar o igualitarismo comunista. Engajado na causa comunista, Weitling, durante seu período em Paris reestruturou uma organização política de imigrantes alemães chamada Liga dos Exilados [*Bund der Geächteten*] (1834-1836), rebatizando-a de Liga dos Justos [*Bund der Gerechten*] (1836-1847). Quando migrou para a Suíça, Weitling deu prosseguimento à expansão da Liga. Aproveitando-se da presença de imigrantes alemães por toda a Europa, Weitling internacionalizou a Liga pelo continente, estabelecendo núcleos em Paris, Londres e outras grandes cidades europeias. Na Suíça, Weitling realizou atividades de instrução política entre os trabalhadores—na sua maioria, artesãos—, organizando clubes de leitura e debate. Com o crescimento dos núcleos comunistas na Suíça, o país passou a instituir leis de perseguição e censura da atividade política dos comunistas, proibindo sua entrada no país e os processando judicialmente. Weitling, que morava na Suíça sob o *status* de exilado político, passou a ser perseguido sob a acusação de alta traição e conspiração, acusado de promoção da revolta popular e de ser membro de organização secreta. Absolvido somente da acusação de ter menosprezado a religião, Weitling foi condenado a dez meses de prisão—cumprindo seis—e cinco anos de ostracismo da Suíça. O caso percorreu toda a Alemanha e as comunidades de imigrantes alemães pela Europa, fazendo com que o comunismo ganhasse dimensão e atenção onde houvesse falantes de língua alemã.⁶⁵²

Por sua vez, o partido da filosofia—aquele no qual Engels se referia como o “nosso partido” [*our Party*]—havia sido constituído a partir dos princípios filosóficos dos clássicos da filosofia alemã: Kant, Fichte, Hegel e Schelling. Era composto fundamentalmente pelos Jovens Hegelianos, perseguidos por seu radicalismo filosófico e teológico, e acusados pelos múltiplos governos dos Estados alemães de ateus e republicanos. Com o crescimento de seus órgãos de imprensa, o *Deutschen Jahrbücher* e a *Rheinische Zeitung*—além da publicação de livros e brochuras—, ganharam dimensão nacional como a corrente mais radical da imprensa liberal na Alemanha. Como reação, foram censurados pelo despótico Reino da Prússia, tiveram seus órgãos de imprensa e editoras censurados e, eventualmente, fechados em definitivo. A censura estatal não interrompeu ou enfraqueceu seu desenvolvimento, mas,

650 Herbert Marcuse, *Razão e revolução* (5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2004), p. 15–25.

651 *Garantien der Harmonie und Freiheit* (1842, Vivis). Weitling já havia publicado *A humanidade tal como ela é e tal como deveria ser* [*Die Menschheit, wie sie ist und wie sie sein sollte*] (1838), porém, Engels não o menciona no artigo.

652 “O progresso do comunismo na Alemanha. A perseguição aos comunistas na Suíça” [*Progress of Communism in Germany. Persecution of the Communists in Switzerland*] (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 317, 9 dez. 1843; *The New Moral World*, Leeds & Londres, 16 dez. 1843), in MECW 3, p. 409; p. 614, nota 169; Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 74–81.

justamente pelo contrário, os tornaram ainda mais radicais ao ponto de migrarem para o comunismo.⁶⁵³

Sobre o partido comunista dos filósofos alemães e o comunismo na Alemanha, Engels escreveu:

Já no início do outono de 1842, alguns dos partidários contestavam a insuficiência da mudança política, e declaravam ser sua opinião que uma revolução social baseada na propriedade comum era a única condição humana compatível com seus princípios abstratos. Mas mesmo os líderes do partido, como o Dr. Bruno Bauer, o Dr. Feuerbach e o Dr. Ruge, não estavam preparados para esse passo decisivo. O jornal político do partido, a *Rheinische Zeitung*, publicou alguns trabalhos em defesa do comunismo, mas sem o efeito desejado. O comunismo, porém, foi uma consequência tão necessária da nova filosofia hegeliana, que nenhuma oposição a conseguiu reprimir e, no decorrer deste ano, os seus autores tiveram a satisfação de ver um republicano atrás do outro entrando em suas fileiras. Além do Dr. Hess, um dos editores da agora suprimida *Rheinische Zeitung*, e que foi, de fato, o primeiro comunista do partido, há agora muitos outros; como o Dr. Ruge, editor dos *Deutsche Jahrbücher*, o periódico científico dos Jovens Hegelianos, que foi suprimido por resolução da Dieta alemã; o Dr. Marx, outro dos editores da *Rheinische Zeitung*; George Herwegh, o poeta cuja carta ao rei da Prússia foi traduzida, no inverno passado, pela maioria dos jornais ingleses, e outros: e esperamos que o restante do partido republicano, pouco a pouco, também entre em suas fileiras.

Assim, o comunismo filosófico pode ser considerado para sempre estabelecido na Alemanha, não obstante os esforços dos governos para reprimi-lo. Eles aniquilaram a imprensa em seus domínios, mas sem efeito; os partidos do progresso lucram com a imprensa livre da Suíça e da França, e suas publicações circulam tão amplamente na Alemanha, como se fossem impressas no próprio país. Todas as perseguições e proibições têm se mostrado ineficazes, e sempre o farão; os alemães são uma nação filosófica, e não poderão abandonar o comunismo, tão logo este se baseie em sólidos princípios filosóficos: principalmente se for derivado como uma conclusão inevitável de sua própria filosofia. E este é o papel que temos que realizar agora. Nosso partido tem que provar que ou todos os esforços filosóficos da nação alemã, de Kant a Hegel, têm sido inúteis—mais do que inúteis; ou, que devem terminar no comunismo; que os alemães devem ou rejeitar seus grandes filósofos, cujos nomes eles sustentam como a glória de sua nação, ou que devem adotar o comunismo. E isto será provado; este será o dilema em que os alemães serão forçados a solucionar, e dificilmente haverá dúvida sobre qual lado da questão o povo adotará. Há uma chance maior na Alemanha para o estabelecimento de um partido comunista entre as classes educadas da sociedade, do que em qualquer outro lugar. Os alemães são uma nação muito desinteressada; se na Alemanha o princípio entra em choque com o interesse, o princípio quase sempre silencia as reivindicações de interesse. O mesmo amor ao princípio abstrato, o mesmo desrespeito à realidade e ao interesse próprio, que levaram os alemães a um estado de insignificância política, essas mesmas qualidades garantem o sucesso do comunismo filosófico naquele país. Parecerá muito singular para os ingleses que um partido que visa à destruição da propriedade privada seja constituído principalmente por aqueles que possuem propriedade; e, no entanto, este é o caso na Alemanha. Podemos recrutar para as nossas fileiras somente naquelas classes que tiveram uma educação muito boa; isto é, das universidades e da classe comercial; e em qualquer uma delas não tivemos, até agora, nenhuma dificuldade considerável.⁶⁵⁴

E sobre os princípios comunistas dos alemães quando comparados aos dos franceses e dos ingleses, Engels escreveu:

Quanto às doutrinas particulares do nosso partido, concordamos muito mais com os socialistas ingleses do que com qualquer outro partido. O sistema deles, como o nosso, baseia-se em princípios filosóficos; eles lutam, como nós, contra os preconceitos religiosos, enquanto os franceses rejeitam a filosofia e perpetuam a religião, arrastando-a consigo mesmos para o novo estado projetado da sociedade. Os

653 Jacqueline Russ, *O socialismo utópico* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), p. 40–66; MECW 3, p. 403–407.

654 MECW 3, p. 406–407.

comunistas franceses puderam nos ajudar apenas nas primeiras etapas de nosso desenvolvimento, e logo descobrimos que sabíamos mais do que nossos professores; mas ainda teremos que aprender muito com os socialistas ingleses. Embora nossos princípios fundamentais nos deem uma base mais ampla, na medida em que os recebemos de um sistema filosófico que abrange a totalidade do conhecimento humano; no entanto, em tudo o que se refere à prática, aos fatos do atual estado da sociedade, descobrimos que os socialistas ingleses estão muito além de nós, e deixaram muito pouco a ser feito. Posso dizer, além disso, que me encontrei com socialistas ingleses com os quais concordo em quase todas as questões.⁶⁵⁵

* * *

Além dos artesãos e dos filósofos, o comunismo na Alemanha também ganhava gradualmente adesão entre os operários das regiões industrializadas do país (Renânia, Saxônia e Silésia). Porém, distintamente dos artesãos e dos filósofos examinados acima, os operários alemães aderiam ao comunismo, à primeira vista, sem a mediação intelectual dos primeiros, mas por meio da exploração cotidiana de sua força de trabalho. O desenvolvimento da industrialização e a formação da classe operária na Alemanha promoveram as contradições econômicas, políticas e sociais que passaram a se manifestar com maior intensidade na década de 1840. No item a seguir examinaremos algumas de suas expressões históricas.

3.1.3. A Insurreição da Cerveja em Munique & os tecelões da Silésia

No artigo “Movimentos continentais”,⁶⁵⁶ Engels discorreu sobre os impactos sociais do processo de industrialização e urbanização da Alemanha. As classes dominantes da Alemanha acreditavam, então, estarem livres dos excessos do caos urbano das cidades manufatureiras, como Paris, Lyon, Londres e Manchester, somente tomando conhecimento da industrialização e urbanização por meio dos jornais e da literatura—por exemplo, dos escritores franceses Eugène Sue (1804-1857) e George Sand (pseudônimo de Amantine Dupin) (1804-1876), e do escritor inglês Charles Dickens (1812-1870). Contudo, observou Engels, Berlim já possuía seu distrito operário equivalente ao miserável St. Giles londrino: o Voigtland. Ademais, o tema da reorganização social já era objeto de pesquisas na Universidade de Berlim por meio do curso de Theodor Mundt (1808-1861)—professor de literatura e intelectual vinculado ao Jovem Alemanha. Para Engels, emergia na Alemanha os pré-requisitos para uma agitação social de grandes dimensões, pois o operário alemão já começava a se constituir como sujeito social ativo e agente de sua própria história. Para influir nessa nova Alemanha que nascia do processo de industrialização e urbanização havia sido fundado em 1844 em Paris, por Arnold Ruge e Karl Marx, o *Deutsch-Französische Jahrbücher*, o órgão de imprensa dos comunistas alemães exilados na França, no qual Engels contribuiu com dois ensaios: “Esboço de uma crítica da economia política” e “A situação da Inglaterra. “Passado e presente”, de Thomas Carlyle”—que serão examinados nos próximos subcapítulos da dissertação.

O progresso do movimento operário, do republicanismo e do comunismo alemão foram

⁶⁵⁵ MECW 3, p. 407.

⁶⁵⁶ “Continental Movements” (*The New Moral World*, Leeds & Londres, n. 32, 3 fev. 1844), in MECW 3, p. 415–416.

contra-atacados por meio da repressão política dos Estados alemães, particularmente na Prússia. Nos artigos “A imprensa e os déspotas alemães”,⁶⁵⁷ “A situação na Prússia”⁶⁵⁸ e “Notícias da Prússia”,⁶⁵⁹ Engels comentou brevemente o avanço da repressão e da censura à imprensa e aos escritores e jornalistas, a espionagem policial, a perseguição aos professores e estudantes nas universidades, a reforma conservadora da lei do divórcio e a proclamação e a imposição do direito divino nos monarcas e dos príncipes sobre todas as instituições estatais. A repressão estatal e policial não se limitou aos órgãos de imprensa e às universidades. Em Düsseldorf, cidade da província prussiana da Renânia, o tradicional baile de carnaval da cidade, relatou Engels, foi interrompido pela polícia em razão de supostas alusões políticas por parte dos foliões. Apesar do avanço da repressão conservadora, Engels—como de costume—mantinha-se confiante na superação dos desafios políticos de seu tempo:

A insatisfação está aumentando em todos os lugares, e se tornou quase universal nas províncias da Renânia, da Prússia Oriental, do Posen, em Berlim e em todas as grandes cidades. O povo está decidido a ter uma imprensa livre e uma constituição. Mas há tanto material combustível acumulado em toda a Alemanha, e as nuances de opinião são tão diversas, que é impossível prever onde o movimento, uma vez iniciado com justeza, poderá parar. Isto é evidente.⁶⁶⁰

Em outra passagem, completou: “Não obstante as suas masmorras e baionetas, a liberdade triunfará”.⁶⁶¹

No contexto do desenvolvimento capitalista na Alemanha e da repressão política do reinado de Frederico Guilherme IV na primeira metade da década de 1840, ocorreram duas grandes insurreições populares:⁶⁶² uma em Munique e outra na Silésia.

Engels narrou aos leitores a Insurreição da Cerveja em Munique [*Münchner Bierrevolution*] nos artigos “Notícias da Alemanha”⁶⁶³ e “Rebeliões da Cerveja na Baviera”.⁶⁶⁴ A insurreição foi motivada pelo aumento do imposto—100 xelins [*shillings*]—sobre o preço da cerveja. Mais do que uma bebida consumida durante os momentos de lazer e socialização, a cerveja era um produto tão básico na dieta da população alemã quanto o pão. Portanto, qualquer aumento, tanto no preço de mercado quanto nos impostos sobre a cerveja, eram prejudiciais à maioria da população. Durante os cinco primeiros dias do mês de maio de 1844, a população tomou as ruas de Munique—capital do Reino da Baviera, de Luís I (1786-1868), que reinou entre 1825-1848—atacando as cervejarias, danificando as janelas, os móveis e tudo o mais que vissem pela frente e estivesse em seu alcance. Quando a

657 “The Press and the German Despots” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 325, 3 fev. 1844), in MECW 3, p. 417; MEGA I/3, p. 627. Segundo a MEGA I/3, a autoria de Engels desse texto é dúbia.

658 “The Situation in Prussia” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 338, 4 maio 1844), in MECW 3, p. 515–516.

659 “News from Prussia” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 346, 29 jun. 1844), in MECW 3, p. 530–531.

660 MECW 3, p. 516.

661 MECW 3, p. 417.

662 Segundo o historiador italiano Gian Mario Bravo, professor na Universidade de Turim, insurreição é um termo derivado do latim (*insurgere*, levantar-se contra, em português) que se refere a um movimento popular ou de massa espontâneo e generalizado de curta duração que atua ofensivamente contra o poder dominante e que se utiliza ou não de violência física. A insurreição pode ser um preâmbulo para uma revolução caso seu caráter espontâneo seja superado em seu auge por uma organização que lhe de forma com uma tática e objetivos estratégicos, ou se encerra em si mesma ao atingir suas reivindicações imediatas, ou devido ao contra-ataque do poder dominante (Norberto Bobbio (ed.), “Insurreição”, in *Dicionário de política* (11. ed., Brasília, DF: Editora UnB, 1998), p. 631–632).

663 “News from Germany” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 340, 18 maio 1844), in MECW 3, p. 517–518.

664 “Beer Riots in Bavaria” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 341, 25 maio 1844), in MECW 3, p. 521–522.

polícia foi acionada para conter a insurreição, ela foi contra-atacada pela população, sendo forçada a recuar. A fim de conter a insurreição, o rei Luís I convocou o exército em mais de uma ocasião, porém, tanto o regimento da cavalaria quanto os soldados se recusaram a interferir—exceto para defender o palácio real de uma tentativa de ataque pela população. Aterrorizado pela rebelião popular e incapaz de exercer comando sobre seu exército, Luís I reduziu o preço do ¼ de cerveja de 10 cruzados [*Kreutzers*] para 9 cruzados, restabelecendo o preço anterior ao aumento do imposto. Ao final, Engels concluiu: “Se o povo um dia aprender que pode assustar o governo por causa do seu sistema tributário, logo aprenderá que será igualmente fácil assustá-lo no que diz respeito a assuntos mais sérios”.⁶⁶⁵

A Insurreição dos Tecelões da Silésia [*Schlesischer Weberaufstand*] foi narrada por Engels em dois artigos: “Notícias da Prússia” e “Mais detalhes sobre a insurreição da Silésia”.⁶⁶⁶ No início do mês de junho de 1844, na cidade de Peterswaldau (atual Pieszyce, Polônia), localizada no distrito manufatureiro da Silésia—antiga província prussiana que atualmente se localiza entre a Alemanha, a Polônia e a República Tcheca—, tecelões se reuniram em frente à casa de Zwanziger, industrial da cidade, para protestar contra os baixos salários e a exploração de seu trabalho. O protesto foi feito por meio de uma canção que denunciava a situação precária do trabalho nas oficinas de tecelagem. Zwanziger convocou a polícia, que prendeu alguns manifestantes. Porém, o número de manifestantes em frente à casa de Zwanziger continuou aumentando. Os manifestantes passaram a pedir a libertação dos que haviam sido presos, até que, impacientes, atacaram a residência de Zwanziger, destruindo tudo que estivesse pela frente e aterrorizando sua família. Depois, marcharam em direção aos escritórios, ao armazém e à fábrica de Zwanziger, destruindo os documentos e os livros de contas, atirando na rua o dinheiro que encontraram, além de danificar o algodão estocado e quebrar as máquinas de tecelagem. Imediatamente após o ataque às propriedades de Zwanziger, viajaram para Langebielau (atual Bielawa, Polônia), cidade vizinha, onde se reuniram com mais trabalhadores insatisfeitos. Em Langebielau atacaram a fábrica e o armazém de Dierig, industrial da cidade. Quando 160 soldados ordenaram a dispersão dos manifestantes, eles responderam com pedras, iniciando um confronto que terminou com aproximadamente doze manifestantes mortos e muitos outros feridos. Incapazes de dispersar os manifestantes, os soldados tiveram que recuar e aguardar reforços. A ordem somente foi restabelecida na região com a chegada de batalhões de infantaria, fuzileiros e cavalaria, que dispersaram os manifestantes e declararam o estado de sítio. Insurreições similares foram registradas em Friedland e Leutmannsdorf (atuais Frýdlant, República Tcheca, e Lutomia Górna, Polônia), além de Breslau (atual Wrocław, Polônia), capital da província. Sobre a ação dos tecelões durante a insurreição, Engels observou que: “É preciso notar que durante todos esses distúrbios, de acordo com as declarações de todos os jornais alemães, nenhum roubo foi cometido pelos tecelões famintos. Eles jogaram o dinheiro na rua; não o converteram para seu próprio uso. Deixaram o roubo e o saque para os contrabandistas e saqueadores boêmios”.⁶⁶⁷ Sobre as causas da insurreição, Engels afirmou

665 MECW 3, p. 522.

666 “News from Prussia”, “Further Particulars of the Silesian Riots” (*The Northern Star*, Leeds & Londres, n. 346, 29 jun. 1844), in MECW 3, p. 530–531, 532, 534.

667 MECW 3, p. 534.

que:

As causas dessas aflições foram os incríveis sofrimentos desses pobres tecelões, produzidos pelos baixos salários, pelas máquinas e pela avarizia e ganância dos industriais. Dificilmente se acreditará que o salário dessa classe oprimida, numa família onde trabalhavam pai, mãe e filhos, todos eles no tear, fosse uma soma que não compraria mais do que seis xelins na Inglaterra. Além disso, estavam todos endividados, o que não é de modo algum uma surpresa, quando os salários são tão baixos; e os fabricantes alegremente adiantaram-lhes pequenas somas, que os homens nunca poderiam pagar, mas que eram suficientes para dar aos senhores uma soberania absoluta sobre eles, e para fazê-los escravos dos industriais. Além disso, havia também a concorrência do artigo inglês, que tinha uma vantagem sobre eles em razão do maquinário superior das fábricas inglesas e dos baixos salários ali existentes, e que tendiam a fazer baixar também os seus salários. Em resumo, foi o sistema fabril com todas as suas consequências que pressionou os tecelões silesianos da mesma forma que pressionou, e agora pressiona, os trabalhadores das fábricas inglesas e os tecelões em teares manuais e que ocasionou mais insatisfação e surtos tumultuosos dentro deste país do que qualquer outra coisa.⁶⁶⁸

E concluiu que:

Assim, é evidente que as consequências do sistema fabril, do progresso das máquinas etc., para as classes trabalhadoras são exatamente as mesmas no continente como na Inglaterra: opressão e labuta para muitos, riqueza e abundância para poucos; futuro incerto, descontentamento e tumulto existem entre as colinas da Silésia, assim como nas cidades abarrotadas de Lancashire e Yorkshire.⁶⁶⁹

Considerada uma das principais insurreições operárias da história moderna da Alemanha—também ocorreram insurreições operárias similares em Aachen (Renânia), em 1830, e Chemnitz (Saxônia), em 1847⁶⁷⁰—, a insurreição dos tecelões da Silésia foi amplamente comentada e debatida na imprensa alemã, inspirando, inclusive, um poema de autoria do escrito alemão Heinrich Heine (1797-1856).⁶⁷¹ Engels ofereceu ao leitor uma abordagem factual e explicativa, evitando considerações filosóficas sobre o fato. Por sua vez, Karl Marx e Arnold Ruge debateram sobre os aspectos etéreos da questão por meio de ensaios político-filosóficos no jornal *Vorwärts!*.⁶⁷²

Engels, assim como muitos outros de seu tempo, talvez tenha superdimensionado os efeitos da Insurreição dos Tecelões da Silésia, assim como a força política do operariado alemão da década de 1840. Em 1840, a população total da Prússia—reino no qual pertencia a província da Silésia—era de 14.929.000 habitantes, sendo 9.110.000 destes habitantes das áreas rurais.⁶⁷³ Em 1849, somente 5,44% da força de trabalho na Prússia era composta por operários.⁶⁷⁴ Segundo dados sobre a distribuição da força de trabalho na Alemanha, em

668 MECW 3, p. 533–534.

669 MECW 3, 531.

670 John Joseph Lee, “Chapter IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), p. 464.

671 “Die Schlesischen Weber/Os tecelões da Silésia”, in *Lutas de classes na Alemanha* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 23–24.

672 Arnold Ruge, “Der König von Preussen und die Sozialreform” (*Vorwärts!*, Paris, n. 60, 27 jul. 1844); Karl Marx, “Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano” [*Kritische Randglossen zu dem Artikel „Der König von Preußen und die Sozialreform. Von einem Preußen“*] (*Vorwärts!*, Paris, n. 63–64, 7–10 ago. 1844), in *Lutas de classes na Alemanha* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 25–52; MECW 3, p. 594–595, nota 37; MEW 1, p. 392–409; Michael Löwy, “Prefácio”, in *Lutas de classes na Alemanha* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 9–21.

673 Richard Tilly, “Chapter VIII: Capital Formation in Germany in the Nineteenth Century”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), tabela 124, p. 441.

674 Knut Borchardt, “2. The Industrial Revolution in Germany, 1700-1914”, in *The Fontana Economic History of Europe: Vol. 4: Part 1* (Glasgow: Fontana/Collins, 1973), p. 76–160.

1852, 55% da força de trabalho encontrava-se na agricultura, enquanto que 25% estava na indústria e 20% nos serviços.⁶⁷⁵ Em 1872, 71,5% da população da Prússia ainda era rural.⁶⁷⁶ A força de trabalho de toda a Alemanha na indústria somente superou a força de trabalho na agricultura em 1910 (agricultura: 36%; indústria: 37%; serviços: 27%).⁶⁷⁷ Apesar dos dados quantitativos demonstrarem que os operários alemães ainda levariam muitas décadas para adquirirem efetiva força política e capacidade de intervir substancialmente nos rumos do país, a tese compartilhada por Engels e por Marx sobre a insurreição dos tecelões da Silésia em 1844 era a de que o processo de industrialização e a classe operária já havia se tornado uma realidade irreversível na Alemanha e que a luta de classes nos marcos do capitalismo industrial seria, ao longo dos próximos anos, o campo fundamental da disputa política.

* * *

Nesse subcapítulo buscamos descrever e examinar os primeiros textos engelsianos onde a economia e as lutas de classes fizeram suas primeiras aparições. A matéria-prima da qual Engels se utilizou foi a atividade prática das classes sociais britânicas, francesas e alemãs tanto nos ambientes institucionais (Parlamento) quanto na sociedade civil (relações econômicas e sociais de trabalho e propriedade). Acompanhamos também a sistematização feita por Engels dos principais articuladores da teoria e da ideologia e dos organizadores políticos da classe operária e do socialismo britânico, francês e alemão, o que nos permitiu conhecer quais autores e quais obras foram lidas por Engels no período.

O estudo de Engels da economia, da sociedade e da política britânica, francesa e alemã na primeira metade da década de 1840 buscou evidenciar a dinamicidade dos fatos sociais nos quais ele havia se debruçado. Ademais, Engels não acompanhou esses fatos com distanciamento epistemológico, mas como um sujeito participante, que buscava intervir na realidade. Desta forma, sua versão da filosofia da ação [*Philosophie der Tat*] se formulava e se estruturava por meio da combinação de uma teoria fundamentada na prática e de uma prática fundamentada em uma teoria. Nesse processo, Engels não somente tomou conhecimento de novas formas da sociabilidade capitalista por meio de seu estudo da economia e da sociedade inglesa, como dava também seus primeiros passos na experimentação de um método de investigação que mesclava a dialética hegeliana, a nova filosofia proposta por Feuerbach e sua própria experiência de observador e investigador dos fatos sociais—ou, nos termos de Terrell Carver:⁶⁷⁸ Engels dava os passos iniciais na unificação da filosofia política com a ciência social. Mais adiante, Carver complementou: “Seus métodos de análise mostram não apenas a busca hegeliana por contradições conceituais subjacentes ao fenômeno da experiência, mas também a rudimentar economia política que ele absorveu no comércio de têxteis e a partir das palestras de von Henning”. Como resultado, Engels legou, por meio de seus artigos publicados entre 1842 e 1844, um

675 John Joseph Lee, “Chapter IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), tabela 131, p. 445.

676 Knut Borchardt, “2. The Industrial Revolution in Germany, 1700-1914”, in *The Fontana Economic History of Europe: Vol. 4: Part 1* (Glasgow: Fontana/Collins, 1973), p. 76-160.

677 John Joseph Lee, “Chapter IX: Labour in German Industrialization”, in *The Cambridge Economic History of Europe: Vol. VII: Part 1* (Cambridge: Cambridge University Press, 1978), tabela 131, p. 445.

678 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 104, 106.

estudo incipiente das lutas de classes na Europa e da história das organizações operárias e comunistas europeias, que se formava na primeira metade do século XIX sob uma nova perspectiva metodológica: a concepção materialista da história, que será nosso objeto de estudo no subcapítulo seguinte.

3.2. A situação da Inglaterra

Entre os meses de janeiro e março de 1844, Engels escreveu uma série de artigos intitutados “A situação da Inglaterra”, organizados em três partes: “*Passado e presente*, de Thomas Carlyle”, “I. O século XVIII” e “II. A constituição Inglesa”. “*Passado e presente*” foi publicado em fevereiro de 1844 nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, revista alemã editada em Paris por Arnold Ruge e Karl Marx. Diferenças políticas e teóricas entre Ruge e Marx, além das dificuldades de contrabandear a revista para a Alemanha—ambos eram proscritos da Prússia por seu ativismo radical contra o governo—levaram ao fim do empreendimento editorial. As duas partes seguintes de “A situação da Inglaterra”—“I. O século XVIII” e “II. A constituição Inglesa”—somente foram publicadas entre os meses de agosto e setembro de 1844 no *Vorwärts!*—o órgão de imprensa dos emigrados alemães em Paris vinculados a correntes políticas republicanas, democráticas e socialistas.⁶⁷⁹

Nessa série, Engels tratou de uma vasta gama de temas—por exemplo: filosofia e teoria da história; história econômica e social da Inglaterra; o Estado e as instituições políticas e jurídicas inglesas e as lutas de classes na primeira metade do século XIX—, permitindo ao pesquisador examinar o então atual estado de sua evolução filosófica e política. Ademais, muitos dos temas tratados por Engels em “A situação da Inglaterra” foram retomados por ele em seus textos posteriores, da segunda metade da década de 1840. Assim, os artigos que compõem a série “A situação da Inglaterra” podem ser auxiliares no estudo e na compreensão histórica dos textos engelsianos do período.

3.2.1. Engels & Carlyle: a concepção idealista & a concepção materialista da história⁶⁸⁰

A primeira parte da série “A situação da Inglaterra”, intitulada “*Passado e presente*, de Thomas Carlyle”,⁶⁸¹ se tratou de uma resenha crítica de Engels do livro *Passado e presente*,⁶⁸² do polímata escocês e um dos principais intelectuais da Era Vitoriana (1837-1901), Thomas Carlyle (1795-1881). Nesse livro, Carlyle realizou um tratamento histórico-filosófico dos caminhos e descaminhos da história inglesa até a emergência da sociedade industrializada contemporânea, denunciando o empobrecimento geral da população e a decadência moral e cultural do país. Para Engels, apesar de Carlyle advogar em favor de uma crítica romântica e reacionária da modernidade e do capitalismo industrial, seu livro era uma exceção entre as

679 MECW 3, p. 617, nota 187, p. 647, 649.

680 As informações biográficas e bibliográficas de Thomas Carlyle deste item da dissertação foram extraídas de: Thomas Carlyle, *Selected Writings* (London: Penguin, 2015).

681 “Die Lage Englands. „Past and Present“ by Thomas Carlyle, London 1843” (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, Paris, n. 1-2, 1844), in MECW 3, p. 444–468; MEW 1, p. 525–549.

682 *Past and Present* (1843, Londres).

publicações inglesas, pois era um dos poucos que tratava das relações sociais humanas sob um ponto de vista humano e não sob uma suposta “racionalidade” econômica, fria e calculista como os demais cientistas de seu tempo. Ademais, Carlyle era um germanófilo, tradutor da obra do escritor J. W. Goethe (1749-1832) para o inglês, conhecedor da filosofia clássica alemã e da obra de Hegel, o que, certamente, atraiu a atenção de Engels para seus textos. Ademais, a visão humanitária e filantrópica de Carlyle para com as classes trabalhadoras inglesas divergia do característico preconceito conservador e mesquinho das classes dominantes e “cultas” da Inglaterra—o que levou Engels a, uma vez mais, denunciá-las e desqualificá-las, afirmando que o progresso social do país havia se tornado uma bandeira exclusiva das classes trabalhadoras e de seus aliados políticos e que eles não poderiam esperar nada da parte das classes dominantes.⁶⁸³

Antes da publicação de *Passado e presente*, Carlyle já havia adquirido reconhecimento como ensaísta, historiador e filósofo por meio da publicação de livros de crítica filosófica à modernidade, sobre a Revolução Francesa de 1789 e de filosofia da história.⁶⁸⁴ Carlyle também havia realizado estudo sobre o movimento cartista, rendendo a publicação de *Cartismo*,⁶⁸⁵ obra na qual justificou as razões históricas e sociais para a emergência do movimento, argumentando que a solução dos problemas políticos e sociais da Inglaterra somente poderiam advir de uma solução que atingisse as raízes históricas do problema, que ele identificou nas revoluções científicas, econômicas, morais e políticas da modernidade.⁶⁸⁶

Em *Passado e presente*, Carlyle aprofundou e generalizou suas teses apresentadas em *Cartismo* para a história da Inglaterra, desde a Idade Média até o século XIX, período no qual a Inglaterra havia se tornado a nação mais rica e produtiva do mundo, ao mesmo tempo em que mantinha a maioria de sua população na mais profunda pobreza e miséria. Segundo Engels, em 1842, a Inglaterra e o País de Gales tinham 1.430.000 de pobres, sendo 222.000 deles encarcerados nas *workhouses*—a “Bastilha” dos miseráveis ingleses condenados pelas Leis dos Pobres. A Irlanda, primeira “colônia” da Inglaterra,⁶⁸⁷ tinha 2.300.000 de pobres que, na busca desesperada pela sobrevivência material, eram muitas vezes coagidos a recorrer aos atos mais desumanos. Tanto para Carlyle quanto para Engels, a riqueza e a prosperidade da Inglaterra eram ilusórias e em breve se desvendariam como uma verdadeira maldição—assim como o toque de ouro do rei Midas.⁶⁸⁸

A tese de Carlyle em *Passado e presente* era de que os problemas da modernidade decorriam do abandono e substituição dos valores cristãos-medievais pelos valores e princípios liberais-revolucionários do Iluminismo (séc. XVII-XIX)—que ele rejeitava integralmente. Ao abandonar as leis morais cristãs, o pensamento liberal-revolucionário fez da natureza um instrumento desencantado a serviço dos interesses meramente materiais e

683 MECW 3, p. 444–447; MEW 1, p. 525–528.

684 “Sinais dos tempos” [*Signs of the Times*] (1829); *A Revolução Francesa: uma história* [*The French Revolution: A History*] (1837, Londres); *Sobre heróis, o culto do herói e o heroico na história* [*On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History*] (1841, Londres).

685 *Chartism* (1840, Londres).

686 MECW 3, p. 447–448; MEW 1, p. 528–529.

687 Ellen Meiksins Wood, “A colonização da Irlanda”, in *O império do capital* (São Paulo: Boitempo, 2014), p. 68–71.

688 Pierre Grimal, “Midas”, in *The Concise Dictionary of Classical Mythology* (Oxford: Basil Blackwell, 1990), p. 274–275; MECW 3, p. 448–449; MEW 1, p. 529–530.

econômicos. Para Carlyle, ao trocarem os evangelhos cristãos pelo “gospel de Mamon”,⁶⁸⁹ a substância espiritual da natureza e da vida humana pelo pragmatismo econômico, a humanidade transformou a vida terrestre em um vazio infernal. Logo, Carlyle concebia a história da humanidade como uma narrativa da decadência.⁶⁹⁰ Outra decorrência do materialismo econômico do liberalismo-revolucionário, segundo Carlyle, foi o abandono do caráter nobre e sacro de trabalho [*Arbeit*]. Para Carlyle, o trabalho consistia em um meio de comunicação com a natureza e de aperfeiçoamento do gênero humano, que havia sido dessacralizado pela desordem da modernidade.⁶⁹¹

Carlyle também criticou em *Passado e presente* o regime democrático moderno. Sua crítica à democracia estava vinculada às teses defendidas no livro *Sobre heróis, o culto do herói e o heroico na história*, onde Carlyle examinou o papel dos grandes homens na história —grandes intelectuais, líderes religiosos e estadistas—que ele considerava como uma espécie de casta superior e ungida e a verdadeira aristocracia [*wahren Aristokratie*], que teria a efetiva legitimidade de governar as sociedades em oposição ao “caos” democrático contemporâneo.⁶⁹² Carlyle, portanto, dividia a humanidade em castas—“ovelhas e bodes, governantes e governados, aristocratas e a ralé, senhores e parvos”. Por sua vez, para Engels, a função social do líder era a de ser um estimulante, um catalisador das potencialidades do gênero humano, e não um autocrata ungido que comandasse seus súditos por meio da força.⁶⁹³

A concepção romântico-reacionária e autocrática da história de Carlyle era, segundo Engels, uma versão mistificada dela e não poderia ser mais antagônica à sua concepção materialista e revolucionária, que a compreendia como um processo em aberto do progresso material e intelectual da humanidade rumo a níveis cada vez maiores de liberdade e desenvolvimento filosófico e científico.⁶⁹⁴ Considerando as divergências entre as visões de mundo de Engels e Carlyle listadas acima, por qual razão o primeiro depositava tanto respeito pela obra do último? Apesar de questionar as objeções levantadas por Carlyle para justificar o então atual estado de coisas do mundo—que ele considerou idealista e mística, comparando-as à concepção do Schelling pós-Jena (1806-1854)⁶⁹⁵—, Engels reconhecia e respeitava a crítica objetiva de Carlyle sobre os desafios e os problemas sociais do presente sob o regime econômico do capitalismo industrial. Segundo Engels, Carlyle “manteve os olhos abertos pelo menos para os fatos” e “ao menos apreendeu corretamente o presente imediato”.⁶⁹⁶ Logo, a oposição de Engels a Carlyle residia em sua concepção da história, ou sobre os caminhos e as razões pelas quais se estabeleceram o então atual estado de coisas do mundo. Esse é, a nosso ver, um dos aspectos mais interessantes da resenha crítica de Engels

689 “Mammon”, in *Dictionary of Deities and Demons in the Bible* (2. ed., Leiden, Boston & Köln: Brill, 1999), p. 542–543.

690 MECW 3, p. 451–452; MEW 1, p. 532–533.

691 MECW 3, p. 458–460; MEW 1, p. 540–542.

692 MECW 3, p. 455–456, 460; MEW 1, p. 536–537, 542.

693 MECW 3, p. 466; MEW 1, p. 547–548.

694 Examinamos as primeiras considerações da concepção de história de Engels no item “1.3.3. A história como uma espiral desenhada a mão livre” desta dissertação.

695 Examinamos as críticas de Engels a filosofia do Schelling maduro no subcapítulo “2.3. *Anti-Schelling*” desta dissertação.

696 MECW 3, p. 456, 463–464; MEW 1, p. 538, 545–546.

ao livro de Carlyle, que Engels transformou em uma breve crítica à concepção idealista da história, apresentando ao leitor alguns elementos fundamentais de sua concepção materialista em formação.

Engels iniciou sua crítica questionando Carlyle sobre o vazio niilista da modernidade, sustentando-se na crítica feuerbachiana da alienação religiosa:

Carlyle protesta contra o vazio e a falsidade da época, contra a podridão interior de todas as instituições sociais. A queixa é justa; mas, ao simplesmente reclamar, não se dispõe do assunto; para reparar o mal, sua causa deve ser descoberta; e se Carlyle tivesse feito isso, teria descoberto que essa aversão e falsidade, essa “falta de alma”, essa irreligião e esse “ateísmo” têm suas raízes na própria religião. A religião, por sua própria essência, drena o homem e a natureza de sua substância, e a transfere para o fantasma de um outro Deus mundano, que, por sua vez, graciosamente, permite que o homem e a natureza recebam um pouco de sua superabundância {*Überfluß*}. Agora, enquanto a fé nesse fantasma do outro mundo for vigorosa e viva, assim o homem adquirirá, por muito tempo, dessa forma indireta, pelo menos alguma substância. A forte fé da Idade Média, de fato, deu a toda a época considerável energia desta maneira, mas era energia que não vinha de fora, mas já estava presente dentro da natureza humana, embora ainda não percebida e subdesenvolvida. A fé foi se debilitando aos poucos, a religião se desmoronou diante do nível crescente da civilização, mas ainda assim o homem não percebeu que havia adorado e deificado seu próprio ser sob o disfarce de um ser fora de si mesmo. Na falta de consciência e ao mesmo tempo de fé, o homem não pode ter substância, ele está obrigado ao desespero da verdade, da razão e da natureza, e esse vazio e essa falta de substância, o desespero dos fatos eternos do universo durarão até que a humanidade perceba que o ser que ele adorou como Deus era seu próprio ser, ainda desconhecido, até que—mas por que eu deveria copiar Feuerbach.⁶⁹⁷

Assim, o vazio niilista que Carlyle apontou na modernidade, argumentou Engels, já se fazia presente nas épocas precedentes em razão da alienação religiosa que extraía da humanidade sua essência e a objetificava de forma fetichista em um ser, ou em uma série de seres “sobrenaturais” fictícios. Para Engels, a desmistificação das religiões pela ciência e pela filosofia modernas consistia em um passo importante no progresso da história da emancipação humana, e não em sua decadência. Logo, a crise moral que Carlyle identificava na modernidade não advinha da falta de religiosidade, mas, nos termos de Engels, justamente pelo contrário: ela advinha da incompletude do processo de emancipação humana promovido pela modernidade, que ainda dava seus primeiros e hesitantes passos. O que o progresso científico e filosófico da modernidade oferecia à humanidade, afirmou Engels, era a reconquista de sua essência por meio do despertar da autoconsciência [*die Erweckung des Selbstbewußtseins*].⁶⁹⁸

Como já afirmei, nós também estamos preocupados em combater a falta de princípios, o vazio interior, a morte espiritual, a inverdade da época; estamos travando uma guerra até a morte contra todas essas coisas, assim como Carlyle está, e há uma probabilidade muito maior de que teremos sucesso do que ele terá, porque sabemos o que queremos. Queremos pôr um fim ao ateísmo, como Carlyle o retrata, devolvendo ao homem a substância que ele perdeu por meio da religião; não como divina, mas como humana, e todo esse processo de devolução não é mais que o simples despertar da autoconsciência. Queremos varrer tudo o que diz ser sobrenatural e sobre-humano, e assim nos livrarmos da inverdade, pois a raiz de toda inverdade e mentira é a pretensão do humano e do natural de ser sobre-humano e sobrenatural. Por isso, de uma vez por todas, declaramos guerra à religião e às ideias religiosas e pouco nos importamos se somos

697 MECW 3, p. 461–462; MEW 1, p. 543.

698 MEW 1, p. 545.

chamados de ateus ou de qualquer outra coisa.⁶⁹⁹

E, mais adiante, complementou:

Não temos qualquer intenção de duvidar ou desprezar a “revelação da história”, pois a história é tudo para nós e a temos mais do que qualquer outra tendência filosófica precedente, mais até do que Hegel, que afinal só a usou como um caso contra o qual testar seu problema lógico.

É o outro lado que despreza a história e desconsidera o desenvolvimento da humanidade; são os cristãos novamente que, ao apresentarem uma “História do Reino de Deus” à parte, negam que a história real tenha qualquer substancialidade interior e afirmam que essa substancialidade pertence exclusivamente à sua história alheia, abstrata e, o que é mais, fictícia; que, ao afirmar que a culminação da espécie humana é o seu Cristo, fazem a história atingir um objetivo imaginário, interrompem-na no meio do curso e são agora obrigados, nem que seja por uma questão de coerência, a declarar os dezoito séculos seguintes como totalmente sem sentido e completamente sem valor. Nós reivindicamos o sentido da história; mas vemos na história não a revelação de “Deus”, mas do homem e somente do homem. Não precisamos, para ver o esplendor do caráter humano, a fim de reconhecer o desenvolvimento da espécie humana na história, seu irresistível progresso, sua vitória sempre certa sobre a irracionalidade do indivíduo, sua superação de tudo o que aparentemente é sobrenatural, sua dura, mas bem sucedida luta contra a natureza até a conquista final da autoconsciência livre e humana, o discernimento da unidade do homem e da natureza e a criação independente—voluntariamente e por seu próprio esforço—de um mundo novo, baseado em relações sociais puramente humanas e morais.⁷⁰⁰

Para Engels, o processo de desencanto e dessacralização da natureza e da própria humanidade e de seu passado consistia em uma etapa de seu processo de autoconsciência e autoemancipação. Tais afirmações de Engels revelam ao leitor não somente o caráter humanista de seu pensamento desde sua obra de juventude, como também sua filiação aos preceitos e às conquistas científicas e filosóficas do Iluminismo.⁷⁰¹ Um dos passos fundamentais desse processo, segundo Engels, consistia em emancipar a humanidade do Deus monoteísta.

A impiedade de nossa época, da qual Carlyle tanto lamenta, é justamente sua saturação com Deus. Daí também fica claro porque, acima, eu entreguei o homem como a solução para o enigma da Esfinge. A pergunta sempre foi: o que é Deus? E a filosofia alemã tem respondido à pergunta nesse sentido: Deus é o homem. O homem só tem de compreender a si mesmo, de tomar a si mesmo como medida de todos os aspectos da vida, de julgar segundo o seu ser, de organizar o mundo de maneira verdadeiramente humana, segundo as exigências da sua própria natureza, e ele terá resolvido o enigma do nosso tempo. Não em outras regiões mundanas, inexistentes, não além do tempo e do espaço, não com um “Deus” imanente ou contrário ao mundo, a verdade está a ser encontrada, muito em breve, no próprio seio do homem. A própria substância do homem é muito mais esplêndida e sublime do que a substância imaginária de qualquer “Deus” concebível, que afinal é apenas a imagem, mais ou menos indistinta e distorcida, do próprio homem.⁷⁰²

Opondo-se à afirmação de Carlyle de que a humanidade havia perdido sua alma e sua essência, Engels contra-argumentou afirmando que:

699 MECW 3, p. 463; MEW 1, p. 544–545.

700 MECW 3, p. 463–464; MEW 1, p. 545–546.

701 Mais tarde, na “Introdução” de *Anti-Dühring*, Engels vincularia o socialismo moderno “como continuação aprofundada, supostamente mais coerente, dos princípios estabelecidos pelos grandes iluministas franceses do século XVIII” (São Paulo: Boitempo, 2015, I, p. 45; MEW 20, p. 16). Segundo David McLellan, no capítulo “5. Conclusão: Engels e Marx” de *As idéias de Engels*: “Talvez Engels tenha tomado mais do que Marx do legado intelectual do Iluminismo do século XVIII, e sua própria universalidade nos traz à mente um *philosophe* oitocentista. Ele possuía também o inapagável otimismo do Iluminismo” (São Paulo: Cultrix, 1979, p. 73).

702 MECW 3, p. 464–465; MEW 1, p. 546.

Na religião o homem perdeu sua própria substância, alienou {*entäußert*} sua humanidade, e agora que a religião, por meio do progresso da história, começou a vacilar, ele percebe seu vazio e instabilidade. Mas não há outra salvação para ele, não pode recuperar sua humanidade, sua substância, a não ser superando {*Überwindung*} completamente todas as ideias religiosas e voltando firme e honestamente, não para “Deus”, mas para si mesmo.⁷⁰³

Após saturar suas críticas de Carlyle sobre moralidade e religião, Engels passou à questão da democracia moderna, que Carlyle compreendia como uma manifestação política do caos da modernidade. Apesar de militar em prol da expansão e consolidação das democracias, Engels não a compreendia como a meta final do processo histórico contemporâneo. Assim como o ateísmo moderno consistiria em uma etapa do processo de autoconsciência da humanidade, a democracia consistiria em uma etapa do processo de expansão da liberdade.

A democracia é apenas uma etapa de transição, embora não para uma aristocracia nova e melhorada, mas para a verdadeira liberdade humana {*wirklichen, menschlichen Freiheit*}; assim como a irreligiosidade da época levará à completa emancipação de tudo o que é religioso, sobre-humano e sobrenatural, e não à sua restauração.⁷⁰⁴

Carlyle, escreveu Engels, também falhou em identificar a raiz dos desafios econômicos da modernidade ao limitar-se a denunciar os malefícios sociais da concorrência econômica e o desequilíbrio entre oferta-demanda, mas não questionando a propriedade privada e o direito de propriedade sobre a terra. No entender de Engels, isso se devia ao fato de Carlyle, como um teórico enraizado na filosofia idealista alemã, somente conseguia superar as contradições reais na esfera teórica, enquanto que os socialistas ingleses, como empiristas, buscavam superá-las na esfera prática. Entretanto, para Engels, ainda faltava a ambos unificar teoria e prática, algo que já estava em processo na filosofia alemã por meio do desenvolvimento da crítica à filosofia hegeliana de Feuerbach—de quem Engels considerava-se então como sendo um continuador.⁷⁰⁵

* * *

Em sua crítica à concepção idealista da história de Carlyle, Engels expôs, ainda que de forma incipiente, sua concepção materialista da história, na qual o processo histórico consiste em sucessivas conquistas materiais da humanidade, que expandiam as condições fundamentais para a conquista de uma liberdade universal. Ademais, Engels não concebia o proletariado com uma classe que sofre, ou como o predicado da história, mas como a classe que executaria as transformações econômicas e políticas que superariam as contradições do capitalismo industrial. Porém, a resenha crítica de Engels ao livro de Carlyle ainda flutuava em questões abstratas. Nos artigos seguintes de “A situação da Inglaterra”, Engels apresentou ao leitor uma exposição mais concreta e material da história do capitalismo e da Revolução Industrial na Inglaterra.

703 MECW 3, p. 465; MEW 1, p. 547.

704 MECW 3, p. 466; MEW 1, p. 548.

705 MECW 3, p. 466–467; MEW 1, p. 548–549.

3.2.2. O século XVIII & a Revolução Industrial Inglesa: princípios de uma história econômica e social da Inglaterra

No artigo seguinte da série, “I. O século XVIII”,⁷⁰⁶ Engels realizou uma exposição histórica da economia e da sociedade inglesa a partir do século XVIII—um dos temas no qual havia se ocupado durante seu período em Manchester.

O século XVIII na Europa continental, escreveu Engels, foi o século das revoluções políticas e filosóficas [*politische und philosophische Revolution*]. Porém, durante esse mesmo período, a Inglaterra atravessou o século XVIII sem grandes eventos políticos, pois, diferentemente da França, sua revolução política teve lugar um século antes.⁷⁰⁷ A Revolução Inglesa do século XVIII não teve, segundo Engels, caráter político ou filosófico. Ela foi, pelo contrário, muito mais abrangente—apesar de ter sido como que “subterrânea”—que as revoluções políticas, pois foi uma revolução de caráter social [*soziale Revolution*].⁷⁰⁸ A revolução política e filosófica precisa culminar [*ausmünden müssen*] na revolução social, que é, afirmou Engels, a verdadeira revolução [*wahre Revolution*]. E, mais adiante complementou: “Esta revolução social já está em curso na Inglaterra há setenta ou oitenta anos e está se aproximando rapidamente de sua crise neste exato momento”.⁷⁰⁹ Justamente por seu caráter “subterrâneo”, a consciência de seu impacto somente poderia ser devidamente apreendida por meio de uma visão retrospectiva, histórica. A tarefa à qual Engels se propôs nesse artigo foi justamente evidenciar, ou desvelar os efeitos dessa revolução social. Ao fazer isso, Engels deu os primeiros passos em sua exposição pessoal de uma concepção materialista da história que tem como ponto de partida as relações econômicas e sociais.⁷¹⁰

O século XVIII, segundo Engels, foi um século de síntese histórica do desenvolvimento social humano iniciado nos séculos precedentes. Foi no século XVIII que as descobertas científicas nas ciências naturais—a mecânica newtoniana, por exemplo—e na filosofia e na economia—o Iluminismo e a economia política clássica—foram articuladas sob uma perspectiva materialista e positiva, impulsionando e catalisando a etapa seguinte do progresso material e intelectual da humanidade—ou, nos termos de Engels, o século do fim

706 “Die Lage Englands. I. Das achtzehnte Jahrhundert” (*Vorwärts!*, Paris, n. 70-73, 31 ago., 4, 7, 11 set. 1844), in MECW 3, p. 469–488; MEW 1, p. 550–568.

707 Christopher Hill, *O mundo de ponta-cabeça* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987); *The Century of Revolution, 1603-1714* (London & New York: Routledge, 2002); MECW 3, p. 472–473; MEW 1, p. 553–554.

708 MECW 3, p. 469; MEW 1, p. 550.

709 MECW 3, p. 469; MEW 1, p. 550.

710 Há que se ater para o termo “ponto de partida”. Até onde nossa incipiente investigação nos permite concluir, não havia na concepção da história do jovem Engels elementos de determinismo histórico, mas apenas que as relações econômicas e sociais serviam de ponto de partida para sua investigação historiográfica. Segundo Engels, em parceria com Karl Marx, nos manuscritos referentes *A ideologia alemã* (1845-1846, Bruxelas), sua concepção de história consistia em “desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata”, e não exclusivamente dela (São Paulo: Boitempo, 2007, p. 42; MEW 3, p. 37). Anos mais tarde, em carta a Joseph Bloch em Königsberg (Londres, 21-22 set. 1890), Engels escreveu: “Segunda a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real. [...] nunca mais do que isso. [...] se alguém distorce essa afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas seus diversos elementos da superestrutura—as formas políticas da luta de classes [...], as formas jurídicas [...], as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas [...],—também exercem igualmente sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de modo predominante a sua forma” (“Cartas de Friedrich Engels sobre a concepção materialista da história” (*Margem Esquerda*, n. 20, 2013), p. 128; MEW 37, p. 463).

da fragmentação da humanidade e a penúltima etapa do processo histórico de seu autorreconhecimento [*Selbsterkenntnis*] e da sua autoemancipação [*Selbstbefreiung*]. Nesse processo, a subjetividade, a espiritualidade e o indivíduo abstrato reinantes durante o período no qual a mentalidade cristã foi dominante haviam sido transcendidos pela objetividade, pelo materialismo e pelo universal abstrato.⁷¹¹ “O século XVIII representa o renascimento do espírito da antiguidade contra o do cristianismo. O materialismo e a república; a filosofia e a política do mundo antigo, ressurgiram novamente”, concluiu Engels.⁷¹² Contudo, havia faltado ao século XVIII, segundo ele, transpor as antíteses [*Gegensätzen*]: substância-sujeito [*Substanz-Subjekt*]; natureza-mente [*Natur-Geist*]; e necessidade-liberdade [*Notwendigkeit-Freiheit*]. Mas foi justamente ao colocá-las em oposição que ele havia permitido a emergência das condições históricas para sua futura suprassunção [*Aufhebung*].⁷¹³

Ao prosseguir, Engels, uma vez mais, convocou a tese da triarquia europeia de Hess:

A consequência desta clara evolução final da antítese {*Gegensatzes*} foi a revolução geral {*allgemeine Revolution*} que se espalhou por várias nações e cuja iminente conclusão solucionará, ao mesmo tempo, a antítese {*Gegensatzes*} da história até o presente. Os alemães, a nação do espiritualismo cristão, vivenciaram uma revolução filosófica {*philosophische Revolution*}; os franceses, a nação do materialismo clássico e, portanto, da política, tiveram que passar por uma revolução política {*Revolution auf politischem*}; os ingleses, uma nação que é uma mistura de elementos alemães e franceses, que, portanto, encarnam os dois lados da antítese {*Gegensatzes*} e são, por isso, mais universais do que qualquer um dos dois fatores tomados separadamente, foram, por essa razão, atraídos para uma revolução mais universal, uma revolução social {*eine universellere, eine soziale Revolution*}.⁷¹⁴

O que distinguiu o processo revolucionário inglês do alemão e do francês, segundo Engels, foram as singularidades de seu desenvolvimento histórico. Na Inglaterra, os vínculos sociais feudais foram rompidos mais cedo do que na Alemanha e França, e os sujeitos individuais, apesar da imanente vida coexistente, passaram a atuar mais precocemente como átomos desconectados, sempre em busca de atender suas motivações particulares. Assim, a Inglaterra havia sido a primeira das três nações onde ocorreu a emergência do individualismo moderno e da propriedade privada capitalista.

Em outras palavras, somente a Inglaterra tem uma história social {*soziale Geschichte*}. Somente na Inglaterra há indivíduos como tais, sem defender conscientemente princípios universais, promovendo o desenvolvimento nacional e aproximando-o de sua conclusão. Somente aqui as massas atuaram como massas, em nome de seus interesses como indivíduos; somente aqui os princípios foram transformados em interesses antes que pudessem influenciar a história. Os franceses e os alemães estão gradualmente alcançando uma história social também, mas ainda não a têm. Também no continente tem havido pobreza, miséria e opressão social, mas isso não teve nenhum efeito sobre o desenvolvimento nacional; mas a miséria e a pobreza da classe trabalhadora na Inglaterra atual têm importância nacional e até mesmo mundial. No continente, o aspecto social ainda está completamente escondido pelo aspecto político e ainda não se desprende dele, enquanto na Inglaterra o aspecto social tem gradualmente prevalecido sobre o aspecto político e o tornou subserviente. Toda a política inglesa é fundamentalmente social por natureza, e as questões sociais são expressas de forma política apenas porque a Inglaterra ainda não

711 MECW 3, p. 469–470; MEW 1, p. 550–551.

712 MECW 3, p. 470; MEW 1, p. 551.

713 MECW 3, p. 470–471; MEW 1, p. 552.

714 MECW 3, p. 471; MEW 1, p. 552.

avançou além do Estado, e porque a política é um expediente necessário ali.⁷¹⁵

E, mais adiante, completou:

Enquanto a Igreja e o Estado forem as únicas formas em que as características universais da natureza humana são realizadas, não pode haver questão de história social. A Antiguidade e a Idade Média também foram, portanto, sem desenvolvimento social; apenas a Reforma, a primeira tentativa, até agora, por mais tendenciosa e equivocada, de reação contra a Idade Média, trouxe uma grande mudança social, a transformação dos servos em trabalhadores “livres”. Mas mesmo essa mudança permaneceu sem muito efeito duradouro no continente, de fato só se enraizou ali após a revolução do século XVIII; enquanto na Inglaterra a categoria dos servos foi transformada durante a Reforma em vilões, forasteiros e camponeses e, portanto, em uma classe de trabalhadores gozando de liberdade pessoal, tornando ali, já no século XVIII, evidentes as consequências dessa revolução.⁷¹⁶

Desta forma, Engels atrelou o desenvolvimento de uma história social na Inglaterra ao desenvolvimento da propriedade capitalista e o estabelecimento dos imperativos econômicos do capital como elemento determinante da nova organização e estrutura da sociedade inglesa: abolição do sistema de trabalho e de propriedade feudal, emergência dos direitos burgueses individuais e de propriedade; emergência da classe média, a fundação de colônias, o estabelecimento do domínio marítimo e da indústria naval ao longo dos séculos XVI-XVII, que consistiram nas pré-condições para a emergência da revolução social no país.⁷¹⁷ A revolução social promovida pela propriedade privada capitalista e pela concorrência econômica também mobilizou o desenvolvimento científico e técnico na engenharia e na produção industrial durante a segunda metade do século XVIII—invenção de máquinas hidráulicas e a vapor—, aumentando exponencialmente a produtividade da economia inglesa e estabelecendo-a na liderança perante as demais nações europeias.⁷¹⁸ Em paralelo às modificações mencionadas acima, Engels colocou a formação de uma massa de marginalizados e despossuídos de propriedade e de meios de produção, que haviam perdido ou sido expulsos de suas terras (os *squires* e os *yeomen*), apropriadas e concentradas nas mãos dos grandes proprietários (os *landlords*).⁷¹⁹

Após expor uma visão panorâmica da história filosófica e científica dos séculos XVI-XVIII e dos primórdios do desenvolvimento capitalista da Inglaterra, Engels prosseguiu com a exposição de uma história econômica e social da Inglaterra fundamentada em fontes historiográficas de dados quantitativos sobre a indústria têxtil inglesa, expondo ao leitor a progressão de seus estágios de transição—da indústria doméstica para o trabalho coletivo em unidades produtivas (as primeiras fábricas) até a instalação das primeiras máquinas movidas a energia hidráulica e depois a vapor—e sobre o desenvolvimento da mineração e da metalurgia. Em paralelo ao desenvolvimento industrial, Engels discorreu sobre a expansão da divisão social do trabalho e do aprimoramento dos meios de transporte e comunicação (ferrovias, canais e o comércio transatlântico). Esse processo histórico foi apresentado por Engels por meio de uma narrativa vertiginosa—talvez a única forma de transmitir ao leitor o impacto social da Revolução Industrial [*industriellen Umwälzung*;

715 MECW 3, p. 474; MEW 1, p. 555.

716 MECW 3, p. 474–475; MEW 1, p. 555.

717 MECW 3, p. 475–477; MEW 1, p. 556–557.

718 MECW 3, p. 479–480; MEW 1, p. 559–600.

719 MECW 3, p. 477; MEW 1, p. 558.

industriellen Revolution].⁷²⁰

As fontes de Engels para essa exposição foram os livros *O progresso da nação, nas suas várias relações sociais e econômicas, desde o início do século XIX até o tempo presente*,⁷²¹ de George Richardson Porter (1792-1852)—economista inglês e chefe do departamento de estatística do *Board of Trade* do governo britânico—, *A história da produção do algodão na Grã-Bretanha*,⁷²² de Edward Baines (1800–1890)—jornalista e parlamentar inglês—, e *A produção de algodão da Grã-Bretanha, sistematicamente investigada e ilustrada*,⁷²³ de Andrew Ure (1778-1857)—químico e economista inglês.⁷²⁴ (Os dois últimos também serviram de fonte para seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig).)

Sobre as consequências econômicas da industrialização da Inglaterra, Engels escreveu:

As consequências de um impulso industrial, uma vez dado, são infinitas. O progresso feito em uma indústria é comunicado a todas as outras. As forças recém-criadas exigem nutrição, como acabamos de ver; a população ativa recém-criada traz em seu rastro novas condições de vida e novas necessidades. As vantagens mecânicas da produção fabril reduzem o preço dos artigos fabricados e, portanto, tornam as necessidades da vida e, conseqüentemente, os salários mais baratos no geral; todos os outros produtos podem ser vendidos a preços mais baratos e, assim, atingir um mercado mais amplo na proporção de seus baixos preços. Uma vez demonstrada a aplicação vantajosa dos dispositivos mecânicos, ela é gradualmente imitada em toda a indústria; o avanço da civilização, que é a consequência inevitável de todas as melhorias industriais, gera novas necessidades, novas indústrias e, portanto, novamente novas melhorias. A consequência da revolução na fição do algodão foi necessariamente uma revolução em toda a indústria; e se nem sempre podemos rastrear como as forças motrizes são transmitidas aos ramos mais remotos do sistema industrial, a culpa é apenas da ausência de informações estatísticas e históricas. Mas veremos em toda parte que a introdução de dispositivos mecânicos e de princípios científicos em geral tem sido a mola mestra do progresso.⁷²⁵

E sobre as consequências sociais, ele observou que:

Esta revolução pela qual passou a indústria britânica é a fundação de todos os aspectos da vida inglesa moderna, a força motriz de todo o desenvolvimento social. Sua primeira consequência foi, como já indicamos, a elevação do interesse particular a uma posição de domínio sobre o homem. O interesse particular tomou conta das novas forças industriais recém-criadas e as explorou para seus próprios fins; essas forças, que por direito pertencem à humanidade, tornaram-se, por influência da propriedade privada, monopólio de uns poucos capitalistas ricos e meio de escravidão das massas. O comércio absorveu a indústria em si e, com isso, tornou-se onipotente, tornou-se o nexo da humanidade; todas as relações pessoais e nacionais se reduziram a relações comerciais e—o que equivale à mesma coisa—a propriedade e os objetos se transformaram em senhores do mundo.⁷²⁶

Com a expansão e domínio da propriedade privada e da concorrência capitalista, Engels previu que os interesses particulares da sociedade civil e do cosmopolitismo do mercado inevitavelmente prevaleceriam sobre a universalidade do Estado. Seguindo a teoria econômica presente no livro *A riqueza das nações*,⁷²⁷ de Adam Smith (1723-1790)—filósofo

720 MECW 3, p. 482; MEW 1, p. 563.

721 *The Progress of the Nation, in its Various Social and Economical Relations, from the Beginning of the 19th Century to the Present Time: Vols. 1 & 2* (1836; 1838, Londres).

722 *History of the Cotton Manufacture in Great Britain* (1835, Londres).

723 *The Cotton Manufacture of Great Britain, Systematically Investigated and Illustrated: Vols. 1 & 2* (1836, Londres).

724 MECW 3, p. 485, nota *, p. 618–619, nota 204; MEW 1, p. 566, nota *.

725 MECW 3, p. 482–483; MEW 1, p. 563–564.

726 MECW 3, p. 485; MEW 1, p. 566.

727 *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776, Londres).

e economista político escocês a quem Engels definiu como o criador da ciência das finanças [*Finanzwissenschaft*]—, todas as relações sociais sob o regime do capital haviam sido reduzidas a categorias econômicas abstratas e impessoais e os interesses econômicos particulares foram postos acima dos interesses universais da nação e do Estado.⁷²⁸

Engels também teceu breves observações sobre a teoria utilitarista dos economistas políticos ingleses William Godwin (1756-1836) e Jeremy Bentham (1748-1832). Segundo escreveu Engels, Bentham e Godwin divergiam sobre a relação entre os interesses particulares e os interesses gerais. Para Godwin, o indivíduo deveria agir tendo como meta atuar em prol dos interesses gerais; já para Bentham, os interesses individuais correspondiam aos interesses gerais. Portanto, ao buscar atender a seus interesses particulares, o indivíduo estaria indiretamente contribuindo com o bem comum. Para Engels o erro de Bentham tinha como fundamento sua metodologia de investigação, que, assim como Hegel, colocou tudo de cabeça para baixo.

Bentham aqui comete o mesmo erro em seu empirismo que Hegel cometeu em sua teoria; ele não tenta seriamente superar as contradições, ele transforma o sujeito no predicado, subordina o todo à parte e, ao fazê-lo, coloca tudo de cabeça para baixo *{auf den Kopf}*. Primeiro ele diz que os interesses gerais e individuais são inseparáveis e depois se mantém unilateralmente no mais grosseiro dos interesses individuais. Sua proposição é apenas a expressão empírica de outro, a saber, que o homem é o homem, mas porque se expressa empiricamente, concede os direitos da espécie não ao homem livre, autoconsciente e criativo, mas ao homem bruto e cego que permanece dentro dos limites das contradições. Bentham faz da livre concorrência a essência da moralidade, regula as relações humanas de acordo com as leis da propriedade, dos objetos e de acordo com as leis da natureza, e assim representa o auge da velha ordem mundial cristã, naturalmente evoluída, o ponto mais alto da alienação *{Veräußerung}*, e não o início de uma nova ordem a ser criada pelo homem consciente de si mesmo em plena liberdade. Ele não avança além do Estado, mas o despoja de todo significado, substitui princípios sociais por princípios políticos, transforma a organização política na forma do conteúdo social e, assim, leva a contradição *{Widerspruch}* ao seu limite extremo.⁷²⁹

O legado histórico mais importante do século XVIII na Inglaterra, segundo Engels, foi a emergência do proletariado pela Revolução Industrial [*industrielle Revolution*].

A nova indústria exigia uma massa de trabalhadores constantemente disponíveis para os inúmeros novos ramos de produção e, além disso, trabalhadores que antes não existiam. Até 1780, a Inglaterra tinha poucos proletários, fato que emerge inevitavelmente da condição social da nação [...]. A indústria concentrava o trabalho em fábricas e cidades; tornou-se impossível combinar a atividade fabril com a agrícola, e a nova classe trabalhadora foi reduzida à completa dependência de seu trabalho. O que até então havia sido a exceção tornou-se regra e se espalhou gradualmente também para fora das cidades. A agricultura de pequena escala foi expulsa pelos grandes agricultores rendeiros e assim foi criada uma nova classe de trabalhadores agrícolas. A população das cidades triplicou e quadruplicou e quase todo esse aumento consistiu apenas de trabalhadores. A expansão da mineração também exigiu um grande número de novos trabalhadores, e estes também viviam apenas do seu salário diário.⁷³⁰

Por sua vez, a classe média [*Mittelklasse*], composta por industriais e mercadores, conquistou gradualmente a condição de classe dominante ao lado da aristocracia. Para Engels, o resultado desse desenvolvimento foi a divisão da Inglaterra em três partidos: “A

728 MECW 3, p. 485–486; MEW 1, p. 566-567.

729 MECW 3, p. 486–487; MEW 1, p. 567.

730 MECW 3, p. 487; MEW 1, p. 568.

aristocracia da terra {*Landaristokratie*}, a aristocracia do dinheiro {*Geldaristokratie*} e a democracia da classe trabalhadora {*arbeitende Demokratie*}. E concluiu afirmando que “estes são os únicos partidos na Inglaterra, só eles agem como forças motrizes”.⁷³¹

* * *

A sociedade civil inglesa da primeira metade do século XIX, apesar de todas as transformações pela qual passou ao longo das décadas precedentes, estava assentada em instituições políticas e jurídicas que haviam sido estabelecidas no final do século XVII. Para Engels, essa contradição entre sociedade civil capitalista e Estado monárquico constitucional não poderia se sustentar por muito mais tempo. A Inglaterra necessitava de reformas políticas, jurídicas e sociais imediatas ou uma revolução social, assim acreditava Engels, seria inevitável.

3.2.3. A Constituição, o Estado & a sociedade civil na Inglaterra

No artigo “II. A constituição Inglesa”⁷³²—terceiro e último da série “A situação da Inglaterra”—Engels discorreu sobre as instituições políticas e jurídicas da Inglaterra visando demonstrar sua incompatibilidade perante a nova dinâmica social do capitalismo industrial, que havia emergido no país a partir da segunda metade do século XVIII, e a necessidade histórica de que elas fossem substancialmente transformadas a fim de se compatibilizarem com os novos tempos.

Engels iniciou descrevendo a Inglaterra de meados do século XIX como a mais poderosa potência econômica e militar, a que havia obtido o mais avançado desenvolvimento técnico e científico e a mais livre dentre as demais nações europeias. Elemento fundamental para esse desenvolvimento sem precedentes na história do continente—e, possivelmente, sem precedentes na história mundial até então—se deveu às novas instituições formadas ao longo do século XVII, ou o século das Revoluções Inglesas. Elas foram consolidadas em 1689 com o *Bill of Rights*—documento político elaborado pelo Parlamento, e que estabeleceu as instituições e os direitos fundamentais regidas por uma Inglaterra monárquica, porém constitucional a partir de então. O objetivo de Engels nesse artigo foi examinar e expor as contradições acumuladas pelo passar das décadas entre aquelas instituições e direitos oriundos de 1689 perante a nova base material e social inglesa sob o capitalismo industrial, ou a contradição entre o Estado e a sociedade civil.⁷³³

A característica fundamental da constituição e da jurisdição inglesa observada por Engels é o fato de elas serem baseadas na *Common Law* e não no abstrato e universalizante Código Civil. Segundo Engels: “Nos pontos mais importantes esta lei é naturalmente incerta e ambígua; ou então é lei estatutária, que consiste em um número infinito de atos individuais do Parlamento reunidos ao longo de quinhentos anos, que se contradizem e representam não um ‘estado de direito’, mas um estado de completa ausência de lei”.⁷³⁴

731 MECW 3, p. 488; MEW 1, p. 568.

732 “Die Lage Englands. II. Die englische Konstitution” (*Vorwärts!*, Paris n. 75-78, 80, 83-84, 18, 21, 25, 28 set., 5, 16, 19 out. 1844), in MECW 3, p. 489-513; MEW 1, p. 569-592.

733 MECW 3, p. 489-490; MEW 1, p. 569-570.

734 MECW 3, p. 510; MEW 1, p. 589-590.

Consequentemente, afirmou Engels: “Dentro da Constituição propriamente dita, o indivíduo não tem direitos na Inglaterra. Esses direitos existem ora em virtude dos costumes ora em virtude dos estatutos individuais, que são bastante desconectados da Constituição”.⁷³⁵ Assim, muitas das distorções e contradições da Constituição e das leis inglesas advinham, afirmou Engels, de seus fundamentos na *Common Law*.

As primeiras instituições políticas sobre as quais Engels se debruçou no artigo foi a monarquia e a *House of Lords* (Câmara dos Lords), duas instituições desprovidas de efetivo poder político, nada mais do que uma herança medieval simbólica. Para Engels, o verdadeiro poder da monarquia e da aristocracia inglesa não se encontrava em seus cargos e instituições cerimoniais, mas em suas vastas propriedades—isto é, advinham de uma base econômica.⁷³⁶ O efetivo exercício do poder político inglês residia na *House of Commons* (Câmara dos Comuns), onde se concentra o poder executivo e legislativo e onde as classes dominantes deliberam e executam “democraticamente” a política que melhor lhes conviesse. Apesar de a *Reform Bill* de 1832 ter ampliado a representação política no Parlamento, sua representação ainda não correspondia às exigências de sufrágio universal masculino advogado pelos cartistas. Consequentemente, a Câmara dos Comuns mantinha seu papel de sustentar o poder local dos aristocratas e excluir a maior parte da população de representação política. Ademais, em um sistema dominado por oligarquias regionais (os *landlords*), as eleições eram frequentemente corrompidas e forjadas.⁷³⁷ Assim, o que Engels buscou demonstrar é que quem mandava—e desmandava—na Inglaterra constitucional e parlamentar era a propriedade [*Besitz*], ou melhor, os donos da propriedade.⁷³⁸

A propriedade permite à aristocracia controlar a eleição de parlamentares para as áreas rurais e cidades pequenas; a propriedade permite aos comerciantes e fabricantes escolher os membros para as grandes e em certa medida também para as cidades pequenas; a propriedade permite a ambos aumentar sua influência pelo suborno. A regra da propriedade é explicitamente reconhecida na *Reform Bill* pela qualificação da propriedade incorporada nela. E, na medida em que a propriedade e a influência conferida pela propriedade constituem a essência da classe média, na medida em que, portanto, a aristocracia faz valer sua propriedade nas eleições e, portanto, não age como uma aristocracia, mas se coloca no mesmo nível da classe média, na medida em que a influência da classe média real é, no conjunto, muito maior do que a da aristocracia, na medida em que a classe média de fato governa. [...]. A Inglaterra é reconhecidamente uma democracia, mas da mesma forma que a Rússia é uma democracia.⁷³⁹

Engels identificou nesse trecho do artigo uma das contradições [*Widersprüche*] elementares da sociedade e da política burguesa: a contradição entre propriedade privada e democracia. Sob o regime da propriedade privada, as liberdades democráticas permanecem formalmente nos textos jurídicos e constitucionais, mas são como que acorrentadas pelo poder econômico que os proprietários exercem nas instituições políticas. Tem-se, assim, uma contradição entre o formalismo do *Bill of Rights* e a prática econômica e social cotidiana entre os ingleses detentores das propriedades *versus* aqueles que são carentes delas. Ademais, por meio do domínio econômico, as classes dominantes inglesas se utilizavam do

735 MECW 3, p. 504; MEW 1, p. 583.

736 MECW 3, p. 492–494; MEW 1, p. 572–574.

737 MECW 3, p. 494–497; MEW 1, p. 574–577.

738 MECW 3, p. 497; MEW 1, p. 577.

739 MECW 3, p. 497–498; MEW 1, p. 577.

Parlamento como instrumento para interromper quaisquer projetos políticos que ameaçassem o *status quo*.⁷⁴⁰ “O progresso é revolucionário, é perigoso, e por isso deve haver um poderoso freio sobre ele”, escreveu Engels.⁷⁴¹ (Algo que as classes dominantes inglesas tomaram consciência antes das classes dominantes da Europa continental. Segundo Eric Hobsbawm: “Entre 1848 e 1849, os moderados liberais fizeram [...] duas importantes descobertas na Europa ocidental: que a revolução era perigosa e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam ser atingidas sem ela”. A partir de então, continuou Hobsbawm, “a burguesia {deixou} de ser uma força revolucionária”, dando origem a um novo fenômeno histórico: a combinação entre o reacionarismo político e o liberalismo econômico.)⁷⁴² A “democracia” parlamentar inglesa era algo que somente existia para aqueles que compunham a *House of Commons*, o que dava a esta instituição um caráter corporativo e antipopular. Seus debates, então, não eram públicos—não havia até então publicação oficial das atas parlamentares—e o acesso às seções deliberativas somente poderia ser obtido por meio de uma autorização escrita de um de seus membros—alienando, dessa forma, a maioria da população da vida política do país.⁷⁴³

A partir dessas observações, Engels concluiu:

Estes e uma série de outros pontos das *Standing Orders*⁷⁴⁴ demonstram o caráter exclusivo e antipopular do Parlamento reformado; e a tenacidade com que a Câmara dos Comuns mantém esses costumes mostra claramente que não tem o desejo de se transformar de um órgão corporativo privilegiado em uma assembleia de representantes do povo.⁷⁴⁵

Outro objeto de crítica de Engels foi a incompletude da separação entre a Igreja e o Estado na Inglaterra. O Estado inglês manteve até 1828—quando a Câmara dos Comuns aprovou a revogação das leis contra as dissidências religiosas e a garantia da liberdade de culto religioso—a Igreja Anglicana como denominação religiosa oficial do país.⁷⁴⁶

O direito de reunião, de deliberação e de associação na Inglaterra também eram restritos. Segundo Engels, esses direitos fundamentais da constituição inglesa podiam ser suspensos pelos governos locais e pela polícia, o que ocorreu em muitas reuniões públicas organizadas pelos cartistas e socialistas. Ademais, cartistas e socialistas tiveram inúmeras dificuldades para terem reconhecido seu direito de associação.⁷⁴⁷ Para Engels, essas dificuldades encontradas por eles e pelas associações de trabalhadores terem suas organizações reconhecidas pelo Estado devia-se ao fato de que os direitos na Inglaterra eram, de fato, privilégios somente acessíveis às classes dominantes.

O direito de associação, em toda sua extensão, é um privilégio dos ricos; uma associação precisa de dinheiro antes de tudo, e é mais fácil para a rica Liga Contra as Leis dos Cereais arrecadar centenas de milhares do que para a pobre Sociedade Cartista ou a União do Mineiros Britânicos arcar com as despesas da associação. E uma associação que não tem fundos à sua disposição provavelmente não terá muito efeito

740 MECW 3, p. 497–499; MEW 1, p. 577–579.

741 MECW 3, p. 499; MEW 1, p. 579.

742 *A era do capital, 1848-1875* (15. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012), cap. 1, p. 47.

743 MECW 3, p. 500–501; MEW 1, p. 579–580.

744 Conjunto de regras pelas quais a legislação procede no Parlamento britânico.

745 MECW 3, p. 500; MEW 1, p. 580.

746 MECW 3, p. 500–503; MEW 1, p. 580–583.

747 MECW 3, p. 505; MEW 1, p. 584–585.

e não pode conduzir qualquer agitação.⁷⁴⁸

O mesmo ocorria para os demais direitos fundamentais, como *habeas corpus*, julgamentos por pares e liberdade de expressão e de imprensa. Todos esses direitos encontravam limites no desequilíbrio entre pobres e ricos, proprietários e proletários. O direito de liberdade de expressão e de imprensa na Inglaterra era mais avançado que em muitos países da Europa continental, porém, ele também encontrava obstruções ao pleno exercício por meio das leis contra a difamação, alta traição e blasfêmia, utilizadas como instrumento de perseguição política.⁷⁴⁹ Quanto ao *habeas corpus* e ao julgamento por pares, Engels argumentou que na Inglaterra os pobres são julgados por seus inimigos de classe (*landlords*, industriais e mercadores), logo, a existência de um júri imparcial era impossível para as classes trabalhadoras.⁷⁵⁰ Segundo Engels, “na Inglaterra os ricos e os pobres estão em guerra aberta uns com os outros”;⁷⁵¹ de tal forma que “o julgamento pelo júri é, em essência, uma instituição política e não jurídica; mas, como todo direito é essencialmente de origem política, a realidade da prática jurídica se revela nele, e o julgamento inglês pelo júri, por ser o mais desenvolvido, é a consumação da mendacidade jurídica e da imoralidade”.⁷⁵² Assim, Engels concluiu que, sob o regime da propriedade e em uma sociedade dividida em classes, o “júri imparcial” [*unparteilichen Geschwornen*] e o “juiz imparcial” [*unparteilichen Richters*] não passariam de ficções jurídicas.⁷⁵³

A seguir, Engels discorreu sobre o brutal e medieval sistema penal inglês, por ele classificado como o mais severo da Europa e que impunha aos condenados severas punições físicas e psicológicas, além de extradição para colônias penais por crimes políticos.⁷⁵⁴

Ao final, Engels sintetizou sua crítica ao sistema político e jurídico regentes na Inglaterra nas seguintes palavras:

Quaisquer que sejam as objeções que lhe sejam levantadas do ponto de vista do “Estado de direito”, é uma questão de suprema indiferença. O fato de a Inglaterra não ser oficialmente uma democracia não pode nos desfavorecer contra suas instituições. Para nós só há uma questão de importância: que encontramos em toda parte teoria e prática em flagrante contradição {*Widerspruch*} uma com a outra. Todos os poderes da Constituição, da Coroa, da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns se dissolveram diante de nossos olhos; vimos que a Igreja estabelecida {isto é, a Igreja Anglicana,} e todos os chamados direitos de nascença dos britânicos são nomes vazios, que até mesmo o julgamento por júri é na realidade apenas um espetáculo superficial, que até mesmo a lei não tem existência, enfim, que um Estado, que se deu a si mesmo um fundamento jurídico claramente definido, nega e abusa desse fundamento. O inglês não é livre por causa da lei, mas apesar da lei, se é que se pode dizer que ele é livre.⁷⁵⁵

A partir do estudo do caso concreto das instituições políticas e do sistema jurídico inglês, Engels desenvolveu, fundamentou e expôs sua crítica sobre a contradição entre a teoria abstrata do texto constitucional e jurídico e a prática cotidiana da sociedade civil sob o capitalismo, e afirmou que esta contradição teria que inevitavelmente ser suprassumida

748 MECW 3, p. 505; MEW 1, p. 585.

749 MECW 3, p. 504; MEW 1, p. 583–584.

750 MECW 3, p. 506–508; MEW 1, p. 585–587.

751 MECW 3, p. 506; MEW 1, p. 585.

752 MECW 3, p. 506; MEW 1, p. 585–586.

753 MECW 3, p. 506–507; MEW 1, p. 585–586.

754 MECW 3, p. 508–513; MEW 1, p. 587–592.

755 MECW 3, p. 511–512; MEW 1, p. 591.

[*aufgehoben*] não por meio de novas teorias e abstrações, mas, tal como as demais suprassunções [*Aufhebungen*] históricas do passado, pela atividade política e social. Sobre isso, Engels escreveu:

A luta já está em andamento. A Constituição está abalada até seus fundamentos. A forma que o futuro imediato tomará emerge do que acaba de ser dito. Os elementos novos e estranhos da Constituição são de natureza democrática; vai ficar evidente que a opinião pública também está se desenvolvendo numa direção democrática; o futuro imediato da Inglaterra será a democracia.⁷⁵⁶

E, mais adiante, complementou:

Mas que democracia! Não a da Revolução Francesa, cuja antítese {*Gegensatz*} era a monarquia e o feudalismo, mas a democracia cuja antítese {*Gegensatz*} é a classe média e a propriedade. O conjunto do desenvolvimento anterior mostra isso. A classe média e a propriedade são dominantes; o homem pobre não tem direitos, é oprimido e tosquiado, a Constituição o repudia e a lei o maltrata; a luta da democracia contra a aristocracia na Inglaterra é a luta dos pobres contra os ricos. A democracia para a qual a Inglaterra está se movendo é uma democracia social {*soziale Demokratie*}.

Mas a democracia por si só não é capaz de curar os males sociais. A igualdade democrática é uma quimera, a luta dos pobres contra os ricos não pode ser travada com base na democracia ou mesmo na política como um todo. Esta etapa também é, portanto, apenas uma transição, o último remédio puramente político que ainda tem de ser tentado e a partir do qual um novo elemento deve se desenvolver de imediato, um princípio que transcende tudo o que é de natureza política.

Este princípio é o princípio do socialismo.⁷⁵⁷

* * *

Ao longo deste subcapítulo, buscamos acompanhar o caminho de Engels em sua tentativa de formular e expor uma concepção materialista da história. Inicialmente, a partir de uma crítica à concepção idealista e moral de Carlyle, passando por uma reconstituição de uma história da Inglaterra que tinha como ponto de partida as relações econômicas e sociais. Suas fontes de pesquisa historiográfica consistiram em séries históricas de dados econômicos quantitativos referentes ao desenvolvimento técnico-científico e à produção industrial inglesa dos séculos XVIII e XIX. Essa versão ainda primitiva de uma história econômica e social esboçada por Engels estabelecia o modo de produção e reprodução material da vida—e não categorias filosóficas ou valores morais—como a “régua” para medir os períodos da história e examinar suas transformações.⁷⁵⁸ A valorização dos dados quantitativos econômicos e do desenvolvimento técnico-científico no estudo historiográfico não era novidade na Grã-Bretanha—terra natal da economia política e da teoria econômica moderna. A contribuição de Engels consistiu em dar os primeiros passos na conciliação entre a economia política—uma ciência materialista, empírica e positiva da realidade—e a filosofia clássica alemã, particularmente a filosofia da história e a dialética de Hegel. Essa conciliação permitiria à economia política historicizar tanto seu objeto de estudo (a sociedade capitalista) quanto a si própria—isto é, fazer de si mesma objeto de exame histórico e crítico. No próximo subcapítulo, examinaremos a primeira crítica engelsiana à

756 MECW 3, p. 512–513; MEW 1, p. 591.

757 MECW 3, p. 513; MEW 1, p. 592.

758 Segundo Marx: “O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (*O capital: livro I* (São Paulo: Boitempo, 2013), seção III, cap. 5.1., p. 257; MEW 23, p. 194–195).

economia política.

3.3. O “Esboço de 1844”

Escrito em Manchester entre outubro e novembro de 1843 e publicado na *Deutsch-Französische Jahrbücher* no início de 1844, o “Esboço de uma crítica da economia política”⁷⁵⁹ foi, certamente, um dos textos de juventude de maior originalidade de Engels, e um dos que deixaram o maior legado entre aqueles publicados até 1844. (Talvez seja esse o motivo pelo qual entre as fontes por nós investigadas para esta dissertação, o “Esboço de 1844” tenha sido a mais comentada e examinada por pesquisadores, além de ter sido a única que recebeu uma tradução profissional para o português no Brasil.)⁷⁶⁰ Foi nesse ensaio que Engels apresentou a proposta pioneira do estudo histórico e crítico da economia política por meio da combinação do método dialético hegeliano com o materialismo feuerbachiano.⁷⁶¹ Outro elemento de pioneirismo da crítica da economia política de Engels foi sua perspectiva revolucionária de caráter comunista. Comparado aos ensaios examinados acima na seção 3.2. (“A situação da Inglaterra”), de caráter mais histórico e empírico, o “Esboço de 1844” possui um conteúdo fundamentalmente abstrato e lógico: tratou-se de um exame de algumas das categorias fundamentais da economia política, como valor, propriedade privada, capital e trabalho, renda, lucro e salário, concorrência e monopólio, como também da teoria malthusiana da superpopulação e da teoria do ciclo das crises capitalistas.

O reconhecimento da relevância do “Esboço de 1844” foi imediato entre seus contemporâneos. Além das mais que conhecidas e citadas referências de Karl Marx ao ensaio em questão,⁷⁶² em carta ao político liberal alemão Johann Jacoby (1805-1877) em Königsberg, o médico berlinense Julius Waldeck escreveu sobre a evolução da obra teórica de Engels após ler seus artigos publicados no *Deutsch-Französische Jahrbücher*: “Engels tem operado um verdadeiro milagre, se compararmos o que eram há um ano a maturidade e virilidade de suas ideias e estilo”.⁷⁶³ Por sua vez, Engels, ao revisar posteriormente sua obra de juventude, afirmou que o “Esboço de 1844”, além de possuir inumeráveis inexatidões, encontrava-se obsoleto, dispondo, no máximo, de valor histórico.⁷⁶⁴ Apesar dos alertas do

759 “*Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*” (Paris, n. 1-2), in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 53–81; MEW 1, p. 499–524.

760 Trata-se da tradução de Maria Filomena Viegas com revisão e notas de José Paulo Netto publicada na revista *Temas de Ciências Humanas* (v. 5, p. 1–29, 1979). A tradução foi republicada em 1981 no volume 17 da coleção *Grandes cientistas sociais* (*Engels*) (São Paulo: Ática, 1981), p. 53–81.

761 György Lukács, *The Young Hegel* (London: Merlin Press, 1975), cap. II.5., p. 168–169; Paul Sweezy, “Dialectics and Metaphysics”, in *Four Lectures on Marxism* (New York: Monthly Review Press, 1981), p. 11–25.

762 Karl Marx, “[Prefácio (do caderno III)] [XXXIX] Prefácio”, in *Manuscritos econômico-filosóficos* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 20; MEW 40, p. 468; “Prefácio”, in *Contribuição à crítica da economia política* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008), p. 48–49; MEW 13, p. 10.

763 *Apud* Gustav Mayer, *Friedrich Engels* (Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979), cap. VII, p. 173.

764 Quando convidado por Wilhelm Liebknecht para reeditar em 1871 o “Esboço de 1844”, Engels lhe respondeu: “Caro Liebknecht, // Está absolutamente fora de questão que você reimprima meu antigo artigo da *Deutsch-Französische Jahrbücher* no *Volksstaat*. Ele já está bastante obsoleto e cheio de imprecisões, o que somente poderia confundir as pessoas. Além disso, ele ainda foi escrito em um estilo hegeliano, o que também não faz mais sentido hoje em dia. Seu único valor é como um documento histórico. // Com grande estima, // Seu // F. E.” (carta a Wilhelm Liebknecht em Leipzig (Londres, 13 abr. 1871), in MECW 44, p. 136; MEW 33, p. 208).

Engels maduro sobre sua obra de juventude, o valor e a relevância teórica e histórica do “Esboço de 1844” para o marxismo permaneceu unânime, sendo o texto precedente ao *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig) que mais recebeu a atenção dos pesquisadores, não escapando do escrutínio de seus biógrafos e comentadores críticos.

* * *

Ao longo do processo de coleta e triagem das fontes de pesquisa e de materiais auxiliares—majoritariamente em português e inglês—encontramos uma quantidade considerável de artigos e capítulos de livros sobre o “Esboço de 1844”. A seguir, comentaremos brevemente aqueles textos que examinaram detidamente o ensaio. Entre os critérios de seleção por nós utilizados encontram-se a originalidade das hipóteses e das teses apresentadas e o legado do texto em pesquisas posteriores—isto é, aqueles que mais frequentemente são citados como referência por outros pesquisadores. (Além, claro, daqueles que nos são acessíveis pela via impressa ou digital e que não nos impuseram a “barreira” do idioma.)⁷⁶⁵

No Brasil, destacamos as pesquisas realizadas por Lincoln Secco,⁷⁶⁶ João Tavares,⁷⁶⁷ Rodrigo Castelo Branco,⁷⁶⁸ Thiago Brito⁷⁶⁹ e Leonardo Gomes de Deus.⁷⁷⁰ Apesar da análise descritiva precisa da fonte por parte desses pesquisadores, todos, a nosso ver, recaem em uma simplificação ao qualificá-la como sendo o texto “inaugural”, ou “fundador” da crítica da econômica política—um erro no qual também incorremos nos primeiros meses de pesquisa para a dissertação⁷⁷¹—, afirmação jamais reivindicada pelo próprio Engels. Ademais, a fonte foi apresentada de forma desarticulada não somente da série de artigos “A situação da Inglaterra”—que Engels concebia como um todo mais ou menos articulado ao “Esboço de 1844”—como também de seus textos precedentes e de sua formação filosófica. De nossa parte, não estabelecemos Engels como sendo “o” pioneiro, ou “o” fundador da crítica da economia política, pois, ela já se encontrava sob alguma forma de crítica, tanto na Alemanha, por meio do economista Friedrich List⁷⁷² (1789-1846) e do filósofo Leopold Henning⁷⁷³ (1791-1866), quanto na Grã-Bretanha, por meio dos socialistas John Watts⁷⁷⁴ (1818-1887), Thomas Hodgskin⁷⁷⁵ (1787-1869) e William Thompson⁷⁷⁶ (1775-1833),

765 Para um exame bibliográfico mais completo de livros e artigos publicados em inglês e francês sobre o “Esboço de 1844”, destacamos: Samuel Hollander, *Friedrich Engels and Marxian Political Economy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), p. 7–9.

766 “Engels e a crítica da economia política”, in *Marx e Engels na História* (São Paulo: Xamã, 1996), p. 277–290.

767 “Friedrich Engels e a pedra filosofal da crítica da economia política” (*Verinotio*, n. 20, p. 163–169, 2014).

768 “A contribuição dos textos juvenis de Engels à crítica da economia política” (*Cemarx – Anais do Colóquio Internacional Marx e Engels*, 4, 2005).

769 “O jovem Engels e a crítica da economia política” (*Verinotio*, v. 24, n. 1, p. 284–310, 2018).

770 *Reconstrução categorial de O capital à luz de seus esboços*. Tese (Doutorado em Economia) (Belo Horizonte: UFMG, 2010), cap. 2.1., p. 18–26.

771 “O jovem Engels e a fundação da crítica da economia política” (*XVI Seminário de Formação da Base dos Trabalhadores da Educação-PCB: Friedrich Engels (I)*, São Paulo, 20 maio 2017). (Disponível em: «<https://drive.google.com/drive/folders/1QPv4WRn6Kf5IYnlanlOU1ewzXd46VZoV?usp=sharing>».)

772 *Sistema nacional de economia política [Das nationale System der politischen Oekonomie]* (Stuttgart & Tübingen, 1841).

773 MECW 2, p. 270–273; MEW 41, p. 252–254.

774 *Fatos e ficções dos economistas políticos: uma revisão dos princípios da ciência, separando o verdadeiro do falso [Facts and Fictions of Political Economists: Being a Review of the Principles of the Science, Separating the True from the False]* (1842, Manchester).

775 *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital [Labour Defended Against the Claims of Capital]* (1825, Londres).

776 *Investigação sobre os princípios da distribuição da riqueza mais apta a engendrar a felicidade humana [An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth Most Conducive to Human Happiness]* (1824, Londres).

entre outros. Poder-se-ia reivindicar algum pioneirismo de Engels no “Esboço de 1844” na introdução de uma concepção dialética e materialista no exame histórico e crítico das categorias fundamentais da economia política e em sua perspectiva revolucionária comunista.

As pesquisas sobre a obra de juventude de Engels publicadas em inglês possuem maior tradição e maior complexidade quando comparadas aos estudos realizados no Brasil—talvez em razão de o acervo de textos do jovem Engels traduzidos para esse idioma ser mais rico do que o volume de traduções, publicações e reedições em português.

Gareth Stedman Jones⁷⁷⁷ estabeleceu como mérito e inovação de Engels ter deslocado a filosofia hegeliana de esquerda, ou o debate filosófico dos Jovens Hegelianos, da teologia para a economia política. Ainda assim, segundo Jones, o jovem Engels permaneceu distante da elaboração da “teoria do materialismo histórico”. Acreditamos que ambas as afirmações de Jones não são integralmente corretas, podendo passar por algumas observações complementares. Primeiro, a economia política não era estranha ao próprio Hegel, que em seu tempo havia tomado conhecimento da obra de Adam Smith, David Ricardo e Jean-Baptiste Say, sendo fundamentais para a elaboração de suas categorias de *sociedade civil* [*Bürgerliche Gesellschaft*] e *trabalho* [*Arbeit*].⁷⁷⁸ Logo, se fôssemos atribuir méritos a Engels, atribuiríamos o de ter recuperado a economia política como objeto da crítica filosófica na Alemanha, mas não que ele tenha sido o primeiro a colocá-la sob o escrutínio da dialética. Segundo, sobre o grau de elaboração da “teoria do materialismo histórico”, conforme pode-se observar em nosso exame dos textos publicados durante o primeiro período em Manchester (1842-1844) nos subcapítulos precedentes, Engels já havia dado os primeiros passos na elaboração de uma concepção materialista da história, tanto no aspecto filosófico quanto no historiográfico, quando apresentou, ainda que de forma primitiva, elementos para uma história econômica e social da Inglaterra.

Terrell Carver⁷⁷⁹ classificou o “Esboço de 1844” como sendo uma crítica jovem hegeliana da economia política, fundamentada na metodologia filosófica estabelecida em seus textos precedentes. Seguindo a metodologia de investigação filosófica de Hegel, Engels, argumentou Carver, considerava que a teoria e a prática caminhavam em paralelo na história. Assim, a compreensão do desenvolvimento e do processo histórico do capitalismo poderia ser apreendida a partir de ambas as partes—tanto pela prática (as relações sociais de produção etc.) quanto pela teoria (a economia política). De forma similar à historização da obra de Hegel feita pelos Jovens Hegelianos, que a haviam associado aos interesses políticos da monarquia prussiana—particularmente sua filosofia do direito—, Engels historicizou a economia política e a associou aos interesses políticos das classes dominantes capitalistas na Inglaterra. Assim, prosseguiu Carver, Engels submeteu tanto a filosofia alemã quanto a

777 “Retrato de Engels”, in *História do marxismo: I* (3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983), p. 377–421. O texto de Jones publicado na coleção “História do marxismo” consiste em uma versão abreviada do artigo “Engels and the Genesis of Marxism”, publicado na *New Left Review* (v. I, n. 106, p. 79–104, 1977).

778 Hans-Christoph Schmidt am Busch, *Hegels Begriff der Arbeit* (Berlin: Akademie Verlag, 2002); HW 7, § 189, p. 347 [Edição brasileira: G. W. F. Hegel, *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (São Leopoldo & São Paulo: Editora Unisinos & Loyola, 2010), p. 193–194.]; Raymond Plant, “Hegel and Political Economy: I & II” (*New Left Review*, v. I, n. 103–104, p. 79–92, 103–113, 1977).

779 *Friedrich Engels* (London: Palgrave Macmillan, 1990), p. 110–119.

economia política ao mesmo método de escrutínio, pois ambas haviam atingindo um grau de desenvolvimento histórico que as fazia aptas a serem objeto da crítica. Considerando que as categorias fundamentais da economia política já haviam sido examinadas pelos próprios economistas políticos que o precederam, o propósito de Engels, segundo Carver, seria o de desvendar, por meio da crítica dialética herdada da filosofia alemã, todas as suas dimensões e contradições—exercício que ele considerava como parte do processo de suprassunção [*Aufhebung*] tanto teórico quanto prático do desenvolvimento histórico da humanidade. Por fim, afirmou Carver, com seu esboço de crítica à economia política, Engels aproximava-se cada vez mais de sua maturidade intelectual.

Gregory Claeys⁷⁸⁰ buscou reconstituir, por meio de uma leitura comparada, a influência no “Esboço de 1844”, do socialismo owenista—particularmente o livro *Fatos e ficções dos economistas políticos*,⁷⁸¹ de John Watts—e do proudhonismo—particularmente o livro *O que é a propriedade*,⁷⁸² de Pierre-Joseph Proudhon. Ele estabeleceu como inovação de Engels a síntese entre a filosofia alemã com o socialismo inglês e francês e a sua abordagem filosófico-dialética da economia política. Claeys também buscou examinar o “Esboço de 1844” não como uma mera antecipação de textos posteriores, mas como uma obra com valor próprio e como um texto fundamental na constituição da concepção materialista da história. Apesar de ser um dos estudos mais rigorosos sobre a produção teórica do primeiro período de Engels em Manchester (1842-1844), Claeys, assim como muitos outros pesquisadores, não considerou em seu estudo o papel da formação filosófica do jovem Engels durante os períodos em Bremen e Berlim (1838-1842). Consequentemente, a afirmação de Claeys sobre o papel da filosofia alemã no “Esboço de 1844” é vazia, não oferecendo ao leitor uma real dimensão e o significado da contribuição da filosofia alemã e da dialética hegeliana para o exame das categorias da economia política por Engels. No que se refere ao exercício de leitura comparada entre Engels, Proudhon e Watts, embora seja engenhoso, ela é de difícil sustentação empírica, pois Engels não fez nenhuma referência a Proudhon e a Watts no “Esboço de 1844”. Logo, esse exercício comparativo de Claeys não poderia ir além de uma especulação desprovida de bases empíricas para medir a real influência da teoria de Proudhon e Watts na crítica engelsiana de juventude à economia política—no máximo, isso poderia ser inferido com base em textos precedentes. Claeys também afirmou que o socialismo engelsiano de juventude, na altura da redação e publicação do “Esboço de 1844”, era de inspiração pré-marxista, particularmente do socialismo de Weitling, Proudhon e do cartista Harney. Assim como no caso referente a Watts e Proudhon, Engels não fez nenhuma referência a Weitling e Harney no “Esboço de 1844”, nos parecendo mais um paralelo engenhoso e desprovido de fundamento empírico por parte de Claeys. Ademais, conforme examinamos acima, na segunda parte do artigo “Progressos da reforma social no continente”,⁷⁸³ Engels identificou seu comunismo com aquele que denominou de

780 “Engels’ *Outlines of a Critique of Political Economy* (1843) and the Origins of the Marxist Critique of Capitalism” (*History of Political Economy*, v. 16, n. 2, p. 207–232, 1984).

781 *Facts and Fictions of Political Economists: Being a Review of the Principles of the Science, Separating the True from the False* (Manchester, 1842).

782 *Qu’est-ce que la propriété? ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement* (1841, Paris).

783 “Progress of Social Reform on the Continent” (*The New Moral World*, Leeds & London, n. 19, 21, 4, 18 nov. 1843), in MECW 3, p. 392–408. Examinamos esse artigo de Engels no item “3.1.2. O comunismo continental”.

“partido da filosofia”, e não com o “partido do trabalho” de Weitling.⁷⁸⁴ Por fim, apesar de o artigo de Claeys ser, com justiça, um dos clássicos sobre o tema entre a literatura marxista publicada em inglês, algumas de suas teses são um tanto criativas e difíceis de sustentarem-se a partir de uma leitura imanente das fontes. Em parte, os pontos fracos do artigo de Claeys decorrem dos mesmos pontos francos de muitos daqueles que estudaram o “Esboço de 1844”: em sua maioria, ignoraram tanto os artigos posteriores publicados em 1844, isto é, “A situação da Inglaterra”—que Engels concebia como um todo mais ou menos articulado com o “Esboço de 1844”—quanto os artigos precedentes, particularmente os do período de Berlim (1841-1842), nos quais o pesquisador pode estudar a apreensão do jovem Engels da filosofia e da dialética de Hegel e ter alguma noção aproximada do método empregado pelo jovem Engels em suas investigações teóricas e práticas durante o primeiro período em Manchester (1842-1844).

Por fim, Samuel Hollander⁷⁸⁵ valorizou o “Esboço de 1844” por ter lançado a “visão” de uma crítica da economia política e como um dos documentos fundadores da teoria e da macroeconomia marxiana. Segundo observado por Hollander, as objeções ao idealismo hegeliano não impediram que Engels fizesse uso de sua dialética como princípio metodológico na análise das categorias da economia política. Hollander também examinou de forma equilibrada as qualidades e os limites do “Esboço de 1844”, realizando uma leitura comparada das asserções de Engels sobre os economistas políticos por ele mencionados ao longo do ensaio. Segundo Hollander, o conhecimento de Engels sobre os economistas políticos possuía uma série de incorreções e que, àquela altura, era incipiente.

* * *

O ensaio de Engels se tratou da “primeira análise das categorias constitutivas da economia política operada a partir de uma perspectiva dialética e comunista”⁷⁸⁶—ou seja, a partir da perspectiva e da metodologia da filosofia hegeliana e da classe trabalhadora, superando, desta forma, os limites da crítica ao capitalismo dos socialistas utópicos e ricardianos, tais como Robert Owen (1771-1858) e Thomas Hodgskin (1787-1869). Ademais, o ensaio expôs também o desenvolvimento teórico de Engels após um período aproximado de um ano de trabalho e pesquisa na Inglaterra, e seus avanços na compreensão dos fundamentos do capitalismo industrial e da sociabilidade burguesa. Além das referências e comentários aos economistas políticos Adam Smith, David Ricardo, John Ramsay McCulloch e Jean-Baptiste Say, Engels também fez breves menções a John Wade, autor de *História das classes médias e trabalhadoras*,⁷⁸⁷ Andrew Ure, autor de *Filosofia das manufaturas*,⁷⁸⁸ James Mill, autor de *Elementos da economia política*,⁷⁸⁹ e Friedrich List, autor de *Sistema nacional de economia política*.⁷⁹⁰

784 MECW 3, p. 403–407.

785 *Friedrich Engels and Marxian Political Economy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), p. 25–42.

786 José Paulo Netto, “Apresentação”, in *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 27.

787 *History of the Middle and Working Classes: With a Popular Exposition of the Economical and Political Principles Which Have Influenced the Past and Present Condition of the Industrious Orders* (1833, Londres).

788 *Philosophy of Manufactures: Or an Exposition of the Scientific, Moral, and Commercial Economy of the Factory System of Great Britain* (1835, Londres).

789 *Elements of Political Economy* (1821, Londres).

790 *Das nationale System der politischen Oekonomie* (Stuttgart & Tübingen, 1841).

3.3.1. A definição engelsiana de economia política & o objetivo do “Esboço de 1844”

Segundo Engels, a economia política [*Nationalökonomie*] consistiu na forma teorizada da prática concreta e histórica do desenvolvimento capitalista, de tal forma que ela espelhou todas as suas fases de desenvolvimento e suas determinações materiais. Definindo-a como “um elaborado sistema de fraudes consentidas” e uma “ciência a favor do enriquecimento”, Engels afirmou que a economia política nasceu da ambição e do egoísmo dos primeiros comerciantes modernos, durante o período batizado de mercantilismo, ou o primeiro estágio do desenvolvimento histórico do capitalismo—período de formação dos Estados-nacionais, de emergência do mercado mundial e do sistema colonial, regido pelas políticas econômicas do monopólio, do protecionismo, da balança comercial, do bulionismo, ou metalismo, que Engels sintetizou como sendo o período da “cruzada dos mercadores”.⁷⁹¹

O período da Revolução Industrial (séc. XVIII) foi considerado por Engels como sendo o segundo estágio do desenvolvimento histórico do capitalismo, o período da “revolução econômica” [*ökonomische Revolution*]. Caracterizado por “um santo horror pelas sangrentas desordens do sistema mercantilista”, a nova fase “sugere que o vínculo comercial estabelece a amizade e a compreensão entre as nações e os indivíduos”. Engels caracterizou esse segundo estágio como sendo o da ruptura com o protecionismo e o metalismo mercantilista e da emergência da tese do livre comércio como instrumento de universalização do capital e da pacificação das rivalidades nacionais. Contudo, o desenvolvimento da indústria e da concorrência, combinado com a escravidão moderna nas colônias, expuseram “a nova economia, o sistema do livre comércio, apoiado na *Wealth of Nations*, de Adam Smith, [...] como a hipocrisia, a imoralidade e a inconsequência que, presentemente, afrontam todos os domínios da liberdade humana”.⁷⁹²

Sobre a tese do livre comércio smithiana, Engels comentou:

Mas o sistema de Smith não foi um progresso? Certamente que sim e, até mesmo, foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantilista, com seus monopólios e seus entraves à circulação, fosse subvertido para que aparecessem claras as verdadeiras consequências da propriedade privada; era necessário que todas as mesquinhas considerações locais e regionais passassem a segundo plano para que a luta do nosso tempo se tornasse universal e humana; era necessário que a teoria da propriedade privada abandonasse o puro empirismo, com suas pesquisas unicamente objetivas, para assumir caráter mais científico, que a tornasse igualmente responsável pelas suas resultantes e deslocasse a coisa para um campo humano em geral, onde a imoralidade contida na velha economia fosse conduzida à sua expressão mais elevada em razão da sua negação e da hipocrisia que necessariamente decorre da tentativa de negá-la. Tudo isto faz parte da natureza do processo. Reconhecemos voluntariamente que só o estabelecimento e a realização do livre comércio nos colocaram em situação de avançar para além da economia da propriedade privada, mas, simultaneamente, temos o direito de situar esta liberdade de comércio na sua total nulidade teórica e prática.⁷⁹³

O propósito de Engels consistiu, assim, em criticar a teoria do livre comércio, expor suas contradições inerentes visando sua superação—no primeiro momento—no plano da teoria. Segundo Engels, “somente o ponto de vista que ultrapasse o antagonismo dos dois sistemas

791 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 53–55; MEW 1, p. 499–500.

792 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 54–56; MEW 1, p. 500–501.

793 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 56; MEW 1, p. 501.

{o mercantilismo e o livre comércio} e critique seus pressupostos comuns, partindo de uma base universal puramente humana, poderá assinalar a ambos sua posição exata”.⁷⁹⁴ Portanto, para Engels, o desenvolvimento do capitalismo e de sua expressão teórica—a economia política—havia atingido o estágio no qual estariam aptos a serem postos a julgamento no “tribunal da dialética” [*Richterstuhl der Dialektik*].⁷⁹⁵ “Na crítica à economia política”, escreveu Engels, “vamos examinar as categorias fundamentais, demonstrar a contradição {*Widerspruch*} introduzida pelo sistema da liberdade de comércio e extrair as consequências dos dois aspectos da contradição {*Widerspruchs*}”.⁷⁹⁶

3.3.2. A teoria do valor, custos de produção & a formação dos preços das mercadorias

Como expressão teórica do desenvolvimento capitalista, a economia política tinha sua atenção voltada para questões abstratas, entre elas a teoria do valor [*Wert*]. A categoria valor, escreveu Engels, foi desdobrada em duas pelos economistas políticos: (1) valor abstrato [*abstrakten Wert*], ou valor real [*realen Wert*], e (2) valor de troca [*Tauschwert*]. O valor abstrato, ou real, escreveu Engels, foi determinado, ou medido pelos economistas políticos britânicos—tais como David Ricardo (1772-1823), autor de *Sobre os princípios da economia política e da taxaço*,⁷⁹⁷ e John Ramsay McCulloch (1789-1864), autor de *Princípios da economia política*⁷⁹⁸—por meio do custo de produção da mercadoria, enquanto que o economista político francês, Jean-Baptiste Say (1767-1832), autor de *Tratado de economia política*,⁷⁹⁹ o estabeleceu como determinação, ou medida do valor, a utilidade da mercadoria. “Desde o início do século, a discussão ficou pendente e desvaneceu-se sem ser resolvida. Os economistas não sabem resolver nada”, afirmou Engels.⁸⁰⁰ Por sua vez, Engels se propôs a estudar e a corrigir esses “erros”, ou essas “insuficiências” da teoria do valor dos economistas políticos. De um lado, para aqueles que estabelecem o custo de produção como medida do valor da mercadoria (Ricardo e McCulloch), Engels explicou que tal afirmação se deve a dois elementos: a equivalência que eles fizeram entre as categorias de valor e preço e a forma abstrata pela qual examinavam a economia, abstraindo-a de uma de suas determinações fundamentais: o “jogo da concorrência”.⁸⁰¹ “Assim, na economia, [...] tudo é colocado de cabeça para baixo: o valor que é, à partida, a fonte do preço, é situado na dependência do seu próprio produto. Esta inversão, sabe-se, é a essência da abstração (comparar Feuerbach

794 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 57; MEW 1, p. 502. A teoria do livre comércio de Smith já tinha entre seus principais críticos o economista político alemão Friedrich List (1789-1846), por meio do livro *Sistema nacional de economia política* [*Das nationale System der politischen Oekonomie*] (Stuttgart & Tübingen, 1841). Contudo, List fez uma crítica ainda sob o ponto de vista liberal da economia política. A contribuição de Engels à crítica da teoria do livre comércio smithiana residiu em seu ponto de vista comunista revolucionário.

795 Gustav Mayer, *Friedrich Engels* (Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979), cap. VII, p. 162; *Friedrich Engels: 1. Bd.* (2. ed., Dordrecht: Springer, 1934), p. 159.

796 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 58; MEW 1, p. 501.

797 *On the Principles of Political Economy and Taxation* (1817, Londres).

798 *The Principles of Political Economy: With a Sketch of the Rise and Progress of the Science* (1825, Edimburgo).

799 *Traité d'économie politique* (1803, Paris).

800 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 61; MEW 1, p. 505.

801 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 61; MEW 1, p. 506.

sobre este ponto)”.⁸⁰² Temos aqui um breve, mas importante comentário de Engels sobre seu método de crítica à economia política: fundamentado no materialismo feuerbachiano, Engels fez o caminho contrário do dos economistas políticos, alegando ter partido do concreto para o abstrato, e não do abstrato para o concreto.

Sobre a relação valor e custo de produção, Engels escreveu:

Por que os custos de produção são medida do valor? Por que—ouçam bem!—alguém, nas condições habituais, abstraindo o jogo da concorrência, venderia uma coisa mais barata do que lhe custou o produzi-la? Que temos a fazer aqui, se não se trata do valor comercial, da “venda”? Voltamos de novo ao comércio, ao comércio—e que comércio!—que devíamos excluir claramente, um comércio cujo dado principal, o jogo da concorrência, não deve ser tomado em consideração! Em primeiro lugar, havia um valor abstrato; agora, há também um comércio abstrato, um comércio sem concorrência, isto é: um homem sem corpo, um pensamento sem cérebro. E o economista sequer imagina que, logo que a concorrência esteja fora de cogitação, não há a mínima garantia de que o produtor venda sua mercadoria conforme os custos de produção? Que confusão!⁸⁰³

E, mais adiante, concluiu: “O valor abstrato e a sua determinação pelos custos de produção, com efeito, são abstrações, monstruosidades”.⁸⁰⁴

Sobre Say—que estabeleceu a utilidade da mercadoria como pressuposto para a determinação de seu valor—, Engels questionou o caráter subjetivo de seu método: “Segundo esta teoria, os objetos de primeira necessidade deveriam ter mais valor que os artigos de luxo”.⁸⁰⁵

Apesar de divergir de ambas as teorias, Engels não fez *tabula rasa*. Para Engels, a solução estaria em considerar tanto o custo de produção quanto a utilidade do produto como componentes para a medida do valor da mercadoria, e não separá-los arbitrariamente, tal como haviam feito os economistas políticos até então: “O valor é a relação entre os custos de produção e a utilidade”.⁸⁰⁶

“Mas em que pé estão presentemente as coisas?”, questionou Engels.

Vimos que o conceito de valor é violentamente dilacerado e que cada um dos aspectos isolados é tomado pelo todo. Os custos de produção, alterados à partida pela concorrência, devem passar pelo próprio valor; o mesmo sucede com a utilidade simplesmente subjetiva, porque não se sabe encontrar outra. Para ajudar estas falsas definições a se manterem de pé, era necessário que em ambos os casos a concorrência fosse tida em conta; e o mais relevante é que, para os ingleses, a concorrência, face ao custo de produção, substituiu a utilidade, enquanto, para Say, ao contrário, ela apresenta o custo de produção face à utilidade. Mas, qual utilidade? Qual custo de produção? A utilidade depende do acaso, da moda, do humor dos ricos; o custo de produção sobe ou desce com a relação contingente da oferta e da procura.⁸⁰⁷

Sobre a relação entre valor abstrato, ou real, e valor de troca, Engels argumentou que o fundamento de sua distinção residia

no fato de que, no comércio, o valor de um objeto é diferente do suposto equivalente que se dá por ele, o que significa que este equivalente não é, em realidade, um único equivalente. Este pretendo equivalente é o preço do objeto e, se o economista fosse honesto, empregaria esta palavra para o “valor comercial”. Mas

802 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 63–64; MEW 1, p. 508.

803 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 61; MEW 1, p. 506.

804 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 62, MEW 1, p. 506.

805 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 62; MEW 1, p. 506–507.

806 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 62; MEW 1, p. 507.

807 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 63; MEW 1, p. 507–508.

é preciso sempre manter um pouco a aparência de que o preço concorda de qualquer modo com o valor, para que a imoralidade do comércio não se revele cruamente. Contudo, é absolutamente correto que o preço seja determinado pela ação recíproca do custo de produção e da concorrência—esta é a lei essencial da propriedade privada. Esta lei puramente empírica foi a primeira coisa que o economista descobriu; e foi a partir dela que abstraiu então o valor real, ou seja, o preço no momento em que a relação da concorrência se equilibra, quando a oferta e a procura coincidem. Restam, naturalmente, os custos de produção e, nesta altura, o economista denomina-os valor real, enquanto são apenas um aspecto determinado do preço.⁸⁰⁸

Apesar das observações críticas tecidas acima, Engels não encerrou o debate e a investigação sobre a teoria do valor, dos custos de produção e da formação dos preços das mercadorias. Na melhor das hipóteses, identificou o problema, deixando-o em suspenso para futuras incursões na economia política.

3.3.3. Propriedade privada

“Para qualquer lado que nos voltemos, a propriedade leva-nos a contradições {*Widersprüche*}”, escreveu Engels. Segundo Engels, a propriedade privada é a principal determinação social da qual todas as contradições do capitalismo se originam. Considerando que “a partir do instante em que um princípio é posto em movimento, ele prossegue em todas as suas consequências”, Engels assumiu a propriedade privada capitalista —“a grande mola que impulsiona incansavelmente a nossa ordem [...] social”—como o ponto de partida para o exame das demais categorias da economia política: comércio; concorrência e monopólio; capital e trabalho etc.⁸⁰⁹

3.3.3.1. Comércio

Entre as consequências históricas da emergência da propriedade privada capitalista apontadas por Engels encontra-se o comércio capitalista, ou a relação social de compra e venda de mercadorias. Essa relação social produz o “isolamento dos interesses”, o antagonismo e a desconfiança recíproca entre os sujeitos individuais envolvidos. Assim, Engels observou que “no comércio é permitido tirar o maior partido da ignorância e da confiança da outra parte interessada, atribuindo à mercadoria à venda propriedades que ela não possui. Numa palavra: o comércio é a burla legal”.⁸¹⁰

Engels também identificou no comércio capitalista uma tensão entre o universal e o particular e a civilização e a barbárie:

Smith demonstrou que a humanidade também encontrava seu fundamento na essência do comércio e que este, “em vez de ser a maior fonte de discórdia e hostilidade”, deveria tornar-se “um ponto de harmonia e amizade quer entre as nações, quer entre os indivíduos” (cf. *Wealth of nations*, liv. 4, cap. 3, § 2). [...].

Smith tinha razão ao elogiar a humanidade do comércio. Nada no mundo é absolutamente imoral; o próprio comércio, por um lado, presta homenagem à moralidade e à humanidade. Mas que homenagem!

808 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 63; MEW 1, p. 508.

809 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 60, 66, 79; MEW 1, p. 505, 510, 523.

810 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 58–60; MEW 1, p. 503–504.

A lei do mais forte, a vulgar pilhagem da Idade Média humanizou-se com o aparecimento do comércio, e este também foi humanizado, entrando no sistema mercantilista como etapa inicial daquilo que se caracterizou pela proibição da saída de dinheiro; e, por sua vez, o próprio sistema mercantilista sofreu transformações humanizadoras. Naturalmente que faz parte do interesse dos comerciantes estabelecer boas relações com aqueles de quem compram barato e com aqueles a quem vendem caro. Para uma nação é muito prejudicial fomentar um estado hostil, tanto com seus fornecedores quanto com seus clientes: maior a amizade, mais ela é vantajosa. Esta é a humanidade do comércio, e esta maneira hipócrita de desviar a moralidade para fins imorais é o orgulho do sistema do livre comércio. Não fomos nós que destruímos a barbárie dos monopólios—indagam esses hipócritas—, não levamos a civilização aos continentes longínquos, não diminuimos as guerras? Sim, fizeram tudo isto... mas como! Destruíram os pequenos monopólios para deixarem o caminho mais livre e desobstruído para o único grande monopólio de base: a propriedade. Civilizaram os confins da Terra para conquistar um campo de expansão para a sua ambição rasteira, criaram uma confraternização de povos que é apenas uma confraria de ladrões, e diminuíram as guerras para ganhar muito mais em tempo de paz, para elevar a nível extremo a hostilidade particular e a guerra infame da concorrência! Quando é que fizeram alguma coisa por puro humanismo, com a consciência do que opõe o interesse geral ao interesse particular? Quando é que se mostraram morais sem estar interessados, sem acalantar no fundo motivos imorais e egoístas?⁸¹¹

A passagem selecionada acima é um exemplo ilustrativo do modo e do esforço de Engels em examinar seu objeto de investigação. Engels buscava extrair dele o máximo de determinações possíveis e explicitá-lo ao leitor como um objeto dinâmico e histórico que engendra inevitavelmente suas próprias contradições. Assim, sobre o comércio capitalista, Engels demonstrou seus aspectos relevantes no progresso da história como instrumento de universalização do gênero humano por meio de sua mundialização, ao mesmo tempo em que promoveu a discórdia e a barbárie entre povos e nações.

3.3.3.2. *Concorrência & monopólio*

Vinculadas à categoria do comércio capitalista, Engels também refletiu sobre a relação entre as categorias da concorrência e do monopólio. Segundo Engels, concorrência e monopólio formam na economia política um “antagonismo [...] absolutamente vazio”, pois “quem quer que entre no jogo da concorrência deve desejar o monopólio, seja trabalhador, capitalista ou proprietário fundiário”. E, mais adiante, prosseguiu: “Qualquer pequeno grupo de concorrentes deve desejar assegurar um monopólio contra todos os outros. A concorrência assenta no lucro e o lucro origina, em troca, o monopólio; em breve, a concorrência se transforma em monopólio. Por outro lado, o monopólio não pode conter a corrente da concorrência; pelo contrário, ele mesmo suscita a concorrência”.⁸¹² Logo, o monopólio, nos termos de Engels, não repele a concorrência, tanto quanto a última não consiste em um antídoto para o primeiro. Concorrência e monopólio não foram examinados por Engels como categorias divergentes, mas como categorias dialéticas. Segundo Engels, o desenvolvimento e expansão da concorrência promoveu a formação dos monopólios, assim como os monopólios fizeram com que a concorrência se elevasse a níveis cada vez mais agressivos e selvagens, substituindo a concorrência entre pequenos e médios

811 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 59–60; MEW 1, p. 504.

812 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 69; MEW 1, p. 513.

capitalistas por grandes capitalistas que passaram a disputar e a partilhar entre si o butim dos recursos naturais e da riqueza social produzida pelo trabalho.

3.3.3.3. *Lei da oferta e da demanda & as crises capitalistas*

Sob o modo capitalista de produção, regido pela propriedade privada e pela concorrência, a oferta e a demanda encontram-se invariavelmente em antagonismo e desequilíbrio. Engels criticou a teoria do equilíbrio geral entre oferta e demanda de Say, que afirmava que “nunca se pode produzir demais”, pois a oferta cria sua própria demanda e a economia encontraria invariavelmente um “equilíbrio” entre os dois pesos da balança. Contudo, a prática da concorrência no comércio, escreveu Engels, contraria essa teoria. A lei da oferta e da demanda, como consequência da “anarquia” da concorrência e da descentralização da produção, não é uma lei de equilíbrio, mas uma lei de desequilíbrio, de permanente instabilidade que produz, inevitavelmente, crises econômicas periódicas, “de tal modo que hoje”, observou Engels, “temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Tais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora”.⁸¹³

Como proposta de solução, Engels—inspirado nos projetos econômicos e sociais de Fourier—propôs algo similar à concepção moderna de economia planificada: “Se os produtores como tais soubessem de quanto precisam os consumidores, se organizassem a produção, se a repartissem entre si, a flutuação da concorrência e sua tendência para a crise seriam impossíveis. Produzam com consciência, como homens e não como átomos dispersos, ignorantes da sua espécie, e escaparão a todas estas oposições artificiais e insustentáveis”.⁸¹⁴

* * *

O ciclo econômico do capitalismo, segundo Engels, possuía duas fases fundamentais: a primeira de prosperidade e superprodução, seguida por uma segunda fase de crise e estagnação.

O confronto *{Kampf}* de capital contra capital, de trabalho contra trabalho, de propriedade contra propriedade lança a produção num ardor febril que subverte completamente todas as relações naturais e razoáveis. Nenhum capital pode enfrentar a concorrência de outro se não se elevar a seu mais alto nível de atividade. Nenhuma parcela de terreno pode ser cultivada com lucro se não aumentar constantemente a sua capacidade de produção. Nenhum trabalhador pode manter sua situação face aos concorrentes se não consagrar todas as suas forças ao trabalho. De maneira geral, não há ninguém que, entrando na luta concorrencial, possa sustentá-la sem a mais extrema tensão das suas forças, sem renunciar a todos os seus fins verdadeiramente humanos. A consequência daquilo que é, por um lado, uma hipertensão é, por outro, necessariamente, um relaxamento. Quando a flutuação da concorrência é mínima, quando a procura e a oferta, o consumo e a produção quase se equilibram, pode-se instaurar no desenvolvimento da produção um patamar tal que haja tantas forças produtivas em excesso que a grande massa da nação não tenha nada para viver, que as pessoas morram de fome em meio ao supérfluo. Há algum tempo já que a Inglaterra é o exemplo vivo desta situação demente, deste absurdo. Se a produção tende a flutuar mais,

813 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 70, 73; MEW 1, p. 514, 517.

814 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 70–72; MEW 1, p. 515–516.

como acontece necessariamente, alternam-se prosperidade e crise, superprodução e estagnação. O economista jamais conseguiu explicar esta situação extravagante; na tentativa de fazê-lo, inventou a teoria da população, que também é tão insensata, no mínimo, quanto esta contradição {*Widerspruch*} da riqueza e da miséria simultâneas. O economista não podia ver a verdade, não devia compreender que esta contradição {*Widerspruch*} é uma simples consequência da concorrência—ou, então, todo o seu sistema desmoronaria.⁸¹⁵

Podemos observar, portanto, que Engels compreendeu as crises econômicas do capitalismo como um componente imanente de seu desenvolvimento e como razão de sua futura dissolução, e não como um desvio acidental de seu processo. E, mais adiante, afirmou que “cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a precedente: deve pauperizar maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa do trabalho a ocupar (o que é o principal problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social {*soziale Revolution*}”.⁸¹⁶

3.3.3.4. *Capital & trabalho (I): a “separação original”*

Outra decorrência da propriedade privada capitalista, segundo Engels, é o antagonismo entre o capital e o trabalho. Engels observou que, nas sociedades regidas pela propriedade privada, o capital e o trabalho, apesar de possuírem uma origem em comum [*Kapital und Arbeit ursprünglich identisch sind*], são artificialmente separados um do outro. Para Engels o capital é resultante de um trabalho prévio acumulado sob a posse do capitalista: “O desdobramento capital/trabalho, que resulta da propriedade privada, é apenas a divisão do trabalho em si mesmo que corresponde a este estado de cisão que a engendrou”.⁸¹⁷ E, mais adiante, prosseguiu:

Todos estes desdobramentos, estas divisões sutis emanam da separação original do capital e do trabalho, e da consequência dela na divisão da humanidade em capitalistas e trabalhadores, divisão que todos os dias se torna mais aguda e que [...] deve agravar-se sempre e progressivamente. Mas, em última instância, da mesma forma que a separação já considerada da terra, do capital e do trabalho, esta é impossível! É impossível definir a quanto importa a parte da terra, do capital e do trabalho num determinado produto. Estas três grandezas são imensuráveis. A terra cria a matéria-prima, mas não sem capital e sem trabalho; o capital supõe a terra e o trabalho, e este supõe, pelo menos, a terra e, também frequentemente, um certo capital. As participações dos três são completamente indissociáveis e não podem ser aferidas segundo uma quarta e comum medida.⁸¹⁸

A “separação original” [*ursprünglichen Trennung*] entre capital e trabalho se expressa na divisão entre renda da terra, lucro e trabalho; ou entre a divisão de classes entre proprietário fundiário, capitalista e proletário. Essa divisão engendra, segundo Engels, o conflito pela posse dos bens materiais da produção: as lutas de classes.

Sustentado nos clássicos da economia política, Engels identificou a divisão da sociedade em três classes fundamentais: (1) o proprietário fundiário, aquele que vive da renda da terra;

815 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 72–73; MEW 1, p. 516–517.

816 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 71; MEW 1, p. 515.

817 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 67; MEW 1, p. 511.

818 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 67–68; MEW 1, p. 511–512.

(2) o capitalista, aquele que vive do lucro; e (3) o proletário, aquele que vive do salário. Engels observa que as duas primeiras classes, proprietário fundiário (renda) e capitalista (lucro), unidas, compõem o capital (1 e 2). Do outro lado, o proletário (salário) compõe o trabalho (3). Para Engels, proprietário fundiário e capitalista são uma só classe contra o proletário (capital *versus* trabalho).

3.3.3.5. *Capital & trabalho (II): o duplo caráter do trabalho*

Para o economista político, escreveu Engels, “os custos de produção [...] são constituídos por três elementos”: a terra [*Land*], o capital [*Kapital*] e o trabalho [*Arbeit*]. Considerando que o capital nada mais é do que trabalho prévio acumulado, a produção se compõe de dois elementos fundamentais. O primeiro, natural e objetivo, se encontra no solo [*Boden*], e o segundo, humano e subjetivo, se encontra no trabalho.⁸¹⁹ O trabalho, escreveu Engels, consiste no “principal elemento da produção, ‘a fonte da riqueza’, a atividade humana livre”. Contudo, com a separação entre capital e trabalho, o trabalho é objeto de uma segunda clivagem: o produto do trabalho e o salário. “Se suprimimos a propriedade privada”, afirmou Engels, “esta separação artificial também desaparece”, pois, “o trabalho é seu próprio salário e a verdadeira significação da retribuição do trabalho, anteriormente alienada {*veräußerten*}, vem à luz: sua importância na determinação dos custos de produção de um objeto”.⁸²⁰

Além da dimensão física, material, Engels considerou também sobre o trabalho sua dimensão espiritual, ou intelectual [*geistig*]: o desenvolvimento técnico e científico. Para os economistas políticos, afirmou Engels, somente “a terra, o capital e o trabalho são as condições da riqueza”, o desenvolvimento e o progresso técnico e científico são ignorados. Porém, para Engels, o elemento intelectual, a ciência, é um componente da produção e deve ser compreendido entre os custos de produção do produto do trabalho. Em síntese, Engels escreveu: “Temos, então, dois elementos que intervêm na produção: a natureza e o homem, e este último duplamente de maneira física e de maneira intelectual”.⁸²¹

3.3.3.6. *Capital & trabalho (III): a renda da terra*

Similar à formulação da categoria do valor pelos economistas políticos, a categoria da renda da terra encontrava-se, segundo Engels, “com duas definições unilaterais, duas meias definições para um objeto”, sendo ambas insuficientes: (1) a teoria ricardiana de que “a origem do valor” da renda da terra estaria na “diferença entre o produto da parcela do terreno que paga a renda e o produto do pior terreno que unicamente paga o trabalho do cultivo”; e (2) a teoria smithiana que argumentava que a “renda fundiária exprime a relação entre a concorrência dos que postulam o uso da terra e a quantidade limitada de terreno disponível”. Segundo Engels, a renda da terra teria origem da relação entre: (1) a capacidade

819 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 64; MEW 1, p. 508.

820 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 68; MEW 1, p. 512.

821 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 64–65; MEW 1, p. 509.

de rendimento da terra (disposição natural); (2) a valorização humana sobre a terra (o trabalho); e (3) da concorrência; sintetizando, assim, as teorias de Smith e Ricardo.⁸²²

Sobre o enriquecimento dos grandes proprietários de terras por meio da renda da terra, Engels comentou:

O proprietário fundiário não tem nada a reprovar no comerciante. Ele rouba, ao monopolizar a terra. Ele rouba, ao explorar o acréscimo populacional que aumenta a concorrência e, com isso, o valor da sua propriedade fundiária; rouba fazendo aquilo que não é produto da sua atividade pessoal, e que possui apenas por acaso, a fonte do seu lucro particular. Rouba quando aluga, porque, no fim das contas, arrogase os melhoramentos feitos pelo rendeiro. Aqui reside todo o mistério da riqueza sempre crescente dos grandes proprietários fundiários.⁸²³

E, mais adiante, complementou vinculando o “roubo” obtido por meio da renda da terra à propriedade privada:

Os axiomas que qualificam como roubo o modo de apropriação do proprietário fundiário—isto é: cada um tem direito ao produto do seu trabalho, ninguém deve colher o que não semeou—não são nossos. O primeiro exclui o dever de alimentar os filhos, e o segundo retira a cada geração o direito de existir, na medida em que cada geração herda a aquisição das precedentes. Estes axiomas, antes, são as consequências da propriedade privada. É preciso extrair as consequências desta última ou renunciar a ela como premissa.⁸²⁴

Logo, a questão sobre a renda da terra, argumentou Engels, somente existe sob o regime da propriedade privada. Com sua superação histórica, a questão se dissolve.

Se, ainda aqui, prescindirmos da propriedade privada, a renda fundiária reduz-se à sua verdade, à concepção racional que essencialmente a cria. O valor da terra, distinto desta enquanto renda fundiária, volta à própria terra. Este valor, que é mensurável pela capacidade produtiva de superfícies iguais e trabalho igual, entra evidentemente em consideração como parte dos custos de produção quando se avaliam os produtos e, como a renda fundiária, é a relação entre a capacidade produtiva e a concorrência, mas a verdadeira concorrência, tal como em seu tempo se desenvolver.⁸²⁵

3.3.3.7. *Capital & trabalho (IV): a centralização da propriedade privada*

Sob o regime da propriedade privada e da concorrência capitalista emergiu na história o confronto entre “capital contra capital” e “trabalho contra trabalho”. Porém, a propriedade privada e a concorrência capitalista, além de colocar “capital contra capital” e “trabalho contra trabalho”, colocou também cada uma dessas categorias e determinações sociais contra as demais. Nesse combate, “o vencedor é o mais forte”, sendo que Engels estabeleceu o trabalho como sendo o elemento mais frágil.⁸²⁶

Engels teceu comentários sobre o combate entre capital e trabalho nas seguintes palavras:

A propriedade fundiária e o capital são, cada um deles, mais fortes que o trabalho, porque o trabalhador

822 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 65–66; MEW 1, p. 509–510.

823 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 66; MEW 1, p. 510.

824 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 66; MEW 1, p. 510.

825 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 66–67; MEW 1, p. 511.

826 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 72, 77–78; MEW 1, p. 516, 521.

tem de trabalhar para viver, enquanto o proprietário fundiário pode viver das suas rendas e o capitalista dos seus lucros e, em caso de necessidade, da propriedade fundiária capitalizada ou do capital. Por consequência, ao trabalho cabe apenas um mínimo vital, os meios de subsistência em estado bruto, ao passo que a maior parte dos produtos se reparte entre o capital e a propriedade fundiária. Ademais, um trabalhador mais forte afasta o mais fraco do mercado, o grande capital afasta aquele que é menor, a grande propriedade fundiária afasta a pequena. A prática confirma esta conclusão. As vantagens que os grandes fabricantes e comerciantes têm sobre os pequenos, as da grande propriedade fundiária sobre a propriedade de um só acre, são conhecidas. A resultante disto é que, mesmo em condições ordinárias, o grande capital e a grande propriedade fundiária absorvem, segundo a lei do mais forte, o pequeno capital e a pequena propriedade, naquilo a que se chama concentração *{Zentralisation}* da propriedade.⁸²⁷

A centralização da propriedade e da riqueza social é considerada por Engels como uma das leis gerais da propriedade privada: “De maneira geral, a grande propriedade cresce muito mais rapidamente que a pequena, porque uma parte menor da renda deve ser deduzida a título de despesas de exploração. Esta concentração *{Zentralisation}* de bens é, como todas as outras, uma lei imanente da propriedade privada”.⁸²⁸

Esse processo de centralização e monopolização da propriedade nas mãos do capital conduz à evanescência gradual das classes médias [*Mittelklassen*] e à expansão da classe dos proletários. A única alternativa de ruptura histórica dessa tendência, segundo Engels, encontrar-se-ia na supressão [*Aufhebung*] de seu princípio fundador: a propriedade privada.

As classes médias *{Mittelklassen}* estão, progressivamente, destinadas a desaparecer, até que o mundo esteja dividido em milionários e proletários indigentes, em grandes proprietários fundiários e em jornaleiros miseráveis. Todas as leis, toda a divisão da propriedade fundiária, toda eventual explosão do capital nada poderão fazer com relação a isto; aquele resultado deve surgir e surgirá se não ocorrer uma transformação total das relações sociais, uma fusão dos interesses opostos, uma liquidação da propriedade privada.⁸²⁹

3.3.4. Crítica engelsiana à teoria da superpopulação de Malthus

Entre os economistas políticos examinados por Engels no “Esboço de 1844”, Thomas Malthus (1766-1834) foi aquele a quem ele mais criticou de forma direta e sem concessões. Para Engels, a teoria malthusiana da superpopulação exposta no livro *Ensaio sobre o princípio da população*⁸³⁰ consistiu em uma falácia disfarçada sobre o manto de teoria científica. A teoria da superpopulação de Malthus se tratou, parafraseando Engels, de um instrumento de naturalização da existência da pobreza e da miséria sob o regime capitalista. Malthus também apresentou as crises econômicas, o desemprego e a fome em massa, além das guerras e das epidemias, como mecanismos naturais de correção dos desequilíbrios econômicos, sociais e políticos. Ademais, para Engels, a teoria malthusiana consistia em uma reformulação sob uma linguagem econômica e científica dos dogmas cristãos da corrupção moral humana, submetendo aos pobres e aos miseráveis a responsabilidade sobre

827 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 78; MEW 1, p. 521–522.

828 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 78; MEW 1, p. 522.

829 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 78; MEW 1, p. 522.

830 *An Essay on the Principle of Population: As It Affects the Future Improvement of Society: With Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers* (1798, Londres).

a precarização de sua condição de vida e trabalho. Para a teoria malthusiana, escreveu Engels, “uma nação deve morrer de fome” em meio à riqueza e prosperidade sob uma justificativa pseudocientífica sustentada em princípios morais, pois o sofrimento material e espiritual dos pobres e miseráveis eram nada mais do que o resultado de seu comportamento imoral, pecaminoso e negligente.⁸³¹

Engels rebateu a teoria malthusiana da superpopulação utilizando-se das teses e dos dados demográficos apresentados no livro *Princípios da população*,⁸³² do historiador e jurista escocês Archibald Alison (1792-1867).⁸³³ Em *Princípios da população*, Alison realizou um estudo empírico e historiográfico baseado em fontes estatísticas e em dados econômicos quantitativos sobre a relação entre o crescimento populacional, a força produtiva do trabalho e o acesso aos meios básicos de subsistência. A tese de Alison se contrapunha à tese de Malthus de que a produtividade do trabalho humano não seria capaz de suprir as necessidades materiais básicas da sociedade. Para Alison, o trabalho humano—principalmente entre as sociedades civilizadas e a partir da introdução de técnicas de aprimoramento do trabalho e da produção agrícola—seria capaz de produzir mais do que o suficiente para a subsistência material da sociedade e que, dessa forma, a miséria e a pobreza não decorreriam da superpopulação, mas de outros fatores sociais, como a centralização das propriedades rurais e da riqueza nas mãos dos “barões ingleses”.

Engels resumiu a crítica de Alison à teoria da população de Malthus nas seguintes palavras:

Alison desacreditou a teoria de Malthus recorrendo à força produtiva da terra e contrapondo ao princípio de Malthus o fato de que todo homem adulto pode produzir mais do que lhe é necessário, sem o que a humanidade não poderia aumentar e mesmo subsistir. Se assim não fosse, de que viveriam as novas gerações? Mas Alison não vai ao fundo do problema, e é por isto que, no fim das contas, chega ao mesmo resultado que Malthus. Ele demonstra bem que o princípio de Malthus é incorreto, mas não pôde desvencilhar-se dos fatos que sustentaram o princípio malthusiano.⁸³⁴

Para Engels, a capacidade produtiva do trabalho teria potencial ilimitado e capaz de aumentar conforme o crescimento da população. Ademais, incluiu um elemento ignorado por Malthus: o desenvolvimento técnico e científico, “cujo crescimento também é ilimitado e pelo menos tão rápido quanto o da população”. “A ciência”, escreveu Engels, “desenvolve-se [...] tanto como a população: esta aumenta proporcionalmente ao número da última geração; a ciência progride proporcionalmente à massa de conhecimentos que lhe transfere a geração precedente e, nas condições correntes, desenvolve-se também segundo uma progressão geométrica—e o que é impossível à ciência?”⁸³⁵ Mais adiante, Engels

831 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 73, 76; MEW 1, p. 517, 520.

832 *The Principles of Population: And Their Connection with Human Happiness* (1840, Edimburgo & Londres).

833 Entre os economistas políticos comentados por Engels no “Esboço de 1844”, os únicos fragmentos de notas e excertos feitos durante seu primeiro período em Manchester (1842-1844) que sobreviveram ao tempo foram os dos *Princípios*, de Alison. Esses fragmentos de notas e excertos hoje se encontram disponíveis ao pesquisador por meio das edições da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA). A partir dos fragmentos sobreviventes, podemos tomar conhecimento das notas e dos excertos feitos por Engels do livro de Alison sobre a precarização da condição de vida dos trabalhadores das grandes cidades industriais britânicas e sobre dados econômicos e demográficos da Grã-Bretanha e da Irlanda (MEGA IV/2, p. 583-591).

834 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 75; MEW 1, p. 519.

835 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 77; MEW 1, p. 521. Engels retornou a questão da relação entre o potencial ilimitado do desenvolvimento técnico e científico da humanidade e

complementou:

A força produtiva de que a humanidade dispõe é incomensurável. A capacidade de rendimento da terra pode ser aumentada ao infinito pelo emprego do capital, do trabalho e da ciência. Segundo o cálculo dos economistas e estatísticos mais capazes [...], a Grã-Bretanha “superpovoada” pode ser levada, no espaço de dez anos, a produzir grão suficiente para o sêxtuplo da sua população atual. O capital cresce diariamente, a força de trabalho aumenta com a população e a ciência submete cada vez mais ao homem a força da natureza. Esta capacidade ilimitada de produção, manipulada com consciência para o interesse de todos, reduziria em breve ao mínimo o trabalho que incumbe à humanidade.⁸³⁶

Para o jovem Engels, pouco condescendente com Malthus, com o advento da Revolução Industrial e o desenvolvimento técnico e científico no ramo da química e da agronomia—Engels fez referência às descobertas dos químicos Humphrey Davy (1778-1829) e Justus Liebig (1803-1873)—a teoria da superpopulação—se em algum momento foi verdadeira—havia se tornado obsoleta, não sendo mais do que um equívoco necessário na tortuosa estrada do progresso da racionalidade e do conhecimento científico.

O malthusianismo não foi mais do que uma transição absolutamente necessária que nos conduziu ilimitadamente mais longe. Graças a ele, como de maneira geral graças à economia, atentamos para a força produtiva da terra e da humanidade e, depois de ultrapassar este desespero econômico, estamos imunizados para temer a superpopulação. Dele extraímos os mais fortes argumentos econômicos para uma transformação social.⁸³⁷

Porém, apesar da confiança de Engels no desenvolvimento técnico e científico e no potencial produtivo ilimitado da humanidade, não havia espaço em seu pensamento para um culto inocente e fetichista da ciência e da técnica. Engels reconheceu que, sob os marcos do capitalismo, a ciência e a técnica são dirigidas pelo capital contra o trabalho, sendo, assim, um empecilho para a efetivação de todas as potencialidades produtivas da humanidade.⁸³⁸

* * *

O “Esboço de 1844” consiste em uma fonte privilegiada de investigação historiográfica tanto da evolução filosófica quanto da crítica da economia política do jovem Engels. Por meio dela, o pesquisador pode examinar e compreender a base filosófica do método investigativo e expositivo do jovem Engels no final de seu primeiro período em Manchester (1842-1844).

Contrapondo-se aos economistas políticos clássicos, que examinavam seu objeto de investigação (as relações sociais econômicas) a partir de um materialismo mecanicista—no qual as categorias econômicas eram apreendidas de maneira isolada e ausentes de mediações—, a combinação da dialética hegeliana com o materialismo feuerbachiano empregados por Engels propunha-se a examinar seu objeto de investigação como sendo fruto de um processo histórico dinâmico e contraditório.⁸³⁹ O método utilizado por Engels, contudo,

sua complexa relação de domesticação, ou humanização da natureza em breve passagem do ensaio “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem” [*Anteil der Arbeit an der Menschwerdung des Affen*], redigido por volta de 1876 (MECW 25, p. 460–463; MEW 20, p. 452–455).

836 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 73; MEW 1, p. 517.

837 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 76; MEW 1, p. 520.

838 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 80; MEW 1, p. 524.

839 *Anti-Dühring* (São Paulo: Boitempo, 2015), Introdução, I, p. 53. Vale neste momento apresentar uma breve nota na exposição da dissertação para comentar sobre o materialismo mecanicista atribuído por Engels aos economistas

não consistiu em uma mera aplicação da dialética emprestada de Hegel e do materialismo emprestado de Feuerbach. A proposta inicial de crítica da economia política apresentada por Engels no “Esboço de 1844” consistiu em um desenvolvimento e avanço substanciais em relação a ambos. A adesão de Engels ao projeto da nova filosofia, ou da filosofia do futuro proposta por Feuerbach, promoveu a superação do aspecto especulativo da filosofia hegeliana no que se referia à relação entre a natureza [*Natur*] e o espírito [*Geist*]. A partir de então, Engels passou a recorrer cada vez mais a dados empíricos quantitativos e qualitativos como fonte de investigação e de exame crítico da história e da economia. Consequentemente, ao voltar-se para o exame empírico da história e da economia, Engels também ultrapassou os limites da crítica da alienação religiosa de Feuerbach. A alienação religiosa criticada por Feuerbach tem como limite o nível da consciência, isto é, do foro íntimo da subjetividade dos sujeitos individuais, sendo, portanto, parcial. Por sua vez, a crítica da alienação econômica possui caráter universal, pois examina as relações materiais e objetivas das sociedades humanas.⁸⁴⁰

Assim, consideramos que, ao final de seu primeiro período em Manchester (1842-1844), Engels não era nem puramente “hegeliano” nem puramente “feuerbachiano”. Sua filosofia e sua metodologia de investigação consistiam numa suprassunção [*Aufhebung*] de ambos. Por meio de uma singular síntese do método dialético de Hegel, do projeto de Feuerbach da nova filosofia, da absorção da economia política clássica com a própria atividade de pesquisa teórica e prática nas grandes cidades industriais inglesas, Engels arquitetou e executou, ainda que de forma primitiva, um novo método de investigação, que possuía como característica fundamental uma perspectiva histórica e crítica do objeto investigado e como ponto de partida sua realidade material.

No “Esboço de 1844”, Engels buscou examinar seu objeto de investigação—as categorias fundamentais da economia política—não como categorias ou determinações divergentes, ou excludentes, mas como categorias ou determinações dialéticas a partir de suas existências concretas e dinâmicas, demonstrando ao leitor sua imanente

políticos. Inspirados nas ciências naturais, particularmente na física newtoniana, os economistas políticos pretenderam em sua atividade de pesquisa teórica transpor a metodologia de investigação e as leis do funcionamento da natureza (por exemplo, as leis do funcionamento dos corpos celestes) no estudo das relações econômicas das sociedades humanas. Contudo, as ciências naturais do período, escreveu Engels, consideravam a natureza “não em seu movimento, mas em sua estagnação, não como elementos essencialmente mutáveis, mas como elementos sólidos, não em sua vida, mas em sua morte”. Ao realizar a transposição dessa concepção materialista da natureza (mecânica e estática) para o estudo das sociedades humanas, essas foram examinadas como objetos isolados, estáveis, desprovidos de uma dinâmica histórica. Essa concepção materialista mecânica, segundo Engels, dominava o fundamento metodológico dos economistas políticos tanto quanto de seus pares, os filósofos iluministas franceses do século XVIII —exceção feita a obras como *O sobrinho de Rameau* (manuscrito de 1761-1762; revisado em 1773-1774; publicado pela primeira vez em tradução alemã por J. W. Goethe em 1805), de Denis Diderot (1713-1784) e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), os primeiros exemplos da formulação moderna da dialética. Essa concepção mecanicista do mundo, prosseguiu Engels, somente seria efetivamente superada pelo filósofo alemão G. W. F. Hegel (1770-1831), por meio do qual a “compreensão de todo o mundo natural, histórico e espiritual” passou a ser apreendido como um processo dialético, portanto, histórico (Carlos Haroldo Porto Carreiro, *História do pensamento econômico* (Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1975); Denis Diderot, *O sobrinho de Rameau* (São Paulo: Perspectiva, 2006); Friedrich Engels, *Anti-Dühring* (São Paulo: Boitempo, 2015), Introdução, I, p. 50, 52; Leandro Konder, *O que é dialética* (28. ed., São Paulo: Brasiliense, 2004); José Paulo Netto & Marcelo Braz, *Economia Política: uma introdução crítica* (8. ed., São Paulo: Cortez, 2012); Jean-Jacques Rousseau, “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, in *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005), p. 133–275).

840 István Mészáros, *A teoria da alienação em Marx* (São Paulo: Boitempo, 2006), p. 129.

interdependência. A exposição engelsiana sobre as categorias terra, capital e trabalho, renda, lucro e salário, concorrência e monopólio são exemplos de sua tentativa de examinar de forma dialética as categorias econômicas fundamentais da economia política e as determinações do capitalismo.

A presença de uma base filosófica no método investigativo do jovem Engels também contribuiu em sua perspectiva do papel histórico do capitalismo. Engels considerava o progresso histórico das sociedades humanas como não linear, mas contraditório e acumulativo, que progredia a níveis cada vez mais abrangentes e que teria como finalidade a universalização do gênero humano o restabelecimento harmonioso da relação entre o espírito [*Geist*] e a natureza [*Natur*]. Para Engels, o desenvolvimento histórico do capitalismo “constitui apenas um elo da corrente do progresso universal da humanidade”. Ao dissolver a sociedade em sujeitos atomizados e movidos por interesses particulares e mesquinhos, a propriedade privada capitalista “apenas abre a via à grande subversão para que caminha este século: a reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesma {*der Versöhnung der Menschheit mit der Natur und mit sich selbst*}”.⁸⁴¹ (Em outros termos: no restabelecimento da harmonia entre a natureza e as sociedades humanas e a superação da alienação particular ao capitalismo.) Nesse processo, o esclarecimento teórico sobre o desenvolvimento e os fundamentos do capitalismo promovido pelos economistas políticos consistiria em uma etapa necessária que conduziria à dissolução e à supressão [*Aufhebung*] de mais uma etapa do desenvolvimento histórico das sociedades humanas e sua relação imanente com a natureza.

Considerações finais

Os temas característicos dos textos do Engels maduro começaram a ganhar forma durante seu primeiro período em Manchester (1842-1844). Nessa cidade, Engels voltou sua atenção em definitivo para as questões concernentes a economia, a política e a sociedade capitalista industrial, por exemplo: as lutas de classes entre capitalistas e proletários, a história da formação e desenvolvimento do capitalismo, a crítica da economia política, a organização política e a luta ideológica das classes trabalhadoras e o projeto histórico do comunismo e da harmonização do metabolismo entre a natureza e as sociedades humanas.

Segundo as fontes examinadas neste capítulo, podemos observar que a questão do comunismo somente adentrou efetivamente os textos de Engels a partir de seu primeiro período em Manchester. O encontro com Moses Hess em Colônia, em meados de outubro de 1842, foi estabelecido por muitos dos biógrafos e dos demais pesquisadores da vida e obra de Engels como sendo o marco factual de seu vínculo com o comunismo. Porém, conforme as próprias fontes nos demonstraram, em particular o artigo “Progresso da reforma social no continente”,⁸⁴² o fundamento do comunismo do jovem Engels não residiu exclusivamente no choque perante a pobreza e a miséria das classes trabalhadoras inglesas ou na envolvente retórica de Hess, mas nos princípios filosóficos abstratos da filosofia clássica

841 “Esboço de uma crítica da economia política”, in *Engels* (São Paulo: Ática, 1981), p. 60; MEW 1, p. 505.

842 Examinado no item “3.1.2. O comunismo continental”.

alemã. Nesse artigo, Engels afirmou que o comunismo consistia em uma consequência necessária da nova filosofia hegeliana—isto é, da filosofia dos jovens hegelianos. Portanto, acreditamos que o envolvimento de Engels nos ciclos dos neohegelianos e o estudo da própria obra de Hegel o tenham predisposto a aderir ao comunismo e que o encontro com Hess em outubro de 1842 e a pesquisa de campo nos bairros operários de Manchester entre 1842 a 1844 foram catalisadores de seu comunismo, mas não a sua origem.

Por meio dos textos publicados entre 1842 a 1844 em Manchester também observamos a consolidação do estilo de escrita que marcaria a futura produção intelectual de Engels. A partir de então seus textos recorreriam cada vez menos a temas especulativos e subjetivos e seriam progressivamente fundamentados em fatos e dados empíricos quantitativos. Ademais, qualquer futura exposição sobre temas tais como a cultura e a filosofia seriam acompanhados e fundamentados na história econômica e social, como, também, em uma história do desenvolvimento científico e técnico.

Observamos também ao longo do exame dos textos publicados no primeiro período em Manchester as primeiras linhas sobre uma concepção materialista da história e de um método de investigação, sínteses próprias da teoria da história e da dialética herdadas da filosofia hegeliana, do materialismo e da antropologia propostas pela nova filosofia feuerbachiana complementadas com o estudo empírico teórico e prático da formação e desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra.

No término de seu primeiro período em Manchester, Engels arquitetou a partir de sua herança filosófica alemã e de seu engajamento político e investigativo os fundamentos de uma concepção de história, um método e um objeto de investigação e um projeto político e econômico próprios. Por esse motivo, consideramos que o período de juventude intelectual e política de Engels se encerrou em Manchester em meados de 1844. Deste ponto em diante, iniciou-se uma nova fase na evolução filosófica e política de Engels, objeto de investigação historiográfica que ultrapassa os objetivos propostos por esta dissertação.

Considerações finais

É de pequenas sementes que nascem grandes árvores.

MANUEL TIAGO (pseudônimo de ÁLVARO CUNHAL), *Até amanhã, camaradas* (1974).*

I. As odisseias do jovem Engels

Friedrich Engels partiu de Manchester em direção a Barmen em meados de agosto de 1844. No caminho, fez uma escala de dez dias em Paris, ocasião de seu segundo encontro com Karl Marx, concluindo sua viagem de retorno à cidade natal no início de setembro. De alguma maneira, nossa dissertação consiste em uma série de viagens de retorno de Engels a Barmen. A primeira, após passar aproximadamente três anos em Bremen. A segunda, após passar aproximadamente um ano em Berlim. E a terceira e última, após passar aproximadamente dois anos em Manchester. Em cada uma dessas viagens, Engels sempre retornou substancialmente diferente do Engels da ida no que se referia a suas concepções filosóficas, políticas e teológicas.

Em Bremen, Engels era um jovem aspirante a escritor e autodidata em filosofia e teologia. Buscava não somente se arriscar na composição de poemas e ensaios de crítica cultural, literária e social, como também buscava encontrar uma alternativa de viés racionalista à religião de sua formação familiar, o pietismo. Essa busca o impulsionou a buscar inserção nos ciclos de intelectuais e escritores alemães progressistas, como também nos estudos de teologia e filosofia—inicialmente, por meio dos estudos historiográficos e teológicos de D. F. Strauss sobre a vida de Jesus Cristo, que o conduziu à obra filosófica de G. W. F. Hegel. Em Berlim, Engels deu um grande passo em sua ruptura com a formação religiosa familiar ao aderir ao ateísmo; aproximou-se dos ciclos de intelectuais e filósofos radicais e se aprofundou tanto na filosofia de Hegel quanto nas obras de seus herdeiros contemporâneos, os Jovens Hegelianos, entre eles Bruno Bauer, Arnold Ruge, Ludwig Feuerbach e Moses Hess. Por fim, em Manchester, Engels, já identificado com o comunismo por meio da via da filosofia, buscou incorporar em sua formação intelectual e teórica as principais obras da economia política e do socialismo, aproximou-se da principal organização operária inglesa do período, o cartismo, e, auxiliado por Mary Burns e Georg

* São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 509.

Weerth, realizou suas incursões ao Hades das classes trabalhadoras das grandes cidades industriais inglesas.

Um ponto em comum a todas essas três pequenas “odisseias” do jovem Engels foi sua capacidade de se inserir nas questões e nos debates mais candentes de cada cidade por onde esteve.⁸⁴³ Em Bremen, Engels envolveu-se em debates sobre teologia (a ortodoxia pietista *versus* o racionalismo luterano) e sobre história e crítica da literatura moderna alemã (cosmopolitismo *versus* germanismo). Em Berlim, em debates políticos entre a autocracia prussiana *versus* a democratização da política e da imprensa, como também em debates filosóficos e teológicos entre o racionalismo dos Jovens Hegelianos *versus* o irracionalismo de F. W. J. Schelling. Em Manchester, os debates filosóficos e teológicos sobre o racionalismo *versus* o irracionalismo foram momentaneamente postos de lado. Em um ambiente social e intelectual mais atento às questões concernentes à prática econômica e filosoficamente de viés empirista, e não especulativo e dialético como o alemão, Engels envolveu-se em Manchester em debates sobre a questão social das classes trabalhadoras das grandes cidades industriais, o desenvolvimento do capitalismo industrial e os projetos de reforma econômica e política propostos por socialistas e cartistas.

Em todas essas temporadas fora de sua cidade natal, Engels produziu uma série de artigos, ensaios, brochuras e cartas, por meio dos quais relatou e interferiu, à sua maneira, na realidade social na qual se encontrava, legando à posterioridade registros históricos de grande valor para o historiador econômico e social contemporâneo.

II. Um sujeito concreto em circunstâncias concretas

Ao longo do processo de investigação historiográfica da vida e da obra do jovem Engels nos deparamos diante da interação prática entre o sujeito individual e seu ambiente histórico, fazendo dele uma fonte privilegiada para o estudo sobre o “devir real de seres humanos concretos em circunstâncias concretas”. Engels demonstrou por meio de seus textos e correspondência sua vontade de intervir de forma prática no mundo, como também sua capacidade receptiva em relação a ele. Esse impulso prático combinado com sua vontade de formação [*Bildung*] teve efeito catalisador em sua evolução filosófica e

843 Nos parágrafos finais do item “A construção de *O capital*” [*The Construction of Capital*] de *Dialética do concreto*, Karel Kosík fez analogia entre os métodos de investigação e exposição de G. W. F. Hegel na *Fenomenologia do espírito* e Karl Marx em *O capital à Odisseia*, de Homero. Segundo Kosík: “Tanto Marx como Hegel ancoram a construção de suas respectivas obras em um motivo metafórico comum, atual no meio cultural do seu tempo. Este motivo contemporâneo de criação literária, filosófica e científica é o de uma ‘odisseia’: para conhecer a si mesmo, o sujeito (seja o indivíduo, a consciência individual, o espírito, a coletividade, etc.) deve viajar através do mundo e conhecer o mundo. O reconhecimento do sujeito só é possível com base na própria atividade deste sujeito no mundo. O sujeito só conhece o mundo interferindo ativamente nele, e só por meio da transformação ativa do mundo é que ele conhece a si mesmo. O reconhecimento de quem é o sujeito significa o conhecimento da atividade do sujeito no mundo. Mas o sujeito que retorna a si mesmo após ter viajado pelo mundo é diferente do sujeito que havia começado a viagem. O mundo que o sujeito atravessou é um mundo diferente, transformado, porque mesmo a jornada do sujeito deixou sua marca e traços nele. Mas, além disso, o mundo parece diferente do sujeito ao retornar, pois a experiência acumulada influenciou sua maneira de ver o mundo e modificou, de certa forma, suas atitudes em relação a ele, em graus que vão desde a conquista do mundo até a resignação nele.// [...] A *Fenomenologia do espírito*, de Hegel, e *O capital*, de Marx, empregam o motivo da ‘odisseia’ em diferentes domínios da criação cultural” (*Dialectics of the Concrete* (D. Reidel Publishing Company, 1976), cap. III, p. 110–111).

política. Segundo György Lukács,⁸⁴⁴ em ensaio sobre o livro *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1795-1796, Berlim), de J. W. Goethe, a personalidade humana se desenvolve por meio da ação, ou da “interação ativa dos homens na sociedade”.

Iniciando sua atividade de ensaísta e crítico social por meio de uma crítica à estreiteza do universo burguês, especificamente o universo burguês alemão—a crítica à industrialização das cidades do vale do rio Wupper e seus impactos na relação entre a natureza e a sociedade, à divisão capitalista do trabalho e à fragmentação e à hipotrofia física e intelectual dos sujeitos individuais—, Engels aderiu gradualmente a uma crítica que, a cada novo ciclo evolutivo, adquiria níveis cada vez mais universais e radicais. Nesse processo de crítica ao capitalismo industrial, Engels não aderiu à alternativa romântica—o culto ao mundo pré-burguês, ou pré-capitalista, tal como havia feito o historiador e ensaísta escocês Thomas Carlyle—, mas à alternativa humanista e revolucionária de viés comunista—a suprassunção [*Aufhebung*] histórica do universo burguês e do capitalismo. O esforço sincero do jovem Engels em compreender, apreender e solucionar os problemas candentes de seu tempo—tanto nos campos da cultura, economia, filosofia, política, teologia etc.—o conduziu em direção a ideias que, a princípio, não se conciliavam tanto do ponto de vista ideológico quanto político com os de sua classe de origem, a burguesia industrial alemã, mas em direção às classes trabalhadoras.⁸⁴⁵

Assim, por meio do estudo da vida e da obra do jovem Engels identificamos um sujeito individual capaz não somente de expressar, mas também de agir em seu momento histórico. Não estamos inferindo a Engels algum talento inato ou lhe atribuindo a virtude de ser um dos “grandes nomes da história”, mas de um exemplo sobre a relação imanente entre a atividade do sujeito individual sob condições históricas concretas, ou a conciliação entre as forças inevitáveis e irresistíveis do processo histórico (necessidade) com a vontade e a capacidade de ação dos sujeitos individuais (liberdade).⁸⁴⁶ Naturalmente, essa compreensão sobre a vida e a obra de Engels somente pode ser apreendida de forma retrospectiva por meio do método historiográfico—o meio pelo qual as ações humanas na história adquirem “sentido” e inteligibilidade. (Não havia nada nos primeiros textos de Engels que sugerissem que ele pudesse ter tomado os rumos filosóficos, políticos e teológicos pelos quais tomou posteriormente. Ao final de sua jornada, Engels obteve resultados imprevisíveis, exemplo

844 “3. Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister como tentativa de uma síntese”, in *A teoria do romance* (2. ed., São Paulo: Duas Cidades & Editora 34, 2009), p. 141; “Posfácio”, in *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (2. ed., São Paulo: Editora 34, 2009), p. 587–588.

845 O caminho de Engels não foi, evidentemente, singular. Muitos outros intelectuais e militantes políticos contemporâneos atravessaram de forma legítima um percurso de vida análogo, tal como os filósofos György Lukács (1885-1871) e Jean-Paul Sartre (1905-1980). Filhos da burguesia de seus respectivos países—Hungria e França—, Lukács e Sartre rebelaram-se contra suas classes de origem aliando-se às classes trabalhadoras na construção de uma política revolucionária de viés comunista, tornando-se aquilo que o escritor alemão Thomas Mann (1875-1955) batizou de “o burguês errante” (Thomas Mann, *Tonio Kröger* (São Paulo: Abril Cultural, 1971); István Mészáros, *A obra de Sartre* (São Paulo: Boitempo, 2012); José Paulo Netto, *Georg Lukács* (São Paulo: Brasiliense, 1983).

846 G.V. Plekhanov, “On the Role of the Individual in History”, in *Selected Works: Vol. II* (London: Lawrence & Wishart, 1961). Em diálogo do romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1795-1796, Berlim), de J. W. Goethe, o personagem “forasteiro” em diálogo com o protagonista discorre sobre a relação necessidade-liberdade nos seguintes termos: “A trama deste mundo é tecida pela necessidade e pelo acaso; a razão do homem se situa entre os dois e sabe dominá-los; ela trata o necessário como a base de sua existência, sabe desviar, conduzir e aproveitar o acaso”. E, mais adiante, complementou: “Infeliz aquele que [...] habitua-se a querer encontrar no necessário alguma coisa de arbitrário, a querer atribuir ao acaso uma espécie de razão, tornando-se mesmo uma religião segui-lo!” (2. ed., São Paulo: Editora 34, 2009, livro I, cap. 17, p. 83).

típico da relação dinâmica e imanente entre a atividade prática de um sujeito individual sob condições históricas concretas.)

III. A dissolução da razão & a metamorfose do pensamento liberal

Conforme havíamos mencionado na introdução desta dissertação, ela tem por grande tema o nexos histórico entre a dissolução da filosofia clássica alemã e da economia política clássica na primeira metade da década de 1840. Tratou-se de um momento de inflexão política, científica e ideológica na história do pensamento filosófico e econômico liberal. O jovem Engels, como observamos ao longo dos três capítulos desta dissertação, foi não somente contemporâneo, como também sujeito desses dois processos históricos paralelos ao polemizar com intelectuais, escritores e filósofos do período e ao se engajar na defesa do racionalismo filosófico, da militância em prol do movimento da unificação e democratização dos Estados alemães e do movimento operário inglês.

Sobre a dissolução do pensamento filosófico liberal—que compreende a filosofia clássica alemã—, Carlos Nelson Coutinho, no livro *O estruturalismo e a miséria da razão*, escreveu que:

É possível discernir—com relativa nitidez—duas etapas principais. A primeira, que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda—que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848—é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética. Essa descontinuidade da evolução filosófica corresponde naturalmente à própria descontinuidade objetiva do desenvolvimento capitalista. O antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta, a partir de 1848, um novo aspecto: as tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana. Do ponto de vista imediatamente social e político, essa inversão tem sua gênese no surgimento de uma contradição antagônica entre as classes que outrora formavam o Terceiro Estado. Enquanto numa primeira etapa de seu desenvolvimento a burguesia representava objetivamente os interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista-feudal, agora o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante.

Na época em que a burguesia era o porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e consequente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana. Desde a teoria de Galileu de que “a natureza é um livro escrito em linguagem matemática” até o princípio hegeliano da “razão na história”, estende-se uma linha que—apesar de suas sinuosidades—afirma claramente a subordinação da realidade a um sistema de leis racionais, capazes de serem integralmente apreendidas pelo nosso pensamento. Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade. [...].

Entre o que a burguesia agora apressava-se a abandonar estava, talvez em primeiro lugar, a categoria da

razão.⁸⁴⁷

Assim, segundo Coutinho⁸⁴⁸—sustentado nas teses apresentadas por György Lukács⁸⁴⁹ no livro *A destruição da razão*—, durante sua fase progressista, ascendente e revolucionária, o pensamento liberal, corporificado nos filósofos, cientistas e escritores, realizaram como sua tarefa histórica “a conquista da realidade por uma razão explicitada em todas as suas determinações”. Por sua vez, em sua fase conservadora—aproximadamente dos anos 1830 em diante—, o pensamento liberal passou a, gradualmente, “negar ou a limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens”. No que se refere à filosofia clássica alemã—considerada como um dos grandes feitos intelectuais desse processo histórico de ascensão progressiva da razão—, durante o período de rompimento com a tradição progressista do pensamento liberal, ela passou a se afastar e a rejeitar a identidade do real e do racional, a razão dialética, o humanismo e o historicismo concreto. Sua expressão histórica concreta pode ser identificada na filosofia positiva e na filosofia da revelação de F. W. J. Schelling em seu período pós-Jena (1806-1854)—combatida por Engels durante seu período em Berlim (1841-1842).⁸⁵⁰

Quanto à economia política—compreendida por nós como sendo a teoria social que visava estudar objetivamente as categorias econômicas e as relações econômicas das sociedades humanas no contexto de crise do regime feudal-absolutista e formação e desenvolvimento do regime liberal-capitalista na Europa⁸⁵¹—, ela não se tratou, evidentemente, de uma mera ideologia, ou apologia do liberalismo e do capitalismo, tal como sugeriu Engels no primeiro parágrafo do “Esboço de uma crítica da economia política” quando a classificou como sendo “um elaborado sistema de fraudes consentidas” e uma “ciência” meramente “a favor do enriquecimento”. Segundo Coutinho,⁸⁵² “o critério para avaliar a cientificidade de uma filosofia {ou de uma teoria} social reside no modo pelo qual ela apreende (ou ignora, ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana”. Em sua fase progressista, ascendente e revolucionária, o caráter empirista e positivo da economia política foi relevante no enfrentamento das concepções econômicas moralistas dos escolásticos durante o processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo.⁸⁵³ Entretanto, com o

847 “I. O problema da razão na filosofia burguesa” (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 21–22.

848 Carlos Nelson Coutinho, “I. O problema da razão na filosofia burguesa”, in *O estruturalismo e a miséria da razão* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 23–31.

849 *Die Zerstörung der Vernunft* (1954, Berlim). [Edição estadunidense: *The Destruction of Reason* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1981).

850 Sobre a relação entre a classe social e seus respectivos intelectuais e políticos, Marx observou em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* que: “Por sua formação e situação individual, mundos podem estar separando os dois”. Tomando a classe dos pequenos-burgueses como exemplo, Marx escreveu: “O que os transforma { isto é, os intelectuais e os políticos,} em representantes do pequeno-burguês é o fato de não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que este não consegue ultrapassar na vida real e, em consequência, serem impelidos teoricamente para as mesmas tarefas e soluções para as quais ele é impelido na prática pelo interesse material e pela condição social. Essa é, em termos gerais, a relação entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam” (São Paulo: Boitempo, 2011, cap. III, p. 64; MEW 8, p. 142).

851 José Paulo Netto & Marcelo Braz, *Economia política* (8. ed., São Paulo: Cortez, 2012), p. 29.

852 “I. O problema da razão na filosofia burguesa”, in *O estruturalismo e a miséria da razão* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 31.

853 Em seu julgamento condenatório ao comércio, o filósofo e teólogo italiano Tomás de Aquino (1225-1274) asseverou que “por não ver na atividade mercantil um meio de criação do valor”, essa atividade estava em desacordo com a criação divina (o mercador desagrada a Deus [*mercator Deo non placet*]). E sobre a cobrança de juros, Aquino afirmou

desenvolvimento e consolidação do capitalismo industrial na Inglaterra, emergiram novas contradições econômicas, políticas e sociais. Essas contradições impuseram-se sobre as classes dominantes burguesas e seus intelectuais uma nova postura sobre a sociedade, não mais progressista e revolucionária, mas, a partir de então, conservadora e apologética. Segundo György Lukács⁸⁵⁴—seguindo a tese de Karl Marx exposta no capítulo IV de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*—: “As revoluções de 1830, e ainda mais as de 1848, atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social”. A partir desse período, teve início o processo histórico de dissolução tanto da filosofia clássica alemã como também da economia política clássica.⁸⁵⁵

Assim, tanto para Coutinho,⁸⁵⁶ Lukács⁸⁵⁷ e Marx,⁸⁵⁸ a produção intelectual do liberalismo pós-1848—tanto no que se refere à filosofia quanto à economia política—como que havia abandonado a crítica à realidade concreta em nome do desenvolvimento e do progresso social humano, metamorfoseando-se em uma apologia da ordem econômica,

que ela consistia em uma “forma antinatural do uso da moeda” (dinheiro não gera dinheiro [*pecunia pecuniam non parit*]) (Carlos Haroldo Porto Carreiro, *História do pensamento econômico* (Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975), cap. 3.3., p. 65.). Essa postura condenatória e moralista dos escolásticos ao comércio e à cobrança dos juros foi frontalmente combatida pelo economista político e ensaísta neerlandês Bernard Mandeville (1670-1733) no livro *A fábula das abelhas* [*The Fable of the Bees: Or, Private Vices, Publick Benefits*] (1714, Londres), onde advogou abertamente em prol de uma concepção amoral da atividade econômica e da busca individual pelo enriquecimento (São Paulo: Editora Unesp, 2017). Décadas mais tarde, a tese de Mandeville foi melhor lapidada pelo filósofo e economista político escocês Adam Smith (1723-1790), que lhe deu um tom providencial e ético no livro *A riqueza das nações* [*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*] (1776, Londres) ao escrever: “Já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público” (*Vol. 1* (4. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1996), livro IV, cap. II, p. 438).

854 *Existencialismo ou marxismo?* (São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979), cap. I.2., p. 32.

855 Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* afirmou: “A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua dominação classista a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado ‘socialistas’” (São Paulo: Boitempo, 2011, cap. IV, p. 80; MEW 8, p. 153). Entre os legados da Revolução Francesa de 1848 temos o fim da tradição monárquica na França e a consolidação da participação popular na vida política do país. “As revoluções de 1848”, escreveu Eric Hobsbawm, “deixaram claro que a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político”. Entretanto, considerou Hobsbawm: “A reacionária década de 1850 viria a ser, em termos econômicos, um período de liberalização sistemática. Entre 1848 e 1849, os moderados liberais fizeram assim duas importantes descobertas na Europa ocidental: que a revolução era perigosa e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam ser atingidas sem ela”. A partir de então, “a burguesia {e seus intelectuais deixaram} de ser uma força revolucionária”, dando origem a um novo fenômeno histórico: a combinação entre o reacionarismo político e o liberalismo econômico (*A era do capital, 1848-1875* (15. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012), cap. 1, p. 47, 56).

856 “I. O problema da razão na filosofia burguesa”, in *O estruturalismo e a miséria da razão* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 21–59.

857 “Marx e o problema da decadência ideológica”, in *Marxismo e teoria da literatura* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 51–103; *The Destruction of Reason* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1981).

858 *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo: Boitempo, 2011), cap. IV, p. 80; MEW 8, p. 153; “Posfácio da segunda edição”, in *O capital: livro I* (São Paulo: Boitempo, 2013), p. 84–87; MEW 23, p. 19–22.

política e social liberal. Segundo Terry Eagleton,⁸⁵⁹ essa metamorfose no pensamento liberal produziu dois efeitos fundamentais: (1) a realidade concreta deixou de ser apreendida como uma totalidade, passando a ser apreendida de forma fragmentada, fazendo com que “a ordem capitalista {se tornasse} menos vulnerável à crítica política”; e (2) a economia, assim como as demais determinações sociais, deixaram de ser apreendidas como uma construção histórica resultante da atividade humana, mas como um dado da natureza, desprovido de historicidade. Consequentemente, “em proporções cada vez maiores, a história e a economia”, escreveu Coutinho,⁸⁶⁰ “perderam sua anterior importância filosófico-ontológica, deixando de desempenhar um papel significativo na elaboração da concepção do mundo. E, com isso, perde-se a possibilidade de apreender a essência da realidade humana”. E concluiu: “A filosofia {, como também a economia política} da decadência torna-se, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade”.⁸⁶¹

IV. O fim do primeiro ciclo da evolução filosófica de Engels

Foi justamente nesse momento de dissolução da filosofia clássica alemã e da econômica política clássica que Engels adentrou na história do pensamento econômico e na história econômica e social.

Ao propor o projeto pioneiro de revisão crítica da economia política durante seu primeiro período em Manchester, Engels iniciou a unificação desta teoria social com as conquistas teóricas da filosofia clássica alemã, salvaguardando, porém, os elementos fundamentais de sua fase progressista (o humanismo, o historicismo e a razão dialética) combinados com os desdobramentos de sua corrente revolucionária (o neohegelianismo dos Jovens Hegelianos). Da mesma forma, as propriedades da razão dialética, do humanismo e do historicismo também caracterizaram seus estudos incipientes em história econômica e social do capitalismo industrial inglês, e serviram de base filosófica e metodológica para sua formulação de uma concepção materialista da história. Tanto a proposta de crítica da economia política como seus primeiros estudos em história econômica e social do capitalismo industrial inglês se trataram de estudos pioneiros por parte de Engels, não se devendo exigir respostas satisfatórias para todos os aspectos de um complexo de problemas

859 *Ideologia* (São Paulo: Editora Unesp & Boitempo, 1997), p. 83.

860 “I. O problema da razão na filosofia burguesa”, in *O estruturalismo e a miséria da razão* (2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010), p. 35–36.

861 Não temos por intenção de reduzirmos todo o desenvolvimento filosófico e científico pós-1848 a um mero instrumento de administração do capital. Seríamos néscios em negar as imprescindíveis descobertas realizadas pelos mais diversos ramos das ciências, tais como a física, a química, a biologia e a engenharia, como também a economia, a partir de meados do século XIX. Pelo contrário, seus resultados foram fundamentais para a compreensão empírica e objetiva das sociedades humanas e da natureza. Porém, buscando seguir as teses de Karl Marx, György Lukács e Carlos Nelson Coutinho, atentamos para o fato de que sob a forma fragmentada em disciplinas especializadas, as ciências contemporâneas não seriam mais capazes de oferecer os meios necessários e indispensáveis para a apreensão e a transformação substantiva da realidade social tal como a economia política o fez até, aproximadamente, meados do século XIX. Ainda sobre a crítica à fragmentação e à especialização do conhecimento científico, ela não se limitou à crítica lukacsiana à ideologia burguesa pós-1848. Até mesmo José Ortega y Gasset (1883-1955), filósofo espanhol comumente associado ao pensamento conservador e liberal, observou e criticou no capítulo XII de *La rebelión de las masas* (1930), intitulado “La barbarie del ‘especialismo’”, a especialização e a fragmentação disciplinar do conhecimento e a consequente perda da capacidade de compreensão total da realidade concreta (*Obras completas: tomo 4* (6. ed., Madrid: Revista de Occidente, 1966), p. 215–220).

recém-descobertos.

* * *

O retorno de Engels a Barmen no início de setembro de 1844 pode ser entendido como sendo a conclusão de um ciclo de sua evolução e formação filosófica e política iniciado com sua primeira crítica ao capitalismo industrial no ensaio “Cartas de Wuppertal”, de 1839. Após um período de aproximadamente dois anos vivendo e trabalhando em Manchester, a então capital da indústria têxtil inglesa, o Engels que retornou a Barmen no início de setembro de 1844 era substancialmente diferente em suas concepções filosóficas e políticas daquele que partiu da cidade em direção a Bremen em meados de julho de 1838. Ele trouxe consigo um novo entendimento da formação e do desenvolvimento do capitalismo industrial, uma concepção materialista da história, um novo procedimento metodológico de investigação da realidade e, por fim, um projeto político revolucionário de superação das contradições econômicas e sociais do capitalismo industrial, visando a harmonização do metabolismo entre a natureza e as sociedades humanas (o comunismo), que, a partir de então, deram o tom de suas pesquisas filosóficas e historiográficas e de sua militância política.

Durante os meses seguintes a seu retorno à Alemanha, Engels, em parceria com Moses Hess, dedicou-se à militância comunista nas cidades de Bonn, Colônia, Düsseldorf e Wuppertal, além da redação de sua pesquisa sobre a condição de vida e trabalho da classe trabalhadora na Inglaterra. Portanto, consideramos o retorno de Engels a Barmen em 1844 o encerramento de seu primeiro ciclo de evolução filosófica e política, e o início de um novo ciclo. Seu estudo ultrapassaria os limites de nossa dissertação.

* * *

No prefácio à edição alemã de 1892 do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig), Engels, revisando sua principal obra de juventude, escreveu que ao relê-la décadas mais tarde nada encontrou de que pudesse se envergonhar. Após passarmos os últimos anos mergulhados em seus primeiros ensaios, artigos, cartas, rascunhos e esboços, e por mais que estes estejam marcados pelo diletantismo, ambiguidades e imprecisões característicos de uma obra de juventude, também não encontramos nada do que ele pudesse se envergonhar.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- ANFRA, Douglas. *Friedrich Engels: guerra e política: uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares. Dissertação (Mestrado em Filosofia)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2013.
- ARCARY, Valerio. “Marx e Engels e as avaliações estratégicas após a derrota da Comuna de Paris”. *PUC Viva*, n. 40, p. 32–38, 2011.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Edipro, 2011.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras escolhidas, v. 1)*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241–252.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1998.
- BOER, Roland. “Keeping the Faith: The Ambivalent Commitments of Friedrich Engels”. *Studies in Religion/Sciences Religieuses*, v. 40, n. 1, p. 63–79, 2011.
- BOLTON, Kevin. “Manchester Has a Soviet Statue of Engels. Shame No One Asked the City’s Ukrainians”. *The Guardian*, Londres, 19 jul. 2017. Disponível em: «<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jul/19/manchester-soviet-statue-engels-ukrainians>».
- BORCHARDT, Knut. “2. The Industrial Revolution in Germany, 1700-1914”. *The Fontana Economic History of Europe: Vol. 4: The Emergence of Industrial Societies: Part 1*. Glasgow: Fontana/Collins, 1973. p. 76–160.
- BOWIE, Andrew. “Schelling” (Fall 2016 Edition). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016. Disponível em: «<https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/schelling/>».
- BREAZEALE, Daniel. “Fichte and Schelling: The Jena Period”. *Routledge History of Philosophy: Vol. 6: The Age of German Idealism*. London: Routledge, 1993. p. 138–180.
- BRITO, Thiago. “O jovem Engels e a crítica da economia política”. *Verinotio*, v. 24, n. 1, p. 284–310, 2018.
- BROCKELL, Gillian. “During a Pandemic, Isaac Newton Had to Work from Home, Too. He Used the Time Wisely”. *The Washington Post*, Washington, DC, 12 mar. 2020. Disponível em: «<https://www.washingtonpost.com/history/2020/03/12/during-pandemic-isaac-newton-had-work-home-too-he-used-time-wisely/>».
- BUSCH, Hans-Christoph Schmidt am. *Hegels Begriff der Arbeit*. Berlin: Akademie Verlag, 2002.
- CARLYLE, Thomas. *Selected Writings*. Londres: Penguin, 2015.
- CARREIRO, Carlos Haroldo Porto. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975.
- CARVER, Terrell. *Friedrich Engels: His Life and Thought*. London: Palgrave Macmillan, 1990.
- CASTELO BRANCO, Rodrigo. “A contribuição dos textos juvenis de Engels à crítica da economia

- política”. *Cemarx – Anais do Colóquio Internacional Marx e Engels*, 4, 2005. Disponível em: «http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS_IV_COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m2c5.pdf».
- “Censo 2010 (Rússia)”. *BIIH-2010*, [S.d.]. Disponível em: «https://www.gks.ru/free_doc/new_site/perepis2010/croc/perepis_itogi1612.htm».
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CLAEYS, Gregory. “Engels’ Outlines of a Critique of Political Economy (1843) and the Origins of the Marxist Critique of Capitalism”. *History of Political Economy*, v. 16, n. 2, p. 207–232, 1984.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995.
- COLE, George Douglas Howard. *A History of Socialist Thought: Volume 1: The Forerunners (1789-1850)*. London: Macmillan, 1953.
- COLE, George Douglas Howard. *A Short History of the British Working-Class Movement, 1789-1947*. London: George Allen & Unwin, 1948.
- COLE, George Douglas Howard. *The Life of Robert Owen*. 2. ed. London: Macmillan, 1930.
- COLLETTI, Lucio. “Bernstein and the Marxism of the Second International”. *From Rousseau to Lenin: Studies in Ideology and Society*. New York & London: Monthly Review Press, 1974. p. 45–108.
- CORNU, Auguste. *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur oeuvre (1818/1820-1844)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.
- COTRIM, Ivan. *Karl Marx: a determinação ontonegativa originária do valor. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)*. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FACSOC-PUC-SP), 2008.
- COTRIM, Livia. *Marx: política e emancipação humana (1848-1871). Tese (Doutorado em Ciências Sociais)*. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FACSOC-PUC-SP), 2007.
- COTRIM, Vera. *Trabalho, conhecimento, valor: Marx frente a uma contradição atual. Tese (Doutorado em História Econômica)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2015.
- COTRIM, Vera. *Trabalho produtivo em Karl Marx: novas e velhas questões. Dissertação (Mestrado em História Econômica)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “I. O problema da razão na filosofia burguesa”. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 21–59.
- DASH, Mike. “How Friedrich Engels’ Radical Lover Helped Him Father Socialism”. *Smithsonian Mag*, 1 ago. 2013. Disponível em: «<https://www.smithsonianmag.com/history/how-friedrich-engels-radical-lover-helped-him-father-socialism-21415560/>».
- DAVIS, Zephira. “A Communist Icon Toppled in Ukraine Is Restored in England”. *The New York Times*, Nova York, 6 ago. 2017. Disponível em: «<https://www.nytimes.com/2017/08/06/world/europe/england-manchester-engels-statue.html>».
- DE VRIES, Willem. “Hegel’s Logic and Philosophy of Mind”. *Routledge History of Philosophy: Vol. 6: The Age of German Idealism*. London: Routledge, 1993. p. 216–253.
- DEL ROIO, Marcos. “Engels e a origem do marxismo”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, jul. 2011. Disponível em: «http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300640462_ARQUIVO_ENGELS.pdf».
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- Dictionary of Deities and Demons in the Bible*. 2. ed. Leiden, Boston & Köln: Brill, 1999.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os demônios*. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp & Boitempo, 1997.
- “Engels, Saratov Oblast”. *Wikipedia*, 23 nov. 2019. Disponível em:

- «https://en.wikipedia.org/wiki/Engels,_Saratov_Oblast».
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ENGELS, Friedrich. “As Guerras Camponesas na Alemanha”. *A revolução antes da revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35–159.
- ENGELS, Friedrich. “Cartas de Friedrich Engels sobre a concepção materialista da história”. *Margem Esquerda*, n. 20, p. 125–141, 2013.
- ENGELS, Friedrich. “Esboço de uma crítica da economia política”. *Temas de Ciências Humanas*, v. 5, p. 1–29, 1979.
- ENGELS, Friedrich. “Esboço de uma crítica da economia política”. *Engels: política (Grandes cientistas sociais, v. 17)*. São Paulo: Ática, 1981. p. 53–81.
- ENGELS, Friedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”. *Obras escolhidas: tomo III*. Lisboa: Edições Avante!, 1982. p. 378–421. Disponível em: «<https://www.marxists.org/portugues/marx/1886/mes/fim.htm>».
- ENGELS, Friedrich. “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. *Arquivo Marxista na Internet*, 1876. Disponível em: «<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>».
- ENGELS, Friedrich. “Prefácio [à edição alemã de 1845]”. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41–43.
- ENGELS, Friedrich. “Prefácio à edição alemã de 1892”. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 345–358.
- ENGELS, Friedrich. “Revolução e contrarrevolução na Alemanha”. *A revolução antes da revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 161–308.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- “Factories’ Education (7 March 1843)”. *Hansard*, [S.d.]. Disponível em: «<https://hansard.parliament.uk/Commons/1843-03-07/debates/553dfc18-66ab-4e97-b73d-b4c49ab3f7d0/FactoriesEducation>».
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FEUERBACH, Ludwig. *Necessidade de uma reforma da filosofia*. Covilhã: LusoSofia, 2008.
- FEUERBACH, Ludwig. *Princípios da filosofia do futuro*. Covilhã: LusoSofia, 2008.
- FEUERBACH, Ludwig. *Teses provisórias para a reforma da filosofia*. Covilhã: LusoSofia, 2008.
- FINDLEN, Paula. “What Would Boccaccio Say About COVID-19?” *Boston Review*, 24 abr. 2020. Disponível em: «<https://bostonreview.net/arts-society/paula-findlen-what-would-boccaccio-say-about-covid-19>».
- FLAUBERT, Gustave. *A educação sentimental*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- FOSTER, John Bellamy. “4. The Materialist Conception of History”. *Marx’s Ecology: Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press, 2000. p. 105–140.
- FOSTER, John Bellamy. “The Return of Engels”. *Monthly Review*, v. 68, n. 10, 2017. Disponível em: «<https://monthlyreview.org/2017/03/01/the-return-of-engels/>».
- FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FYSON, Robert. “6. The Crisis of 1842: Chartism, the Colliers’ Strike and the Outbreak in the Potteries”. *The Chartist Experience: Studies in Working-Class Radicalism and Culture, 1830-1860*. London: Macmillan, 1982. p. 195–220.
- GEMKOW, Heinrich et al. *Frederick Engels: A Biography*. Dresden: Zeit im Bild, 1972.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Fausto: uma tragédia: primeira parte*. São Paulo: Editora 34, 2011.

- GOETHE, Johann Wolfgang. *Fausto: uma tragédia: segunda parte*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GOMES DE DEUS, Leonardo. *Reconstrução categorial de O capital à luz de seus esboços: a instauração da crítica da economia política (1857, 1863)*. Tese (Doutorado em Economia). Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais (FACE-UFMG), 2010.
- GOOCH, Todd. “Feuerbach” (Winter 2013 Edition). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2013. Disponível em: «<https://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/ludwig-feuerbach/>».
- GOULD, Stephen Jay. *Ever Since Darwin: Reflections on Natural History*. New York: W. W. Norton & Company, 2007.
- GRIMAL, Pierre. *The Concise Dictionary of Classical Mythology*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- HARVEY, David. *Para entender O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome: volume 1*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Linhas fundamentais da filosofia do direito: ou direito natural e ciência do Estado em compêndio*. São Leopoldo & São Paulo: Editora Unisinos & Loyola, 2010.
- HEINE, Heinrich. “Die Schlesischen Weber/Os tecelões da Silésia”. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 23–24.
- HEINRICH, Michael. “A edição de Engels do Livro 3 de O capital e o manuscrito original de Marx”. *Crítica Marxista*, n. 43, p. 29–43, 2016.
- HENDERSON, William Otto. “3. The Firm of Ermen & Engels”. *Marx and Engels and The English Workers: And Other Essays*. London: Frank Cass, 1989. p. 28–42.
- HENDERSON, William Otto. *The Life of Friedrich Engels: In Two Volumes: Volume I*. London: Frank Cass, 1976.
- HENDERSON, William Otto. *The Life of Friedrich Engels: In Two Volumes: Volume II*. London: Frank Cass, 1976.
- HERBERT, Michael. “Frederick Engels and Mary and Lizzy Burns”. *Manchester’s Radical History*, 2010. Disponível em: «<https://radicalmanchester.wordpress.com/2010/03/15/frederick-engels-and-mary-and-lizzy-burns/>».
- HESS, Moses. *The Holy History of Mankind and Other Writings (Cambridge Texts in the History of Political Thought)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HIGGINS, Charlotte. “Phil Collins: Why I Took a Soviet Statue of Engels Across Europe to Manchester”. *MR Online*, 3 jul. 2017. Disponível em: «<https://mronline.org/2017/07/03/phil-collins-why-i-took-a-soviet-statue-of-engels-across-europe-to-manchester/>».
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HILL, Christopher. *The Century of Revolution, 1603-1714*. London & New York: Routledge, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- HOLLANDER, Samuel. *Friedrich Engels and Marxian Political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- HUNT, Tristram. *Marx’s General: The Revolutionary Life of Friedrich Engels*. New York: Holt Paperbacks, 2010.
- HW 7. *Hegel-Werke [in 20 Bänden], Bd. 7: Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse*. 2. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.
- HW 8. *Hegel-Werke [in 20 Bänden], Bd. 8: Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse (1830): Erster Teil: Die Wissenschaft der Logik mit den mündlichen Zusätzen*. 2. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

- ILITCHEV, L. F. *et al. Friedrich Engels: Biografia*. Lisboa & Moscovo: Edições Avante! & Edições Progresso, 1986.
- “Irrationalism”. *Encyclopaedia Britannica*, [S.d.]. Disponível em: «<https://www.britannica.com/topic/irrationalism>».
- JEFFRIES, Stuart. “Fastest! Tallest! Marxist! The Visual Art of Phil Collins”. *The Guardian*, Londres, 6 fev. 2011. Disponível em: «<https://www.theguardian.com/artanddesign/2011/feb/06/marxist-visual-art-phil-collins>».
- JONES, Gareth Stedman. “Engels and the Genesis of Marxism”. *New Left Review*, v. I, n. 106, p. 79–104, 1977.
- JONES, Gareth Stedman. “Retrato de Engels”. *História do marxismo: I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 377–421.
- JONES, Gareth Stedman. “The Young Hegelians, Marx and Engels”. *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 556–600.
- KAUTSKY, Karl. “Frederick Engels: His Life, His Work and His Writings”. *Marxists Internet Archive*, 1887. Disponível em: «<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1887/xx/engels.htm>».
- KELLOGG, Paul. “Engels e as raízes do ‘revisonismo’: uma reavaliação”. *Práxis*, p. 88–108, 1995.
- KLIEM, Manfred. *Friedrich Engels: Dokumente seines Lebens: 1820-1895*. Leipzig: Philipp Reclam, 1977.
- KOCKA, Jürgen. “Chapter X: Entrepreneurs and Managers in German Industrialization”. *The Cambridge Economic History of Europe: Volume VII: The Industrial Economies: Capital, Labour, and Enterprise: Part 1: Britain, France, Germany, and Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 492–589.
- KOFLER, Leo. “6. Alemania y Prusia”. *Contribución a la historia de la sociedad burguesa*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971. p. 405–443.
- KONDER, Leandro. “2. Marx e Engels”. *Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 37–43.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética (Primeiros passos, v. 23)*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- KOSÍK, Karel. *Dialectics of the Concrete: A Study on Problems of Man and World*. Dordrecht & Boston: D. Reidel Publishing Company, 1976.
- KRÄTKE, Michael. “O problema Marx-Engels: por que Engels não falseou O capital marxiano”. *Verinotio*, n. 20, p. 191–206, 2015.
- KUPISCH, Karl. *Vom Pietismus zum Kommunismus*. Berlin: Lettner-Verlag, 1953.
- LANGTON, John. “14. Urban Growth and Economic Change: From the Late Seventeenth Century to 1841”. *The Cambridge Urban History of Britain: Volume II, 1540-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 453–490.
- LCW 2. *Lenin Collected Works, Vol. 2: 1895-1897*. Moscow: Progress Publishers, 1972.
- LEE, John Joseph. “Chapter IX: Labour in German Industrialization”. *The Cambridge Economic History of Europe: Volume VII: The Industrial Economies: Capital, Labour, and Enterprise: Part 1: Britain, France, Germany, and Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 442–491.
- LÊNIN, Vladímir Ilítch. “Friedrich Engels”. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 133–141.
- LÊNIN, Vladímir Ilítch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LEVINE, Norman. *Divergent Paths: Hegel in Marxism and Engelsism: Volume 1: The Hegelian Foundations of Marx’s Method*. Oxford: Lexington Books, 2006.
- LEVINE, Norman. *Marx’s Discourse with Hegel*. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- LLOYD, John. “Back on His Pedestal: The Return of Friedrich Engels”. *Financial Times*, Londres, 14 jul. 2017. Disponível em: «<https://www.ft.com/content/205105fc-67c3-11e7-9a66-93fb352ba1fe>».
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LÖWY, Michael. “Prefácio”. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9–21.
- LUKÁCS, György. “3. Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister como tentativa de uma síntese”. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades & Editora 34, 2009. p. 138–150.
- LUKÁCS, György. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, György. “Friedrich Engels, teórico e crítico da literatura”. *Marxismo e teoria da literatura*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 19–49.
- LUKÁCS, György. “I. Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo”. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 25–53.
- LUKÁCS, György. “IV. O jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844”. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 121–202.
- LUKÁCS, György. “IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”. *Para uma ontologia do ser social: I*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 281–422.
- LUKÁCS, György. “Marx e o problema da decadência ideológica”. *Marxismo e teoria da literatura*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 51–103.
- LUKÁCS, György. “O que é marxismo ortodoxo?” *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 63–104.
- LUKÁCS, György. “Posfácio” [“Goethe und seine Zeit” (1936)]. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 581–601.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, György. *The Destruction of Reason*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1981.
- LUKÁCS, György. *The Young Hegel: Studies in the Relations Between Dialectics and Economics*. London: Merlin Press, 1975.
- MACHADO, Gustavo. *Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2018.
- MANDEVILLE, Bernard. *A fábula das abelhas: ou vícios privados, benefícios públicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MANN, Thomas. *Os Buddenbrooks*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- MANN, Thomas. *Tonio Kröger*. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- MARCUS, Steven. *Engels, Manchester, and the Working Class*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1974.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARTÍ, José. *Versos sencillos*. 2. ed. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2016.
- MARX, Karl. “3. O método da economia política”. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 54–61.
- MARX, Karl. “Cadernos de Paris (Notas de leitura de 1844)”. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 179–233.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução”. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145–157.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. “Posfácio da segunda edição”. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 83–91.
- MARX, Karl. “Prefácio”. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45–50.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família: ou, a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: Eine Biographie: Erster Band: Friedrich Engels in seiner Frühzeit (1820 bis 1851)*. Berlin & Heidelberg: Springer, 1920.
- MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: Eine Biographie: Erster Band: Friedrich Engels in seiner Frühzeit (1820 bis 1851)*. 2. ed. Dordrecht: Springer, 1934.
- MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: una biografía*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- MCLELLAN, David. “A concepção materialista da história”. *História do marxismo: I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 67–89.
- MCLELLAN, David. *As idéias de Engels*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MCLELLAN, David. “Germany Before 1848”. *Marx Before Marxism*. London: Macmillan, 1970. p. 1–23.
- MCLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MCLELLAN, David. *Marx Before Marxism*. London: Macmillan, 1970.
- MCLELLAN, David. *The Young Hegelians and Karl Marx*. London: Macmillan, 1969.
- MCMANUS, Matthew. “On Marx’s Philosophical Methodology in the Grundrisse”. *MR Online*, 29 set. 2017. Disponível em: «<https://mronline.org/2017/09/29/on-marxs-philosophical-methodology-in-the-grundrisse/%3E; %3Chttp://criticallegalthinking.com/2017/09/26/marxs-philosophical-methodology-grundrisse/>».
- MECW 1. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 1: Marx: August 1835-March 1843*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1975.
- MECW 10. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 10: Marx-Engels: 1849-51, incl. Peasant War in Germany*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1978.
- MECW 11. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 11: Marx-Engels: 1851-53, incl. Eighteenth Brumaire*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1979.
- MECW 2. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 2: Engels: August 1838-December 1842*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1975.
- MECW 21. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 21: Marx-Engels: 1867-70, re International Workingmen’s Association*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1985.
- MECW 24. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 24: Marx-Engels: 1874-83, Crit. of the Gotha Prog. & Socialism: Utopian and Scientific*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1989.

- MECW 25. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 25: Engels: Anti-Dühring & Dialectics of Nature*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1987.
- MECW 26. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 26: Engels: 1882-89, incl. Origin of the Family, etc.* Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1990.
- MECW 27. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 27: Engels: 1890-95, re Europe*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1990.
- MECW 3. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 3: Marx: March 1843-August 1844; Engels: May 1843-June 1844*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1975.
- MECW 38. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 38: Marx-Engels: 1844-51, Letters*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1982.
- MECW 43. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 43: Marx-Engels: 1868-70, Letters*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1988.
- MECW 44. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 44: Marx-Engels: 1870-73, Letters*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1989.
- MECW 48. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 48: Engels: 1887-90, Letters*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 2001.
- MECW 50. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 50: Engels: 1892-95, Letters*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 2004.
- MECW 6. *Marx & Engels Collected Works, Vol. 6: Marx-Engels: 1845-48, incl. Poverty of Philosophy & Manifesto*. Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1976.
- MEGA I/3. *Marx-Engels-Gesamtausgabe, I. Abteilung: Werke, Artikel, Entwürfe: Bd. 3: Engels: Werke, Artikel, Entwürfe bis August 1844*. Berlin: Dietz Verlag, 1985.
- MEGA III/1. *Marx-Engels-Gesamtausgabe, III. Abteilung: Briefwechsel: Bd. 1: Marx/Engels: Briefwechsel bis April 1846*. Berlin: Dietz Verlag, 1975.
- MEGA IV/1. *Marx-Engels-Gesamtausgabe, IV. Abteilung: Exzerpte, Notizen, Marginalien: Bd. 1: Marx/Engels: Exzerpte und Notizen bis 1842*. Berlin: Dietz Verlag, 1976.
- MEGA IV/2. *Marx-Engels-Gesamtausgabe, IV. Abteilung: Exzerpte, Notizen, Marginalien: Bd. 2: Marx/Engels: Exzerpte und Notizen, 1843 bis Januar 1845*. Berlin: Dietz Verlag, 1981.
- MEGA IV/32. *Marx-Engels-Gesamtausgabe, IV. Abteilung: Exzerpte, Notizen, Marginalien: Bd. 32: Die Bibliotheken von Karl Marx und Friedrich Engels*. Berlin: Akademie Verlag, 1999.
- MEHRING, Franz. "An Unusual Friendship". *Marxists Internet Archive*, 1919. Disponível em: «<https://www.marxists.org/archive/mehring/1919/05/friendship.htm>».
- MEHRING, Franz. "Frederick Engels". *Marxists Internet Archive*, 1905. Disponível em: «<https://www.marxists.org/archive/mehring/1905/10/engels.htm>».
- MENDONÇA, Ricardo. "Antes de construir é preciso 'desconstruir muita coisa' no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA". *O Globo (Valor Econômico)*, Rio de Janeiro, 18 mar. 2019. Disponível em: «<https://oglobo.globo.com/mundo/antes-de-construir-preciso-desconstruir-muita-coisa-no-brasil-diz-bolsonaro-nos-eua-23530792>».
- MÉSZÁROS, István. *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MEW 1. *Marx-Engels-Werke, Bd. 1: Marx/Engels: 1839-1844*. 13. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1981.
- MEW 13. *Marx-Engels-Werke, Bd. 13: Marx/Engels: Januar 1859-Februar 1860*. Berlin: Dietz Verlag, 1961.

- MEW 16. *Marx-Engels-Werke, Bd. 16: Marx/Engels: September 1864-Juli 1870*. Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- MEW 18. *Marx-Engels-Werke, Bd. 18: Marx/Engels: März 1872-Mai 1875*. 6. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1976.
- MEW 19. *Marx-Engels-Werke, Bd. 19: Marx/Engels: März 1875-Mai 1883*. 9. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1987.
- MEW 2. *Marx-Engels-Werke, Bd. 2: Marx/Engels: September 1844-Februar 1846*. 4. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- MEW 20. *Marx-Engels-Werke, Bd. 20: Engels: Anti-Dühring & Dialektik der Natur*. 6. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1975.
- MEW 21. *Marx-Engels-Werke, Bd. 21: Marx/Engels: Mai 1883-Dezember 1889*. Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- MEW 22. *Marx-Engels-Werke, Bd. 22: Marx/Engels: Januar 1890-August 1895*. 5. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1977.
- MEW 23. *Marx-Engels-Werke, Bd. 23: Marx: Das Kapital, I*. Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- MEW 24. *Marx-Engels-Werke, Bd. 24: Marx: Das Kapital, II*. Berlin: Dietz Verlag, 1963.
- MEW 25. *Marx-Engels-Werke, Bd. 25: Marx: Das Kapital, III*. Berlin: Dietz Verlag, 1964.
- MEW 27. *Marx-Engels-Werke, Bd. 27: Marx/Engels: Februar 1842-Dezember 1851*. Berlin: Dietz Verlag, 1963.
- MEW 3. *Marx-Engels-Werke, Bd. 3: Marx/Engels: 1845-1846*. 5. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1978.
- MEW 33. *Marx-Engels-Werke, Bd. 33: Marx/Engels: Juli 1870-Dezember 1874*. 3. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1976.
- MEW 37. *Marx-Engels-Werke, Bd. 37: Marx/Engels: Januar 1888-Dezember 1890*. Berlin: Dietz Verlag, 1967.
- MEW 39. *Marx-Engels-Werke, Bd. 39: Marx/Engels: Januar 1893-Juli 1895*. Berlin: Dietz Verlag, 1968.
- MEW 4. *Marx-Engels-Werke, Bd. 4: Marx/Engels: Mai 1846-März 1848*. 8. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1977.
- MEW 40. *Marx-Engels-Werke, Bd. 40: Marx: Schriften und Briefe*. Berlin: Dietz Verlag, 1968.
- MEW 41. *Marx-Engels-Werke, Bd. 41: Engels: Schriften und Briefe*. 4. ed. Berlin: Dietz Verlag, 1967.
- MEW 42. *Marx-Engels-Werke, Bd. 42: Marx: Ökonomische Manuskripte 1857-1858*. Berlin: Dietz Verlag, 1983.
- MEW 7. *Marx-Engels-Werke, Bd. 7: Marx/Engels: August 1849-Juni 1859*. Berlin: Dietz Verlag, 1960.
- MEW 8. *Marx-Engels-Werke, Bd. 8: Marx/Engels: August 1851-März 1853*. Berlin: Dietz Verlag, 1960.
- MUSETTI, Felipe. *Da República Social à Ditadura Bonapartista: a crítica da política em O 18 de brumário de Luís Bonaparte. Dissertação (Mestrado em Filosofia)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FAFICLA-PUC-SP), 2014.
- MUSSE, Ricardo. “A dialética como método e filosofia no último Engels”. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 5, p. 40–54, 1997.
- MUSSE, Ricardo. “Anti-Dühring na gênese do marxismo”. *Crítica Marxista*, n. 44, p. 145–153, 2017.
- MUSSE, Ricardo. “Sistema e método no último Engels”. *Discurso*, n. 30, p. 87–100, 1999.
- NETTO, José Paulo. “Apresentação: Marx em Paris”. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 9–178.
- NETTO, José Paulo. “Apresentação”. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9–35.
- NETTO, José Paulo. “F. Engels: subsídios para uma aproximação”. *Engels: política (Grandes cientistas sociais, v. 17)*. São Paulo: Ática, 1981. p. 27–50.
- NETTO, José Paulo. *Georg Lukács: o guerreiro sem repouso (Encanto radical, v. 28)*. São Paulo: Brasiliense,

- 1983.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- NOLA, Robert. “The Young Hegelians, Feuerbach, and Marx”. *Routledge History of Philosophy: Vol. 6: The Age of German Idealism*. London: Routledge, 1993. p. 290–329.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Obras completas: tomo 4: 1929-1933*. 6. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1966.
- OWEN, Robert. *A New View of Society and Other Writings*. London: Penguin, 1991.
- “Phil Collins: Marxism Today (Prologue) / Use! Value! Exchange!” *ArtConnect*, 2015. Disponível em: «<http://www.artconnect.com/events/phil-collins-marxism-today-prologue-use-value-exchange>».
- PLANT, Raymond. *Hegel: sobre religião e filosofia (Grandes filósofos)*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- PLANT, Raymond. “Hegel and Political Economy: I”. *New Left Review*, v. I, n. 103, p. 79–92, 1977.
- PLANT, Raymond. “Hegel and Political Economy: II”. *New Left Review*, v. I, n. 104, p. 103–113, 1977.
- PLEKHÁNOV, Geórgi Valentínovitch. “On the Role of the Individual in History” (1898). *Selected Works: Volume II*. London: Lawrence & Wishart, 1961. Disponível em: «<https://www.marxists.org/archive/plekhanov/1898/xx/individual.html>».
- POLLARD, Sidney. “Chapter III: Labour in Great Britain”. *The Cambridge Economic History of Europe: Volume VII: The Industrial Economies: Capital, Labour, and Enterprise: Part 1: Britain, France, Germany, and Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 97–179.
- PRESTIPINO, Giuseppe. *El pensamiento filosófico de Engels: naturaleza y sociedad en la perspectiva teórica marxista*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1977.
- PROSPERI, Sabatino. *1838-42: Engels: gli anni della formazione. Monografia*. Napoli: Dipartimento di Studi Umanistici – Università degli Studi di Napoli Federico II, 2009. Disponível em: «https://www.academia.edu/9952956/1838-42_Engels_gli_anni_della_formazione».
- RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 64: os gestores do capital atrofico. Tese (Doutorado em História Social)*. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FACSOC-PUC-SP), 1998.
- “Rationalism”. *Encyclopaedia Britannica*, [S.d.]. Disponível em: «<https://www.britannica.com/topic/rationalism>».
- REDDING, Paul. “Hegel” (Summer 2018 Edition). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2018. Disponível em: «<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/hegel/>».
- RIAZÁNOV, David. *Karl Marx and Friedrich Engels*. London: Martin Lawrence, 1927.
- ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el problema de los pueblos “sin história”: la cuestión de las nacionalidades en la Revolución de 1848-1849 a la luz de la “Neue Rheinische Zeitung”*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1980.
- RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SARTORI, Vitor. “Apontamentos sobre a dialética e história em Friedrich Engels”. *Verinotio*, v. 20, p. 123–133, 2014.
- SARTORI, Vitor. *Contribuição para uma crítica ontológica à ideologia de Hannah Arendt: natalidade, história e revolução. Dissertação (Mestrado em História Social)*. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FACSOC-PUC-SP), 2011.
- SARTORI, Vitor. “Engels como crítico do direito e da igualdade jurídica: a luta por direitos e sua ambiguidade”. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 18, n. 2, p. 13–54, 2017.
- SARTORI, Vitor. “Friedrich Engels e a moral frente ao fenecimento do Estado”. *Direito & Práxis*, v. 7, n. 15, p. 376–408, 2016.
- SARTORI, Vitor. “Friedrich Engels e o duplo aspecto da igualdade”. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, v. 68, p. 707–755, 2016.

- “Schelling: vida e obra”. *Schelling (Os pensadores)*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. v–xiv.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. “História da filosofia moderna: Hegel”. *Schelling (Os pensadores)*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 155–178.
- SCHMIDT, Alfred. *The Concept of Nature in Marx*. London & New York: Verso, 2014.
- SCHWARZ, Roberto. *A lata de lixo da história: chanchada política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SECCO, Lincoln. “Engels e a crítica da economia política”. *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 277–290.
- SEEGER, Reinhart. *Friedrich Engels: die religiöse Entwicklung des Spät pietisten und Frühsozialisten*. Halle: Akademischer Verlag, 1935.
- SHELLEY, Mary. *Frankenstein; or, The Modern Prometheus*. Adelaide: eBooks@Adelaide, 2014.
- SILVA, Romeu Da. “Tendências do marxismo: ‘ontologia do ser social’ e anti-engelsismo”. *HISTEDBR On-line*, n. 69, p. 311–335, 2016.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas: vol. 1 (Os economistas)*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOLOMON, Robert. “Hegel’s Phenomenology of Spirit”. *Routledge History of Philosophy: Vol. 6: The Age of German Idealism*. London: Routledge, 1993. p. 181–215.
- SOMBART, Werner. *Friedrich Engels (1820-1895): ein Blatt zur Entwicklungsgeschichte des Sozialismus*. Berlin: O. Häring, 1895.
- SWEEZY, Paul. “Dialectics and Metaphysics”. *Four Lectures on Marxism*. New York: Monthly Review Press, 1981. p. 11–25.
- TAVARES, João. “Friedrich Engels e a pedra filosofal da crítica da economia política”. *Verinotio*, n. 20, p. 163–169, 2014.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TIAGO, Manuel. *Até amanhã, camaradas*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- TILLY, Richard. “Chapter VIII: Capital Formation in Germany in the Nineteenth Century”. *The Cambridge Economic History of Europe: Volume VII: The Industrial Economies: Capital, Labour, and Enterprise: Part 1: Britain, France, Germany, and Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 382–441.
- TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- “UK: Locals Welcome Friedrich Engels Back to Manchester”. *Ruptly @ YouTube*, 17 jul. 2017. Disponível em: «https://www.youtube.com/watch?v=m_3AeCWjy8».
- ULLRICH, Horst. *Der junge Engels: Bd. 1*. Berlin: Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1961.
- ULLRICH, Horst. *Der junge Engels: Bd. 2*. Berlin: Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1966.
- VIEIRA, Zaira. *Atividade sensível e emancipação humana nos Grundrisse de Karl Marx. Dissertação (Mestrado em Filosofia)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG), 2004.
- VOLLGRAF, Carl-Erich; JUNGnickel, Jürgen. “Marx in Marx’s Words? On Engels’s Edition of the Main Manuscript of Book 3 of ‘Capital’”. *International Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, p. 35–78, 2002.
- VYGODSKII, Vitalii. “What Was It Actually That Engels Published in the Years 1885 and 1894? On the Article by Carl-Erich Vollgraf and Jürgen Jungnickel Entitled “Marx in Marx’s Words?”” *International Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, p. 79–82, 2002.
- WEBB, Belinda. *Mary Burns. PhD Thesis (English Literature)*. Kingston upon Thames, London: Faculty of Arts and Social Sciences – Kingston University, 2011.
- WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

“Wupper”. *Wikipedia*, 10 jan. 2020. Disponível em: «<https://de.wikipedia.org/wiki/Wupper>».

“Wuppertal”. *Wikipedia*, 19 jan. 2020. Disponível em: «<https://de.wikipedia.org/wiki/Wuppertal>».